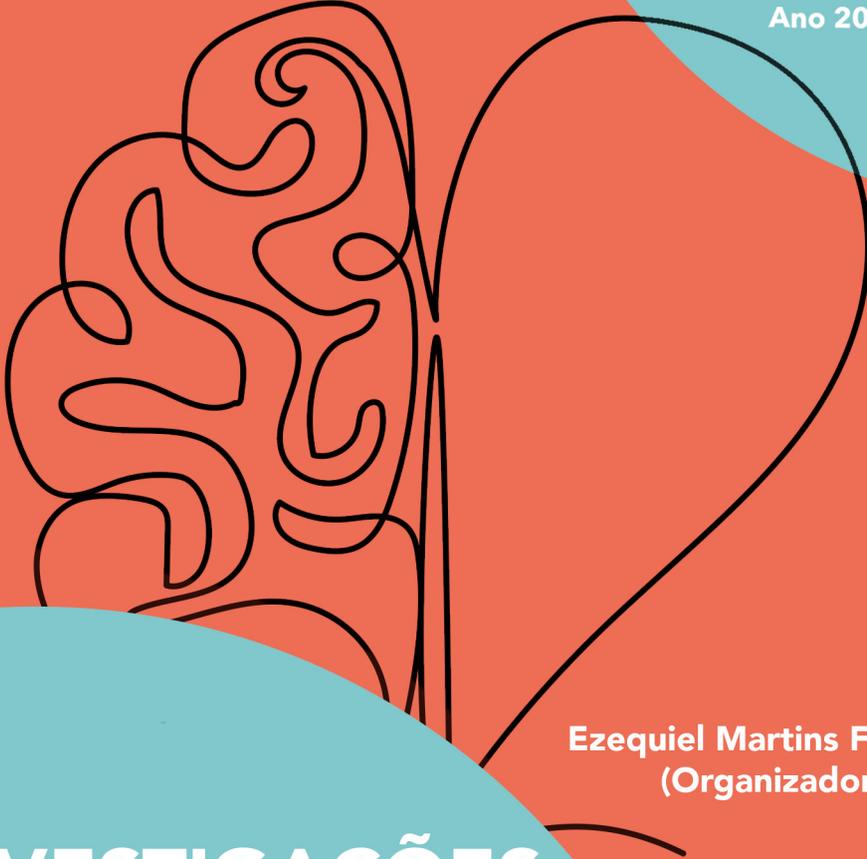
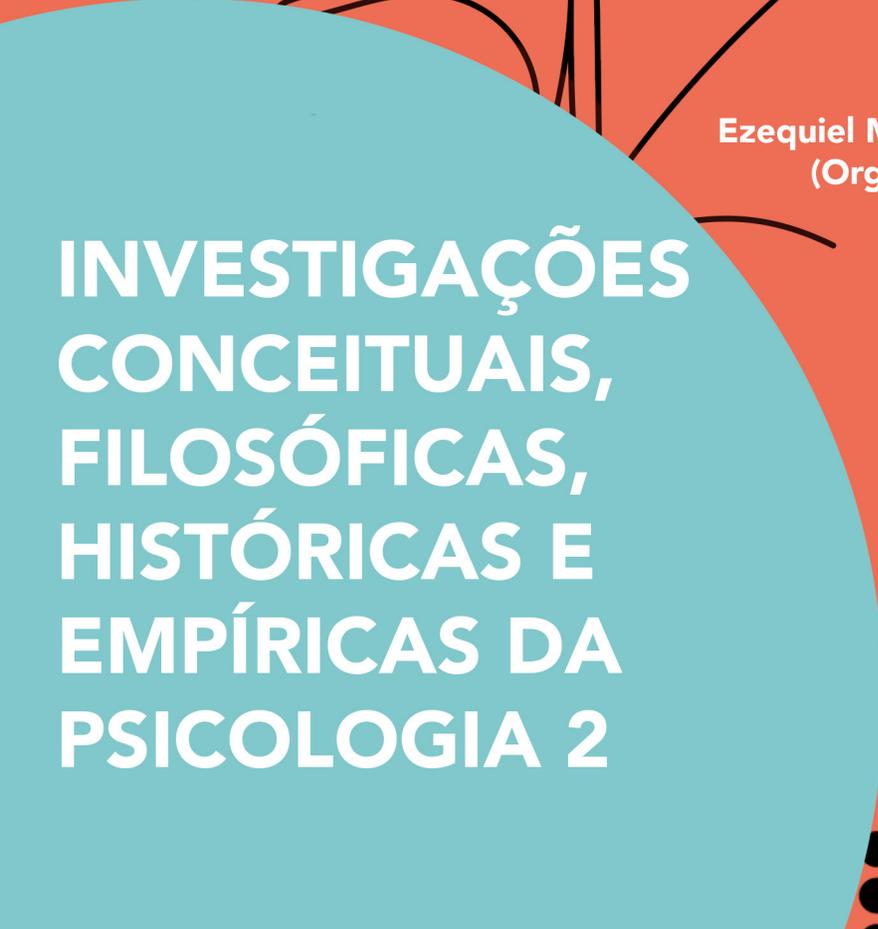




Atena
Editora
Ano 2020

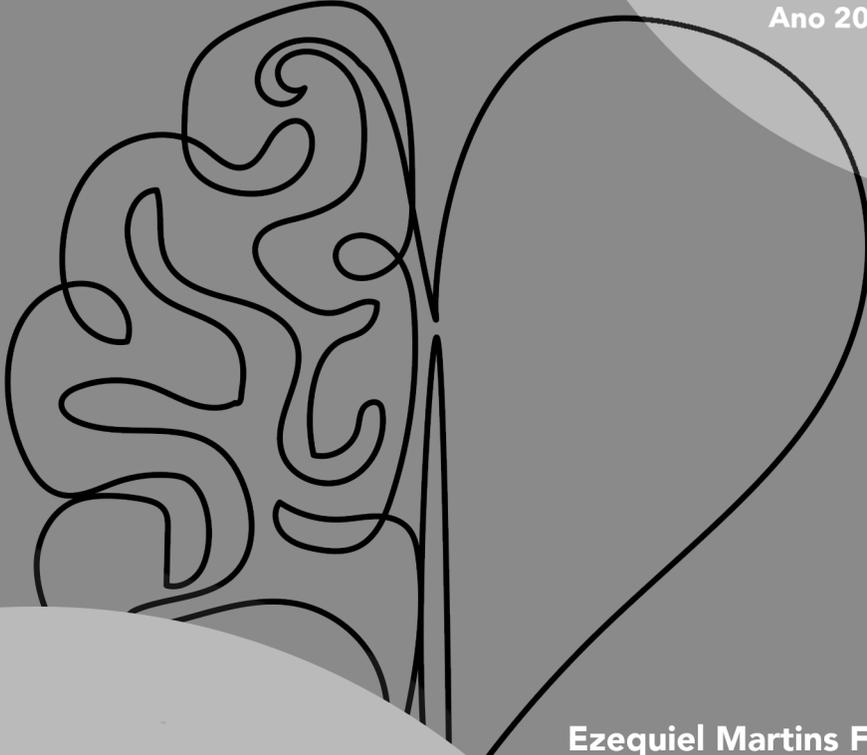
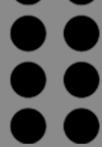


Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



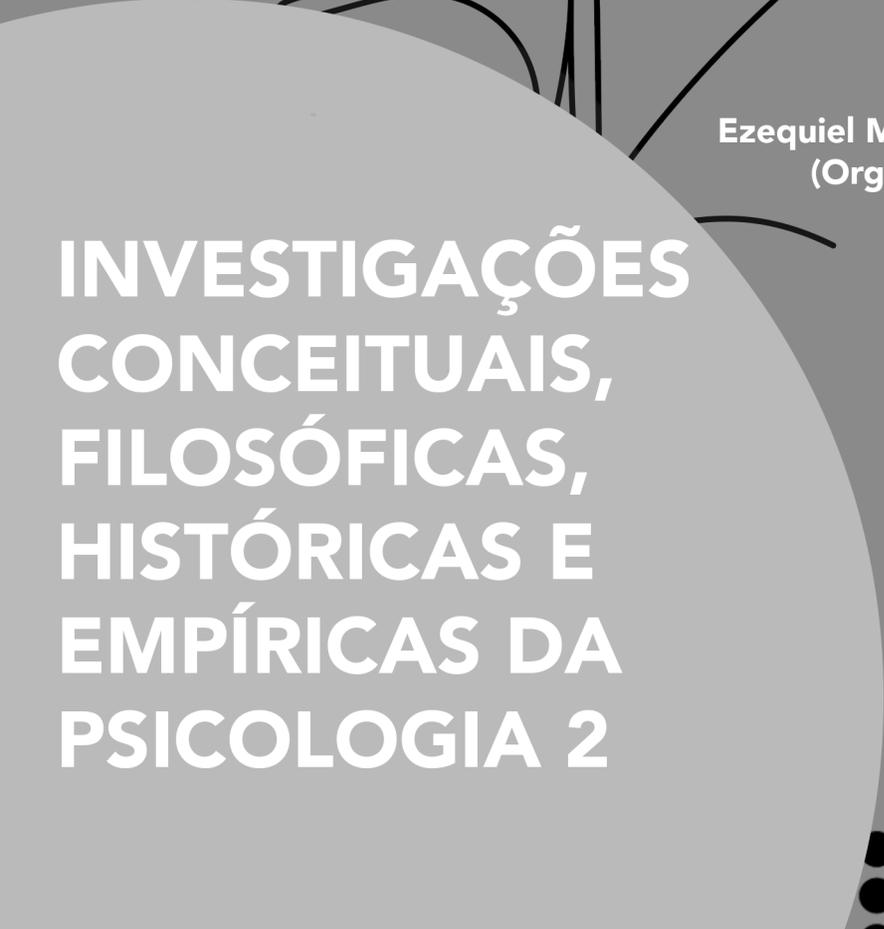
**INVESTIGAÇÕES
CONCEITUAIS,
FILOSÓFICAS,
HISTÓRICAS E
EMPÍRICAS DA
PSICOLOGIA 2**





Atena
Editora
Ano 2020

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



**INVESTIGAÇÕES
CONCEITUAIS,
FILOSÓFICAS,
HISTÓRICAS E
EMPÍRICAS DA
PSICOLOGIA 2**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

162 Investigações conceituais, filosóficas, históricas e empíricas da psicologia 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-622-5
DOI 10.22533/at.ed.225202311

1. Psicologia. 2. Filosofia. 3. História. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A psique sempre esteve envolvida em articulações de vários campos de saber. De um lado, tivemos a Filosofia e a Teologia rondando, esclarecendo e mascarando os mistérios da interioridade humana. De outro, tivemos a medicina avaliando e medicalizando sofrimentos que não eram visíveis.

Mas tudo mudou com a virada para o século XX. Da Psicologia Experimental de Wundt à Psicanálise de Freud, o novo século abraçou a emergência de novos olhares para a interioridade humana.

Pensando nessa multiplicidade de olhares, a coleção “Investigações Conceituais, Filosóficas, Históricas e Empíricas da Psicologia” tem por objetivo reunir parte dessa diversidade e apresentar aos leitores a possibilidade de articulação que o saber psicológico estabelece nos dias atuais.

Contamos nesse 2º Volume com 16 capítulos. Abrimos a presente edição discutindo as relações de Gênero. Temos no Capítulo de 1 a 3 a representação da Saúde pública no atendimento à mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis; aspectos patológicos em mães e companheiras de homem mantidos e cárcere; e mulheres que desempenham duplas funções na sociedade.

Os Capítulos de 4 a 7 investem em pesquisa sobre a educação. Desde o atendimento socioeducativo, o processo inclusivo de alunos com Transtorno do Espectro Autista, uma revisão dos principais transtornos psiquiátricos que marcam presença em estudantes universitários, até a abordagem do contexto escolar a partir de uma visão Bioecológica.

Nos Capítulos de 8 a 10 o enfoque recai sobre o mundo organizacional abordando o compromisso com a satisfação dos educandos, os riscos psicossociais e sua influência na cultura organizacional e da autopercepção de lideranças em sua relação com a qualidade de vida.

É com o Direito que os Capítulos de 11 a 13 vão articular a psicopatia, a violência contra a mulher e a alienação parental. Os Capítulos 14 e 15 são destinados ao tratamento da Síndrome de Burnout, por meio da flexibilidade psicológica e da alegria como ferramenta de enfrentamento. E finalizamos esta edição com um Capítulo que aborda de modo crítico pela Psicologia Social, da subjetividade Neoliberal.

Espero que apreciem a leitura e que esta lhes abra o horizonte para novas articulações.

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“CADA DIA UM DESAFIO”: PERSPECTIVAS SOBRE ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVÉSTIS

Andréia Santos Carvalho
Ana Maria de Brito
Tereza Maciel Lyra
Celestino José Mendes Galvão Neto
Flávia Bonsucesso Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.2252023111

CAPÍTULO 2..... 17

MULHERES DO CÁRCERE: ASPECTOS DEPRESSIVOS E ANSIÓGENOS EM MÃES E COMPANHEIRAS DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Caroline Mayara Gabriel Coelho Ortiz
Camila Santos de Assis
Franciele Aparecida Silva
Beatriz Santana dos Santos
Cinthia Lira Vieira
Marta Ferreira Bastos

DOI 10.22533/at.ed.2252023112

CAPÍTULO 3..... 27

MULHERES QUE DESEMPENHAM O DUPLO PAPEL E HABILIDADES DE VIDA

Cristina Villaseñor Rodríguez
Laura Hernández Barrera
Belem Medina Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.2252023113

CAPÍTULO 4..... 40

SITUAÇÃO DE INTERNOS EM UNIDADES DA FUNDAÇÃO RENASCER E ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E DE REINTEGRAÇÃO SÓCIOFAMILAR

Renata Maria Santos Oliveira
Madelene Rodrigues Limeira
Marlizete Maldonado Vargas

DOI 10.22533/at.ed.2252023114

CAPÍTULO 5..... 54

APROXIMAÇÕES DO ENSINO MATEMÁTICO COM A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO LITERÁRIA

Vinícius Barbosa de Freitas Silva

DOI 10.22533/at.ed.2252023115

CAPÍTULO 6..... 61

**TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS COMUNS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Nataly Camila Gomes de Arrais Figueredo
Bentinelis Braga da Conceição
Luana de Oliveira
Camylla Layanny Soares Lima
Annielson de Souza Costa
Angela Raquel Cruz Rocha
Daniel Berguem Altino da Silva
Marhesca Carolyne de Miranda Barros Gomes
Barbara Maria Rodrigues dos Santos
Rhanyele de Moura Cardoso
Layane Mayhara Gomes Silva
Adriano Nogueira da Cruz
Ricardo Clayton Silva Jansen
Edilane Henrique Leôncio
Adriana Carvalho Araújo

DOI 10.22533/at.ed.2252023116

CAPÍTULO 7..... 73

**O CONTEXTO ESCOLAR À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Ronaldo Alves Pinheiro
Rosana Assis dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2252023117

CAPÍTULO 8..... 80

**COMPROMISO ORGANIZACIONAL Y SATISFACCIÓN ESTUDIANTIL EN UNA ESCUELA
DE ARTE DEL PERÚ**

Tania Maria Anaya Figueroa

DOI 10.22533/at.ed.2252023118

CAPÍTULO 9..... 94

**OS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA
SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL**

Regina Márcia Brolesi de Souza
Rodrigo Meister de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2252023119

CAPÍTULO 10..... 105

**LÍDERES EM EMPRESAS BRASILEIRAS E AUTOPERCEPÇÃO SOBRE SUA QUALIDADE
DE VIDA NO TRABALHO**

Cláudia Lopes da Silva
Andrea Fujie
Angélica Gutierrez Ursuga
Fernando José Lopes
Julia Maria Nunes Arantes

Larissa Silva
Silas Melo de Chiara
Vanessa Neglisoli
Ana Cristina Limongi- França
DOI 10.22533/at.ed.22520231110

CAPÍTULO 11 123

PSICOPATIA SOB O ENFOQUE PENAL: DA INIMPUTABILIDADE AO CÁRCERE

Tatiane Cristina Camargo Ferreira
DOI 10.22533/at.ed.22520231111

CAPÍTULO 12 135

INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO NUDEM

Ângela Fernanda Santiago Pinheiro
Eurico Soares Reis
Líbera Naysse de Barros Ferreira
Rubia Caroline Neves
Valquíria Oliveira Santana
Vanessa Júnia Silva Barbosa
DOI 10.22533/at.ed.22520231112

CAPÍTULO 13 143

A FAMÍLIA EM CRISE: A FORMAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello
Mônica Félix de Brito
Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho
Silvana Barbosa Mendes Lacerda
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa
DOI 10.22533/at.ed.22520231113

CAPÍTULO 14 152

PSYCHOLOGICAL FLEXIBILITY, EMOTIONAL SYMPTOMATOLOGY AND BURNOUT SYNDROME IN NURSES

Maria Blanca Cuenca
Maria Belen Garcia Martin
Maria Jose Calero Garcia
DOI 10.22533/at.ed.22520231114

CAPÍTULO 15 166

ALEGRIA COMO RECURSO DE ENFRENTAMENTO (EUCOPING): REFLEXÕES À PARTIR DA PSICONEUROENDOCRINOLOGIA

Larissa Silva
Cláudia Lopes da Silva
Esdras Guerreiro Vasconcellos
Fátima Ferreira Bortoletti
Ana Cristina Limongi-França
Sigmar Malvezzi
DOI 10.22533/at.ed.22520231115

CAPÍTULO 16.....	179
CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA	
Nayara Freire Bezerra Maruno	
Marcus César de Borba Belmino	
DOI 10.22533/at.ed.22520231116	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	201
ÍNDICE REMISSIVO.....	202

CAPÍTULO 1

“CADA DIA UM DESAFIO”: PERSPECTIVAS SOBRE ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Data de aceite: 01/11/2020

Andréia Santos Carvalho

Instituto Federal da Bahia – IFBA
Salvador – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0927830852020288>

Ana Maria de Brito

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/0105337613337822>

Tereza Maciel Lyra

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Recife - Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/7849001275820980>

Celestino José Mendes Galvão Neto

Faculdade de Macapá
Macapá – Amapá
<http://lattes.cnpq.br/1234343736614038>

Flávia Bonsucesso Teixeira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6588767019535064>

RESUMO: O estudo analisou os discursos sobre o acesso e a qualidade da Atenção Integral à saúde produzidos por mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis que acessaram ou tentaram acessar a Atenção Básica de Saúde da Cidade do Recife, Pernambuco, Brasil, através de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. A transcrição das falas foi submetida à análise do discurso. Os resultados sinalizam

para diferentes mecanismos de recusa tecidos na trama cotidiana do não reconhecimento que potencializam o distanciamento entre as usuárias e o serviço de saúde. O reconhecimento das estratégias que acionam as engrenagens da discriminação é um compromisso que gestores, profissionais e pesquisadores devem pactuar para o estabelecimento conjunto de ações de enfrentamento ao dispositivo da homofobia que impede, limita e prejudica o cuidado das travestis, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no SUS.

PALAVRAS - CHAVE: Assistência a saúde. Integralidade do Cuidado. Saúde LGBT.

EVERY DAY A CHALLENGE: PERSPECTIVES ON ACCESS AND QUALITY OF HEALTH CARE FOR LESBIAN, BISEXUAL, TRANSGENDER WOMEN AND TRANVESTITE

ABSTRACT: The study analyzed the discourses on access and quality of Integral Health Care produced by lesbian, bisexual, transsexual and transvestite women who accessed or attempted to access the Basic Health Care of the City of Recife, Pernambuco, Brazil, through qualitative, descriptive and exploratory approach study. The transcription of the speeches was submitted to discourse analysis. The results point to different mechanisms of denial of tissues in the daily pattern of non-recognition that potentiate the distance between the users and the health service. Recognition of the strategies that drive the gears of discrimination is a commitment that managers, practitioners and researchers must agree to jointly establish actions to confront

the homophobia device that prevents, limits and impairs the care of transvestites, lesbian, bisexual and transgender women in the Sistema Único de Saúde.

KEYWORDS: Health care. Integrality of Care. LGBT Health.

CADA DÍA UN DESAFÍO: PERSPECTIVAS SOBRE ACCESO Y CALIDAD DE LA ATENCIÓN A LA SALUD DE MUJERES LESBIANAS, BISEXUALES, TRANSEXUALES Y TRAVESTIS

RESUMEN: El estudio analizó los discursos sobre el acceso y la calidad de la Atención Integral a la salud producidos por lésbicas, bisexuales, transexuales y travestis que accedieron o intentaron acceder a la Atención Básica de Salud de la Ciudad de Recife, Pernambuco, Brasil, por medio de una investigación cualitativa, descriptiva, exploratoria. La transcripción de las palabras fue sometida a análisis del discurso. Los resultados señalan diferentes mecanismos de rechazo tejidos en la trama cotidiana del no reconocimiento que potencian el distanciamiento entre las usuarias y el servicio de salud. El reconocimiento de las estrategias que accionan los engranajes de la discriminación es compromiso que gestores, profesionales e investigadores deben pactar estableciendo conjunto de acciones de enfrentamiento al dispositivo de la homofobia que impide, limita y perjudica el cuidado de las travestis, mujeres lesbianas, bisexuales, transexuales em el Sistema Único de Saúde.

PALABRAS CLAVE: Asistencia sanitaria. Integralidad del cuidado. Salud LGBT.

INTRODUÇÃO

A sexualidade, assim como o gênero são construtos sociais que se conformam a partir de múltiplos discursos que regulam, normatizam e instauram saberes sobre corpo, sexo e desejo e, no campo da saúde, estabelecem as fronteiras entre o normal e o patológico. Esses saberes se materializam em normas que definem o reconhecimento do humano e a inteligibilidade de um corpo (BUTLER, 2004; LEITE JR, 2008).

A inclusão e o reconhecimento do gênero e da sexualidade como marcadores sociais da diferença que incidem na determinação do processo de saúde-adoecimento-cuidado da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) produziu um cenário de novos desafios para os formuladores da política pública (LIONÇO, 2008).

A discussão sobre a saúde LGBT não possa ser considerada recente uma vez que surgiu e se sustenta, no Brasil, a partir do enfrentamento a epidemia da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e aids, nos anos 80 do século passado. A preocupação centrada nas práticas sexuais propiciou um número expressivo de propostas que funcionaram como norteadoras ou balizadoras para ações e programas direcionados inicialmente aos homens inseridos de diferentes formas, desde gays, homossexuais, homens que fazem sexo com homens até as travestis e transexuais (SEFFNER; PARKER, 2016). Naquele momento, as travestis e as mulheres transexuais (principalmente em decorrência da prostituição) eram preocupação da política, mas compreendidas como pertencentes à categoria homens e as únicas mulheres que foram consideradas centrais

para as ações das políticas foram as prostitutas.

A equação utilizada pelos formuladores da política reverberaram e, em 2007, o Ministério da Saúde lançou dois planos nacionais de enfrentamento da epidemia: o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST e o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens e Travestis. Importa destacar aqui que as mulheres transexuais migraram para o Plano de Feminização enquanto as travestis permaneceram no Plano destinado aos homens, embora, aparentemente, tenham recebido denominação e tratamento de questões específicas no mesmo (TEIXEIRA, 2013).

Para a questão destacada aqui, importa demarcar que as travestis e os gays foram os principais sujeitos destinatários dessa política pública, resultando na focalização do acesso aos serviços restritos a oferta de insumos de prevenção, testagem e tratamento para HIV/aids. A focalização que, se um por lado possibilitou o fortalecimento e organização do movimento gay e de travestis e transexuais no Brasil, no seu avesso, produziu uma “população-alvo” para uma política pública, cuja luta por direitos (um certo nível de reconhecimento jurídico) esteve atrelado ao financiamento e ao discurso do enfrentamento da aids, o que foi nomeado como processo de “cidadanização” (PELÚCIO, 2011). Outras pesquisas problematizaram os efeitos dessa focalização na relação de cuidado estabelecido pelos profissionais nos serviços de saúde resultando no que foi nomeado como sobreposição (FÉBOLES, 2017), ou seja, a associação compulsória entre gays e aids; travestis e aids (PAULINO, 2016; FERREIRA, 2016; PEREIRA, 2015).

Incluir os marcadores gênero e sexualidade também teve como desdobramento a necessidade de reconhecer a homofobia como responsável por processos de sofrimento, adoecimento e morte prematura da população LGBT. Ou seja, abriram fissuras nas narrativas sobre o cuidado em saúde para que questões como preconceito e estigma social fossem reconhecidos como produtores de adoecimentos e também mediadores de uma relação violenta entre o usuário e os serviços de saúde (PAULINO, 2016; FERREIRA, 2016; PEREIRA, 2015; FÉBOLES, 2017).

Para enfrentar os desafios impostos o Ministério da Saúde, atendendo a demandas da mobilização social lançou, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, com vistas à promoção, atenção e o cuidado em saúde a essas populações (BRASIL, 2013).

Este estudo analisou os discursos sobre o acesso e a qualidade da Atenção Integral à saúde produzidos por lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis que acessaram ou tentaram acessar a Atenção Básica de Saúde da Cidade do Recife, Pernambuco, Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que integrou a

pesquisa nacional “Análise do acesso e da qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT no SUS”¹. O artigo aqui apresentado refere-se a um recorte da pesquisa realizada em Pernambuco e foca-se nos discursos das usuárias sobre suas experiências nos serviços de saúde. Os dados foram coletados através das Oficinas por meio de um roteiro estruturado de atividades que incluíam perguntas disparadoras/problematizadoras articuladas através de técnicas utilizadas em grupos focais, dinâmicas de grupo e rodas de conversas (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014). O roteiro completo da Oficina pode ser acessado no site da pesquisa (<http://www.nesp.unb.br/saudelgbt>).

A amostra foi intencional e contribuíram para a pesquisa mulheres que se reconheciam como lésbicas, bissexuais, transexuais e também as travestis. Outros critérios de inclusão foram: ter mais de 18 anos e ter frequentando ou frequentar alguma unidade do SUS. O recrutamento se deu por meio de articulação com representantes da militância LGBT, organizações não governamentais que trabalham com essa população, rede de amigas e indicação de profissionais de uma das 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS) selecionadas aleatoriamente para a pesquisa.

As Oficinas foram separadas por grupos que, em princípio, responderia aos marcadores gênero e sexualidade. Embora fosse possível que uma mulher transexual ou uma travesti também se identificasse como lésbica ou bissexual, o formato da Oficina, organizado pela identidade de gênero, separou as mulheres transexuais e as travestis. Convidadas para compor grupos distintos, travestis e mulheres transexuais optaram por participar das Oficinas de forma conjunta. Essa decisão das participantes, materializou, nessa pesquisa, o que foi convencionado como universo trans, ou seja, a partilha de um conjunto de experiências que produzem o sentido de unidade, apesar das singularidades (BENEDETTI, 2005). Não adotaremos o termo trans para evitar o apagamento dos homens, que não estão contemplados nessa discussão, mas integram esse universo. Também no desenho da pesquisa, a bissexualidade não integraria o recorte da investigação. Novamente o campo definiu a necessidade de mudança. As mulheres bissexuais responderam ao chamado, esse movimento encontra ressonância no contexto nacional no qual as pessoas bissexuais começam a reivindicar espaços de representação nos movimentos sociais e na política pública (CORRIJO, 2012) e apontaram fissuras e limites da pesquisa. Assim, integraram o grupo 1 as mulheres que se reconheciam como lésbicas e/ou bissexuais e o grupo 2 as mulheres transexuais e as travestis. As quatro Oficinas tiveram duração de 60 a 90 minutos e uma média de 5 a 7 integrantes e seguiram um roteiro de atividades definido e que contemplava: apresentação da pesquisa e do termo de consentimento livre e esclarecido; aquecimento; desenvolvimento; problematização e encerramento.

1 Tratou-se de uma pesquisa avaliativa com triangulação de métodos e três eixos de investigação envolvendo gestores municipais de saúde, profissionais de saúde atuantes na Atenção Básica de Saúde e usuários/as LGBT. A pesquisa teve abrangência nacional, com a participação das cinco macrorregiões, incluindo o Distrito Federal e 16 estados totalizando 28 sítios. Por se tratar de um estudo unicêntrico, nacional, coordenado pelo Núcleo de Saúde Pública da UnB, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP/FS-UNB), aprovado sob parecer 652.643 em 07/05/2014.

A análise de dados foi realizada através da Análise de Discurso (AD), uma vez que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido (BAUER, 2002). O processo de transcrição das entrevistas integra também a AD, nele não textualizamos as falas das entrevistadas e transcrevemos literalmente. Após a transcrição foi realizada a codificação, identificadas e agrupadas as categorias de acordo com as questões de interesse, mantendo o mais abrangente possível para possibilitar uma ampla percepção dos sentidos que as falas poderiam produzir. Posteriormente as falas foram textualizadas para a escrita do texto.

Em razão do objetivo do trabalho de se identificar os sentidos coletivos produzidos pelos diferentes sujeitos nos grupos, os fragmentos das falas serão acompanhados apenas por nomes fictícios cuja primeira letra está relacionada aos indicadores de identidade de gênero e/ou orientação sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embaralhando as certezas da pesquisa: não era somente um perfil socioeconômico?

Nas Oficinas do Grupo 1 participaram 15 pessoas e do Grupo 2 14 pessoas, todas residentes em Recife.

Entre as integrantes do Grupo 1, 66,7% se identifica no segmento LGBT como lésbica e 33,3% como bissexuais, percentual que se repete quando questionadas sobre sua orientação sexual. Em relação à identidade de gênero, uma delas se autoidentificou como homem. Esse resultado embora não cause estranhamento, aponta para outras possibilidades contemporâneas de interpretação.

Mesmo quando as mulheres lésbicas são adjetivadas no masculino e deslocadas para a posição de “maria-macho” “fanchona” não significaria que estejam autorizadas a deslocar para o lugar de homem, mas ali posicionadas para colocar em questão o reconhecimento como mulher. O processo de subjetivação e assujeitamento das mulheres lésbicas é atravessado pela mediação com a ameaça de não ser reconhecida nem como mulher e nem como homem, ou seja é uma constância mediada pelo medo de ser destituída de sua humanidade (BUTLER, 2004).

O enunciado recente dos homens trans que foram reconhecidos e também se reconheciam (ainda que precariamente) como lésbicas também abre fissuras para compreendermos a afirmação dessa entrevistada não como erro, mas como possibilidade de um reconhecimento em processo (ALMEIDA, 2012; TEIXEIRA, 2013).

Nas oficinas do Grupo 2, em relação ao pertencimento identitário no segmento LGBT, 64% identificam-se como transexuais e 28% como travestis. A identidade de gênero informada pela maioria também foi a de mulher, a presença de pessoas que se afirmavam como homem e ainda como outro também não causa estranhamento. O posicionamento

no masculino a partir do nascimento (vinculado à presença dos genitais) é uma experiência comum a esse grupo ao tempo que a possibilidade de pertencimento ao feminino é um fenômeno recente e desigualmente distribuído, até mesmo na política de saúde. As travestis até o final dos anos 90 e início dos anos 2000 eram evocadas através do artigo no masculino (CORRIJO, 2012) e, ainda hoje, permanecem informadas como pertencentes à categoria HSH no Boletim Epidemiológico assim como as mulheres transexuais (BRASIL, 2017). Nos textos que adotam a patologia como fio narrativo, as mulheres transexuais, também permanecem atreladas à sua condição de nascimento quando sua enunciação se faz a partir do uso da terminologia “transexualismo masculino” (BENTO, 2017). O reconhecimento das travestis e mulheres transexuais como pertencentes ao feminino não produziu consensos.

Se para as mulheres lésbicas e bissexuais a identidade sexual não trouxe conflitos, o mesmo não ocorreu com o grupo das travestis e mulheres transexuais. A heterossexualidade foi a identificação mais acionada por elas. No entanto, respostas como gays e bissexual e outros embaralham o universo e demonstram que os deslocamentos das fronteiras entre gênero e sexualidade forçam também as pesquisas a se reinventarem (LEITE JR., 2008). Na pesquisa em tela, nenhuma mulher transexual ou travesti se identificou como lésbica, mas o reconhecimento como bissexual apontaria para um duplo pertencimento. Estaria esta participante considerada elegível para participar de uma Oficina planejada para as bissexuais? Onde estariam as mulheres transexuais lésbicas e as travestis que se relacionam afetivo-sexualmente com outras travestis? E com as outras mulheres? Escondidas na categoria “outro”? (PELÚCIO, 2006; AMARAL, 2017).

Estabelecemos relação entre as respostas sobre identidade de gênero, orientação sexual e estado civil. A maioria das integrantes do Grupo 2 informou que estava solteira no momento da coleta de dados. Chama a atenção o pequeno percentual delas que informa vínculo de conjugalidade. Essa informação é recoberta por outros relevos quando anuncia a dificuldade de que as relações afetivas das travestis e mulheres transexuais sejam reconhecidas como legítimas. Trazem para a cena a desconfiança sobre os homens que se relacionam com elas porque abrem fissuras na narrativa oficial sobre a heterossexualidade ao mesmo tempo em que possíveis conjugalidades também produzem ranhuras na homossexualidade quando essas mulheres transexuais e travestis elegem como parceiras outras mulheres e travestis (PELÚCIO, 2006; AMARAL, 2017; TEIXEIRA, 2011; LOMANDO, 2013).

A maior parte das mulheres identificadas como lésbicas e bissexuais estava em relações de conjugalidade. Estudo de revisão da literatura demonstrou que mudanças nas normas relacionadas ao casamento entre pessoas de mesmo sexo podem ter influenciado no sentido de aumentar o número de relacionamentos estáveis, exclusivos e de longo prazo e outro demonstrou que os casamentos entre mulheres aumentaram mais do que aqueles que tiveram os homens como cônjuges (LIRA; MORAIS, 2016). Porém, o fato de que essas

mulheres refiram estar em relações conjugais não significa que estas sejam consideradas legítimas e reconhecidas por suas famílias e/ou em outras esferas da sociedade (ARIMA; FREITAS, 2017).

A renda média de todas as participantes sugere inserção como oriundas dos extratos populares. Esse resultado importa e preocupa quando entre elas, ainda que algumas mulheres do Grupo 1 tenham informado possuir acesso a saúde suplementar, mais de 50% não possuem cobertura da saúde suplementar e entre as mulheres transexuais e travestis esta ausência de cobertura atinge 85%. Se não estão utilizando os serviços de saúde que integram a saúde suplementar, a maioria também não parece utilizar o serviço público de saúde na modalidade da Unidade Básica de Saúde.

Em relação ao pertencimento informado sobre raça/etnia, mais de 85% das travestis e mulheres transexuais se declararam como preta ou parda e entre as mulheres que se declararam lésbicas e bissexuais 66,7% se declararam negras, considerando o somatório de pardas (46,7%) e pretas (20%). Importa pensar que as entrevistadas que se dispuseram a participar da pesquisa interpelam os pesquisadores no sentido de interseccionar os marcadores de diferença trazendo a questão da raça/etnia para o centro da política de saúde e tentando compreender como o racismo pode atravessar o cuidado em saúde e potencializar situações de preconceito e discriminação.

Olhares e estranhamentos nos serviços de saúde: desconhecimento e recusa

“A gente já sente um olhar diferente, né?”
(Lais – Grupo 1)

A discriminação e o preconceito parecem orientar o olhar dos profissionais de saúde para a população LGBT (FÉBOLE, 2017; PAULINO, 2016; FERREIRA, 2016; PEREIRA 2015). Uma das colaboradoras na Oficina também identifica o processo de distinção que, segundo ela, passa do olhar para a ação.

(...) E quando fazem algum questionamento sobre você, perguntam sobre sua vida, para te atender e você fala que é bissexual ou que você é homossexual, eles já te olham de outra forma. Começa aquele fuxico e você percebe que estão falando sobre você, da sua orientação sexual. [...]. A grande maioria dos profissionais tem preconceito em relação a atender uma pessoa homossexual ou bissexual. É diferente o atendimento e a forma como se trata o paciente.
(Bianca – Grupo 1)

A experiência da discriminação não é percebida apenas na Atenção Básica, ela parece atravessar outras dimensões do cuidado.

Eu tenho uma amiga, ela passou mal e chamou o SAMU. Quando os profissionais de saúde chegaram, perceberam que ela era uma travesti e foi terrível. Ela se sentiu um lixo, a maneira como eles a trataram, com medo de tocar nela. Foi terrível pra ela (Tereza – Grupo 2).

Alguns estudos colaboram para problematizar como as engrenagens dos serviços e as ações dos profissionais atuam no sentido de reforçar distanciamentos e produzir iniquidades no acesso da população aos serviços de saúde (FÉBOLE, 2017; PAULINO, 2016; FERREIRA, 2016; PEREIRA 2015).

O cuidado em saúde, assim como a formação dos profissionais de saúde estão ancorados num saber forjado na matriz heterossexual. O reconhecimento da existência da população LGBT é um desafio para as equipes de saúde. Logo, dois processos parecem compor a engrenagem que opera produzido o apagamento da população LGBT nos serviços de saúde, o primeiro o do não reconhecimento e o segundo o da construção da recusa.

(...) com todo o preconceito que a sociedade tem, a cultura numa sociedade tão conservadora. É por isso que muitas só vão ao médico nas últimas, porque chega lá vai ser discriminada." (Tais – Grupo 2)

Não nos parece haver uma ausência de reconhecimento dessas mulheres e travestis nos serviços de saúde. Nossas interlocutoras apontam para um reconhecimento indesejado. Um suposto desconhecimento que opera produzindo um apagamento de suas diferenças. A certeza de que a relação será mediada pelo preconceito tem efeitos que se traduzem na ausência das mulheres transexuais e travestis, ou seja numa recusa negociada. O serviço de saúde se recusa a atendê-las, a partir de uma oferta precária de cuidado, e elas recusam o atendimento violento que é ofertado pelo serviço de saúde.

A camada mais evidente dessa precariedade da relação de cuidado que opera nos serviços de saúde é a recusa do uso do nome social. Essa aparece reiteradamente não somente na pesquisa realizada, mas também é elemento comum em outros estudos (FÉBOLE, 2017; PAULINO, 2016; SILVA, 2017).

O que eu percebi lá foi o não informação a eles, tá entendendo, sobre a questão do nome, pois eles não sabiam que hoje a gente tem o direito de ser colocado o nome social em seguida do nome civil e eu fui a todo momento tratada como macho e aquilo me constrangia muito (Telma – Grupo 2).

[...] Daí chamaram todos os nomes, chamaram o meu (masculino) e não fui, porque tava em voz alta e não tinha precisão disso. Depois de uns dois, três nomes chamaram Gabriela e eu fui. O segurança olhou assim pra mim e falou é você que é Gabriela? Não. Eu sou esse nominho aqui. Mas o senhor, porque não veio na hora certa? Isso em voz alta. E porque você tá me tratando de senhor agora? Após ler meu nome civil você tá me chamando de senhor?! Se você quer respeito, você se dê ao respeito. [...] E daí, eu estava batendo de frente com ele e não consegui fazer o atendimento, tive que sair porque a vergonha foi muito grande (Tânia – Grupo 2).

O uso do nome social no SUS, apesar de garantido por Portaria desde 2006 (BRASIL, 2006), pouco reverberou no cotidiano dos serviços de saúde. Alegar desconhecimento da norma parece ser a estratégia mais acionada para o seu não cumprimento. O desconhecer

parece ter se tornado a chave para a recusa do reconhecer. Enfim, manter os limites para o (não) reconhecimento das mulheres transexuais e travestis nos serviços de saúde.

A insistência do uso do nome civil não possui justificativa prática no cuidado, mas opera com a força enunciativa capaz de produzir uma barreira de acesso para as usuárias. Aquela cujo direito foi negado ainda se sente constrangida porque as engrenagens do dispositivo atualizam as hierarquias e a partir da suposta incoerência do nome revelar a “mentira” causadora da vergonha. A usuária se torna a própria mentira. E, enfim, uma falsa pessoa que porta uma falsa demanda. Não é necessário pensar sobre as especificidades de cuidados para quem alguém cuja existência sequer é reconhecida.

Os limites da inteligibilidade parecem ser definidos também nas experiências das mulheres lésbicas e/ou bissexuais:

E a questão de ir no ginecologista como mulher demorou muito. Eu fui porque tava noiada que tava grávida, quando tive um namorado, aí fiz sem camisinha, né? [...] Aí, procurei a agente de saúde, que me falou da camisinha masculina, porque camisinha feminina eu vim ver mesmo um dia desses, não sabia e realmente parece um saco de açúcar (risos) (Beatriz - Grupo 1).

Para as mulheres lésbicas e/ou bissexuais, o cuidado em saúde parece restrito ao consultório ginecológico (MARQUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2013). Beatriz só se tornou elegível para o cuidado quando se “tornou” mulher. A senha que permitiu esse acesso foi a possibilidade de uma gravidez. A relação heterossexual legitima a busca/oferta de serviço de saúde mas para além, reposicionou nossa interlocutora como mulher. A sexualidade feminina encarcerada na saúde reprodutiva é reatualizada aqui pelo discurso do planejamento familiar e representado pela indicação de estratégias para contracepção (MEDEIROS, GUARESCHI, 2009). Nessa lógica do cuidado, a heterossexualidade permanece orientando as condutas e dificultando o diálogo:

Pronto, eu tenho um filho e eu antes de me explicar, eles antes de perguntar a questão sexual, eles vão logo pra prevenção, de como é que faço para evitar o filho. Aí eu falo que não uso pílula, que estou numa união estável já faz algum tempo... Daí, eles falam: mas você não tem filho?! É, mas a minha relação é homossexual, né? (Letícia - Grupo 1).

Ainda que a política de saúde para as mulheres seja criticada por sua focalização no cuidado com o útero, vagina e ovários (MEDEIROS, GUARESCHI, 2009), para as mulheres lésbicas e bissexuais a restrição parece receber conotação ameaçadora:

A minha [namorada] mesmo, não vai a ginecologista nem amarrada. Ela nunca teve relacionamento com homem. E não vai de jeito nenhum. Se tiver exame de sangue, vai, mas de prevenção de forma nenhuma. Papanicolau eu nunca fiz. Não! Entrando no meu corpo...não quero isso aí não (Lidiane - Grupo 1).

O desconhecimento sobre a oferta de cuidado específico revela condutas e orientações desalinhas das evidências científicas. Por exemplo, assim como a orientação

para o uso do preservativo masculino, também o preservativo feminino, mesmo que conhecido tardiamente pela entrevistada anterior, não teria seu uso prescrito para as práticas sexuais entre as mulheres lésbicas e bissexuais integrantes dessa pesquisa. Entre todas as condutas relatadas no serviço de saúde, a oferta do exame Papanicolau parece ser o único procedimento ofertado (FÉBOLE, 2017; MARQUES; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2013). A presença da genitália supostamente justificaria a indicação, no seu avesso, essa oferta (ameaça) do exame parece funcionar como um escudo que manteria as mulheres lésbicas afastadas do mesmo.

Esses mecanismos de afastamentos das travestis, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais dos serviços de saúde têm se mostrado exitosos. Na pesquisa realizada, em ambos os grupos, mais de cinquenta por cento delas afirmaram não ter construído vínculo com a Unidade de Saúde.

Através das lentes da aids: Modos de ver e modos de reconhecer nos serviços de saúde

Eu me lembro de um sentimento muito forte de desconforto porque eu não tava me sentindo a vontade naquele espaço pra falar verdadeiramente sobre as minhas práticas sexuais e tal. Porque, enfim, as pessoas partem do pressuposto de que você vai ser heterossexual e monogâmica e aí eu, é, sinceramente não consegui falar abertamente isso com nenhum profissional da área da saúde. Realmente, as coisas sempre ficam no não dito, sabe?! E isso é foda porque faz com que a gente não conheça o nosso corpo e como a gente pode se relacionar com as pessoas e tal, porque pouco se sabe sobre essas coisas de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. E acho que isso faz parte dessas questões de invisibilidade que a gente vive (Luísa – Grupo 1).

A fala da entrevistada pode ser nomeada como ocultamento (FÉBOLE, 2017), uma estratégia na qual a relação avalia-se se deve ou não dizer sobre a sexualidade e, a avaliação está amparada na percepção que se tem sobre a possibilidade de ser ou não respeitada, ou seja considerada como uma pessoa merecedora do cuidado. Essa imposição de uma negociação com o armário foi considerada como uma forma de violência poucas vezes identificada por pesquisadores ou mesmo pelas usuárias (FÉBOLE, 2017).

O fragmento acima também nos chama a atenção pela reivindicação da legitimidade do cuidado amparado na possibilidade do adoecimento por uma DST. A estratégia adotada por ela conflita com as reivindicações dos usuários gays, mulheres transexuais e travestis que denunciam o estrangulamento da relação no serviço de saúde, quando o profissional ao ser informado ou suspeitar da orientação sexual do usuário ou da usuária, oferta/ orienta/impõe a realização de exames para identificação de DST's, principalmente HIV/ aids invisibilizando o reconhecimento de outras necessidades em saúde (FÉBOLE, 2017; PAULINO, 2016; FERREIRA, 2016; PEREIRA 2015).

Há 6 anos atrás eu tive 3 edemas. Fui procurar o pneumologista, ele olhou pra mim pediu duas radiografias do pulmão, pediu exame de sangue, pediu HIV. Fui pra nutricionista, a mesma coisa. Me vendo como homossexual e associando ao HIV. Ai resultado: fiz os exames, tomei tudo que mandaram, levei não reagente. Cheguei na cara dele e disse: bom dia! Tu pensasse que eu por ser *viado* tava com HIV?! Ah, qualquer coisa que a gente vá fazer, colocam pra fazer o exame também, não sei o porquê (Telma – Grupo 2).

A estratégia acionada por Luísa para apresentar sua demanda ao serviço de saúde e ao mesmo tempo dizer do desconhecimento dos profissionais sobre ela aponta para uma bricolagem nos discursos que performam diferentes barreiras de acesso que unem a população LGBT:

Ai eu fui uma vez doar sangue e não aceitaram alegando minha orientação sexual. Mas porquê? Porque você é lésbica. Ai não pode! As lésbicas e os gays não podem. Eles disseram que seria porque corre mais riscos de passar mais doenças contagiosas, ai eu achei um absurdo total (Laura - Grupo 2).

A Resolução 153 da ANVISA (BRASIL, 2004), de 2004 determinava o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos e estabelecia que seriam “inabilitados por um ano como doadores de sangue os homens que tiveram relações sexuais com outros homens ou com as parceiras sexuais destes”, (Grifo nosso). A reivindicação da revogação dessa Resolução se constituiu pauta do movimento gay² e essa Resolução foi revogada e substituída pela Resolução – RDC 57 de 2010 (BRASIL, 2010) que suprimiu o texto acima. No entanto, a linguagem é um campo de disputa e a modificação da Resolução parece ter ampliado e fortalecido o controle e a arbitrariedade na decisão sobre a seleção de doadores. Nos requisitos mínimos, estabeleceu entre os critérios de exclusão, as “práticas sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue”.

Ao definir que Laura não seria elegível para doação de sangue, o serviço de saúde avaliou sua orientação sexual como risco para contrair infecção. Ou seja, ainda que a prevalência da infecção por HIV/aids para as mulheres lésbicas ou bissexuais não forneça elementos para situá-la entre a população chave (BRASIL, 2017) para a epidemia sua prática foi considerada de risco.

A ambiguidade da norma e a armadilha da interpretação seguem produzindo interdição para as pessoas consideradas impróprias (SEFFNER; PARKER, 2016). Ainda que a Portaria MS nº 1.353, de 2011 afirme no “§ 5º que “A orientação sexual (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade) não deve ser usada como critério para seleção de doadores de sangue, por não constituir risco em si própria” (BRASIL, 2011) os desdobramentos da própria Portaria, destacados no anexo, oferecem distintos

2 Está em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543 que questiona as normas do Ministério da Saúde e da Anvisa que restringem a doação de sangue por parte de homens homossexuais. O julgamento foi suspenso em 26 de outubro de 2017 com o pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5543&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>

argumentos para que a discriminação seja recoberta por critérios supostamente científicos, tais como

§ 11. Em situações de risco acrescido vivenciadas pelos candidatos, devem ser observados os seguintes critérios:

(...)

IV - considerar inapto temporário por 12 meses o candidato que tenha sido exposto a qualquer uma das situações abaixo nos últimos 12 meses:

(...)

d) homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes;

O fragmento da RDC 153²⁹ retorna na última Portaria em vigor quando da finalização desse texto. Embora nada na norma sustente a decisão do serviço de saúde em relação à interdição de Laura, percebemos que uma norma pode ser ou não boa para ser cumprida. Se no caso da Portaria que estabeleceu o nome social ela é reiteradamente negada a partir da recusa em conhecer, quando é para cercear direitos a norma é acionada, ainda que sem lastro.

As integrantes dessa pesquisa, lidas como homossexuais não possuiriam risco acrescido, uma vez que elas seriam o próprio risco (LEITE JR., 2008; SEFFNER; PARKER, 2016; FÉBOLE, 2017). Seffner e Parker (2016) apontam o conteúdo simbólico presente no discurso de contaminação acionado por Jair Bolsonaro ao considerar a necessidade de separação do sangue dos homossexuais. Segundo os autores, esse medo da contaminação não se restringiria ao aspecto fisiológico, mas para além, o perigo que esse sangue abjeto torne impuro (do ponto de vista moral) aquele que entrar em contato com ele. A impureza da homossexualidade segue capturando as práticas dos serviços de saúde.

Os atos discriminatórios são potencializados quando as usuárias são as travestis ou mulheres transexuais

(...) comigo já aconteceu o caso da enfermeira medir minha pressão, quando eu falar ela botou luva. Olhei pra cara dela e disse assim: meu amor, você tava me atendendo e só porque você ouviu eu falando, achou que eu fosse uma travesti? Ai você foi botar a luva? Eu não tenho nenhuma doença contagiosa não (Tamires - Grupo 2).

O perigo da contaminação não se limita aos fluídos corporais. As travestis e mulheres transexuais parecem materializar, através de sua suposta ambiguidade, a desordem e o perigo. Uma desordem que lida a partir de uma ética moral religiosa que informa o profissional de saúde tem como efeito um tipo de violência identificada como extrapolação

(FÉBOLE, 2017).

O funcionário de saúde também confunde muito o lado profissional com o lado religioso. É a realidade, chega num hospital como é seu nome? eu quero ser chamada como Felicidade. Ah não, minha religião não permite eu ver você como mulher... Tá recebendo ali pra atender o paciente, não pra criticar e pregar a palavra. É por isso que muita transexual, travesti morre, não se cuida por que? Se a pessoa descobre que tá doente, chega no hospital fica mais doente ainda. Eles fazem uma Portaria, fazem tudo, mas não fazem uma sensibilização com os funcionários, um treinamento pra não confundir religião com atendimento, porque voce é evangélica do hospital pra fora (Teonila - Grupo 2).

A fala dessa participante indicaria também como os tentáculos do fundamentalismo religioso tem se expandido para outros espaços da esfera pública que não somente o poder legislativo. Ao reivindicar as fronteiras do estado laico para o serviço de saúde, Teonila está denunciando mecanismos sutis que integram a tomada de poder por meio do fundamentalismo cristão no Brasil. Lionço aponta as estratégias que moveriam as engrenagens desse processo, sendo que para a questão aqui proposta consideramos a da desqualificação moral por meio de uma política da vergonha (LIONÇO, 2015).

Ao alegar que “minha religião não permite eu ver você como mulher” o profissional assume uma posição que significaria muito mais do que negar o direito do nome social ou alegar o desconhecimento de uma Portaria, ele exerce a exclusão pelo não reconhecimento. Se nenhum laço de solidariedade seria possível com aquela que o profissional não reconhece a humanidade, não se trata de deslocar a discussão para a necessidade de processo de sensibilização ou formação continuada, trata-se de reconhecer a incidência do fundamentalismo cristão também nos serviços de saúde e a necessidade de repor urgentemente pactos que defendam a laicidade do estado brasileiro e a intransigente defesa dos direitos humanos (SEFFNER; PARKER, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras de acesso aos serviços de saúde associada à existência de discriminação e ao despreparo dos profissionais já haviam sido apontados em outros trabalhos. No entanto, nossa pesquisa sinaliza para diferentes mecanismos de recusa tecidos na trama cotidiana do não reconhecimento que potencializam o distanciamento entre as usuárias e o serviço de saúde.

O reconhecimento das estratégias que acionam as engrenagens da discriminação é um compromisso que gestores, profissionais e pesquisadores devem pactuar para o estabelecimento conjunto de ações de enfrentamento ao dispositivo da homofobia que impede, limita e prejudica o cuidado das travestis, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no SUS.

REFERENCIAS

- 1 - Butler J. Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". 2ª. Ed. Buenos Aires: Páidos, 2004.
- 2 - Leite Jr. J. Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. [Tese]. São Paulo(SP): Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- 3 - Lionço T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saude soc. 2008; 17(2):11-21.
- 4 - Seffner F; Parker R. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. Interface (Botucatu). 2016; 20(57): 293-304.
- 5 - Teixeira FB. Dispositivos de dor: saberes-poderes que conformam as transexualidades. São Paulo: Annablume- Fapesp, 2013.
- 6 - Pelúcio L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. Saúde Soc. 2011; 20(1):76-85.
- 7 - Fébole DS. A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS. [Dissertação]. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá; 2017.
- 8 - Paulino DB. Discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT entre médicos(as) da estratégia saúde da família. [Dissertação]. Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia; 2016.
- 9 - Ferreira BO. Babado, confusão e gritaria: vivências e reflexões da população LGBT no SUS. [Dissertação]. Teresina (PI): Universidade Federal do Piauí; 2016.
- 10 – Pereira EO. Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro. [Dissertação]. Brasília (DF):Universidade de Brasília; 2015.
- 11- Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da saúde; 2013.
- 12 Spink MJ; Menegon VM; Medrado B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Psicol. Soc. [online]. 2014; 26(1): 32-43 [cited 2016-11-17].
- 13- Benedetti M. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond; 2005.
- 14 – Bauer MW. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.189-217.
- 15- Almeida G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. Rev. Estud. Fem. 2012; 20(2):513-523.

- 16 - Carrijo GG. (Re)apresentações do outro: travestilidades e estética fotográfica. [Tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2012.
- 17 - Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico HIV/Aids 2017. Brasília (DF); 01 Dez 2017 [citado 30 Abr 2018]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hivaids-2017>.
- 18 - Bento B. A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3ª ed. Salvador: Devires, 2017.
- 19 – Pelúcio L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. Rev. Estud. Fem. 2006; 14(2): 522-534.
- 20 - Amaral M. Te desafio a me amar: desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans. [Tese]. Florianópolis /SC: Universidade Federal de Santa Catarina; 2017.
- 21 - Teixeira F. Juízo e sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório as travestis brasileiras para a Itália. In: Piscitelli A; Olivar JMN; Assis GO Organizadores. Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011, p. 225-262.
- 22 - Lomando E; Nardi H. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. Saúde em Debate. 2013; 37(98): 493-503.
- 23 - Lira AN; Morais NA. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. Temas psicol. 2016; 24(3):1051-1067.
- 24 - Arima AC; Freitas JL. O luto velado: a experiência de viúvas lésbicas em uma perspectiva fenomenológica-existencial. Trends Psychol. 2017; 25(4): 1467-1482.
- 25 Silva LKM, et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Physis. 2017; 27(3): 835-846.
- 26 Ministério da Saúde. Portaria MS n. 675 de 30 de março de 2006 que aprovou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasília (DF), 2006.
- 27 - Marques AM; Oliveira JM; Nogueira C. A população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica. Ciênc. saúde coletiva. 2013; 18(7): 2037-2047.
- 28 - Medeiros PF; Guareschi NMF. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. Rev. Estud. Fem. 2009; 17(1): 31-48.
- 29 – Brasil. Resolução RDC/Anvisa nº. 153, de 14 de junho de 2004. Determina o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos. Brasília (DF); 14 Jun. 2004 [citado 30 Abr 2018]. Disponível em: http://www.sbpcc.org.br/upload/noticias_gerais/320100416113458.pdf
- 30- Brasil. Resolução RDC nº 57, de 16 de dezembro de 2010. Determina o Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais. Brasília (DF); 16 Dez 2010 [citado 30 Abr 2018]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0057_16_12_2010.html.

31 – Brasil. Portaria MS nº 1.353, de 13 de junho de 2011. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos. Diário Oficial da União. 14 Jun 2011 [citado 30 Abr 2018]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1353_13_06_2011.html

32 - Lionço T. Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil. In: Relatorias em Direitos Humanos: Informe 2012-2014 Curitiba: Terra de Direitos, 1ª Edição, 2015 p. 21-31. [citado 30 Abr 2018]. Disponível em: http://www.plataformadh.org.br/files/2015/05/relatorias_em_dh_2012_2014.pdf

CAPÍTULO 2

MULHERES DO CÁRCERE: ASPECTOS DEPRESSIVOS E ANSIÓGENOS EM MÃES E COMPANHEIRAS DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 28/09/2020

Caroline Mayara Gabriel Coelho Ortiz

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2713463446637420>

Camila Santos de Assis

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5727151468408336>

Franciele Aparecida Silva

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2392259005089974>

Beatriz Santana dos Santos

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8237887547251939>

Cinthia Lira Vieira

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0916782703798683>

Marta Ferreira Bastos

Universidade São Judas Tadeu
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6109233147317737>

RESUMO: O modo de funcionamento de uma detenção altera a dinâmica e as condições de vida das famílias encarceradas, uma vez

que todos acabam por participar do processo de aprisionamento. Por isso, essa população torna-se, mesmo que indiretamente, vítima do confinamento dos filhos ou parceiros e tão privadas de liberdade quanto os condenados. Este estudo teve como objetivo verificar a existência de sintomas depressivos e ansiógenos em mães e companheiras de homens em situação de privação de liberdade em Centros de Detenção Provisório da cidade de São Paulo-SP. A amostra foi composta por 69 mulheres com idade a partir de 18 anos que tinham relação filial ou afetiva com homens presos. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com objetivo descritivo correlacional, coletada em campo, observacional com análise transversal. Foi utilizado um questionário sociodemográfico e a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão. Os resultados evidenciam níveis significativamente maiores para presença de sintomas depressivos e de ansiedade em mães de presidiários quando comparados aos níveis apresentados pelas companheiras.

PALAVRAS - CHAVE: homens privados de liberdade, mães de presos, companheiras de presos, ansiedade, depressão.

WOMEN IN JAIL: DEPRESSIVE AND ANXIogenic ASPECTS IN MOTHERS AND PARTNERS OF MEN DEPRIVED OF LIBERTY

ABSTRACT: The operation mode of a detention changes the dynamics and living conditions of incarcerated families, since everyone ends up participating in the process of imprisonment. Due to this, this population becomes, even if indirectly,

a victim of the confinement of sons or partners and as deprived of liberty as those convicted. This study aimed to verify the existence of depressive and anxiogenic symptoms in mothers and partners of men in situations of deprivation of liberty at the Provisional Detention Center (Centro de Detenção Provisória) in the city of São Paulo - SP. The sample consisted of 69 women aged 18 and over, who had a filial or affective relationship with prisoners. It is a quantitative research, with a correlational descriptive objective, collected in the field, observational, the data were analyzed in a transversal way. A sociodemographic questionnaire and the Hospital Anxiety and Depression Scale (HADS) were used. The results show significantly higher levels for the presence of depression and anxiety in mothers of inmates when compared to the levels presented by the partners.

KEYWORDS: men deprived of liberty, mothers of prisoners, partners of prisoners, anxiety, depression.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto verificar os sintomas de depressão e ansiedade experimentados por mulheres, mães e companheiras, que mantêm relação direta com homens que cumprem pena ou aguardam julgamento em Centros de Detenção na cidade de São Paulo. Nem sempre essa população foi considerada como parte do cárcere, no entanto, essas mulheres acabam por sofrer um estigma na sociedade e tornam-se vítimas do confinamento de seus filhos ou parceiros, tão privadas de liberdade quanto estes.

Na literatura, os autores abordam o conceito da prisão de forma coerente com o tema que está em pauta. Neste estudo, vamos considerar a definição encontrada na Constituição Federal de 1988 que se limita ao sentido que convém ao direito processual penal.

O termo prisão é encontrado indicando a pena privativa de liberdade (detenção, reclusão, prisão simples), a captura em decorrência de mandado judicial ou flagrante delito, ou ainda, a custódia consistente no recolhimento de alguém ao cárcere, e, por fim, o próprio estabelecimento em que o preso fica segregado (LIMA, 2017, p. 863).

No que tange ao direito, a detenção é interpretada da maneira mais concreta e constitucional possível. Contudo, independentemente dos impasses que possam existir na literatura, a segregação prisional atinge um público que vai além daquele que de fato transgrede a lei. Ao redor do detento há um complexo de relações, principalmente no que diz respeito ao contexto familiar. Os familiares muitas vezes acabam por sofrer mais do que o próprio indivíduo privado de liberdade, pois a família fica com a imagem física e moral exposta à sociedade (BRAGA, 2008).

A mãe do detento é a pessoa do âmbito familiar que mais sofre junto ao seu filho. Mesmo diante do sofrimento, da dor e da falta de esperança; as mães dos encarcerados se dispõem a continuar com as visitas, pois o afeto e o amor são sentimentos que sustentam e ligam o detento à realidade externa.

Um fato interessante a respeito da dinâmica de uma unidade prisional masculina é a não interrupção dos laços interpessoais entre a população encarcerada e o mundo externo, os quais, na maioria das vezes, não são desfeitos com a prisão do sujeito. Isto é evidenciado, sobretudo, pelas imensas filas formadas no lado de fora das cadeias brasileiras, nos finais de semana, constituídas predominantemente por esposas, namoradas, mães e irmãs (ZAGO, 2011, p. 11).

Essas mães se mantêm unidas e se apoiam por meio do que a sociedade instituiu como “maternidade”. Essas mulheres acreditam que o instinto materno vem acompanhado da obrigação de amarem e não abandonarem seus filhos, independentemente de suas ações e suas consequências. A mãe crê veementemente que é responsável pela formação de seus descendentes. Se o filho comete um delito, isso significa que ela, como mãe, não cumpriu o seu papel. É uma mistura de dor, culpa e fracasso (FEITOSA, 2017).

Frente a essa situação carcerária há o papel de uma segunda mulher. Federici, Humbelino e Santos (2017) e Schilling e Miyashiro (2008) relatam o estigma de que o indivíduo privado de liberdade e sua companheira são notados como uma única entidade, desta forma a sociedade considera que ambos devem ser punidos. Feitosa (2017) aborda o papel que as mães e as mulheres exercem no contexto carcerário e relata a existência de uma ligação subjetiva entre o detento e a realidade. Outro ponto que merece destaque no papel das mulheres associadas aos presos é a precariedade carcerária. Mães e companheiras tornam-se responsáveis pela manutenção das condições básicas dos encarcerados, como a higiene e a alimentação.

Em pesquisa sobre homens apenados e suas parceiras, Guimarães et al., (2006) menciona a transformação que ocorre dentro das famílias e dos lares por conta de mudanças econômicas e culturais. Concluiu-se que cada vez mais a figura feminina está à frente das famílias brasileiras e verificou-se a complexidade da vida das mulheres companheiras de presidiários que “são duplamente penalizados pelo acúmulo de responsabilidades: as funções domésticas, o cuidado dos filhos, a provisão econômica da família, o acompanhamento penal do companheiro e a baixa renda” (p. 50).

Delefrati e Novaes (2016) revelam que as revistas íntimas no momento da visita, expõem a realidade invasiva e rigorosa que comprometem a integridade física e psicológica das mulheres. Diante de todo contexto de história de vida, criação, dor, culpa, punição, consequências e exposição; essas mulheres estão sujeitas a desenvolver quadros depressivos e de ansiedade.

A ansiedade caracteriza-se por um sentimento de antecipação em relação ao futuro, marcado por expectativas e pensamentos de cunho negativo. O quadro de ansiedade generalizada denota-se pela presença de sintomas ansiosos excessivos presentes no período de pelo menos seis meses. Entre os sintomas estão: insônia, irritabilidade aumentada, dificuldade de concentração, entre outros. Agrupam-se também alguns sintomas físicos comuns como sudorese fria, taquicardia, dores musculares e outros

(DALGALARRONDO, 2008).

Além da ansiedade propriamente mencionada, também pode ocorrer os transtornos de ansiedade, tais como ataques de pânico, agorafobia e a fobia social (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002). O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) se caracteriza por meio da ansiedade e uma preocupação crônica que se torna difícil de lidar (FIRST, 2015).

Segundo Dalgalarrondo (2008), a depressão é caracterizada por humor triste e desânimo, seus principais sintomas são: tristeza e sentimento de melancolia, choro fácil e/ou frequente, apatia, irritabilidade aumentada, angústia ou desespero e desesperança. A depressão pode estar relacionada a fatores biológicos, genéticos ou neuroquímicos, bem como com o sentimento e a experiência de perda. Segundo o autor referido, “as síndromes e as reações depressivas surgem com muita frequência após perdas significativas: de pessoa muito querida, emprego, moradia, *status* socioeconômico, ou de algo puramente simbólico” (p. 309).

Baseado na literatura pertinente ao tema, a hipótese deste trabalho é que mães e companheiras de presidiários sofrem de sintomas depressivos ou ansiógenos, devido ao estigma e ao preconceito existentes na sociedade; a angústia frente à situação hostil física e psicológica na qual o cárcere se encontra; ao sentimento de culpa por parte das mães diante da situação atual de seus filhos; à dupla pena a qual as companheiras são condenadas; a angústia frente à realidade carcerária do Brasil e a exposição corporal e psíquica durante as revistas momento da visita.

2 | OBJETIVO

Diante das considerações expostas, o presente estudo teve como objetivo verificar a existência de sintomas depressivos e/ou ansiógenos em companheiras e mães de homens privados de liberdade em Centros de Detenção Provisória da cidade de São Paulo.

3 | MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com objetivo descritivo correlacional, coletada em campo, sendo ela observacional e de levantamento de dados, analisados de forma transversal. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu (parecer número: 2.658.508, CAEE: 89370518.0.0000.0089).

Foram entrevistadas 80 mulheres que se encontravam nas filas de dois Centros de Detenção Provisória (CDP), com idade a partir de 18 anos, mães ou companheiras de reclusos no CDP 1 e 2 da Chácara Belenzinho e CDP 1, 2 e 4 de Pinheiros, zona leste e zona sul da cidade de São Paulo, respectivamente. Do total de entrevistadas, 11 pessoas

foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa, pois tinham outro grau de parentesco ou algum diagnóstico psiquiátrico prévio. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi utilizado um questionário sociodemográfico desenvolvido pelas próprias pesquisadoras e a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HAD) para avaliação da presença de sintomas de ansiedade e depressão, validada para o português pelo professor e médico psiquiatra Dr. Neury José Botega da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (BOTEGA, BIO, ZOMIGNANI, GARCIA e PEREIRA, 1995), que autorizou o uso da escala.

A Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HAD) é composta por 14 questões objetivas, dividida em duas sub escalas: a primeira refere-se ao nível de ansiedade, é composta por sete questões e a nota de corte é de 8 pontos. A segunda diz respeito ao nível de depressão, é composta por sete perguntas e a nota de corte é 9 pontos. A pontuação global de cada uma dessas subescalas varia de 0 a 21 pontos. Segundo Botega et al. (1995), a escala leva em média quatro minutos para ser respondida. Para o cálculo da correlação entre os itens (ansiedade e depressão) o autor utilizou o teste não paramétrico *r* de Spearman aplicável a variáveis não contínuas e o alfa de Cronbach para medir a consistência ou confiabilidade interna das duas subescalas.

A análise dos resultados foi realizada pelo *software* GraphPad Prism 6.0. Inicialmente a normalidade dos dados foi realizada pelo teste de Shapiro Wilk. Como esses apresentaram distribuição normal, os níveis de ansiedade e depressão para mães e companheiras dos detentos foram comparados pelo teste *t* de Student.

4 | RESULTADOS

No que tange à caracterização da amostra, a pesquisa foi composta por 69 mulheres, sendo 55,1% mães com média de idade de $46 \pm 6,0$ anos e 44,9% companheiras com média de idade $27,5 \pm 4,19$ anos. A participante mais nova tinha 18 anos e a mais velha 58 anos.

Quanto à escolaridade, 50% das mães possuem o ensino fundamental incompleto; 18,4% ensino fundamental completo; 10,5% ensino médio incompleto; 13,1% ensino médio completo; 2,6% curso técnico completo; 2,6% ensino superior completo e 2,6% são analfabetas. Em contrapartida 22,5% das companheiras possuem o ensino fundamental incompleto; 16,1% ensino fundamental completo; 16,1% ensino médio completo; 29,1% ensino médio completo e 16,1% curso técnico incompleto.

No que tange à ocupação, 52,6% das mães exercem atividades remuneradas, 21% são autônomas, 2,6% aposentadas e 23,7% possuem outro tipo de ocupação. Já as companheiras, 38,7% desempenhavam atividades remuneradas, são 32,2% autônomas e 29% atuam em outros tipos de função.

Com relação ao tempo de cárcere, 94,7% dos filhos encontram-se em reclusão por

menos de um ano; 2,6% de cinco a oito anos e 2,6% de dez anos ou mais. Quanto aos companheiros, 64,5% estão presos há menos de um ano; 22,6% de um a dois anos; 9,7% de dois a cinco anos e 3,2% de cinco a oito anos.

Quanto ao tempo de relacionamento das participantes e seus companheiros, 12,5% variam de um a dois anos; 12,5% de dois a cinco anos; 12,5% de cinco a oito anos; 6,25% de oito a dez anos e 56,2% há mais de dez anos. Já o estado civil das mães, 36,8% são solteiras; 34,2% são casadas; 13,1% possuem união estável; 13,1% são divorciadas e 2,6% viúva.

Segundo a escala utilizada, foi detectada presença de ansiedade tanto nas mães quanto nas companheiras dos detentos, uma vez que a média das mães foi de $12 \pm 4,5$ pontos e das companheiras de $9,7 \pm 4,2$ pontos, sendo que a pontuação acima oito sugere presença de sintomas de ansiedade. Além disso, os níveis de ansiedade das mães foram significativamente maiores que o das companheiras ($p = 0,0236$), conforme ilustrado na Figura 1.

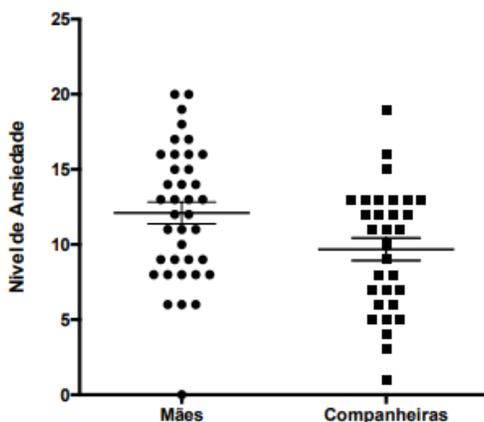


Figura 1. Nível da presença de sintomas de ansiedade, entre mães e companheiras de indivíduos privados de liberdade, avaliados pelo teste t de Student (* representa significância estatística, $p = 0,0236$).

Quanto aos aspectos depressivos, foi observado que as mães ($9,5 \pm 4,2$ pontos) apresentam sintomas depressivos, enquanto as companheiras não ($7,3 \pm 4,0$ pontos). De acordo com a HAD, apenas pontuações acima de nove sugerem presença de sintomas depressivos. Consequentemente, foi observado diferença significativa ($p = 0,0295$) quando comparado os níveis de depressão entre mães e companheiras (Figura 2).

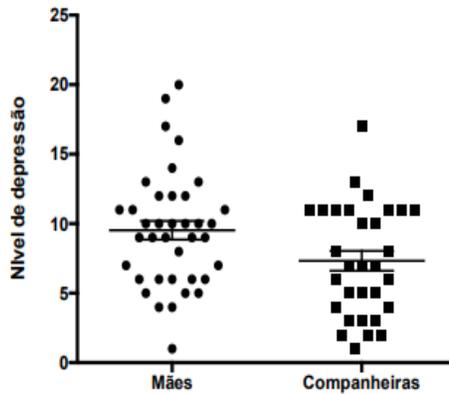


Figura 2. Nível da presença de sintomas de depressão, entre mães e companheiras de indivíduos privados de liberdade, avaliados pelo teste t de Student (*representa significância estatística, $p = 0,0295$).

5 | DISCUSSÃO

No presente estudo foi observado maiores níveis de ansiedade e depressão em mães de detentos quando comparados às companheiras. As mães muitas vezes são as figuras responsáveis pelo elo que une os filhos com a realidade externa, ajudando-os para que não percam sua identidade (PINTO e HIRDES, 2006). As mães, unidas pelo amor materno, esforçam-se para mantê-lo mesmo quando seus filhos cometem atos ilícitos condenados pela sociedade. Essas mulheres permanecem ligadas pelo amor incondicional aos seus descendentes, assumindo uma responsabilidade por acreditarem que ninguém mais estaria disponível para oferecer esse cuidado. Entretanto, desperta-se um sentimento de culpa por sentirem que não foram suficientemente boas nos cuidados e na educação dirigida aos filhos.

Os sentimentos ambivalentes, culpa e amor incondicional, parecem não estar presentes nas companheiras em concordância com Feitosa (2017) que observou níveis significativamente menores, tanto de ansiedade como de depressão em população semelhante.

Alguns fatores que podem corroborar para a depressão dessas mães são os contextos sociodemográficos. De acordo com pesquisa realizada por Oliveira (2015), o impacto da privação de liberdade no contexto sociofamiliar, o estigma (GOFFMAN, 2004) causado pelo cárcere e, principalmente, as dificuldades e hostilidades enfrentadas no atendimento dentro do sistema prisional, exigem que as mulheres se adaptem à nova situação, bem como às normas e às regras do presídio.

O preconceito sofrido pela família frente à sociedade (OLIVEIRA, 2015) é um aspecto relevante dentro desse contexto. Quando o preso tem um comportamento considerado

“bom” e merecedor da liberdade, a família também passa ser vista de forma positiva, porém, quando o detento tem condutas “ruins” em cárcere ou não se submete às normas da instituição, os familiares tendem a ser vistos de maneira negativa (JARDIM, 2010).

Mesmo havendo diferença estaticamente significativa entre mães e companheiras, ambas apresentam sintomas de ansiedade. Um fator que pode ser desencadeador dos sintomas é o processo de visita e os protocolos aos quais são, obrigatoriamente, submetidas. Segundo Delefrati e Novaes (2016), mulheres em situação de revista íntima, relatam vergonha, constrangimento, humilhação e sentimento de invasão, sendo tratadas com desprezo e de maneira hostil frente às normas e regras institucionais.

Quanto as companheiras, os sintomas de ansiedade podem ser vivenciados diante da pressão para manter o namoro ou o casamento, visto que os reclusos tendem a colocar essas mulheres em um relacionamento abusivo por ciúme, exigindo muitas vezes provas de lealdade. Não foram encontrados estudos que abordassem diretamente a ansiedade nas mães dos detentos, porém, os sintomas por elas apresentados podem estar relacionados com fatores sociais que exigem adaptação da família ao contexto carcerário, penal e à exposição (ANDRADE, 2015).

Jardim (2010) apontam ambiguidade na participação da família no processo de tratamento penal. Observou-se que em parte a participação dos parentes tinha um papel de “apoio” diante do ambiente de privação, porém, a mesma presença também era vista como uma ameaça, pois muitas vezes a família é a responsável pelas trocas informais que ocorrem no interior da prisão.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modos de funcionamento de uma detenção alteram a dinâmica e condições de vida das famílias dos infratores, visto que seus membros participam de todo processo de privação da liberdade. Identificou-se que as mães apresentam maiores níveis de sintomas relacionados a quadros depressivos se comparadas às companheiras, pois apresentam sentimento de culpa por considerarem que não foram mães suficientemente boas nos cuidados e na educação de seus filhos. Em contrapartida, ambos os grupos experimentam sintomas ansiógenos que podem ser elucidados pelo contexto de julgamento no qual são inseridas a partir do momento que filhos ou companheiros são privados de liberdade, porém, o grupo de mães tende a ser mais ansioso em comparação ao grupo de companheiras.

Ainda que a pesquisa tenha sido realizada com número relativamente considerável de mães e companheiras de presos, há uma população muito maior a ser estudada, observada e acolhida. Frente a isso, tem-se a necessidade de mais estudos acerca dos sentimentos e da saúde mental das “mulheres do cárcere”, visto que na literatura têm sido privilegiados estudos sobre aspectos emocionais e sobre as condições de vida do sujeito privado de liberdade em detrimento de pesquisas sobre suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

ANDRADE, Carla Coelho de, et al. **O desafio da reintegração social do preso: Uma pesquisa em estabelecimentos prisionais**, Texto para Discussão, 2015, n. 2095, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/121582>. Acesso de 28 Set. 2020.

BOTEGA, Neury José, et al. **Transtornos do humor em enfermarias de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 359-363, Out. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101995000500004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 28 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000500004>

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-26112008-073857/pt-br.php>>. Acesso em 28 Set. 2020.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 520 p.

DELEFRATI, Kézia Camargo; NOVAES, Elizabete David. **Mulheres em revista: uma reflexão sobre a revista vexatória às mulheres de presos e a violação dos direitos fundamentais**. Revista Ciência e Sociedade, Macapá, v. 1, n. 1, n.p., Jan./Jul. 2016. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/cienciaesociedade/article/view/2342/1230>>. Acesso em 28 Set. 2020.

FEDERICI, Jéssica Fernandes; HUMBELINO, Taynara Moraes; SANTOS, Irenilda Angêla. **Mulher de preso: expressões da violência de gênero**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2, 2017, Florianópolis, n.p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180054/101_00534.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 Set. 2020.

FIRST, Michael. **Manual de diagnóstico diferencial do DSM-IV-TR**. Porto Alegre: Artmed, 2015. 338p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: LTC, 2004. 160p.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano et al. **Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos**. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 48-54, Dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 28 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000300007>.

JARDIM, Ana Caroline Montezano Gonsales. **Famílias e prisões: (sobre)vivências de tratamento penal**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5187#:~:text=Este%20trabalho%20busca%20conhecer%20e,complexo%20que%20%C3%A9%20a%20pris%C3%A3o>>. Acesso em 28 Set. 2020.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de processo penal**. Salvador: JusPODIVM, 2017. 1855 p.

OLIVEIRA, Lillyan Ferreira de. **Os impactos causados pelo cárcere no contexto sociofamiliar**. 2015. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <https://www.ucv.edu.br/fotos/files/TCC-2015-1_Lilyan.pdf>. Acesso em 28 Set. 2020.

PINTO, Guaraci; HIRDES, Alice. **O processo de institucionalização de detentos: Perspectivas de reabilitação e reinserção social**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 678-683, Dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000400009>. Acesso em 28 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000400009>.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e estigma na atualidade**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 2, p. 243-254, Aug. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000200003&script=sci_abstract&tng=pt>. Acesso em 28 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000200003>

ZAGO, Adriano Volvei. **Um estudo sobre a escolha amorosa de mulheres por homens na condição de presidiário**. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-21072011-160617/en.php>>. Acesso em 28 Set. 2020.

CAPÍTULO 3

MULHERES QUE DESEMPENHAM O DUPLO PAPEL E HABILIDADES DE VIDA

Data de aceite: 01/11/2020

Cristina Villaseñor Rodríguez

Facultad de Psicología, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (U.M.S.N.H.). Morelia, Michoacán, México.

Laura Hernández Barrera

Facultad de Psicología, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (U.M.S.N.H.). Morelia, Michoacán, México.

Belem Medina Pacheco

Facultad de Psicología, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (U.M.S.N.H.). Morelia, Michoacán, México.

RESUMO: Habilidades de vida são habilidades que permitem que você enfrente as dificuldades que surgem na vida cotidiana. É por isso que desempenham um papel muito importante na execução com sucesso de diferentes áreas psicossociais, ou seja, condições internas e externas da vida cotidiana (Papalia, Wendkos e Duskin, 2010). O objetivo desta pesquisa foi: analisar as habilidades disponíveis para mulheres adultas que desempenham um papel duplo, ou seja, mulheres que trabalham e realizam atividades domésticas, a fim de criar estratégias que promovam a autogeração dessas e também promovam uma maior qualidade de vida.

Para esta pesquisa utilizou-se metodologia mista, utilizando-se o método fenomenológico para estágio qualitativo e projeto explicativo sequencial

para quantitativo. Como instrumento, a escala GENCAT (2009) foi aplicada a 68 pessoas, que foi utilizada como pré-teste e pós-teste (da oficina ao vivo), a fim de obter maior precisão nos resultados. Posteriormente, foi idealizado e ministrado um workshop de experiência chamado “Conhecendo minhas Habilidades de Vida”, que teve como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades de vida nos participantes da pesquisa. Para a implantação desta oficina, a população foi constituída por oito mulheres entre 30 e 50 anos que exercem um papel duplo, com média de 38 anos e que residem na cidade de Morelia, Michoacán. Os resultados constataram que o desenvolvimento pessoal e o bem-estar emocional dos oito participantes estão em alto e muito alto nível, indicando que houve diferenças significativas nessas áreas após a implantação da oficina. Esses resultados foram baseados em dados obtidos da Escala GENCAT, em conjunto com os discursos que os participantes externaram. Por fim, conclui-se que o desenvolvimento de habilidades de vida, embora não seja um fator determinante, promove o aumento da qualidade de vida, uma vez que pode-se observar que pode gerar nas pessoas um melhor estado de saúde e maior bem-estar.

PALAVRAS - CHAVE: habilidades de vida, qualidade de vida, mulheres trabalhadoras, papéis duplos.

WOMEN PLAYING THE DOUBLE ROLE AND THE SKILLS FOR LIFE

ABSTRACT: Life skills are skills that allow you to face the difficulties that arise in day to day.

That is why they play a very important role to successfully perform different psychosocial areas, that is, internal and external conditions of daily life (Papalia, Wendkos and Duskin, 2010). The objective of this research was: to analyze the skills that adult women who play a double role have, that is, women who work and carry out domestic activities, in order to create strategies that promote their self-generation and likewise promote a higher quality of life. For this research, a mixed methodology was used, using the phenomenological method for the qualitative stage and the sequential explanatory design for the quantitative one. As an instrument, the GENCAT scale (2009) was applied to 68 people, which was used as a pre-test and post-test (of the experiential workshop), in order to obtain greater accuracy in the results. Subsequently, an experiential workshop called "Knowing my life skills" was designed and given, which aimed to promote the development of life skills in the research participants. For the application of said workshop, the population was made up of eight women between 30 and 50 years old who exercise a double role, with an average of 38 years old and who live in the city of Morelia, Michoacán. The results obtained showed that the personal development and emotional well-being of the eight participants are at a high and very high level, which indicates that there were significant differences in these areas after the application of the workshop. These results were based on the data obtained from the GENCAT Scale, in conjunction with the speeches that the participants gave. Finally, it is concluded that the development of life skills, although not a determining factor, does promote an increase in the quality of life since it could be observed that it can generate a better state of health and greater well-being in people.

KEYWORDS: life skills, quality of life, working women, dual role.

INTRODUÇÃO

Habilidades de vida são comportamentos aprendidos que as pessoas usam para lidar com situações cotidianas. Essas habilidades dependem dos contextos em que ocorrem; outros fatores, como normas sociais e expectativas da comunidade sobre cada indivíduo.

Além disso, o grau de desenvolvimento dessas habilidades pode variar dependendo do estágio em que a pessoa está localizada. Segundo Papalia, Wendkos e Duskin (2010), os seres humanos passam por um processo de mudança ao longo da vida, que é chamado de <desenvolvimento humano> e se refere ao estudo científico da mudança e estabilidade durante o ciclo de vida humano, esse processo se concentra nas transições na vida de uma pessoa e sua experiência em relação a essas mudanças.

Por outro lado, as habilidades contribuem para enfrentar com sucesso os desafios do cotidiano, decorrentes das constantes mudanças que as pessoas vivenciam nas diferentes áreas ou áreas em que as pessoas executam e formam o padrão de qualidade de vida; o que leva à pergunta: A que se refere a qualidade de vida?

Cardona (2005) menciona que a Organização Mundial da Saúde define a qualidade de vida como percepção individual de seu lugar na existência, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação às suas expectativas, padrões e preocupações.

Ardila (2003), por outro lado, propõe um conceito integrativo para definir a qualidade

de vida como estado de satisfação geral, derivado da realização do potencial da pessoa. Possui aspectos subjetivos e aspectos objetivos. É um sentido subjetivo de bem-estar físico, psicológico e social. Inclui como aspectos subjetivos: intimidade, expressão emocional, segurança percebida, produtividade pessoal e saúde percebida. Ele também menciona que para que as pessoas tenham qualidade de vida elas precisam se sentir seguras, produtivas e capazes de expressar suas emoções e, ao mesmo tempo, compartilhar sua intimidade.

JUSTIFICAÇÃO

A mulher do século 21 tem um ritmo complicado de vida sendo dona de casa, esposa, mãe e profissionalista. Muitos alcançaram o sucesso no trabalho através de sua dedicação, tempo e esforço; mas em troca disso há um grande sacrifício em outras áreas como: o tempo que é subtraído do casal, das crianças e principalmente deles mesmos.

Essa diminuição no tempo não é premeditada, mas como resultado de um ritmo de vida absorvente e acelerado, por causa disso a mulher teve que desenvolver várias habilidades de vida.

Habilidades de vida são comportamentos aprendidos que as pessoas usam para lidar com situações problemáticas no cotidiano. Essas habilidades são adquiridas através de treinamento intencional ou experiência direta através de modelagem ou imitação. A natureza e a forma de expressão dessas habilidades são mediadas pelos contextos em que ocorrem; portanto, dependem de normas sociais e expectativas da comunidade sobre seus membros. Essas habilidades contribuem para enfrentar com sucesso os desafios do cotidiano nas diferentes áreas ou áreas em que a pessoa, família, escola, amigos, trabalho ou outros espaços de interação realizam. Por essa razão, considera-se uma necessidade vital para que a mulher de hoje ofereça espaços de reflexão e acompanhamento emocional, a fim de desenvolver habilidades sociais que lhes permitam renunciar a seus papéis para auto-gerar satisfação pessoal.

OBJETIVO GERAL

Analisar as habilidades das mulheres adultas que desempenham um papel duplo, ou seja, mulheres que trabalham e realizam atividades domésticas, a fim de criar estratégias que promovam sua autogera e também promovam o aumento de sua qualidade de vida.

MÉTODO

Para responder à pergunta da pesquisa, como o desenvolvimento de habilidades de vida influencia a qualidade de vida das mulheres que desempenham o duplo papel? Utilizou-se metodologia mista, utilizando-se método fenomenológico para a parte qualitativa.

De acordo com a metodologia utilizada, foi idealizado e aplicado um workshop

de experiência teórica com o objetivo de gerar maior interação entre os participantes para narrar sua própria experiência e um desenho explicativo sequencial para a parte quantitativa, que foi caracterizado pela aplicação do instrumento GENCAT (Carrasco, M. 2009) a 68 mulheres. Posteriormente, a partir desta amostra de 68 pessoas, apenas 8 participantes foram trabalhadas, que receberam um workshop para promover e comparar suas habilidades e qualidade de vida. Portanto, as participantes desta pesquisa foram 8 mulheres entre 30 e 50 anos escolhidas aleatoriamente, da cidade de Morelia, Michoacán, com os seguintes critérios de inclusão: realizar uma atividade de trabalho, além de se dedicarem ao lar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos são apresentados em um grupo de dez categorias, que são explicados da seguinte forma: 1) Conhecimento de si mesmo, 2) Empatia, 3) Comunicação Eficaz, 4) Gestão da Emoção, 5) Tomada de Decisão, 6) Relações Interpessoais, 7) Resolução de Problemas, 8) Pensamento Crítico, 9) Pensamento Criativo e 10) Gestão do Estresse.

Cada uma das categorias é dividida abaixo:

Categoria 1. Conhecimento de Si Mesmo

Esta categoria refere-se ao auto-know-how; ou seja, o quanto a pessoa reconhece seus pontos fortes, suas fraquezas, oportunidades e também suas ameaças e como usa seus recursos para resolver conflitos da vida cotidiana.

É a capacidade de conhecer nossos próprios pensamentos, reações, sentimentos, o que gostamos ou não, quais são nossos limites e pontos fortes ou fracos (Muñoz e Montoya, 2009).

Uma característica comum dos participantes foi a incapacidade de reconhecer os próprios pontos fortes, pois era mais fácil para eles olhar para os pontos fracos.

Outro ponto importante a se destacar nesta categoria é que os participantes referiram não saber a forma de reagir aos próprios sentimentos e isso leva a não saberem expressá-los, ou seja, grande parte deles afirma não ter tempo para expressar tristeza e medo, por medo de ser julgada por sua família. Em suas falas sobre esse exercício, observou-se que alguns dos participantes inicialmente tiveram dificuldade em reconhecer as próprias forças, que no final conseguiram identificar para realizar a atividade. Consideram-se mulheres fortes e responsáveis, tanto em casa como no trabalho, são também mulheres corajosas que enfrentam as adversidades com coragem; eles são resilientes e comprometidos.

Para os participantes foi menos complicado descrever as suas fragilidades, visto que os conhecem melhor, talvez porque no seu sistema familiar geralmente lhes dizem o que fazem de errado e não o que fazem bem, isto é; Reconhecem seus erros, mas não seus acertos, com base em suas próprias falas, portanto, costumam receber comentários de

seus entes queridos sobre suas fragilidades e não sobre suas habilidades / potencialidades.

Os participantes são considerados intolerantes e pouco empáticos, preconceituosos, são inseguros. Em relação à saúde e às atividades físicas, não têm disciplina; eles o deixam em segundo plano. Também consideram que costumam ser exigentes consigo mesmas, pois estão acostumadas a trabalhar sob muito estresse. Além do exposto, deve ser mencionado que uma fraqueza muito geral dos participantes é a supressão de emoções e sentimentos. Raramente expressam suas emoções porque aludem a não ter tempo para elas.

Categoria 2. Empatia

Esta categoria refere-se à capacidade de acompanhar outro ser humano na própria perspectiva, sem julgamento. Serve para imaginar e sentir como é o mundo a partir da própria percepção, a fim de compreender e dar suporte de uma forma mais solidária. É a capacidade de saber o que a outra pessoa está sentindo ou mesmo o que a outra pessoa pode estar pensando. As pessoas com maior capacidade de empatia são aquelas que melhor sabem “ler” os outros, ou seja, são aquelas que são capazes de captar grande quantidade de informações sobre o outro a partir da sua linguagem não verbal, das suas palavras, dos tom de voz, postura, expressão facial, etc. E com base nessa informação, eles podem saber o que está acontecendo dentro deles, o que estão sentindo. Segundo Balart (2013), empatia é a capacidade de compreender as necessidades, sentimentos e problemas dos outros, colocando-se no seu lugar e, assim, ser capaz de responder corretamente às suas reações emocionais. Empatia é uma habilidade que, de acordo com a fala de alguns dos participantes, consideram importante para estabelecer relações, porém, não a têm desenvolvida em sua maioria. Segundo seus argumentos, o preconceito é uma barreira que os impede de ter empatia no estabelecimento de relacionamentos. Visto que, de acordo com a presente análise, diferenças em crenças e modos de vida os impediram de ter empatia com os outros.

Ou seja, os costumes, as tradições e o modo de viver e pensar dos participantes têm impedido ambos de estabelecer relações interpessoais e se tornarem íntimos deles, portanto, há uma incapacidade de empatia.

Categoria 3. Comunicação Efetiva

Esta categoria refere-se à capacidade de se comunicar de forma assertiva; isto é, expressar de forma clara e precisa o que é pensado e necessário. Também tem a ver com a expressão de emoções e sentimentos sem esquecer os valores pessoais e levando em consideração os sentimentos de quem o recebe.

Uma forma de se comunicar de maneira eficaz com assertividade é afirmar seus próprios pontos de vista, direitos, sentimentos e necessidades, respeitando as outras pessoas.

Segundo Llacuna e Pujol, em 2004, comunicação eficaz consiste em expressar

sentimentos, pensamentos e opiniões na hora certa, de forma adequada e sem negar e desconsiderar os direitos dos outros.

Como característica dessa categoria, pode-se destacar que os participantes consideram, a partir de sua própria experiência, sua dificuldade em expressar desejos, sentimentos ou pensamentos assertivos, ou seja, sua comunicação costuma não ser efetiva e isso tem causado problemas em seus relacionamentos interpessoais, principalmente com Seu casal. Tem sido uma característica que tem desencadeado a separação da maioria dos participantes com os seus parceiros e a principal causa que causa conflitos nas suas vidas.

Categoria 4. Relações Interpessoais

Esta categoria refere-se à capacidade de gerar e manter relações sociais, conviver com pessoas diferentes, ter amigos e conviver com pessoas (vizinhos, colegas, etc.).

O bom relacionamento com os outros é fonte essencial para a felicidade pessoal e até, em muitos casos, para o bom desempenho no trabalho. E isso acontece por saber lidar e se comunicar com aquelas pessoas que são amigas ou próximas de nós, mas também com pessoas que não sugerem vibrações muito boas, pois essa empatia é importante e saber se comunicar de forma assertiva.

A partir dessa análise, a característica comum que os participantes apresentam é que é mais fácil para eles estabelecerem um relacionamento interpessoal; entretanto, a dificuldade está em mantê-los, principalmente nas relações de amizade e de casal. Além disso, Sanguinet (2016) menciona que as competências influenciam o desempenho de uma pessoa no trabalho, a forma como se relaciona com a família e os amigos, os hábitos de saúde que possui e o quão integrado o indivíduo está na sociedade.

Categoria 5. Gestão de Tensão E Estresse

O estresse é um conjunto de alterações que provoca um estado de fadiga mental decorrente da demanda por um desempenho muito superior ao normal; geralmente causa vários distúrbios físicos e mentais, desde dores no corpo até doenças psicossomáticas que alteram o estado de saúde. Por isso, a capacidade de gerenciar sentimentos e emoções é considerada de extrema importância, o que se refere à forma como as tensões e o estresse que surgem no dia a dia são tratados na resolução de um problema ou conflito e do que Assim, essas situações são enfrentadas de forma a não afetar terceiros ou a própria saúde. Segundo Montoya e Muñoz (2009), o manejo da tensão e do estresse tem a ver com a capacidade de saber quais são as situações que causam estresse e de poder canalizá-las para que não afetem a saúde.

O que se observou como característica, segundo o discurso da maioria dos participantes desta categoria, é que elas vêm se resolvendo com o estresse, a pressão de tomar a decisão de ser mãe, trabalhadora, esposa e a maioria do lar, fez com que vivessem com a tensão.

Outra característica em comum é que são pessoas acostumadas a manter o controle

dos filhos e das despesas domésticas e financeiras, mesmo que isso implique uma vida cheia de tensão e estresse. Por fim, cabe destacar que as mulheres participantes vivenciam o estresse no dia a dia devido às diversas atividades que desenvolvem atualmente, sendo trabalhadoras, donas de casa, mães de família e algumas delas esposas.

Categoria 6. Tomada de Decisões

Tomar uma decisão é um processo reflexivo que requer tempo para avaliar as diferentes opções e também as consequências de cada decisão. Muitas vezes, as pessoas exigem muito de si mesmas quando querem tomar uma decisão e aspiram a acertar em suas escolhas quando na realidade, na vida, há erros e acertos e não importa o caminho percorrido porque em cada uma das opções decisão, os riscos são assumidos.

Uma característica desta categoria é que na maioria das vezes os participantes agem de forma muito impulsiva, pois dizem que não raciocinam antes de suas ações, deixando-se levar pelo instinto, como alguns deles o descrevem, o que pode ser devido à tomada de As decisões tornam-se mais complicadas ao tentar escolher uma opção em condições estressantes, conforme mencionado por Mangrulkar, Whitman e Posner (2001). Da mesma forma, há uma falta de habilidade de planejamento, que segundo Morales, Benítez e Agustín (2013) referem-se a atividades alternativas diante de uma situação incômoda, tomar decisões realistas sobre como realizar uma tarefa e determinar qual delas. dos muitos problemas, é o mais importante.

Categoria 7. Gestão de Problemas e Conflitos

Esta categoria refere-se à forma como os conflitos e problemas que surgem no dia a dia são resolvidos. Essa capacidade pretende ser resolvida de forma analítica, optando por tomar as melhores decisões para a pessoa.

É a capacidade de encontrar a solução mais adequada para um problema / conflito, identificando oportunidades de mudança e crescimento pessoal e social (Montoya e Muñoz, 2009).

Em relação à habilidade anterior, a principal característica desta categoria é observada em que os participantes procuram focar no seu bem-estar ao tomar uma decisão e às vezes não sabem se afetam terceiros, que estão longe de resolver um conflito. Eles podem gerar outro ao não resolvê-lo de forma adequada e não buscar alternativas diferentes onde ambas as partes obtenham um benefício. Percebe-se que predomina a falta de competências alternativas, que consistem em ajudar quem precisa, compartilhar, buscar chegar a acordos, usar várias formas de resolver situações difíceis, entre outras, conforme mencionado por Morales, Benítez e Agustín (2013).

Categoria 8. Gestão de Sentimentos e Emoções

Em nossa cultura mexicana existem frases como “garotas bonitas não se zangam” ou “homens valentes não choram”, que têm gerado grande impacto na hora de expressar emoções e sentimentos, pois a tendência geral é reprimi-los. É o caso dos participantes

no próprio manejo dessa habilidade chamada manejo de sentimentos e emoções. Tem a ver com a capacidade de reconhecer os próprios sentimentos e saber quando e como expressá-los.

A principal característica dessa categoria é que todos os participantes têm dificuldade para se expressar emocionalmente, pois, segundo suas falas, o contato com seus sentimentos os leva a tocar em sentimentos de vulnerabilidade, culpa, amargura. Alguns deles dizem que não têm tempo para parar para o contato, tanto com suas emoções quanto com seus sentimentos, da mesma forma, sua expressão costuma ser nula. É muito importante acrescentar que as participantes que não contactam ou expressam sua tristeza são mulheres que expressam e contactam facilmente com a raiva. Por outro lado, os participantes que contactam sua tristeza com mais facilidade tendem a ter dificuldade para expressar e contatar sua raiva. Além do exposto, foi possível observar e analisar que as participantes que mais se contactam com a raiva são mulheres que se reconhecem como fortes, algumas delas com poder e seguras de si, ao contrário de como se sentem ao entrarem em contato com a sua tristeza, porque mencionam sentir-se fracas e pequenas, e algumas delas, derrotadas se mostram o seu lado sensível, que relacionam com a tristeza, porque para elas, é reconhecer-se e julgar-se mulher vulnerável perante si e os outros. Ao contrário, as mulheres participantes que facilmente reconheceram seu contato interior com a tristeza e também sua expressão, são mulheres que se autodenominam sensíveis. No entanto, dificilmente expressam sua raiva, pois isso está relacionado a parecer mesquinhos e agressivos.

Categoria 10. Pensamento Criativo

É a capacidade de encontrar ideias ou alternativas diferentes às já estabelecidas numa determinada situação, isto de forma a proporcionar uma visão diferente e ter mais opções na escolha ou resolução de qualquer discrepância. O pensamento criativo tem a ver com a capacidade de inovar, de ter um pensamento mais flexível.

A principal característica desta categoria é que é difícil para os participantes encontrarem alternativas diferentes para resolver um conflito. Inovar, pesquisar ou criar é algo a que não estão habituados.

Categoria X Pensamento Crítico

Esta categoria refere-se à capacidade de analisar objetivamente qualquer situação que implique razão.

A principal característica desta categoria é observada em que os participantes estavam analisando a situação de vida de cada um, expressando apoio e alguns argumentos que poderiam servir de solução para as adversidades que lhes são apresentadas. Eles foram capazes de analisar e aplicar diferentes conceitos vistos ao longo do workshop e também identificaram introjetos (crenças) que mais tarde foram deixados de lado.

Para concluir a análise qualitativa pode-se afirmar que, embora as competências

não sejam completamente desconhecidas dos participantes, existem algumas onde mais precisam trabalhar e que são consideradas de extrema importância para um maior sucesso na vida, tais competências segundo os seus discursos são: autoconhecimento, gestão de emoções e sentimentos, relações interpessoais, empatia y comunicação efetiva. A análise quantitativa de acordo com os resultados obtidos, mostrou que as habilidades de vida dos 8 participantes antes de realizar o workshop estavam em um nível baixo e médio, enquanto ao final da mesma obtiveram um nível médio, médio alto e alto, o que indica que houve diferenças estatisticamente significativas entre o pré-teste e o pós-teste do workshop de acordo com o instrumento de qualidade de vida GENCAT. Essa habilidade foi previamente relacionada às seguintes áreas: “bem-estar emocional”, “desenvolvimento pessoal”, “bem-estar material”, “bem-estar emocional”, “direitos”, “autodeterminação” e “bem-estar físico” do instrumento utilizado (GENCAT).

Na habilidade denominada “empatia”, 75% dos participantes consideram de grande importância o estabelecimento de relações interpessoais. Essa habilidade está relacionada à área de “relacionamento interpessoal” e “bem-estar emocional”. Ressalta-se que quantitativamente, na área de relacionamento interpessoal não houve diferenças estatisticamente significativas.

Na habilidade “comunicação efetiva”, 75% dos participantes divorciados atribuem que uma das causas mais importantes de sua separação foi a má comunicação com seus ex-companheiros; enquanto as demais a consideram a principal causa de suas diferenças com os parceiros e relações de trabalho. Esta capacidade está relacionada com as áreas do GENCAT de “relações interpessoais”, “autodeterminação”, “direitos” e “inclusão social”. Em autodeterminação, direitos e inclusão social não houve diferenças estatisticamente significativas de acordo com a avaliação quantitativa.

Na habilidade denominada “relacionamento interpessoal”, 75% dos participantes conseguem gerar relacionamentos interpessoais com facilidade, porém, é difícil para eles mantê-los. Esta capacidade está relacionada com as áreas do GENCAT, “relações interpessoais” e “inclusão social”, que, conforme referido anteriormente, não diferiram significativamente.

Na habilidade “gestão de problemas e conflitos”, 25% dos participantes resolvem problemas e conflitos por impulso enquanto os 75% restantes param para analisar possíveis soluções. Essa habilidade está relacionada à área do instrumento “bem-estar emocional” e “desenvolvimento pessoal”, nas quais houve diferenças significativas.

Na habilidade “gerenciamento de estresse e tensão”, 75% das mulheres participantes consideram o estresse como parte de seu dia a dia. Essa habilidade está relacionada ao “bem-estar físico” e ao “desenvolvimento pessoal”, dos quais existiam apenas diferenças no desenvolvimento pessoal, conforme já mencionado.

Na habilidade “tomada de decisão”, 62,5% dos participantes analisam as opções antes de tomar uma decisão, principalmente se for importante. As áreas de relacionamento

com a escala GENCAT são autodeterminação, direitos e bem-estar material, nenhuma das quais apresentou diferenças significativas.

Na habilidade “administrar sentimentos e emoções”, 87,5% dos participantes tendem a desviar suas emoções e sentimentos, e como mencionado acima costumam deixar essa parte de lado por falta de tempo. Podemos afirmar que nessa habilidade que está relacionada às áreas de bem-estar emocional e desenvolvimento pessoal existem diferenças significativas, visto que nas duas áreas avaliadas há diferenças.

Na habilidade “pensamento criativo”, 50% dos participantes usam essa habilidade na resolução de problemas, principalmente no dia a dia. Essa habilidade está relacionada à área de autodeterminação da escala, na qual não houve diferenças significativas de acordo com a avaliação.

Na habilidade “pensamento crítico”, 75% das participantes consideram que possuem essa habilidade altamente desenvolvida, pois o fato de ser mãe as leva a analisar situações que têm a ver com o bem-estar de seus filhos. Essa habilidade está relacionada à área de “autodeterminação” e “direitos”, nas quais não há diferenças conforme já mencionado.

As habilidades em que ocorreram diferenças quantitativas após o workshop foram:

- Bem-estar emocional: De acordo com os resultados obtidos, houve diferenças estatisticamente significativas, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

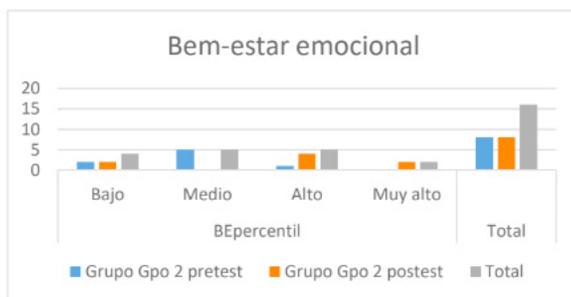


Tabla 3. Bem-estar emocional

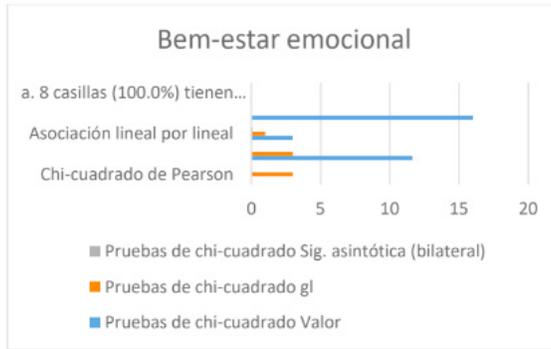


Tabla 4. Bem-estar emocional

- Desenvolvimento pessoal: De acordo com os resultados, houve diferenças estatisticamente significativas, conforme mostrado no gráfico a seguir:

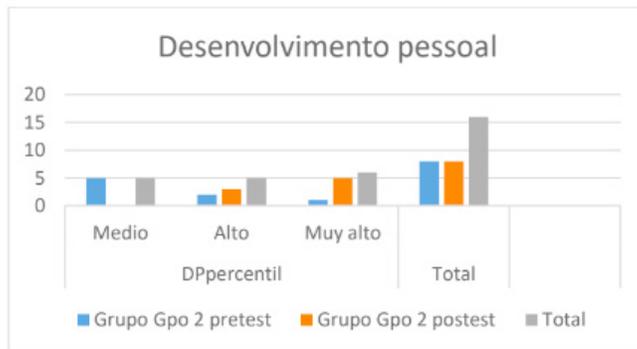


Tabla 5. Desenvolvimento pessoal

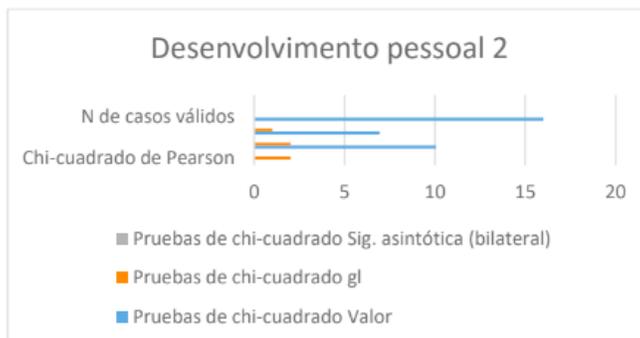


Tabla 6. Desenvolvimento pessoal 2

Por fim, constatou-se que o autoconhecimento implica que as mulheres reconheçam suas próprias habilidades desenvolvidas, bem como as subdesenvolvidas, o que pode se manifestar como um ponto de partida para iniciar uma melhoria na qualidade de vida, uma vez que em seus discursos compartilham que a não se conhecerem os impede de desenvolver outras habilidades.

Por outro lado, a comunicação efetiva está intimamente relacionada às relações interpessoais, à empatia e ao manejo de emoções e sentimentos, uma vez que os participantes vivenciaram problemas em seus relacionamentos por não expressarem claramente o que pensam, querem e sentem, o que eles atua como um obstáculo ao não estabelecer vínculos significativos e duradouros que sirvam de rede de apoio. Ao mesmo tempo, se uma pessoa não demonstra interesse em compreender a emocionalidade do outro, também não será capaz de se relacionar de forma adequada ou significativa.

O gerenciamento de problemas e conflitos está relacionado à tomada de decisão, ao pensamento criativo e ao pensamento crítico, pois quando os participantes se deparam com uma situação conflitiva, às vezes não conseguem identificar outras alternativas que possam solucionar o problema. problema e / ou não realizar um equilíbrio de decisão que permita ter em conta as vantagens e desvantagens das várias opções.

Da mesma forma, o gerenciamento inadequado do estresse pode fazer com que as pessoas tomem decisões que realmente não escolheriam naquela situação se estivessem calmas; Por isso é importante canalizá-lo ou enfrentá-lo com várias técnicas que possam reduzi-lo, uma vez que eliminá-lo por completo não é possível devido aos diferentes papéis que os participantes desempenham em seu cotidiano.

CONCLUSÕES

As competências para a vida são importantes para o ser humano, visto que promovem estilos de vida mais saudáveis, ajudando as pessoas a reduzir o risco de doenças psicossomáticas, visto que lhes permitem enfrentar o cotidiano de forma mais resiliente e com menos stress. Ressalta-se que, embora o desenvolvimento dessas habilidades não seja um fator determinante da qualidade de vida, ela produz um efeito sobre ela, ajudando a promovê-la. Da mesma forma, a importância desta pesquisa ao envolver habilidades de vida com qualidade de vida é que não só favorecem a contribuição de comportamentos saudáveis para o indivíduo, mas também para seu meio social, sendo adotada como estratégia de promoção da saúde em diferentes partes da América Latina graças à iniciativa da OMS.

Por fim, pode-se afirmar que as habilidades para a vida contribuem para a saúde, pois promovem uma melhoria no meio ambiente e promovem melhores cuidados pessoais envolvendo autoconhecimento, saber e saber o que fazer com emoções e sentimentos, saber lidar As situações de stress, bem como o estabelecimento de relações interpessoais,

etc., conduzem ao desenvolvimento do potencial humano e a um maior sucesso na vida, ajudando crianças, adolescentes e adultos a satisfazer as suas necessidades físicas, psicológicas e sociais.

REFERÊNCIAS

Ardila, R. (2003). Calidad de vida: una definición integradora. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 35 (2), 161-164. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/805/80535203.pdf>

Balart, M. (2013). La empatía: La clave para conectar con los demás. *Claves del poder personal: Blog. Observatorio recursos humanos*, págs. 86 y 87. Recuperado de http://www.gref.org/nuevo/articulos/art_250513.pdf

Cardona A., Agudelo, G., y Byron, H. (2005). Construcción cultural del concepto calidad de vida. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, (23), 1.

Llacuna, M., y Pujo, L. (2004). NTP: 67. La conducta asertiva como habilidad social. Recuperado de http://www.insht.es/InshtWeb/Contenidos/Documentacion/FichasTecnicas/NTP/Ficheros/601a700/ntp_667.pdf

Mangrulkar, L., Vince, C. y Posner, M. (2001). Enfoque de habilidades para la vida para un desarrollo saludable de niños y adolescentes. Organización Panamericana de la Salud. Asdi y fundación W.K. Kellogg. Recuperado de: http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/Enfoque%20de%20Habilidades%20para%20la%20vida%20OPS_0.pdf

Mantilla, L. (2009). Habilidades para la vida. Una propuesta educativa para la promoción del desarrollo humano y prevención de problemas psicosociales. Santa Fé de Bogotá. Recuperado de: http://www.habilidadesparaadolescentes.com/equipos/2009_Manual_HpV_Mantilla.pdf

Morales Rodríguez, Marisol, Benitez Hernandez, Marisol, Agustín Santos, Diana, Habilidades para la vida (cognitivas y sociales) en adolescentes de una zona rural. REDIE. *Revista Electrónica de Investigación Educativa [en línea]* 2013, 15 [Fecha de consulta: 4 de mayo de 2018] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15529662007>> ISSN

Muñoz, I., y Montoya, I. (2009). Habilidades para la vida. *Compartim, Revista de formación del profesor*, 1, (2). Recuperado http://cefire.edu.gva.es/sfp/revistacompartim/arts4/02_com_habilidades_vida.pdf

Papalia D, Wendkos S, Duskin R. (2010). *Desarrollo Humano*. Colombia: México: Mc Graw Hill; 2001. 2. Briceño R. *Longevidad*. México: McGraw Hill

Subirats, J. (2010). *Ciudadanía e inclusión social*. Barcelona: Fundación Esplai

Verdugo, M. (2009). *Escala GENCAT: manual de aplicación de la escala GENCAT de calidad de vida: España*

CAPÍTULO 4

SITUAÇÃO DE INTERNOS EM UNIDADES DA FUNDAÇÃO RENASCER E ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E DE REINTEGRAÇÃO SÓCIOFAMILAR

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Renata Maria Santos Oliveira

(PIBIC/CNPq), Universidade Tiradentes/Psicologia/Aracaju/SE.
<http://lattes.cnpq.br/4718389538126544>

Madelene Rodrigues Limeira

(PROVIC-Unit), Universidade Tiradentes/Psicologia/Aracaju/SE.
<http://lattes.cnpq.br/7114466323733802>

Marlizete Maldonado Vargas

Instituto de Tecnologia e Pesquisa/UNIT, Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/7433497146782489>

RESUMO: A presente pesquisa foi realizada em três estudos, o primeiro objetivou analisar o perfil da socioeducação em regime de internação na Fundação Renascer de Sergipe, em 2018, o segundo trata do projeto educativo da Instituição; a terceira, analisa as concepções dos tennagers, transferidos para a unidade CASEM / Socorro, sobre relações interpessoais / familiares, infração, uso de drogas e projetos de vida. O conteúdo dos discursos dos adolescentes em conflito com a lei, evidencia o desejo de mudança, discurso que direciona a responsabilidade do processo de mudança para eles mesmos.

PALAVRAS - CHAVE: ressocialização, família, adolescência

SITUATION OF INTERNALS IN UNITS OF THE RENASCER FOUNDATION AND ANALYSIS OF SOCIO-EDUCATIONAL AND SOCIAL-FAMILY REINTEGRATION PROJECTS

ABSTRACT: The present research was conducted in three studies, the first aimed to analyze the profile of socio-education in the internment regime at the Renascer Foundation in Sergipe, in 2018, the second is about the educational project of the Institution; the third, analyzes the conceptions of the tennagers, transferred to CASEM/Socorro' unit, about interpersonal /family relations, infraction, drug use and life projects. The content of the speeches of the teenagers in conflict with the law, evidences the desire to change, a discourse that directs the responsibility of the change process to themselves.

KEYWORDS: resocialization, family, adolescence

1 | INTRODUÇÃO

A adolescência é o período de desenvolvimento que vai dos 12 aos 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo assim, requer uma atenção especial, visto que, é nessa fase que ocorre o processo de desenvolvimento da personalidade, indo do estágio infantil ao adulto. O período se inicia com as mudanças físicas, hormonais e psíquicas que afetam o humor e o comportamento do adolescente, provocando crises, ações conflituosas e atitudes de revolta, típicas da adolescência normal, tais como, a

mentira, furto e fugas. No entanto, os comportamentos típicos da adolescência normal podem cristalizar no repertório comportamental tomando um caráter patológico (ABERASTURY, 1983). A estruturação da personalidade do adolescente sofre diversas influências do meio externo, ou seja, da comunidade em que este jovem está inserido.

Segundo a abordagem sócio histórica, há uma relação dialética entre indivíduo e sociedade onde um se constrói ao construir o outro e as características do indivíduo são forçadas pela sociedade em que este se insere, assim, para a compreensão do indivíduo se faz necessário a compreensão de suas relações sociais (BOCK, 2000).

Na busca de seu lugar na sociedade, o adolescente vivencia novos papéis, reorganizando o “novo eu” em busca de um status adulto. Knobel (1989) denominou esta fase de “Síndrome normal da adolescência” e, entre as dez características, há a Tendência Grupal, em que o adolescente, para se sentir inserido na sociedade se agrupa a semelhantes, adotando normas de conduta do grupo. Essas mesmas normas podem ser tanto positivas quanto negativas, por isso a necessidade da presença funcional familiar.

A família então, tem importante papel na socialização primária do indivíduo, desde os primeiros anos de vida. Esta tem papel social de educadora e orientadora. Para Biasoli-Alves (2001) os adultos, geralmente representados no núcleo familiar pelos pais, tem importante função de modelos sociais ao oferecerem base inicial e bagagens a essa nova geração. No entanto, de acordo com Knobel (1989), uma vez dentro da tendência grupal, o adolescente tente a se distanciar das figuras parentais buscando nos grupos sociais a sua identificação. Os pais são vistos, então, como algo a se repelir. Apesar dessa resistência, os pais possuem um papel crucial neste período de desenvolvimento, são eles detentores dos limites e do apoio que propiciam ao adolescente o desenvolvimento saudável de uma personalidade estável.

Outeiral (1994) descreve a adolescência em três fases sendo a primeira caracterizada pelas transformações corporais e suas consequências, a segunda fase é característica pelo choque das gerações, busca por independência e definição sexual, já na terceira fase da adolescência se estabelece a busca por estabilidade financeira, espaço e reconhecimento social com a inserção no mercado de trabalho.

As instabilidades ocasionadas pelas transformações físicas e emocionais na adolescência podem não ser as únicas vivenciadas por um adolescente. Por conta da má distribuição de políticas públicas, além da instabilidade normal desta fase, diversos jovens vivenciam também instabilidade financeira dentro de seus lares. Anna Bock (2007) afirma que o ser humano para alcançar potencialidades precisa de condições adequadas, evidenciando o impacto negativo para aqueles adolescentes cujo limitado poder aquisitivo causa empecilho ao alcance das referidas potencialidades.

No que tange aos adolescentes com baixo alcance de poder aquisitivo, quando se fala do mercado de trabalho, raramente é sobre trabalho formal, sendo assim, dificilmente haverá um estabelecimento financeiro estável. Bajoit e Franssen (1997), apud Bock (2007)

já buscavam vincular a adolescência a experiência de imersão no mercado de trabalho. Apesar da dificuldade que esse grupo pode enfrentar referente ao consumo de bens materiais, o desejo pelo consumo não deixa de atingir esta parcela da população, o que é trazido por OLIVEIRA, et al. (p.78, 2009), a realidade social vivenciada despende grande valoração aos bens materiais e o consumismo é incentivado sob diversas formas

É importante ressaltar que sendo a adolescência uma construção social, relativamente recente, não necessariamente há um começo e fim preciso, o que é ignorado quando esta adolescência é tratada de uma maneira universalizante e natural.

“Crítica a perspectiva naturalizante se torna uma necessidade, pois a Psicologia, ao desenvolver perspectivas naturalizantes, deixa de contribuir para leituras críticas da sociedade e para a construção de políticas adequadas para a juventude, responsabilizando, com sua leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição.” (BOCK, 2000, p. 66).

Nessa perspectiva ao adotar um modelo de adolescente branco de classe média, se ignora a realidade de todos os outros, prejudicando o entendimento da diversidade e da construção de políticas públicas que atendam às diversas necessidades sociais.

Em concordância, Ferronato (2015, p. 6) relata que:

“[...] os jovens oriundos de classes menos favorecidas, chegam ao mundo adulto com diversas dificuldades, com poucas condições para refletir sobre as condições a que se encontra, seus conflitos familiares e com a sociedade como um todo, tendo que por muitas vezes preocupar-se primordialmente em conseguir o básico: roupa, comida e quem sabe algumas vezes conseguir a diversão.”

De acordo com o ECA, diante a ocorrência de um ato infracional cometido por um adolescente, considerando o nível do ato e sua reinserção, o jovem é submetido a penalidades, sendo estas díspar das aplicadas em adultos. As penalidades para adolescentes em conflito com lei são moldadas com o intuito de se distanciarem de punições, apresentando um modelo socioeducativo. As medidas socioeducativas nesse contexto têm finalidade de resgate e reinserção do jovem à sociedade.

As medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente entre 12 anos e até 18 anos incompletos, considerados inimputáveis em relação a suas contravenções penais. Essas medidas possuem um cunho educador e variam de acordo com a gravidade do ato, indo de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e até internação no estabelecimento educacional. O juiz opta pela mais adequada para a situação, e a que trará menor malefício para o jovem. Seu tempo não pode passar de 3 anos, e quando o adolescente completa 21 anos, ele automaticamente já é posto em liberdade. Na instituição em que foi realizada essa pesquisa, a CASEM, uma unidade da Fundação Renascer, sediada em Nossa Senhora do Socorro em SE, todos os jovens das casas em que ocorreu a intervenção, tinham como

medida socioeducativa a internação. Contudo a SINASE, recomenda que as medidas sejam aplicadas em meio aberto e só em última estância a privação de liberdade, e que essa seja breve, para não afetar negativamente o desenvolvimento do adolescente.

Com isso, o propósito dessa pesquisa, foi descrever e analisar as perspectivas dos jovens em conflito com a lei, em relação as suas questões familiares e sua reintegração social. Além de identificar os recursos disponíveis nas instituições para o desenvolvimento das Medidas Socioeducativas conforme preconizado pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e discutir estratégias de trabalho interdisciplinar utilizadas para a elaboração de projetos de vida dentro do Plano Individualizado de Atendimento (PIA)

2 | MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, com estudo documental transversal e levantamento por meio de grupos focais com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado na Fundação Renascer de Sergipe.

Estudo 1

Foi levantado por meio de registros fornecidos pelo setor técnico da Fundação Renascer o perfil dos internos em toda as Unidades, durante o período de 2017 a 2018. Foram 648 sujeitos de 13 até 22 anos, sendo que a média de idade para meninas eram 17 anos e meninos 18 anos. Desses jovens em medida socioeducativa, 34 eram do sexo feminino e 614 do sexo masculino.

Estudo 2

Participaram 24 internos com a média de idades entre 17 e 18 anos, em sua maioria pardos e com nível escolar do 5º e 7º ano, predominantemente naturais de Aracaju conforme apresentado na Tabela 1. Esses adolescentes foram divididos em dois grupos focais de 12 participantes cada, com duração aproximadamente de 1 hora cada. Os dados do Estudo 2 foram colhidos na unidade socioeducativa de Nossa Senhora do Socorro - SE, o CASEM, realizado no mês de março de 2019.

Estudo 3

O Projeto Político Pedagógico Institucional da Fundação Renascer do Estado de Sergipe atual foi construído em 2015, baseado na pedagogia da presença.

“No processo educativo, a singularidade como uma categoria da pedagogia da presença busca caracterizar os sujeitos educativos para a compreensão de que cada ser humano é singular e se expressa por meio de aptidões, competências e talentos, características que são peculiares de cada indivíduo. Acolher e respeitar a singularidade, num ambiente de pluralidades, é o desafio pedagógico que pode ser exercitado com muita consciência no cotidiano dos encontros educacionais.” (SIVERES p. 99, 2015)

O Projeto Político Pedagógico Institucional norteia o funcionamento das unidades socioeducativas afim de que este ambiente não se assemelhe a punição e com isso, os jovens tenham seus direitos humanos assistidos. Em seu conteúdo, traz que o adolescente deve ser entendido como um ser autônomo, com potencialidade de aprendizagem e conhecimento, e porquanto se faça possível que ele seja integrado à sociedade, levando em conta a importância da capacitação profissional, para que o trabalho seja executado de maneira humanizada.

As ações e atividades socioeducadoras utilizadas devem contribuir para uma construção cidadã do jovem, para que haja uma reavaliação de valores por parte dele. As atividades e ações devem incluir os jovens, servidores, familiares e a comunidade, sempre sendo bem explicadas. Os temas são diversos, incluindo, diversidade racial, gênero e orientação sexual, educação, esporte, lazer, cultura, saúde, profissionalização, trabalho, entre outros, com a realização de reuniões para identificar onde há a necessidade de melhorar. A equipe técnica, para o melhor funcionamento das atividades das unidades, precisa ter integrantes da área de psicologia, pedagogia e serviço social durante todo o período de internação a disposição dos internos e seus familiares. Infelizmente algumas atividades previstas possuem dificuldade em serem realizadas como por exemplo, a falta de tempo suficiente para visitas. Então cria-se a necessidade de elaboração de estratégias para contornar as dificuldades.

Quanto a questão da educação, o adolescente interno tem direito a recebê-la. Se ele está em cumprimento de semiliberdade, será matriculado em uma escola. E se estiver na unidade de internação é oferecido acesso à educação pelo EJA. Também no período de cumprimento da medida, é oferecido a oportunidade de praticar esportes, como futebol, capoeira, atividades culturais, de lazer, tais como pintura. Tudo para que haja o desenvolvimento das habilidades e do convívio social. O PPPI apresenta também atividades de cunho profissionalizante, para que seja possível ao jovem, após o cumprimento de medida, entrar em um mercado de trabalho.

A saúde é um direito fundamental a todos, as unidades devem oferecer suporte tanto para a saúde física, quanto para a saúde mental, sempre realizando exames preventivos, acompanhamento, parcerias com atendimentos clínicos, todavia há questões prejudiciais como o ambiente insalubre e ameaças advindas dos adolescentes para os funcionários. Outro direito fundamental do jovem, é a segurança, que deve ser respeitada durante todo o tempo de internação.

VARIÁVEIS	F	%
IDADE		
14 -16	7	29%
17 a 18	14	58
Acima se 18 anos	2	8
S/ Informação	1	4
TOTAL	24	100
ESCOLARIDADE		
2º a 4º ano	4	17
5º a 7º ano	13	54
8º e 9º ano	5	21
S I	2	8
TOTAL	24	100
NATURALIDADE		
Aracaju	5	21
Itabaiana	2	8
Lagarto	1	4
Pedrinhas	1	4
Macció	1	4
Sergipe	1	4
Riachão Do Dantas	1	4
Alagoas	1	4
São Cristóvão	1	4
Estância	1	4
Não Informou	9	38
TOTAL	24	100
ATO INFRACIONAL		
Assalto	3	13
Homicidio	2	8
Roubo	9	38
Roubo com pistola/arma	2	8
Roubo com simulação de arma	3	13
Roubo de veículo	3	13
Tentativa de homicidio	2	8
TOTAL	21	100
MEDIDA APLICADA		
Internação	6	25
Internação sem atividade externa	10	42
Internação provisória	6	25

Tabela 1- Características sociodemográficas de atos infracionais dos participantes dos grupos focais sobre percepções de internos sobre as medidas socioeducativas aplicadas pela Fundação Renascer, Sergipe, 2019.

Instrumentos e procedimentos

Utilizou-se o Método Quadros, criado pelo Instituto Fonte (2008), para facilitar a abertura do jovem à um diálogo relativo a socio educação e aspectos da vida do adolescente, que consiste numa roda de conversa norteada por figuras, que fazem parte do contexto de vida adolescente, possibilitando uma maneira lúdica e interessante que ocorra esse debate para entendimento das questões sociais presentes e os fatos que afetam os jovens (BRANDÃO; CODAS, 2008). Originalmente o método quadros é composto por

27 imagens que demonstram situações que possam fazer parte da existência daquele adolescente, porém devido a questões de tempo, optamos por reduzir para 7 imagens, que foram as figuras 3 (referente ao contexto de festas com a presença de adolescentes) , 6 (a imagem de um Centro Social para Jovens) , 9 (referente a um menino sozinho em um quarto escuro), 11 (figuras relacionadas a drogas), 12 (a figura de um tênis de marca e uma moto) , 16 (um quadro em branco, já para assuntos que possam a vim ser projetados), 19 (remete a atividades artísticas, como pinturas, capoeira, teatro, realizadas dentro das instituições socioeducativas).

Além desse método, utilizou-se um roteiro de questões disparadoras:

1. O que levou vocês a praticarem o ato, a vocês virem para cá?
2. O que vocês acham das atividades daqui?
3. Como era a família de vocês? Como era a vida de vocês anterior?
4. Quais são as perspectivas que vocês têm nesse sentindo.
5. Quais são os projetos de vida que vocês têm ao sair daqui?
6. O que vocês querem ser de diferente para a família de vocês?
7. Como estão se preparando para realizar esses projetos todos?

Foram abordados sentimentos relacionados à situação atual, suas histórias e relações familiares, concepções acerca do ambiente socioeducativo, o que os levaram a cometer atos infracionais, suas perspectivas de futuro e estratégias para o alcance dos objetivos de vida da situação e finalizou-se com momentos reflexivos.

Questões éticas

A pesquisa foi aprovada pelo CEP Unit com parecer nº 1611766 CAAE 50598515.7.0000.5371. Antes de começar a intervenção lhes foi entregue e lido o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido), para maior compreensão do cunho da pesquisa e a importância dela, para que estes aceitassem participar. Uma cópia do TALE lhes foi entregue e arquivada no PIAS (Plano Individual de Atendimento), e a identidade de todos preservada, devido a utilização de codinomes. Ambos os grupos manifestaram interesse para uma devolutiva da pesquisa, que foi realizada no início do segundo semestre de 2019

Quanto ao ato infracional não foi possível fazer a correlação entre adolescentes e ato conferido nos dados do jovem, uma vez que alguns arquivos estavam incompletos. Apesar da não correlação direta, temos referente aos atos que a maioria foi de roubo. Em relação a medida aplicada, a maioria foi internação sem atividade externa. Importante ressaltar que ao se tratar de adolescente em conflito com a lei, o estatuto da criança e do adolescente- ECA, afirma em seu artigo 121, inciso 3º que toda e qualquer internação em hipótese alguma pode ser superior a 3 anos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo 1

Na questão racial, os jovens se declaram em sua maioria como pardos, seguidos por negros, brancos e indígenas. Os socioeducandos majoritariamente possuem uma baixa renda salarial e uma discrepância alta em relação idade-série, já que a maioria se encontra no ensino fundamental, e não frequentando a escola, o que corresponde ao que Priuli e Moraes (2006) tratam sobre a situação, que não deve ser lida como taxativa na relação pobreza criminalidade, porém provoca um acesso limitado a certos bens de consumo e ao mercado de trabalho, tornando um ciclo vicioso. As mesmas autoras trazem que a média do município de São José do Rio Preto e até a grande região de São Paulo, é de 17 anos, como apresentado no estado de Sergipe.

“Problemas escolares também contribuem para a entrada no mundo infrator. Adolescentes em conflito com a lei tendem há ter poucos anos de estudo, com abandono escolar secundário dado a necessidade de trabalhar, dificuldade de conciliar escola com trabalho, desentendimento com professores e colegas, desestímulo quanto à competência escolar atestado por reprovações repetidas, baixa qualidade do ensino, pouca supervisão familiar no que se refere à frequência escolar do jovem. O uso de drogas é outro fator de risco importante, geralmente associado à convivência no grupo de pares.” (SANTOS e SANTOS, pg. 5, 2013)

O alto índice de evasão escolar apresentado no perfil dos socioeducandos acaba resultando em um despreparo para o mercado formal de trabalho, e como percebido no estudo do perfil, um alto índice de desemprego e/ou empregos informais que por consequência os mantém em vulnerabilidade social. Os resultados demonstram que a maioria dos socioeducandos participantes da pesquisa no CASEM já utilizou algum tipo de droga ilícita. Os dados demonstram que esses jovens advêm de uma situação social vulnerável.

É também alusivo o alto índice de adolescentes que não convivem com a figura paterna, o que acarreta a alta responsabilização da figura materna. As famílias em sua maioria são formadas por um segundo relacionamento do(a) progenitor(a) e irmãos.

A falta da presença paterna, muitas vezes acaba influenciando negativamente o desenvolvimento da criança e do jovem, sendo inclusive um fator de risco para atos infracionais cometidos por eles. Trapp e Andrade (2017) trazem que o papel paterno é responsável para um entendimento com equilíbrio da criança sobre o mundo externo, na sociedade e que a sua falta é prejudicial para o desenvolvimento mental da mesma, que acaba por fim afetando outras diversas esferas desse indivíduo, trazendo uma insegurança, como por exemplo na escola, que contribui para o baixo índice escolar percebido no perfil dos socioeducandos.

Estudo 2

A partir dos dados coletados nos grupos focais constatou-se que maioria dos adolescentes faziam uso de substâncias psicoativas. No entanto, referente ao uso e tipos das substâncias, houve divergência entre as falas do grupo focal e informações coletadas no PIAs (Planos Individuais de Atendimento). Por meio dos dados do PIA, 46% fazia uso apenas de maconha, 4% apenas de álcool, 4% utilizava álcool e maconha, 8% maconha e cocaína, 4% maconha, cocaína e cigarro, 13% maconha, cocaína e crack, 13% informou não fazer uso de nenhuma substância psicoativa e 8% não havia informações. Em relação ao tema, em estudo desenvolvido por Vivan; Souza; Fogaça (2018), foi verificado que 76,5% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, fazem uso de drogas ilícitas, e que as mais utilizadas são maconha, seguida por cocaína, o que foi levantado no grupo focal.

As nuvens de palavras (Figuras 1 e 2) realizadas por meio da análise do conteúdo dos grupos focais, com uso do Iramutec, mostram que há maior número de advérbios e adjetivos no corpo textual:

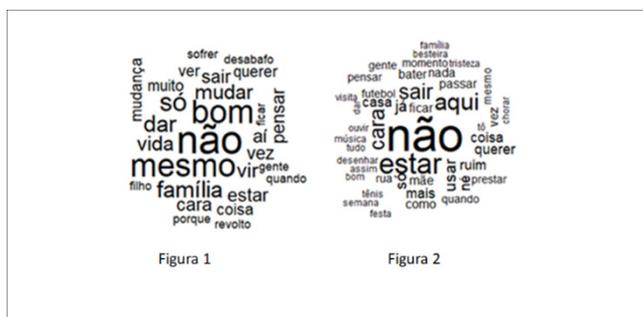


Figura 1 e 2: Conteúdo estimulado pelo método Quadros, e Sentimentos relacionados às figuras familiares, ao ato infracional, e perspectivas, de futuro, estimulado pelas questões disparadoras. Fundação Renascer, 2019.

A presença do “não” é muito perceptível em ambas as figuras, demonstrando o tom de negatividade que os socioeducandos trouxeram em sua fala ao decorrer dos grupos focais. A questão familiar também foi trazida á tona diversas vezes, inclusive quando as figuras não expressavam diretamente sobre ela. O sentimento de mudança é outro que foi bem frisado, e na fala dos socioeducandos, essa mudança não é trazida na maioria das vezes pelo processo de ressocialização, mas como uma mudança que deve partir deles próprios, não esperando o apoio de ninguém para reconquistar o orgulho da família.

A temática Família, teve foco especial na figura da Materna, o que evidencia também, o abandono paterno. As famílias de estrutura monoparental ou reconstituídas (mãe, irmãos e padrasto) foram as mais recorrentes.

“As crianças com pais ausentes, especialmente as do sexo masculino, podem não aprender a se submeter a uma figura de autoridade, e como resultado disso podem se tornar rebeldes e adeptos da violação das regras. Se a criança não aprender que é necessário respeitar as leis e as figuras de autoridade, isso pode criar sérias consequências negativas para ela no futuro.” (TRAPP e ANDRADE, pg 48, 2017)

A falta de introdução de limites na infância do sujeito, prejudica sua futura relação com regras sociais, e causa um baixo limiar a frustração, favorecendo o aparecimento de comportamentos inadequados e possíveis atitudes em conflito com a lei. A ausência do pai, também representa uma ausência de modelo social adequado a ser seguido, o que faz com que a criança e o jovem, não encontrando esse modelo, siga por negativos. (BENEZIK, 2011)

A ausência da figura paterna ocasiona sobrecarregada materna, a medida em que há a necessidade de suprimento do lar de forma unilateral. Por conta da sobrecarregada física e mental, se estabelece uma ineficácia no estabelecimento de limites por haver uma continuidade nesse estabelecer. É comum que mães solas não possuam tempo prolongado em seus próprios lares por conta da constatare necessidade financeira e para tal precisam trabalhar em turnos extensos.

Em relação a figura de violência, os poucos adolescentes que se expressaram, trouxeram o desejo de vingar-se do agressor (pai ou padrasto). Os socioeducandos relataram já ter presenciado a experiência em seus lares. A temática de violência foi diretamente discutida nas questões disparadoras, os internos discutiram acerca da vivência familiar e de que forma esta foi afetada pelos atos infracionais que o levaram ao cumprimento de medidas socioeducativas.

Em ambos os Grupos Focais, este momento foi um gancho que desencadeou sentimento de culpa por submeter a família, em especial a mãe e os filhos, à atual situação, com isso foram trazidos além da saudade dessas figuras, os discursos de mudança afim de orgulhar a figura materna. Para eles, a precariedade do sistema de visita que em caso de falta não há a possibilidade de realocação. Quanto a isso, os adolescentes relataram sentimento de solidão desamparo por conta da falta de notícias externas ao CASEM. Os socioeducandos, em sua maioria, concordaram com a relação entre maior convívio com os familiares e a ressocialização positiva.

Durante a aplicação do método Quadros, discutiu-se as experiências anteriores à internação e aspirações para o futuro dos internos. Sobre a vivência no Centro, foi quase unânime os sentimentos valorativos negativos de descrença ao sistema socioeducativo. Este sentimento de descrença pode ser representação da frustração por ser posto diante as consequências de seus atos. Desenvolvendo uma perspectiva de que as mudanças comportamentais positivas são alheias as medidas socioeducativas, apesar da socioeducação ser feita visando a ressocialização do jovem em conflito com a lei. (ECA, 2010)

Dentre os quadros apresentados, tiveram dois que baseados nas contribuições

trazidas pelos socio-educandos, remeteram ao sentimento de solidão e forte tristeza. O primeiro remete a imagem de um adolescente isolado num canto escuro. Ao se depararem com esse quadro eles citaram desde a tristeza presente em momentos difíceis à depressão em meio ao isolamento e vincularam aquela imagem a sentimentos relacionados a intervenção e pouco contato familiar.

O segundo foi o quadro totalmente branco, este tinha por objetivo que projetassem seus aspectos internos. A primeira contribuição foi do adolescente que o segurava com a seguinte fala: “esse significa que eu não sou nada, não sou ninguém, sou nem um interno”. Observou-se que ele expressava raiva ao dobrar várias vezes o papel que representava o quadro branco. Os demais trouxeram falas como: “pensar em muita coisa, “num recomeço”, “paz e justiça. Porém, observou-se como uma forma de reparação do ato do colega que iniciou a fala.

Temas	Conteúdos	f	%
Sentimentos Positivos	Apaixonado, feliz, curtição	46	20
Sentimentos Negativos	Raiva, vingança, tristeza, coisa ruim	44	19
Juízos Valorativos Negativos	Ruim, “não gostei” (análise de Quadro), não presta	41	17
Família	Mãe, visitas familiares, filhos, violência familiar (pai/padrasto), saudades da família	29	12
Juízos Valorativos Positivos	Bom, “gostei bastante” (análise de Quadro), Feliz	22	9,5
Futuro/profissão	Ser mais trabalhador, dar orgulho para a família, Mudar	22	9,5
Avaliação das Internação (MSE)	Valorativos negativos: Ex. “Aqui é a desgraça do cara!!” “Rapaz!! Não é bom não!” “Sofre que só	18	7,8
Uso de álcool e drogas	Conceitos sobre as drogas Ex.: “Mas álcool não é droga não!”; “Maconha não vicia não!”; “O pior é o crack”	8	3

Quadro 1: Temáticas e conteúdos trazidos pelos socio-educandos, Fundação Renascer, 2019.

Em relação às experiências anteriores à culminação do ato infracional, os adolescentes entrevistados afirmam que gostavam de festas, relacionaram o ato infracional às amizades, más influências, tempo ocioso, e o sentimento de revolta pela falta de oportunidades, relataram que realizavam tais atos numa tentativa de alcançar seus desejos, roubavam para que pudessem ter o que queriam, num modelo de substituição do ser pelo ter.

Os adolescentes não se sentem pertencente a um grupo se não possuem os mesmos bens materiais, bens estes diariamente impostos como requisitos ao pertencimento social.

O desejo pelo consumo de bens materiais é retratado na discussão sobre o quadro que ilustra uma moto e um tênis de marca. Nos discursos do grupo, foi observado a importância que a marca exerce sobre identidade dos adolescentes ficou evidente. Relataram ser preferível usar uma simples sandália havaiana a um tênis falsificado. Um dos relatos traz o perigo presente na busca incessante pelo consumo: “Eu pegava uma moto toda semana, uma diferente, uma vez bati e quase morri”.

Estudo 3

O Projeto Político Pedagógico Institucional foi uma construção conjunta entre equipe técnica, equipe de segurança, equipe pedagógica, equipe psicológica, funcionários, adolescentes internos e seus familiares. Embasado na pedagogia da presença.

O PPPI confirmou uma necessidade já existente de construção de novas unidades, e uma organização melhor do ambiente para o cumprimento das medidas, o que foi possível no final de 2018, com a inauguração do CASEM, em Nossa Senhora do Socorro, recebendo internos do CENAM, para a diminuição de superlotação. Entendendo este adolescente enquanto um ser autônomo, nenhuma das oficinas e atividades propostas na internação são obrigatórias. Há, no entanto, um acompanhamento afim de averiguar o que há por trás do desinteresse e a partir desses dados elaborar um “plano de resgate”. Esse plano consiste em intervenções pedagógicas e psicológicas ou até mesmo da equipe técnicas a fim de facilitar a adaptação e driblar conflitos ou nova evasão escolar. As diversas tentativas de resgate se dão pois entende que é importante para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa estar participando desse processo, para que haja uma reflexão sobre a sua condição, e assim, uma transformação no seu processo de desenvolvimento.

No que tange as atividades profissionalizantes, o PPPI apresenta o plano de realização por considerar sua extrema relevância, no entanto, o que se vê hoje, devido à grande escassez de recursos direcionadas as medidas socioeducativas, é a inatividade de oficinas profissionalizantes em maioria das instituições da rede vinculada a fundação renascer.

O monitoramento é indispensável para que seja possível cumprir com os objetivos e saber se as metas dos projetos estão sendo alcançadas, e avaliar o processo. Por fim, o PPPI, deve ser elaborado e executando com base no diálogo, e na minimização de conflitos.

Além do PPPI, a instituição trabalha com o PIA, que é o Plano Individualizado de Atendimento. A todo jovem que adentra em uma das instituições para o cumprimento de medida socioeducativa, é explicado as normas do local, elaborado um plano de acompanhamento da medida socioeducativa em conjunto com o adolescente, que aborda as questões de suas perspectivas, uso de drogas, conjuntura familiar, para se saber como será a construção de atividades que melhor se adequem ao desenvolvimento desse adolescente. Porém, há em alguns casos a indisponibilidade de verbas, que afeta a realização de algumas atividades propostas.

“A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento. Portanto, o plano individual de atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo.” (SINASE, 2006, p. 48)

4 | CONCLUSÕES

De acordo com o modelo biopsíquicosocial, há diversos fatores que interagem com o adolescente e que podem estar inferindo ao desenvolvimento de comportamentos delitivos, dentre eles há a situação econômica, vulnerabilidade social, conflitos familiares, entre outros. Sendo assim, este adolescente tanto é vítima da violência sofrido no contexto de vulnerabilidade, quanto pode ser autor da reprodução dessa violência.

Considerando este adolescente como autor de violências e a carência de políticas públicas voltadas a reinserção à sociedade e a construção de autonomia, é imprescindível que haja a formulação de trabalhos voltados ao desenvolvimento de situações que permitam ao adolescente o desenvolvimento de potencialidades que o auxiliem a construção positiva de sua realidade.

No que tange as regras existente no sistema socioeducativo, os adolescentes presentes no grupo focal expressaram descontentamento e relataram um processo de infantilização advindo da retirada de autonomias. Essa falta de autonomia é apontada por eles como sendo responsável por aumentar a indignação e sofrimento vivenciado no processo de cumprimento de medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., & KNOBEL, M. (1989). **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artmed.

BOCK, Ana Mercês Bahia, **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), volume II, n 1. 2007

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.

CESAR, Claudia Cacau Furia, **A vida das famílias e suas fases: desafios, mudanças e ajustes**. Depto de Saúde Coletiva de FCM/UNICAMP

COTRIM, Beatriz Carlini, **Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias**, Rev. Saúde Pública, 30 (3): 285-93, 1996

ERNEGAS, Andressa dos Santos Scalco. **Família e aprendizagem: como a dinâmica familiar interfere nos problemas de aprendizagem**. Ministério da Educação Universidade Tecnológica

Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, p. 9-37,2012

FERRONATO, Vivian Freitas Olivieri, **A Importância da Família na Formação Social do Adolescente**, Rev. Educ., v.18, n.24, p.3-9, 2015

GOMES, Jerusa Vieira. **Família e Socialização**. Psicologia USP, S. Paulo 3 (½), p. 93 –105, 1992

KOMATSU, André Vilela; PANOSSO, Ivana Regina; BAZON, Marina Rezende; ESTEVÃO, Ruth. **Adolescentes em conflito com a lei, possíveis padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2011 (5): 59-87

NARDI, Fernanda Lüdke,; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Adolescentes em conflito com a lei: Percepções sobre a Família**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2012, Vol. 28 n. 2, pp. 181-191

OLIVEIRA, Catia Costa de. et al. **Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1 (1): 70-87, 2009

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. **Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007

SANTOS, Bárbara Raquel Cardoso Nascimento e Darlyana Costa dos. **As Perspectivas dos Jovens em Conflito com a Lei**. Psicologado. Edição 08/2013. Disponível em < <https://psicologado.com.br/atuaacao/psicologia-juridica/as-perspectivas-dos-jovens-em-conflito-com-a-lei> >. Acesso em 2 Set 2019.

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SÍVERES, Luiz. **Encontros e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida**. Brasília: Liber Livro, 2015.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; BARCELOS, Mitra Vivian. **Representações sociais sobre adolescentes em conflito com a lei**. Perspectivas em Psicologia, volume 17, número 1, 2013, p. 65-82

TRAPP, Edgar Henrique Hein; ANDRADE, Railma de Souza Andrade. **AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA PATERNA NA VIDA EMOCIONAL DOS FILHOS**. Revista Ciência Contemporânea jun./dez. 2017, v.2, n.1, p. 45 - 53

VIVAN, Heloisa; SOUSA, Janaína Louise Quint Camilo de; FOGAÇA, Vitor Hugo B. **Perfil dos Adolescentes em Conflito com Lei cumprindo Medidas Socioeducativas em Ponta Grossa – PR**, ISSN 2178-3314 Ano: 2018

CAPÍTULO 5

APROXIMAÇÕES DO ENSINO MATEMÁTICO COM A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO LITERÁRIA

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 14/10/2020

Vinícius Barbosa de Freitas Silva

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco.

<http://lattes.cnpq.br/5727681696837191>

RESUMO: A inclusão escolar de crianças com autismo ainda é um desafio, mesmo com leis vigentes garantindo este direito. Objetivou-se neste estudo verificar os resultados do ensino matemático para a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), através de habilidades desenvolvidas durante o ensino da disciplina, a partir de uma breve revisão da literatura. Os estudos apontaram que frequência escolar, estratégias e metodologias adequadas as características do TEA melhoram e facilitam o desempenho matemático destes alunos, além do mais, foi perceptível a aproximação dos conteúdos matemáticos com o perfil do aluno autista, configurando-se uma estratégia para o aprendizado, além do auxílio de outros profissionais. Conclui-se, que estas estratégias são fundamentais e possíveis para um melhor desempenho escolar de crianças autistas, através do ensino da matemática e suas aproximações com o TEA.

PALAVRAS - CHAVE: Autismo. Educação. Matemática.

APPROXIMATIONS OF MATHEMATICAL EDUCATION WITH SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: LITERARY REVIEW

ABSTRACT: The school inclusion of children with autism is still a challenge, even with current laws guaranteeing this right. The objective of this study was to verify the results of mathematical teaching for the school inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD), through skills developed during the teaching of the discipline, from a brief review of the literature. Studies have shown that school attendance, appropriate strategies and methodologies, the characteristics of the ASD improve and facilitate the mathematical performance of these students, in addition, it was noticeable that the mathematical content was closer to the profile of the autistic student, configuring a strategy for learning, in addition to the help of other professionals. It is concluded that these strategies are fundamental and possible for a better school performance of autistic children, through the teaching of mathematics and its approximations with TEA.

KEYWORDS: Autism. Education. Matematic

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o processo de democratização do espaço escolar foi resultado de influências sociais, que possibilitaram o acesso de qualquer pessoa neste local, e no Brasil não foi diferente. A partir da constituição de 1988, assegurando a educação como um direito

de qualquer pessoa, o processo de democratização escolar ficou mais visível, através de políticas públicas para a garantia do direito ao acesso de todos ao espaço acadêmico e a igualdade de condições para a permanência neste ambiente (BRASIL; 1988).

A política nacional de educação especial, prevê que o ambiente escolar deve se adaptar aos alunos com necessidades especiais, garantindo um serviço educacional especializado para cada contexto (BRASIL; 2008). Considerando que crianças e adolescentes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e suas limitações de interação social, comunicação e comportamento restrito, também integram o cenário social, faz-se necessário a inclusão desta população no contexto escolar e a promoção de estratégias que os permitam desenvolver-se como qualquer outro estudante (LIMA; LAPLANE, 2016).

A Associação Americana de Psiquiatria (2014, p.50), engloba o TEA entre os transtornos do neurodesenvolvimento, que são condições que se manifestam ainda na infância, que impedem e/ou dificultam o desenvolvimento infantil, acarretando uma série de prejuízos e consequências no envolvimento nas atividades escolares, entre outros contextos (AAP; 2014).

1.1 Ensino da Matemática: aproximações e dificuldades dos alunos com TEA

A discussão a respeito da inclusão escolar de pessoas com autismo é vasta, pois abarca diversos segmentos, dentre eles a formação inicial e continuada dos docentes, engajamento da gestão escolar, aproximação com a família, planejamento da prática pedagógica, seleção de materiais didáticos entre outros. Assim, faz-se necessário que o ambiente escolar, incluindo professores e gestores, estejam preparados para receber estas crianças e permitir acesso e condições de permanência, através de estratégias curriculares e metodológicas como prevê a política nacional de educação especial (BRASIL; 2008).

Sabe-se da dificuldade que crianças com autismo encontram em compreender conceitos abstratos e conseqüentemente os desafios em estabelecer relações com os conceitos matemáticos, tendo em vista a demanda educacional deste público. Diante deste fato, a discussão acerca do ensino da matemática e as estratégias que podem ser adotadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem como recursos, metodologias e tecnologias, rumo a facilitar a inclusão escolar e desenvolvimento de habilidades das crianças com autismo, torna-se necessária (FLEIRA; FERNANDES, 2017).

Redered, Santos e Hess (2018), destacam alguns fatores que influenciam o desenvolvimento do raciocínio matemático no autismo, são eles: família, sociedade e o professor. A família, sendo o principal grupo que compõe o cenário rotineiro da criança com TEA, é um dos principais auxiliares no desenvolvimento, através de jogos e outras atividades lúdicas. Através da relação com outros grupos a sociedade oportuniza o desenvolvimento da socialização da criança, através da linguagem e comunicação, meios essenciais no ambiente escolar e no aprendizado do raciocínio lógico.

Neste cenário o professor é o principal mediador entre o aluno e o conteúdo. Através

de métodos pedagógicos adequados à condição do aluno, o docente pode alcançá-lo através de estímulos que facilitem as interações sociais, a comunicação e conseqüentemente o raciocínio matemático (REDERD; SANTOS; HESS, 2018, p. 115–119), no qual podemos perceber ao longo deste estudo suas aproximações com condições do TEA para facilitar a compreensão de conteúdo, resolução de problemas e auxiliar no processo de inclusão.

1.2 Inclusão escolar

No que corresponde ao alinhamento de propostas pedagógicas, com os documentos oficiais especificamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em uma análise realizada na mesma, podemos identificar que tal documento não possui uma proposta ou apontamentos consistente para se trabalhar de modo inclusivo com pessoas com deficiência, toda via faz menção a importância de se ter o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Foi percebido que características do autismo, se aproximam das áreas matemáticas, o que pode facilitar o aprendizado, desenvolvimento de habilidades comprometidas pelo transtorno, fazendo que os alunos com TEA se beneficiem, facilitando o processo de inclusão no ambiente escolar, o que justifica nosso estudo. Com isso, objetivamos verificar os principais resultados do ensino matemático em crianças com TEA, no desenvolvimento de habilidades para facilitar o processo de inclusão escolar.

2 | METODOLOGIA

Para esta revisão da literatura, primeiro foram selecionados os descritores Escola, Autismo e Matemática, com eles foram realizadas buscas bibliográficas nas plataformas Scielo e CAPES. Esta revisão não teve delimitação de tempo para busca dos artigos e foram utilizados os idiomas Português e Inglês. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos que contemplassem no título ou no resumo expressões referentes ao tema estudado, tais como: autismo, inclusão escolar, ensino matemático, e abordagens de ensino à alunos TEA por professores escolares. Foram excluídos artigos de revisão e carta ao editor. A Scielo, apresentou um total de 24 resultados, com os cruzamentos “Autismo e Escola” e 1 resultado cruzando “Autismo e Matemática”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram aproveitados 4 artigos. A CAPES, apresentou um total de 13 resultados, que após a leitura dos resumos, e aplicação dos critérios, 4 foram selecionados.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino matemático, requer uma série de fundamentações para seu aprendizado. A Base Nacional Comum Curricular (2017, p.268-275), sugere cinco unidades temáticas, a

serem desenvolvidas no aprendizado matemático, são elas: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas; probabilidade e estatística. Essas temáticas se configuram fatores que contribuem para o desenvolvimento do raciocínio, comunicação e argumentação dos escolares, além do desenvolvimento de habilidades não só matemáticas, mas que serão úteis em outras áreas do conhecimento (BRASIL; 2017).

Organização, quantificação e interpretação de objetos através da temática dos números; as estratégias para tradução de algoritmos, fluxogramas e outras linguagens matemáticas, pela Álgebra, são exemplos de contribuições para o desenvolvimento matemático dos alunos. A Geometria, permite ao aluno concretizar os problemas matemáticos no mundo físico, através do estudo de formas, posição e deslocamento dos objetos, favorecendo a aproximação do pensamento matemático com a realidade. O estudo das dimensões e as relações entre elas, se refere ao conteúdo das Grandezas e medidas. Esta temática permite, além da aproximação com o mundo físico, uma aproximação com outras disciplinas, como geografia e ciências. A partir disso, o aluno precisa ser capaz de coletar, organizar e interpretar os fenômenos para a compreensão lógica entre eles, habilidades que são desenvolvidas através da temática Probabilidade e estatística (BRASIL; 2017).

A abordagem destes conteúdos, apesar de sua importância, nem sempre é fácil, até mesmo com crianças consideradas típicas. Pimentel e Fernandes (2014), em uma pesquisa acerca das perspectivas de professores sobre as dificuldades de seus alunos com TEA, apresentaram alguns aspectos que atrapalhavam o processo do aprendizado dos estudantes. O estudo demonstrou, que os materiais que os professores usavam durante as aulas, não permitiam uma compreensão eficaz dos alunos TEA. Além do mais, o meio de transmissão de conteúdo, que se resumiam apenas à linguagem verbal, dificultava a compreensão e assimilação dos conteúdos. Aspectos da formação profissional e contribuição de outros profissionais eram fatores que influenciavam na relação ensino-aprendizagem.

Estudos apontam, que professores que lidam com este público na escola, possuem dificuldades em aspectos tais como: desconhecimento sobre o transtorno, ferramentas pedagógicas inadequadas para facilitação da abordagem dos conteúdos, suporte com outros profissionais e dificuldades em perceber a evolução dos alunos, discursos esses que se repetem, quando se fala de inclusão dos alunos com TEA (APORTA; LACERDA. 2018; BENITEZ; DOMENICONI, 2014; FIORINI; MANZINI, 2016; GOMES; NUNES, 2018; PIMENTEL; FERNANDES, 2017)

Outro aspecto apresentado, foi que, a compreensão dos professores sobre o transtorno, era algo que influenciava nas ações que os professores adotavam durante as aulas. O que concorda com outros estudos, que apresentam o desconhecimento sobre o espectro como algo influenciador na abordagem para com alunos TEA (PIMENTEL; FERNANDES, 2014). Entendemos que o processo do aprendizado do autista, requer o

aprimoramento de estratégias por partes dos professores.

Em contrapartida, Gomes (2007) apresentou que o uso de determinadas estratégias, podem facilitar o processo de aprendizado matemático de pessoas com TEA. A utilização de estímulos visuais como: cores, linhas, círculos e relações visualmente lógicas, favorecem a organização dos estímulos, para evitar possíveis deslocamentos de atenção durante as atividades matemáticas. Outra estratégia utilizada, foi o de regras para a discriminação dos sinais matemáticos.

O fato de pessoas com autismo possuírem facilidade de seguir regras, por ser característica a repetição de comportamentos, é uma aproximação com o ensino matemático, por possuir fórmulas e modelos exatos que quase sempre são reproduzíveis. O estudo apresentou, que estas estratégias facilitaram o aprendizado dos conteúdos e a participação do aluno com TEA nas aulas matemáticas (GOMES; 2007). Percebemos que o perfil da criança com autismo, o que alguns podem denominar problemas e deficiência, possuem ligações com temáticas no campo matemático, eles compartilham aproximações e aproveitam habilidades entre si e que estas conexões podem favorecer a inclusão escolar destes estudantes.

O ambiente escolar, já pode ser considerado um grande fornecedor estímulos para o desenvolvimento de habilidades, como interação social e comunicação (LUZ; GOMES; LIRA, 2017). Estes fatores são importantes no processo de desenvolvimento de habilidades da criança TEA, considerando que o transtorno quase sempre vem acompanhado de dificuldades de interação e comunicação. Campos e Fernandes (2016), apresentaram que quanto mais as crianças frequentavam a escola, melhor eram os resultados em habilidades cognitivas. Isto concorda com o estudo de Camargo e Bosa (2009), que demonstra significativos ganhos na participação social de alunos autistas na escola. Com isto, entende-se que, o fato da criança apenas frequentar o ambiente escolar, já se constitui um fator de desenvolvimento, quando ela está em contato com outras pessoas além do ambiente familiar, porém o processo do aprendizado precisa ser algo contínuo e multifatorial.

A construção de um ambiente “confortável” na escola é fundamental. A organização da estrutura e disposição de objetos, cartazes, informações visuais e concretas tanto na sala de aula como em todas as dependências da escola, é fundamental para a organização espaço-temporal da criança autista, como descreve Giaconi e Rodrigues (2014), que o ambiente escolar, com pontos de referência visíveis facilitam a orientação espacial dos autistas. Salas de aula “limpas” visualmente, sem muitos estímulos visuais como cores vibrantes, além da organização dos móveis, também é importante trazendo benefícios ao desempenho da criança.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o desempenho matemático de alunos com TEA, se dá através de uma série de condições que podem influenciar o desenvolvimento de habilidades. Adoção de estratégias por professores, adaptação ambiental do espaço escolar, se configuram ferramentas importantes para que uma escola inclusiva seja, efetivamente construída. Entende-se as aproximações das do perfil matemático com as características do autismo, outro recurso que pode ser adotado, a fim de beneficiar esta população para a inclusão escolar. Percebemos a necessidade de propagação destes saberes, a outros profissionais da área da educação, afim de atender as variadas demandas peculiares aos estudantes com TEA.

REFERÊNCIAS

APORTA, A. P.; LACERDA, C. B. F. DE. **Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no ensino fundamental I**. Rev. bras. educ. espec, v. 24, n. 1, p. 45–58, 2018.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª edição. Editora Artmed. Porto Alegre, 2014.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas**. Rev. bras. educ. espec, v. 20, n. 3, p. 371–386, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2008.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência Social , Inclusão Escolar E Autismo : Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65–74, 2009.

CAMPOS, L. K. DE; FERNANDES, F. D. M. **Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo**. CoDAS, v. 28, n. 3, p. 234–243, 2016.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. **Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 1, p. 49–64, 2016.

FLEIRA, R. C.; FERNANDES, S. H. A. A. **Práticas de ensino para a inclusão de um aluno autista nas aulas de matemática.** Revista brasileira de educação em ciências e educação matemática, v. 1, n. 1, p. 104–122, 2017.

GOMES, C. G. S. **Autismo e ensino de habilidades acadêmicas: adição e subtração.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, n. 3, p. 345–364, 2007.

GOMES, R. C.; NUNES, D. R. P. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção.** Educação e Pesquisa, v. 40, n. 1, p. 143–161, 2014.

GIACONI, C.; RODRIGUES, M. B. **Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo.** Educação & Realidade, v. 39, n. 3, p. 687–705, 2014.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. DE. **Escolarização de Alunos com Autismo.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 2, p. 269–284, 2016.

LUZ, M. H. S. DA; GOMES, C. A.; LIRA, A. **Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente.** Educación, v. 26, n. 50, p. 123–142, 2017.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.** Audiology - Communication Research, v. 19, n. 2, p. 171–178, 2014.

REDERD, B. F.; SANTOS, R. P. L. DOS; HESS, L. W. B. **Autismo diante do raciocínio lógico matemático: fatores determinantes e métodos de intervenção.** Ensaios Pedagógicos da UFSCar, v. 2, n. 1, p. 113–124, 2018.

CAPÍTULO 6

TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS COMUNS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 01/11/2020

Nataly Camila Gomes de Arrais Figueredo

Universidade de Ciências e Tecnologia do Maranhão- UNIFACEMA
Caxias –Ma.

Bentinelis Braga da Conceição

Centro Universidade de Ciências e Tecnologia do Maranhão- UNIFACEMA
Caxias –Ma.
Ensino Superior – FAEME.

Luana de Oliveira

Christus Faculdade do Piauí
Piripiri – PI
Christus Faculdade do Piauí.

Camylla Layanny Soares Lima

Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
Teresina – PI.
FAEME.

Annielson de Souza Costa

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA
Caxias – MA.
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP.

Angela Raquel Cruz Rocha

Universidade Estadual do Piauí – UESPI.
Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME.

Daniel Berguem Altino da Silva

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA
Caxias – MA.

Marhesca Carolyne de Miranda Barros Gomes

Centro Universitário Santo Agostinho
UNIFSA, Teresina – PI.
IESM.

Barbara Maria Rodrigues dos Santos

Universidade Federal do Piauí–UFPI,
TERESINA–PI.

Rhanyele de Moura Cardoso

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA
Caxias – MA.
Ensino Superior – FAEME.

Layane Mayhara Gomes Silva

Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão – UNIFACEMA
Caxias – MA.

Adriano Nogueira da Cruz

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Caxias – MA.

Ricardo Clayton Silva Jansen

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
Caxias – MA.
UEMA, Caxias – MA.

Edilane Henrique Leôncio

Centro Universitário UNINOVAFAPI
Teresina – PI.

Adriana Carvalho Araújo

Centro Universitário UNINOVAFAPI
Teresina C PI.
UTI Pediátrica e Neonatal – UNIPÓS.

RESUMO: Ao longo da vida acadêmica os estudantes se deparam com situações que podem causar desconforto mental, provocando assim algum tipo de transtorno, tais transtornos têm crescido consideravelmente nos últimos anos, gerando interferências na vida acadêmica do aluno. Foi realizado um estudo a fim de analisar a relação existente entre a construção de um “tipo ideal” de aluno e os transtornos mentais identificados em estudantes universitários. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, onde se formulou a seguinte questão não clínica: Quais evidências científicas existentes para transtornos psiquiátricos mais comuns em estudantes universitários? Foram encontrados 13 artigos através da busca de dados com predomínio de estudos realizados nos Estados Unidos e realizados no ano de 2015, os transtornos mentais mais citados nesses estudos foram: depressão, ansiedade e o estresse. Conclui-se que a fase universitária, a descoberta de novos conhecimentos, a aproximação de provas ou eventos avaliativos tende a desencadear reações emocionais que propiciam o desencadeamento de transtornos mentais nos estudantes de ensino superior.

PALAVRAS - CHAVE: Estudantes; Transtorno Psíquico; Transtorno Mental; Saúde Mental.

COMMON PSYCHIATRIC DISORDERS IN UNIVERSITY STUDENTS: NA INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Over the course of academic life students face situations that can cause mental discomfort, thus causing some kind of disorder, such disorders have grown considerably in recent years, generating interference in the academic life of the student. A study was realized to analyze the relationship between the construction of an “ideal type” of the student and the mental disorders identified in university students. It was an integrative review of the literature, where the following non-clinical question was formulated: What scientific evidences exist for psychiatric disorders more common in university students? There were found 13 articles through the search of data with predominance of studies conducted in the United States and realized in the year 2015, the most cited mental disorders in these studies were depression, anxiety and stress. It was concluded itself that the university phase, the discovery of new knowledges, the approximation of tests or evaluation events tends to trigger emotional reactions that trigger the beginning of mental disorders in students of higher education.

KEYWORDS: Students; Psychic disorder; Mental disorder; Mental health.

1 | INTRODUÇÃO

A entrada na universidade é um desafio, existem vários pontos que podem ser verificados como estressores, independente do ano de estudo em que se encontram e um dos desafios é ser visto pelos responsáveis como investimento. Ao iniciar a vida adulta é o período principal em que os transtornos têm maior chance de surgir e os distúrbios

não psicóticos são associados à ansiedade e à depressão. Os sintomas estão presentes durante a vida acadêmica e poderão interferir no modo de agir do aluno, bem como, na forma de lidar com a própria saúde, e no caso dos alunos da área da saúde, poderão intervir no relacionamento com seus futuros pacientes (CARVALHO et al., 2015).

De uma forma geral, os transtornos de ansiedade têm crescido expressivamente no último século, especialmente devido às profundas alterações ocorridas no campo econômico e cultural que foram complementados por pressões de uma sociedade moderna, tecnológica e principalmente competitiva, estudantes de ensino superior da área da saúde formam um grupo de pessoas que merecem especial atenção por mostrarem maior nível de ansiedade, quando relacionados a outras áreas de ensino, estes, inserindo os estudantes de enfermagem, possuem durante o período de graduação alguns fatores a mais que causam ansiedade (MARCHI et al., 2013).

Este estudo teve com problemática: Quais evidências científicas existentes para transtornos psiquiátricos mais comuns em estudantes universitários? Para qual se atentou o seguinte objetivo geral: identificar na literatura científica quais os transtornos psiquiátricos que são mais comuns em estudantes universitários. E com objetivos específicos de: identificar na literatura os fatores que propiciam os acadêmicos a apresentarem transtornos mentais; elencar quais problemas psicológicos e sociais que os estudantes apresentam durante a vida acadêmica; verificar por meio da literatura se a pressão familiar influencia no desencadeamento de transtornos mentais; analisar se há artigos científicos que abordem uma solução ou minimização das crises de transtornos mentais entre universitários.

Esse estudo justificou-se por mostrar a dificuldade que os estudantes universitários enfrentam quando são acometidos pelo transtorno de ansiedade, que na maioria das vezes faz com que os acadêmicos se isolem dos demais colegas de faculdade e até mesmo de seus familiares. Pretende-se através dos estudos analisar os motivos que fazem com que alguns acadêmicos sofram de ansiedade, tendo em vista que estudos apontam que o transtorno acomete na sua grande maioria pessoas do sexo feminino.

2 | METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa da literatura. De acordo com Vieira (2015), a revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas de maneira sistemática, ordenada e abrangente.

Para orientar este estudo, formulou-se a seguinte questão não-clínica (PICo): Quais evidências científicas existentes para transtornos psiquiátricos comuns em estudantes universitários?

A estratégia PICo, representa um acrônimo para Paciente (P), Intervenção (I)

e Contexto (Co), e foi utilizada para a construção da questão norteadora desta revisão integrativa da literatura, para a localização dos estudos relevantes, que respondessem à pergunta de pesquisa. Foram utilizados os descritores indexados nos idiomas português, inglês e espanhol, os descritores foram obtidos a partir do Medical Subject Headings (MESH) e dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Elementos	MeSH	DeCS
P	Students	Estudantes/ Estudiantes/ Students
I	Mental Disorders	Transtornos Mentais/ Trastornos Mentales/ Mental Disorders
Co	Universities	Universidade/ Universidades/ Universities

Quadro 1- Elementos da estratégia PICO e descritores utilizados. Caxias – MA, 2017.

Fonte: pesquisa direta.

Os termos utilizados durante a pesquisa foram classificados e combinados nos bancos de dados, resultando em estratégias específicas de cada base, que podem ser observada no quadro 2, no total foram catalogados 174 artigos, mas apenas 13 corresponderam a pergunta norteadora desse estudo.

Base de dados	Estratégia de busca	Resultados	Selecionados
BVS	estudantes OR student AND transtorno mental OR trastornos mentales OR mental disorders AND universidade OR universidades OR universities AND (collection:(“06-national/ BR” OR “05-specialized”) OR db:(“LILACS” OR “MEDLINE”)) AND (fulltext:(“1”) AND mj:(“Transtornos Mentais” OR “Universidades” OR “Estresse Psicológico” OR “Ansiedade”) AND limit:(“humans”) AND pais_ assunto:(“america do norte” OR “europa” OR “america do sul” OR “brasil”) AND la:(“en” OR “pt” OR “es”) AND year_ cluster:(“2015” OR “2016”) AND type:(“article”))	73	8
PubMed	(“students”[MeSH Terms] OR “students”[All Fields]) AND (“mental disorders”[MeSH Terms] OR (“mental”[All Fields] AND “disorders”[All Fields]) OR “mental disorders”[All Fields]) AND (“universities”[MeSH Terms] OR “universities”[All Fields]) AND (Clinical Trial[ptyp] AND “loattrfull text”[sb] AND “2012/10/09”[PDat] : “2017/10/07”[PDat] AND “humans”[MeSH Terms])	89	3

Scielo	estudantes OR estudantes OR students AND transtornos mentais OR trastornos mentales OR mental disorders AND universidade OR universidades OR universities AND la:("en" OR "pt" OR "es") AND year_cluster:("2017") AND type:("research-article")	12	2
--------	---	----	---

Quadro 2- estratégias de busca utilizadas nas bases de dados BVS, PubMed e Scielo. Caxias – MA, 2017.

Fonte: pesquisa direta

Nesta etapa foram analisadas as informações coletadas nos artigos científicos e foi necessária a criação de categorias analíticas que facilitem a ordenação e a sumarização de cada estudo. Essa categorização foi realizada de forma descritiva, em que o pesquisador indicou os dados mais relevantes para seu estudo. Neste estudo parte dos artigos foram analisados de forma estatística e outra parte de forma a estruturar os textos em categorias conforme estratégia de busca já mencionada.

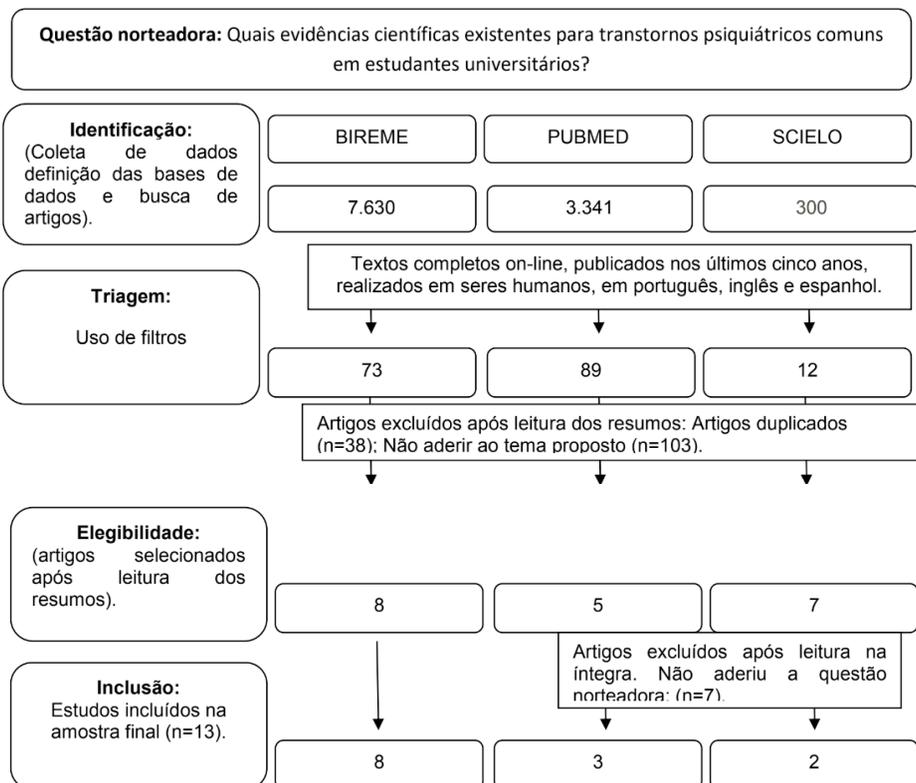


Figura 1: Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos por meio da estratégia de busca. Caxias - MA, 2017. (n=13).

A caracterização das produções incluídas (N=13), revelou que a maioria das publicações (46,1%) consistia em pesquisas quantitativas. A avaliação crítica dos achados mostrou que a maioria dos estudos possuía sua questão clínica direcionada para o prognóstico/etiologia (53,8%), com nível de evidência quatro (46,1%). Houve predomínio de estudos realizados nos Estados Unidos (46,1%). As áreas de conhecimento que se destacaram foram a interdisciplinar (30,8%) e a de medicina (30,8%), e quanto ao ano de publicação nos periódicos, os artigos foram em sua maioria publicados no ano de 2015 (61,5%).

Variáveis	N	%
Abordagem do estudo		
Quantitativo	6	46,1%
Quali-quantitativo	5	38,5%
Qualitativo	2	15,4%
Questão de pesquisa do estudo		
Prognostico/etiologia	7	53,8%
Tratamento/intervenção	4	30,8%
Significado	2	15,4%
Classificação de evidencia		
Quatro	6	46,1%
Cinco	3	23,1%
Seis	3	23,1%
Dois	1	7,7%
Procedência		
Estados Unidos	6	46,1%
Brasil	3	23,1%
Alemanha	2	15,4%
Inglaterra	1	7,7%
Peru	1	7,7%
Área do conhecimento		
Interdisciplinar	4	30,8%
Medicina	4	30,8%
Psicologia	2	15,4%
Saúde mental	2	15,4%
Enfermagem	1	7,7%
Ano da publicação		
2015	8	61,5%
2016	2	15,4%
2017	2	15,4%
2014	1	7,7%

Tabela 1 - Caracterização das produções analisadas, Bireme/PubMed/Scielo. Caxias-MA, 2017 (N=13).

Fonte: base de dados. (Conclusão)

Os transtornos mais identificados nesses estudos foram: depressão, ansiedade e estresse (quadro 3).

Nº de ordem	Autor	Objetivo principal	Amostra	Intervenções	Principais resultados
A1	Keith et al. (2015)	Investigar o uso frequente de maconha entre universitários e sua associação problemas de saúde mental e estresse.	1.776 estudantes de graduação.	Análises de regressão logística foram utilizadas para examinar as relações entre a frequência de uso de maconha e problemas de saúde mental nos universitários.	Foi verificada uma alta taxa de depressão e uso de drogas entre universitários, para aliviar a pressão que a vida acadêmica causa a esta população.
A2	Rose et al. (2015)	Investigar a associação entre distúrbios do sono e transtornos mentais comuns entre estudantes universitários peruanos.	2.538 alunos de graduação.	Questionário auto administrado para coletar informações sobre características do sono, dados sociodemográficos e estilo de vida.	Os distúrbios do sono estavam relacionados às notas baixas na faculdade, e os participantes apresentaram depressão.
A3	Kopera et al. (2015)	Investigar atitudes explícitas e implícitas em relação a doença mental entre estudantes de medicina e profissionais formados.	1.930 profissionais e não profissionais de medicina.	Os alunos foram testados durante o campo de estágio, por meio de testes psicológicos e da escala Emotion.	O estudou evidenciou taxas maiores de estresse e ansiedade entre os estudantes, em comparação com os profissionais já formados.

A4	Wege et al. (2015)	Identificar a prevalência de transtornos mentais comuns em uma amostra de estudantes de medicina.	590 acadêmicos de medicina.	Aplicação de um questionário de saúde do paciente (PHQ).	Foi identificada depressão maior, ansiedade, transtornos do pânico e queixas psicossomáticas entre os estudantes.
A5	Borst, Frings-Dresen, e Sluiter (2016)	Identificar transtornos mentais entre universitários.	951 estudantes	Testes realizados com um questionário on-line, para examinar quais os fatores relacionados ao estudo predizem problemas de saúde mental.	No estudo, estudantes de medicina relataram sintomas de depressão, ansiedade e problemas de saúde mental.
A6	Mache et al. (2015)	Avaliar a prevalência de transtornos mentais entre estudantes de odontologia.	239 estudantes de odontologia da Alemanha.	Entrevista e exames sobre o comportamento psicológicos dos alunos.	Os alunos apresentaram sintomas da síndrome de Burnout, e transtornos de despersonalização.
A7	Souza et al. (2015)	Investigar a associação entre experiências de discriminação e transtornos mentais comuns entre os estudantes.	1.023 estudantes.	Questionário auto administrado sobre características socio-demográficas, curso de graduação, experiências de discriminação e transtornos mentais comuns.	Os achados sugerem que a relação entre experiências de discriminação e distúrbios mentais comuns, como o estresse.
A8	Fortney (2016)	Determinar a prevalência de transtornos mentais e comportamentos de busca de ajuda entre estudantes universitários.	740 estudantes	Entrevistas com psicólogos e exames psicológicos utilizados para mensurar quais transtornos mentais acometia os alunos.	Foram identificadas depressão, estresse pós-traumático, autolesão, ideação de suicídio.

A9	Freeman (2015)	Determinar o efeito da terapia comportamental cognitiva para insônia sobre a saúde mental dos estudantes universitários.	2.614 estudantes com insônia em universidades.	Teste OASIS onde os participantes foram randomizados para a terapia cognitivo-comportamental para insônia.	Os alunos eram acometidos por insônia, paranoia e alucinações. A terapia comportamental cognitiva reduziu as crises.
A10	King (2015)	Examinar o efeito de uma intervenção on-line para estudantes universitários em risco de suicídio.	76 estudantes universitários	Os alunos foram randomizados pela Electronic Bridge to Mental Health Services (eBridge) e feedback personalizado, oferecido no formato de relatório simples.	Os achados sugerem que oferecer aos alunos feedback personalizado e a opção de aconselhamento on-line, consegue-se um impacto positivo no controle do suicídio.

A11	Musiat et al. (2014)	Avaliar a eficácia de uma intervenção on-line transdiagnóstica destinada a reduzir os sintomas de transtornos mentais.	1.047 alunos	Os alunos foram recrutados on-line e uma intervenção de controle usando randomização simples computadorizada foi empregada.	Foram identificados nos alunos: depressão, ansiedade e estresse. A intervenção transdiagnóstica preveniu distúrbios mentais comuns.
A12	Santos et al. (2017)	Identificar o estresse em estudantes em graduação em Medicina.	256 alunos	Os estudantes foram avaliados quanto à sintomatologia de estresse e ao perfil sociodemográfico por meio de entrevistas.	87 participantes (61,7%) tinham estresse, e 82 (94,2%) destes se encontravam em fase de resistência.
A13	Cybulski, Mansani (2017)	Determinar a prevalência de sintomas depressivos e de seus fatores de risco, assim como do uso de antidepressivos na amostra analisada.	239 alunos	Questionários para o levantamento das questões socioeconômicas, sintomas depressivos, e para obter informações sobre o uso de medicamentos antidepressivos.	Foram significativas as associações entre sintomas depressivos e frequência de atividades de lazer, estresse, satisfação com o desempenho acadêmico e falta de apoio emocional.

Quadro 3 - Publicações incluídas segundo objetivo principal, perfil amostral e principais resultados. Caxias - MA, 2017 (N=13).

Fonte: pesquisa direta

3 | DISCUSSÃO

Os transtornos mais identificados através dessa pesquisa na literatura foram a depressão, a ansiedade e o estresse, outros transtornos citados nos estudos (A5, A6 e A8) foram a síndrome de Burnout, os transtornos de despersonalização, autolesão, ideação de suicídio e intenção de suicídio. Percebe-se que os transtornos mentais mencionados têm um amplo impacto na vida desses estudantes, que por serem em sua maioria jovens, acabam sendo mais propensos a idealizações suicidas ou surtos psicóticos, tanto pela falta de maturidade, como pela falta de instabilidade emocional.

Os artigos A1, A2, A3, A7 e A13 retrataram os fatores desencadeantes ou agravantes para o aparecimento dos transtornos psiquiátricos comuns entre os universitários, sendo: o uso de substâncias ilícitas, transtornos do sono, a discriminação, o mau desempenho acadêmico e a falta de apoio emocional, como sendo os fatores mais influenciadores para o surgimento de transtornos mentais.

Tais dados condizem com os fatores discutidos no estudo de Filho e Silva (2013), onde relataram ainda que o período de aproximação de provas ou eventos avaliativos tende a desencadear reações emocionais de riscos em alunos com depressão ou ansiedade.

Os estudos A4, A6, A8, A12 e A13, investigaram a prevalência dos transtornos mentais entre os estudantes do ensino superior. Foi verificado que dentre os estudos, os discentes de cursos da área da saúde, em especial de medicina foram o que mais tiveram casos de transtornos mentais.

Tal fato é confirmado também na pesquisa de Cecconello et al. (2013), onde foram avaliados sintomas depressivos e fobia social entre estudantes de graduação, nessa pesquisa o autor explanou que a exposição social sofrida pelos acadêmicos da área da saúde age como um gatilho para o desencadeamento do estresse e outras desordens mentais.

Quanto à intervenção ou tratamento, os artigos A9, A10, A11 e A13 apontaram a terapia comportamental cognitiva para combater a insônia e seu prejuízo à saúde mental dos estudantes, o aconselhamento on-line usando princípios de entrevistas motivacionais, a intervenção transdiagnóstica on-line, e uso de antidepressivos.

De acordo com o estudo de Musiat et al. (2014), a intervenção transdiagnóstica on-line teve reflexo positivo na identificação e no tratamento de desordens mentais como a depressão e ansiedade, além disso, essa intervenção foi capaz de identificar fatores de riscos nos alunos portadores de transtornos mentais, sendo esses a má alimentação, distúrbios no sono e consumo de álcool.

Percebe-se ainda que nos artigos catalogados para a construção dessa revisão integrativa de literatura que a maioria dos artigos tende a diagnosticar os transtornos mentais dos estudantes do ensino superior por meio de testes ou entrevistas rápidas, e que tais intervenções não seriam suficientes para garantir qual o tipo de transtorno realmente

vivido pelos alunos, pois, para isso, seria necessário uma investigação mais profunda. Além disso, foi verificada a pouca existência de estudos sobre o desenvolvimento de intervenções e tratamento para os transtornos mentais em estudantes do ensino superior.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados obtidos dessa revisão integrativa da literatura, foi identificado que os transtornos psiquiátricos mais comuns em estudantes universitários foram ansiedade, estresse e depressão. Foi verificado também que a fase universitária, a descoberta de novos conhecimentos, a aproximação de provas ou eventos avaliativos desencadeou reações emocionais que propiciaram o desencadeamento de transtornos mentais nos estudantes de ensino superior.

No decorrer dessa pesquisa foi possível identificar que a pressão familiar e o desamparo emocional influenciaram para o agravamento dos transtornos mentais que acometiam essa população amostral. Foi constatada também a pouca existência de artigos científicos que abordavam uma solução ou minimização das crises de transtornos mentais entre universitários, mais que as poucas publicações relativas á tratamento abordavam novas intervenções por meio de terapias comportamentais, e uso da internet como ferramenta para o diagnóstico e aconselhamento.

A partir desse estudo verificou-se a necessidade de serem realizados mais publicações sobre os transtornos mentais em estudantes do ensino superior, bem como a formulação de novas formas de intervenções para prevenção e tratamento, uma vez que foi constatado, segundo as pesquisas apontadas ao longo deste trabalho, que os transtornos mentais causam nos discentes uma grande taxa de abandono dos estudos, e comprometem a futura carreira profissional desses jovens.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, E. A. et al. Índice de Ansiedade em Universitários Ingressantes e Concluintes de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Cienc. Cuid. Saúde**. v. 14, n.3. jul/set 2015. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/23594. Acesso em: 01 jun. 2017.

CECCONELLO, W.W. et al. Avaliação de sintomas depressivos e de fobia social em estudantes de graduação. **Aletheia**, v.42, n.3, p.71-81, set./dez. 2013. Disponível em: Acesso em: 01 jun. 2017. Disponível em: www.redalyc.org/html/1150/115035315007/. Acesso em: 01 jun. 2017.

FILHO, O.C.S.; SILVA, M.P. transtornos de ansiedade em adolescentes: considerações para a pediatria e hebiatria. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p.31-41, out 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8411>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MARCHI, K.C. et al. Ansiedade e consumo de ansiolíticos entre estudantes de enfermagem de uma universidade pública.

MUSIAT, P. et al. Prevenção direcionada de transtornos comuns de saúde mental em estudantes universitários: ensaio clínico controlado aleatorizado de uma intervenção baseada na internet baseada em tratamentos transdiagnósticos. **PLoS One**. V.9, n.4, p.3621. Abr. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24736388>. Acesso em: 07 Out. 2017.

Rev. Eletr. Enf. V.15, n.3, p.731-9. Jul/set 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i3.18924>. Acesso em: 01 jun. 2017.

VIEIRA, E.M.N.L. Mutismo seletivo: o silêncio que se oculta no corpo e as terapias aliadas para diagnóstico e tratamento. Anais. Curitiba: **Centro Reichiano**, v.12, n.5, 2015. Disponível em: www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais_2015/VIEIRA_Elisa_Lima_Mutismo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

CAPÍTULO 7

O CONTEXTO ESCOLAR À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 05/09/2020

Rosana Assis dos Santos

Universidade Católica do Salvador – UCSal
Salvador – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/1947606826503771>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo promover reflexões sobre o contexto escolar à luz da Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano, a partir da necessidade de ressignificação da queixa para promoção do desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento escolhida foi do psicólogo e professor Urie Bronfenbrenner, por este ter considerado as características da pessoa e do ambiente, fatores preponderantes do desenvolvimento do indivíduo, criando o modelo PPCT. A introdução apresenta o tema de uma maneira breve, abordando o conceito inicial do autor e a revisão da sua teoria, bem como sua importância para o contexto escolar. O primeiro tópico traz de forma resumida as postulações do autor, explicando cada conceito do modelo PPCT como propriedades da pessoa em desenvolvimento. O segundo tópico aborda a queixa escolar numa visão Bioecológica para ampliar a visão dos contextos, favorecendo a compreensão para uma ressignificação do problema. O terceiro e último tópico discute a importância da relação escola-família para fortalecimento do mesossistema na produção do desenvolvimento do sujeito. As considerações

finais retomam o assunto abordado ao longo do corpo do trabalho, considerando a Teoria Bioecológica pertinente para os profissionais da educação ampliarem a sua compreensão da queixa escolar, numa visão holística que favoreça a ressignificação para criação de ações educativas de vinculação com os familiares para melhor promoção do desenvolvimento do sujeito da educação.

PALAVRAS - CHAVE: Teoria Bioecológica. Contexto Escolar. Queixa Escolar. Desenvolvimento Humano.

THE SCHOOL CONTEXT FROM THE POINT OF VIEW OF THE BIOECOLOGICAL THEORY OF HUMAN DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article aims to promote reflections on the school context from the point of view of the Bioecological Theory of human development, from the need to reframing the complaint to promote development. The development theory chosen was that of the psychologist and professor Urie Bronfenbrenner, as he considered the characteristics of the person and the environment, which are the main factors in the development of the individual, creating the PPCT model. The introduction presents the topic in a brief way, addressing the author's initial concept and revising his theory, as well as its importance for the school context. The first topic summarizes the author's postulations, explaining each concept of the PPCT model as properties of the person in development. The second topic addresses the school complaint in a Bioecological view to expand the view of the

contexts, favoring the understanding for a reframing of the problem. The third and last topic discusses the importance of the school-family relationship for strengthening the mesosystem in the production of the subject's development. The final considerations return to the subject addressed throughout the body of the work, considering the Bioecological Theory pertinent for education professionals to broaden their understanding of the school complaint, in a holistic view that favors the reframing for the creation of educational actions to link with family members to better promotion of the development of the subject of education.

KEYWORDS: Bioecological Theory. School context School complaint. Human development

1 | INTRODUÇÃO

A ressignificação da queixa para a promoção do desenvolvimento humano no ambiente escolar à luz da Teoria Bioecológica torna-se o objeto deste estudo, a partir da necessidade de um olhar mais amplo das queixas por parte da escola, considerando as especificidades dos contextos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e das inter-relações.

Neste sentido o contexto escolar é de fundamental importância para o desenvolvimento humano. Depois da família, é na escola que acontecem as interações com os objetos, com o outro e o ambiente. Para que isso se estabeleça, a escola precisa compreender como se processa o desenvolvimento e suas implicações, construindo ações pedagógicas e educativas coerentes com a subjetividade dos alunos a partir dos seus contextos.

Dentre os muitos teóricos que escreveram sobre o desenvolvimento humano, o psicólogo e professor Urie Bronfenbrenner (1917-2005), no final da década de 70, postulou sua teoria numa Abordagem Ecológica, considerando o ambiente e o contexto fundamentais para o processo de desenvolvimento, destacando que as observações deveriam ser feitas a partir do seu meio natural de vida, vinculando a teoria com a prática. Mais tarde, ele ampliou seu entendimento, reformulando sua teoria propondo a Teoria Bioecológica por entender que as características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento deveriam ser consideradas, bem como a temporalidade histórica. Bronfenbrenner destacou a importância das políticas públicas na promoção e compreensão da teoria acerca do desenvolvimento, necessitando da ciência para progredir, e deu foco na multidisciplinaridade, integrando os diversos saberes na compreensão do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 2011).

A queixa escolar é compreendida no contexto da educação não apenas como dificuldade de aprendizagem, mas muito mais pelo comportamento inadequado ao ambiente estabelecido, como uso de xingamentos, brigas, desordem, dentre outros. Compreender para ressignificar as queixas e atuar de forma a mudar a realidade desses alunos se torna um grande desafio dos educadores. A Teoria Bioecológica vem ajudar nessa compreensão dos contextos que o aluno está inserido, observando os aspectos (biológicos, físicos e psicológicos) da pessoa em desenvolvimento em interação com o ambiente.

Tanto o contexto familiar como o contexto escolar são imprescindíveis para o desenvolvimento humano, por isso a interação desses ambientes é importante para que o desenvolvimento possa ocorrer favoravelmente.

A relação escola-família precisa ser pautada no respeito e cooperação, principalmente diante da queixa escolar. A compreensão do contexto sociocultural dos alunos ajuda a escola a pensar em práticas educativas que impliquem as famílias no acompanhamento dos filhos, com intervenções mais assertivas e, conseqüentemente a sua inserção no ambiente escolar.

21 A TEORIA BIOECOLÓGICA: UM RESUMO DAS POSTULAÇÕES DE BRONFENBRENNER

A teoria proposta por Bronfenbrenner considera o ambiente ecológico um conjunto de estruturas que são organizadas em diferentes níveis que estão inter-relacionados, dando ênfase, após a reestruturação, às características biopsicológicas e aos processos proximais, que seriam as formas particulares de interação entre o sujeito e o ambiente. Com essa reestruturação da sua teoria, o autor ampliou seu olhar às propriedades da pessoa em desenvolvimento, associando a sua abordagem ao modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo), cujos conceitos-chave são multidirecionais e estão interlaçados, tendo como elementos as características pessoais do sujeito, a sua relação com o outro e com o ambiente, as atividades que promovem o desenvolvimento e os eventos históricos marcantes com sua duração de tempo (ROTHER; MEJIA, 2015; TUDGE, 2012; MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Falando sobre os processos proximais, o primeiro conceito do modelo PPCT, o autor afirma que o desenvolvimento humano se dá por meio de processos progressivamente mais complexos de interações entre um organismo humano biopsicológico e as pessoas, objetos e símbolos, estimulantes e convidativos à exploração, em seu ambiente externo imediato, em processo evolutivo. O desenvolvimento é garantido quando as atividades são feitas em longos períodos e com consistência, evoluindo em complexidade. Vale ressaltar que a natureza dos processos proximais varia de acordo com o indivíduo e o contexto espacial e temporal, podendo levar a resultados opostos de desenvolvimentos: a competência e a disfunção (TUDGE, 2012; BHERING; SARKIS, 2009).

Os efeitos desenvolvimentais dos processos proximais podem variar em função dos contextos. No caso de crianças que vivem em contextos precários e, portanto, privados de condições mínimas para o desenvolvimento saudável, é provável que haja maior disfunção no desenvolvimento, necessitando, geralmente, que as preparemos para que tenham maior atenção e envolvimento dos pais ou profissionais em razão das dificuldades encontradas (Bhering; Sarkis, 2009, p.11).

Acerca do conceito Pessoa, o segundo do modelo PPCT, o autor considera os fatores biológicos e genéticos no desenvolvimento, todavia enfatiza as características pessoais do

sujeito que podem funcionar como instigadoras de desenvolvimento e têm o poder de afetar os processos proximais no curso da vida, sendo elas de demanda, recurso e força. As características de demanda dizem respeito às características de estímulo pessoal e podem influenciar as interações iniciais, convidando ou desencorajando reações do contexto social, nutrindo ou rompendo a operação de processos proximais; as características de recurso são parcialmente relacionadas com recursos cognitivos e emocionais, além de recursos sociais e materiais, favorecendo os processos proximais a serem efetivos em determinada fase do desenvolvimento; e as características de força são relacionadas às características do sujeito, diferenças de temperamento, motivação, persistência que podem colocar os processos proximais em movimento, influenciando seu desenvolvimento (TUDGE, 2012; BHERING; SARKIS, 2009; MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

O conceito Contexto do modelo apresentado pelo autor diz respeito ao ambiente global em que o sujeito está inserido, sendo caracterizado por qualquer condição fora do organismo que pode influenciar ou ser influenciada pela pessoa em desenvolvimento. Ele compara o ambiente a uma série de estruturas encaixadas uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas. Essas estruturas ele denominou de micro-, meso-, exo- e macrosistema. O microsistema é o ambiente imediato que contém a pessoa em desenvolvimento, no qual ela passa boa parte do tempo em atividades e interações e vai ampliando com o passar do tempo e a faixa etária (casa, escola, clube etc.). O mesossistema é a inter-relação entre dois ou mais ambientes nos quais uma pessoa participa ativamente (relações entre a casa e a escola, a escola e o trabalho, entre outras). Já o exossistema diz respeito aos ambientes que influenciam o sujeito em desenvolvimento, mesmo ele não fazendo parte diretamente como participante ativo (trabalho dos pais, escola do irmão, diretoria da escola etc). Por fim, o macrosistema, definido pelo autor como padrão global de ideologia e organização das instituições sociais comuns em uma determinada cultura ou subcultura, envolve os demais sistemas, formando uma rede de interconexões que se diferenciam de uma cultura para outra (valores, crenças) e sofre transformações devido às novas gerações que vão surgindo não imitarem fielmente os valores e as crenças da geração anterior que lhes foram transmitidas (TUDGE, 2012; ANTONI; KOLLER, 2001; BRONFENBRENNER, 1996).

A última estrutura considerada pelo autor é o Tempo, tendo este um papel crucial, por ser entendido como o desenvolvimento no sentido histórico no qual ocorrem as mudanças no decorrer dos tempos, podendo alterar o curso do desenvolvimento humano. O autor subdividiu a referida estrutura em micro-, meso- e macrotempo. O primeiro, microtempo, refere-se ao que está ocorrendo durante determinada atividade ou interação, sendo analisado pela continuidade e descontinuidade dos episódios relativos ao processo proximal; o mesotempo é a periodicidade desses episódios por meio de intervalos amplos como os dias e as semanas, dito de outra maneira, em que medida atividades e interações ocorrem com frequência no ambiente imediato do sujeito em desenvolvimento; e o macrotempo,

conhecido anteriormente pelo cronossistema, está centrado na história de vida do sujeito (e de todas as pessoas e contextos nos quais interage) e nas expectativas de mudanças e de ocorrência de eventos históricos singulares que possam ter influência no desenvolvimento durante o ciclo vital (TUDGE, 2012; ANTONI; KOLLER, 2001; BRONFENBRENNER, 1996).

3 | A QUEIXA ESCOLAR NUMA VISÃO BIOECOLÓGICA: DA COMPREENSÃO À RESSIGNIFICAÇÃO

A queixa escolar é um desafio a ser vencido no cotidiano da escola. O tema tem sido bastante discutido nas áreas da Educação e da Psicologia, apontando, na maioria das vezes, como queixa escolar os problemas de aprendizagem e distúrbio de comportamento, sendo este último o que mais desafia a relação escola-família. Dazzani et al. (2014) fizeram uma revisão da produção científica brasileira publicada entre 2002 e 2012 sobre “queixa escolar”, considerando suas principais características e aspectos relacionados à produção da queixa escolar, sendo que seus achados apontam um número maior de encaminhamento para acompanhamento psicológico de alunos de cinco a treze anos e do gênero masculino, com queixas relacionadas a problemas de conduta.

O Modelo Bioecológico pode ajudar a escola a ter uma visão mais contextualizada diante do histórico de queixa, atentando para o mundo social, ambiental, histórico e temporal desses meninos. Não se pode compreender o indivíduo sem conhecer o seu contexto ou ambiente que é base estrutural dos sistemas interligados que vai do micro ao macrossistema. Entender que tanto a família como a escola são microsistemas nos quais o aluno interage com pessoas, objetos e símbolos, ajuda a buscar um diálogo entre escola e família para que tanto um quanto o outro sejam promotores de desenvolvimento. É nessa relação que se dá o mesossistema. Mas é importante identificar os ambientes que têm influenciado negativamente esse aluno, ainda que ele não seja participante ativo do mesmo. O exossistema precisa ser reconhecido para possíveis intervenções que ajudem o curso do desenvolvimento do aluno. Todos esses sistemas estão interligados ao macrossistema que não pode ser ignorado.

Além da compreensão do contexto, a teoria aponta para os aspectos biológicos, físicos e psicológicos da pessoa em desenvolvimento, em interação com o ambiente. A escola precisa reconhecer as características de demanda desses alunos com histórico de queixas para buscar estratégias que ajudem no seu engajamento no contexto escolar, favorecendo os processos proximais com seus pares, para o seu desenvolvimento, investindo nas suas características de recurso e força.

Acerca do tempo, a Teoria Bioecológica aponta que as características tanto de mudança como de continuidade do sujeito, ao longo das gerações, são tão importantes quanto as características de uma mesma pessoa no tempo; sendo assim, eventos históricos podem alterar o curso do desenvolvimento humano, em qualquer direção. Por isso se faz necessário conhecer o aspecto temporal relacionado com as transições vividas pelos

alunos no curso de suas vidas, o que pode alterar a sua conduta.

4 | RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: UM MESOSSISTEMA NA PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Sendo a relação escola-família de fundamental importância para o desenvolvimento sociocognitivo do sujeito no contexto escolar, destacamos esse tópico para falarmos mais sobre as especificidades dessa relação.

A casa e a escola são os dois microsistemas nos quais o indivíduo em desenvolvimento passa a maior parte do tempo, principalmente na infância, por isso fortalecer essa relação repercute diretamente no sujeito em formação, como enfatiza Bronfenbrenner (1996, p. 5) que “a capacidade de uma criança de aprender a ler nas séries elementares pode depender tanto de como ela é ensinada quanto da existência e natureza de laços entre a escola e a família”.

O papel da escola, dentre outros, é se unir às famílias, já que ambas têm suas especificidades e se completam na formação integral do aluno, fazendo-se necessário o estabelecimento e fortalecimento de vínculos, principalmente com as famílias de alunos com histórico de queixa escolar.

Assim, a capacidade de um ambiente – tal como o lar, a escola ou local de trabalho – de funcionar efetivamente como um contexto para o desenvolvimento é vista como dependendo da existência e natureza das interconexões sociais entre os ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações em cada ambiente a respeito do outro (BRONFENBRENNER, 1996, p.7).

A escola não pode ignorar o contexto sociocultural dos seus alunos, antes precisa se instrumentalizar com práticas educativas que impliquem as famílias no acompanhamento dos filhos, contribuindo para a sua permanência e melhor aprendizagem no ambiente escolar, garantindo seu pleno desenvolvimento.

Para isso, faz-se necessário compreender que o aluno não chega sozinho na escola. Ele traz consigo impressões culturais e conhecimentos aprendidos e vivenciados na sua família e na comunidade. Não podemos pensar na criança sem a influência dos seus ambientes, desconsiderando suas características pessoais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do contexto escolar à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano torna-se viável por analisar o indivíduo em desenvolvimento a partir do seu contexto, onde existem estruturas de sistemas interligados que vão do micro ao macrosistema.

Bronfenbrenner (2011) ao considerar o ambiente e o contexto fundamentais para o desenvolvimento humano, não descarta as características biopsicológicas da pessoa em

desenvolvimento e a temporalidade histórica, enfatizando os processos proximais, que são as formas particulares de interação entre o sujeito e o ambiente.

Trazer esses conceitos para o ambiente escolar se torna pertinente para melhor compreensão da queixa, a partir de uma visão ampliada, considerando os contextos nos quais o aluno está inserido, bem como suas características biopsicológicas.

Diante disso, a escola tem como desafio buscar estratégias de vinculação com as famílias, principalmente dos alunos com histórico de queixa escolar, auxiliando-as na busca de outras redes de apoio que venham fortalecer suas características de recursos e forças.

Sendo assim, o estudo do contexto escolar à luz da Abordagem Bioecológica poderá ajudar os profissionais da educação a ressignificarem as queixas escolares, criando ações educativas que fortaleçam o vínculo com as famílias, contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito em formação.

REFERÊNCIAS

ANTONI, Clarissa De; KOLLER, Sílvia Helena. **O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com as meninas violentas**. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 21, n. 1, p. 14-29, março de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 08 de junho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000100003>.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. **Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicação para as pesquisas na área da Educação Infantil**. *Horizontes*, v.27, n.2, p.7-20, jul./dez., 2009.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado et al. **Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 421-428, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000300421&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 08 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. **A Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner em Estudos com Famílias**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ANO 4, N.1, p. 63-77.1º Semestre, 2004.

TUDGE, Jonathan. **A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista?** In: MOREIRA, L.; CARVALHO, A. M. A. *Família e Educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas. p. 209-231. 2008.

CAPÍTULO 8

COMPROMISO ORGANIZACIONAL Y SATISFACCIÓN ESTUDIANTIL EN UNA ESCUELA DE ARTE DEL PERÚ

Data de aceite: 01/11/2020

Tania Maria Anaya Figueroa

Escuela Nacional Superior de Folklore José
María Arguedas
ORCID ID: 0000-0002-5981-918X

RESUMEN: La presente investigación tiene como objetivo conocer la relación que existe entre el compromiso organizacional y la satisfacción de los estudiantes en una escuela de arte del Perú. Es una investigación de enfoque cuantitativo, nivel descriptivo, diseño no experimental, transversal. La muestra fue probabilística y estuvo conformada por 201 estudiantes. La técnica utilizada fue la encuesta y los instrumentos, dos cuestionarios que en la confiabilidad con el alfa de Crombach arrojaron 0,94 para la satisfacción estudiantil y 0,90 para el compromiso organizacional, un índice muy alto en ambas variables. Para el análisis e interpretación de los resultados se realizó el análisis de bondad de ajuste a la curva normal de Kolmogorov Smirnov, lo que determinó la utilización de estadísticos no paramétricos Ro de Sperman que fue 0.866, lo que significa que existe correlación directa y significativa entre la satisfacción estudiantil y el compromiso con la organización, con un nivel de correlación positiva alta, siendo el p valor ($p = 0.000 < 0.05$).

PALABRAS CLAVE: compromiso organizacional, satisfacción estudiantil, educación superior artística.

ORGANIZATIONAL COMMITMENT AND STUDENT SATISFACTION IN A PERUVIAN SCHOOL OF ART

ABSTRACT: The present research aims to know the relationship that exists between organizational commitment and student satisfaction in an art school in Peru. It is a research with a quantitative approach, descriptive level, non-experimental, cross-sectional design. The sample was probabilistic and consisted of 201 students. The technique used was the survey and the instruments, two questionnaires that in reliability with Crombach's alpha yielded 0.94 for student satisfaction and 0.90 for organizational commitment, a very high index in both variables. For the analysis and interpretation of the results, the analysis of goodness of fit to the normal Kolmogorov Smirnov curve was carried out, which determined the use of non-parametric statistics Sperman's Ro which was 0.866, which means that there is a direct and significant correlation between student satisfaction and commitment to the organization, with a high positive correlation level, with the p value ($p = 0.000 < 0.05$).

KEYWORDS: Organizational commitment, student satisfaction, higher education in art.

INTRODUCCIÓN

La investigación tuvo como propósito el estudio de la relación entre el compromiso organizacional y la satisfacción estudiantil debido a que ambas variables tienen un impacto en la actitud hacia el estudio y su conclusión; por ello, en los últimos años, se vienen realizando

diversas investigaciones asociadas al ámbito educativo. Trabajos como los de Román (2016) nos plantean que el grado de calidad de la gestión administrativa se convierte en un predictor del nivel de desempeño del profesor y del grado de calidad de la administración funcional. Estos son predictores del nivel de competencia del empleado y, a su vez, se convierten en predictores del grado de satisfacción estudiantil, lo que, por su parte, nos permite predecir el grado de lealtad institucional de los estudiantes graduandos.

Máynez (2016) encontró que la cultura organizacional y el compromiso afectivo influyen positivamente en la transferencia interna del conocimiento intraorganizacional, y que la transferencia de conocimiento dentro de la empresa no es influenciada por el compromiso afectivo. Osorio y Parra (2015), en un grupo de estudiantes del primer año, encontraron un nivel muy satisfactorio en un buen porcentaje (80% $T=69.43$; $p=0.41$) y que la motivación intrínseca dependería de un conjunto de aspectos que son considerados como extrínsecos.

Álvarez, Chaparro y Reyes (2014) en una investigación sobre satisfacción estudiantil en las instituciones superiores públicas y privadas del Valle de Toluca, México, obtuvo una media de 3,12 (ligeramente orientada a la satisfacción). Las variables fueron las competencias para la enseñanza de los docentes y la formación continua. El nivel de autorrealización de los estudiantes fue calificado con medias de 3,5 y 3,3; la infraestructura y servicios administrativos obtuvieron los niveles más bajos con 2,97 y 2,76.

Frías (2014) encontró que la permanencia en una institución de la generación “Y” está asociada a diversos factores como el plan de desarrollo profesional y que el elevado nivel de compromiso y satisfacción es un factor que no previene la rotación, sino es un dato importante para que las organizaciones se esfuercen por trabajar en el desarrollo profesional de sus trabajadores.

Dávila y Jiménez (2014), por su parte, afirman que el compromiso afectivo es uno de los aspectos más importantes en el bienestar de los trabajadores y cuanto mayor sea este grado, la predicción del bienestar pasa a ser más influenciado por el sentido de pertenencia.

El compromiso organizacional es “la fuerza relativa de la identificación que tiene una persona para ser parte de una determinada empresa” (Allen y Meyer, 1990, p.3) Esto implica que las personas comprometidas se involucrarán con los objetivos de la institución y participarán activamente porque se sienten parte importante de ella. Cuando una persona logra tener un compromiso con su organización, se siente orgullosa de esa pertenencia, llegando incluso a tener algunos distintivos de su institución como pines u otros objetos de *merchandising*; es frecuente que las instituciones educativas confeccionen polos o buzos con el logotipo de la institución.

Allen y Meyer (1990) plantean que el compromiso organizacional integra diversas conceptualizaciones. Así, el componente afectivo se refiere al vínculo emocional, a la identificación y a la participación del empleado con la institución; el componente de continuidad se refiere a un compromiso basado en los costos que les generaría a los

trabajadores abandonar la empresa; y el componente normativo se orienta a los sentimientos de obligación de permanecer en ella. Esta es una de las clasificaciones más aceptadas en el ámbito de la psicología organizacional debido a que separa el sentido de compromiso en tres dimensiones muy claras, teniendo a la afectiva como una de las más importantes y la que va a permitir que las personas “lleven a la institución en el corazón”; sin embargo el aspecto de la continuidad influirá para que la persona decida continuar en ella a pesar de tener otras opciones; y finalmente el normativo que está referido a todo aquello que evalúa la persona antes de dejar la institución.

Según Cutipa (2014) el compromiso es “la intensidad de la participación de un empleado y su identificación con la organización, el compromiso organizacional se caracteriza por: la creencia y aceptación de las metas y los valores de la organización, la disposición a realizar un esfuerzo importante en beneficio de la organización y el deseo de pertenecer a la organización” (p.14). El compromiso no solo es asumir la cultura de la organización sino la voluntad de pertenecer a una organización, el esfuerzo que demanda estar presente en sus actividades, pero también los beneficios que obtenemos al participar de ella, la disposición para trabajar sin importar el tiempo, haciendo lo mejor posible para la institución que uno representa.

La satisfacción tiene su origen en la motivación, como un factor que influye en el desempeño de cualquier persona. Podríamos decir que la motivación es el sentimiento que hace que una persona actúe y se comporte de una determinada manera, es el impulso hacia un resultado y la satisfacción es el resultado que se experimenta. La satisfacción estudiantil se enmarca dentro de las investigaciones realizadas en torno a la satisfacción laboral.

La teoría bifactorial (1967) es la teoría de mayor influencia en la variable de satisfacción laboral propuesta por Federico Herzberg, quien realizó un estudio sobre las causas de la satisfacción e insatisfacción en el trabajo de profesionales, entre contadores e ingenieros. Se descubrió que algunos factores que estaban en relación con una alta satisfacción, estaban relacionados con la posibilidad de desarrollo, el reconocimiento de logros, la responsabilidad, el ser creativo, el respeto por los demás y la promoción a lo que se denominó como factores motivacionales.

Por su parte, la insatisfacción estaba referida al contexto de trabajo como las normas de la compañía, los estilos de supervisión, los salarios y las condiciones específicas de trabajo. Herzberg llega a la conclusión que los aspectos referidos a la satisfacción se denominan “factores motivadores” y son extrínsecos, mientras los referidos a la insatisfacción se denominan “factores de higiene” y son intrínsecos.

La teoría de Herzberg tuvo como gran aporte el valor del trabajo en el crecimiento espiritual de las personas y la trascendencia en la vida; también ayudó a entender la motivación del ser humano en el trabajo. Por su gran aporte al ámbito laboral y vigencia se ha visto necesaria su adecuación al ámbito estudiantil ya que son labores similares, solo

que con diferentes objetivos.

Velásquez (2012), en Román (2016), observó que la satisfacción estudiantil está relacionada con la calidad del servicio ofrecido a los estudiantes y el cumplimiento de sus expectativas durante su estadía en el centro de estudio. Fernández, Ferrer y Reig (2013), en Román (2016), afirman que la percepción de la satisfacción estudiantil es uno de los indicadores más importante para definir la calidad de una universidad. De este concepto se desprende la importancia de los servicios que reciben los estudiantes, así como de los estándares de enseñanza que imparten los maestros a sus alumnos. Rivera y Ruíz (2015, p.79), plantean que la “satisfacción del estudiante refleja la eficiencia de los servicios académicos y administrativos, la satisfacción con las unidades de aprendizaje, las interacciones con su profesor y sus compañeros de clase, así como las instalaciones y equipamiento”.

A partir de las definiciones anteriores podemos decir que la satisfacción estudiantil es la actitud o conjunto de actitudes positivas del estudiante hacia el estudio. Para lograrla, en el caso de la institución a que se refiere el presente estudio, se hace necesario mejorar la formación académica y artística. Para ello es necesario el rediseño del sistema de enseñanza-aprendizaje con la ampliación del número de actividades cotidianas del estudiante, la mayor autonomía, la inclusión de tareas con mayor nivel de dificultad que sean retadoras, la posibilidad de especialización, el incremento de responsabilidades sobre su propio trabajo y el estímulo a la sana competencia entre los estudiantes.

Aamodt (2010) plantea que la variable “satisfacción laboral” y “compromiso organizacional” se deben estudiar juntas debido a su alta correlación, que da como resultado conductas similares de los empleados. Plantea que los trabajadores satisfechos y comprometidos asisten a trabajar, permanecen en la institución y hacen un buen trabajo. En los últimos años las investigaciones están encontrando una estrecha relación entre la satisfacción y el compromiso, pues las personas más satisfechas son las más comprometidas con la institución. Los estudiantes de educación superior en la actualidad tienen muchas opciones de estudio, por lo que es frecuente ver que se cambian de una institución a otra o de una carrera a otra. Estos movimientos se dan con mayor frecuencia en los primeros ciclos, pues en muchos casos esto está relacionado con la madurez psicológica del estudiante; en otras porque otra institución le ofreció mejores opciones de estudio e incluso oportunidades laborales.

El compromiso afectivo con la institución es parte importante en la comunidad educativa, específicamente en los estudiantes quienes, al ingresar, presentan altas expectativas respecto a su profesión y vocación. Sin embargo, con el transcurrir del tiempo, el rendimiento académico de muchos empieza a disminuir y finalmente el estudiante, en algunos casos, llega a retirarse de la institución, poniendo en evidencia problemas de compromiso de continuidad.

En la actualidad se hace necesario poner énfasis en el compromiso normativo, pues

la formación de los estudiantes está enmarcada en la ley universitaria que emite normas cada vez más específicas que deben conocer y cumplir para ser conscientes del régimen legal que les corresponde (Grajales, 2000).

Junto con el compromiso institucional, encontramos otro factor que está relacionado con la teoría bifactorial de Herzberg (1959) en la que se encontró que los factores motivacionales están referidos a las actividades estimulantes o de contenidos de estudio, y que los factores de insatisfacción están relacionados al contexto de estudio, los amigos y las condiciones sociales, culturales (Fernández, 2002). Investigaciones realizadas plantean que cuando una persona está satisfecha tienden a estar más comprometida con la institución, por ello se considera importante estudiar ambas variables ya que en la población de estudio se ha observado diferentes problemas que estarían ligados a estos factores. Para la investigación nos planteamos la siguiente interrogante:

¿Qué relación existe entre el compromiso organizacional y la satisfacción estudiantil en Educación Superior Artística en la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas - 2017?

Para el estudio se plantearon las siguientes hipótesis:

Hipótesis general: Existe una relación significativa entre el compromiso organizacional y la satisfacción estudiantil en Educación Superior Artística en la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas -2017.

Hipótesis específica 1: Existe una relación significativa entre el compromiso afectivo y la satisfacción estudiantil en Educación Superior Artística en la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas - 2017.

Hipótesis específica 2: Existe una relación significativa entre el compromiso de continuidad y la satisfacción estudiantil en Educación Superior Artística en la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas - 2017.

Hipótesis específica 3: Existe una relación significativa entre el compromiso normativo y la satisfacción estudiantil en Educación Superior Artística en la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas -2017.

METODOLOGÍA

El presente estudio tuvo un enfoque cuantitativo, descriptivo y correlacional, de diseño no experimental, transversal. La población está constituida por 417 estudiantes de la Escuela Nacional Superior de Folklore José María Arguedas de Lima, Perú, correspondiente al semestre 2017-I. La muestra fue probabilística con 201 estudiantes del segundo a quinto año de estudios. No consideramos a los estudiantes del ciclo I debido a que en el momento de la aplicación tenían menos de un mes de asistencia a clase.

Los instrumentos fueron dos cuestionarios, uno para cada una de las variables. La escala de satisfacción estudiantil, elaborada con 24 ítems que corresponden a las dos

dimensiones (satisfacción intrínseca y extrínseca), fue validado con el Alfa de Cronbach, obteniéndose un resultado de 0.945. Para el compromiso organizacional se elaboró una escala con 24 ítems que corresponden a las dimensiones compromiso afectivo, de continuidad y normativo, con un nivel de 0.908. Ambos instrumentos obtuvieron una elevada confiabilidad; también se pasó por el juicio de expertos, que resultó como aplicable. El tiempo estimado para resolver cada uno de los instrumentos fue de 15 minutos.

RESULTADOS

A nivel descriptivo se presenta el análisis de cada variable:

Compromiso organizacional. Según la percepción de los estudiantes, un 48.8% tiene un nivel de compromiso institucional mediano; el 47.8% tiene un alto compromiso y el 3.5% un bajo compromiso con la institución. El compromiso afectivo es alto (61.2%) y mediano (35.8%). Para el compromiso de continuidad los resultados arrojaron mediano en un 38.8%, alto en un 56.7% y bajo con 4.5%. En el compromiso normativo se obtuvo que el 61.2% manifiesta tener un nivel mediano; el 34.8% percibe como alto compromiso y el 4% como bajo (ver tabla N° 01).

	Compromiso	Compromiso afectivo	Compromiso continuidad	Compromiso normativo
Bajo compromiso	3.5%	3%	4.5%	4%
Mediano compromiso	48.8%	35.8%	56.7%	61.2%
Alto compromiso	47.8%	61.2%	38.8%	34.8%

Tabla N° 01: *Distribución de niveles de la variable Compromiso Organizacional.*

Fuente: Valores obtenidos con el programa Estadístico SPSS 22

La percepción de la satisfacción estudiantil con la institución, según los encuestados, fue: mediana, con 67.7%; alta con 30.8%; y baja, con 1.5%. Respecto a la dimensión de satisfacción extrínseca, el 73.6% tiene la percepción que la satisfacción estudiantil es mediana; el 23.4% la percibe como alta y el 3% como baja. La satisfacción intrínseca es mediana en un 49.3%; alta en un 47.3%, y baja con 3.5% (ver tabla N° 01).

	Satisfação	Satisfação extrínseca	Satisfação intrínseca
Baja satisfacción	1.5	3.0	3.5
Mediana satisfacción	67.7	73.6	49.3
Alta satisfacción	30.8	23.4	47.3

Tabla N° 02: Distribución de niveles de la variable satisfacción estudiantil.

Fuente: Valores obtenidos con el programa Estadístico SPSS 22

Validación de hipótesis

Para poder presentar elegir la prueba estadística se realizó primero la prueba de normalidad de Kolmogorov Smirnov, para reconocer si los resultados son normales (paramétricos) o no normales (no paramétricos), en los que se obtuvo el valor de 0.000, 0.017. Para la variable “satisfacción estudiantil” se obtuvo 0.002 y para la variable “compromiso organizacional” 0.01, 0.004 y 0.042, encontrándose que los resultados obtenidos nos indican que la distribución no es normal.

Para la prueba de hipótesis se ha utilizado la prueba no paramétrica Rho de Spearman, con un nivel de significancia de 0.05.

En la validación de hipótesis general se obtuvo que el grado de correlación entre compromiso organizacional y satisfacción estudiantil determinada por el Rho de Spearman 0.866 significa que existe una correlación alta entre ambas variables, frente al $p < 0,05$ (grado de significación estadística), por lo que se rechazó la hipótesis nula y se aceptó la alterna, encontrándose que existe una relación directa y significativa entre el compromiso organizacional y la satisfacción estudiantil.

En la primera hipótesis se especifica, el grado de correlación entre compromiso afectivo y satisfacción estudiantil según Rho de Spearman fue de 0.715, existiendo una correlación alta entre ambas variables, frente al $p < 0,05$ (grado de significación estadística), por lo que se rechazó la hipótesis nula y se aceptó la alterna, estableciéndose una relación directa y significativa entre el compromiso afectivo y la satisfacción.

En la segunda hipótesis se establece el grado de correlación entre compromiso de continuidad y satisfacción estudiantil determinada por el Rho de Spearman 0.538 significa que existe una correlación moderada entre ambas variables, frente al $p < 0,05$ (grado de significación estadística), por lo que se rechaza la hipótesis nula y se acepta la alterna, estableciéndose que existe relación directa y significativa entre el compromiso de continuidad y la satisfacción estudiantil.

En la tercera hipótesis se especifica la correlación entre compromiso normativo y

satisfacción estudiantil, determinada por el Rho de Spearman. La cifra de 0.866 significa que existe una correlación alta entre ambas variables, frente al $p < 0,05$ (grado de significación estadística), por lo que rechazamos la hipótesis nula y aceptamos la alterna, estableciéndose que existe relación directa y significativa entre el compromiso normativo y la satisfacción estudiantil.

DISCUSIÓN

En las investigaciones sobre satisfacción con estudiantes, como la de Román (2016) sobre los modelos de factores predictores de satisfacción estudiantil, se encontró “valores de correlación múltiple cuadrática: competencia profesional, 0.65; satisfacción estudiantil, 0.63; lealtad institucional, 0.30; desempeño docente, 0.37; y administración funcional, 0.47” (p. 133); a partir de ello se llegó a la conclusión que la calidad de la gestión administrativa, el nivel de desempeño docente, la calidad de la administración funcional y la competencia profesional son predictores de la satisfacción estudiantil. También que el género, la nacionalidad y la religión no difieren respecto a la satisfacción estudiantil, encontrándose el valor del estadístico F y su nivel crítico asociado ($F_{17, 109} = 1.719, p = .050$). Estos hallazgos coinciden con (Osorio y Parra, 2015) quienes al realizar un estudio sobre la satisfacción estudiantil en la carrera de médico cirujano, encontraron que la satisfacción de los estudiantes del primer año es muy favorable en la mayoría de los encuestados (80% $T=69.43; p=0.41$).

Similar resultado encontró Yzaguirre, (2015) en un estudio sobre expectativa y satisfacción estudiantil por el servicio académico, encontrando que el valor de Chi cuadrado es 189,094 y el valor crítico de 9,488 en la relación entre la expectativa y la satisfacción de los estudiantes, por lo que también se encontró una relación positiva.

En la investigación de Álvarez, Chaparro y Reyes (2014) sobre la satisfacción de los estudiantes de instituciones de educación superior se encontró una satisfacción general de $M= 3,12$, que indica una ligera satisfacción; de igual manera las variables capacitación, habilidad para la enseñanza de los docentes y el nivel de autorrealización de los estudiantes fueron las mejores calificadas con medias de 3,5 y 3,3 y los servicios administrativos e infraestructura fueron los más bajos, con una puntuación de 2,97 y 2,76.

Pérez y Pereyra (2015) encontraron que la satisfacción estudiantil es importante para poder alcanzar el éxito escolar y lograr la permanencia de los mismos dentro de la universidad; por ello, es necesario realizar investigaciones sobre la satisfacción en el ámbito universitario para conocer cuáles son los factores que pueden estar influyendo en los procesos de enseñanza aprendizaje en las aulas de educación superior y que con el tiempo podrían ser considerados como una medida de control de calidad.

Por su parte, Valencia (2014) en una investigación con estudiantes de enfermería en Arequipa encontró que el 25 % estaba muy satisfecho y 72 % satisfecho con los servicios

prestados en la facultad donde estudian.

Al ser la satisfacción una variable que se empezó a trabajar en el mundo laboral, en ese campo tenemos la investigación de Minaya (2014), quien encontró una alta correlación positiva ($r= 0.948$) entre el compromiso de liderazgo transformacional de los docentes, debido a que el p valor < 0.05 aceptó la hipótesis alterna, por lo que concluyó que el liderazgo transformacional se relaciona significativamente con el compromiso docente del Callao. Chacón (2015. p.21) nos plantea que “los altos niveles de satisfacción están asociados a que ya se han cubierto las metas laborales dentro de la institución (y) puede atribuirse a un programa de reconocimiento y gestión de personas”.

En esta línea, Pérez (2014) encontró que los trabajadores de la universidad pública tienen menor nivel de compromiso con la institución que los trabajadores de la universidad privada. Así, los primeros presentaron un mayor interés por las recompensas extrínsecas que los segundos (rango promedio= 124.76 vs. rango promedio= 101.20) ($U=5043.500$, $p < .05$). De igual manera, los trabajadores casados tienen un mayor nivel de compromiso (rango promedio= 63.46 vs rango promedio = 57.50) ($U= 1019.5$, $p < .05$).

También Cutipa (2014), en la hipótesis general de su investigación, encontró que existe una relación directa entre el clima organizacional y el compromiso organizacional, existiendo una correlación positiva entre ambas variables de 0.799 en los trabajadores empleados de la Universidad Peruana Unión Filial Juliaca.

En un análisis muy detallado a partir del análisis de la teoría de Allen y Meyer en un caso mexicano, San Martín (2013) nos plantea que las empresas tienen dos posibilidades de lograr el compromiso organizacional: la primera es a través del compromiso afectivo y normativo, que consiste en generar un clima de satisfacción y normas relacionales que permitan al trabajador lograr un compromiso emocional que lo llevará a trabajar de forma responsable; es decir, lograr el compromiso normativo y desear seguir en la empresa (compromiso de continuidad). La segunda sería más directa, independientemente del nivel del compromiso afectivo, en la que se apela a la percepción de dependencia del trabajador, lo que les hace comprometerse en un sentido normativo y que logre tener la intención de seguir en ella. La primera posibilidad implica trabajar la satisfacción intrínseca del individuo, siendo la más sólida y con mayor posibilidad de duración en el tiempo. La segunda, conlleva una satisfacción extrínseca más relacionada con el estilo de gestión.

A partir de los resultados de la investigación y la discusión de los resultados de las investigaciones en ambas variables, se hace necesario que los docentes universitarios motiven a los estudiantes, brinden un ambiente adecuado de estudio y empoderarlos en su especialidad con la finalidad de elevar sus niveles de satisfacción intrínseca y extrínseca, lo cual redundará en el nivel de compromiso con la organización. Las instituciones de educación superior deben potenciar los valores, creencias y actitudes positivas de los estudiantes para motivarlos a conseguir sus objetivos en los plazos adecuados.

Finalmente podemos decir que la satisfacción estudiantil se relaciona de manera

favorable o desfavorable con el compromiso con la institución del estudiante. Estas variables, a su vez, van a influir en los aspectos académicos, la deserción escolar y la conclusión de los estudios. Por lo tanto podemos decir que los estudiantes satisfechos están más comprometidos con la institución y van a lograr concluir sus estudios satisfactoriamente.

Asimismo, en la segunda hipótesis se logró demostrar que existe una relación significativa entre el compromiso afectivo y la satisfacción estudiantil, que se relacionan directa y significativamente. Esta fue de 0.715 y con un p valor de 0.000, considerándose como una correlación alta, por lo que se aceptó la hipótesis específica y se rechazó la nula. Existe una estrecha relación entre el nivel de satisfacción, que incluye factores externos como las condiciones de la infraestructura, recursos, relación con los compañeros, políticas internas y liderazgos, así como factores internos tales como habilidades personales, libertades, responsabilidad y desempeño.

Por el lado de la dimensión de compromiso afectivo, se considera la identificación y el involucramiento con la institución, lo que nos permite conocer cuál es el grado en que el estudiante desea continuar sus estudios en la institución educativa y para ello realizará todos los esfuerzos que ella le demande.

Al respecto Pérez (2014) encontró que el nivel de compromiso afectivo de los trabajadores de la universidad pública son menores que los de la privada (rango promedio= 126.30 vs. rango promedio= 101.79) ($U=4990,000$, $p < .05$). En la universidad pública el nivel de compromiso aumenta después de los 11 años de servicio (rango promedio = 73.82 vs rango promedio = 55.27) ($r= 15.255$, $p < .05$), y aumenta cuando tienen pareja (rango promedio= 63.46 vs rango promedio = 46.38) ($U= 1019.500$, $p < .05$). Otra investigación realizada por Maynez (2016) plantea un modelo en el que la cultura organizacional influye en el compromiso afectivo, obteniendo una correlación de 0.749 y fundamenta que esta se da en la semejanza de valores, el orgullo de pertenencia y la inspiración que recibe de la institución.

San Martín (2013) encontró que el compromiso afectivo media el efecto de ciertos antecedentes interpersonales sobre el compromiso normativo “porque existe un efecto indirecto significativo de la satisfacción ($\lambda=0.171$, $t=2.829$) y de las normas relacionales ($\lambda=0.191$, $t=3.227$) sobre el compromiso normativo a través del compromiso afectivo” (p.21). También encontró que las teorías del *marketing* relacional, la identidad social, el intercambio social, el compromiso afectivo y la contratación relacional influyen significativamente en la satisfacción laboral. Finalmente encontró que son importantes los antecedentes relacionales y los económicos para lograr el compromiso afectivo y normativo del trabajador.

De acuerdo a lo planteado por Allen y Meyer (1990), el compromiso afectivo se da cuando el estudiante se identifica, participa y disfruta de ser parte de la institución educativa; se podría decir que es una fuerza relativa de identificación que tiene el estudiante con el centro de estudios. Finalmente, podemos decir que la satisfacción estudiantil se relaciona con el compromiso afectivo con la institución de los estudiantes y que esta, a su vez, se

relaciona con el compromiso normativo y de continuidad.

Asimismo, en la tercera hipótesis se logró demostrar que existe una relación significativa entre la satisfacción estudiantil y el compromiso de continuidad de los estudiantes de la escuela de arte. Encontramos que existe una relación directa y significativa de 0.538 y con un p valor de 0.000, considerándose como una correlación moderada, por lo que se aceptó la hipótesis específica y se rechazó la nula. Esta es la relación con nivel más bajo respecto a las otras debido a que está influenciada por las dimensiones de compromiso afectivo, normativo y también por la satisfacción intrínseca y extrínseca.

Según Pérez (2014), los trabajadores administrativos de la universidad privada tienen un mayor nivel de compromiso de continuidad frente a los de la universidad pública (rango promedio= 126.50 vs. rango promedio= 101.60) ($U=4968, 000 p <.05$). En la universidad pública los trabajadores con más de 11 años de servicio tienen mayor nivel de compromiso de continuidad (rango promedio= 73.39 vs rango promedio = 62.72) ($r=19.826, p <.05$); lo mismo se da en los trabajadores de la adultez media (rango promedio= 75.99 vs rango promedio = 50.05) ($u= 903.500, p <.05$).

Al respecto, Frías (2014), en una investigación sobre compromiso y satisfacción laboral como factores de permanencia, encontró que los jóvenes de la generación “Y” buscan trabajos que tengan sentido, que les hagan sentir importantes, que les enorgullecen, que les permitan contribuir al éxito de la organización, pero que esta satisfacción y compromiso no asegura su permanencia en la organización.

San Martín (2013) encontró que las normas relacionales, la confianza, y la satisfacción ejercen un efecto indirecto significativo sobre el compromiso de continuidad, siendo el compromiso de continuidad determinado por el compromiso afectivo y normativo. Estos resultados fueron encontrados por Allen y Mayer (1990), quienes hallaron que la calificación del supervisor sobre el desempeño laboral y el ascenso de sus subordinados se correlacionó positivamente con los índices del compromiso afectivo, y negativamente con los índices del compromiso de continuidad. Después del análisis de la tercera hipótesis podemos ver que sobre la dimensión de compromiso de continuidad van a influir un conjunto de factores que incluyen la actitud para la vida de los jóvenes y la forma de pensar de la generación actual.

Asimismo en la cuarta hipótesis se logró demostrar que existe una relación significativa entre la satisfacción estudiantil y el compromiso normativo de los estudiantes. Así, se encontró que existe una relación directa y significativa de 0.866 y con un p valor de 0.000, considerándose como una correlación alta, por lo que se aceptó la hipótesis específica y se rechazó la nula.

En el estudio realizado por Pérez (2014) se encontró que el compromiso normativo de los trabajadores de la universidad privada y pública presentan diferencias (rango promedio= 129.88 vs. rango promedio= 98.50) ($u=4602.500, p <.05$), siendo que los de la privada tienen un mayor compromiso normativo. En la universidad pública este aumenta

con el tiempo de permanencia; los trabajadores con más de 11 años de servicio obtienen un (rango promedio= 70.74) ($r = 8.971$, $p < .05$) que aumenta en los adultos medios (rango promedio=75.69 vs rango promedio = 50.22) ($u = 916.500$, $p < .05$). Lo mismo sucede en el nivel socioeconómico bajo, donde (rango promedio= 75.63) ($r = 8.082$, $p < .05$). San Martín (2013) encontró que el compromiso normativo y el afectivo son influenciados significativamente en la dependencia percibida y la confianza, pues tienen una relación causal debido a que muchos trabajadores sienten que cumplen con su deber correctamente y sin embargo normativamente no son reconocidos.

Allen y Meyer (1990) encontraron que el compromiso normativo está influenciado por la socialización que se da antes y después que ingrese a la institución; es decir, influyen en ella las instituciones educativas donde estudió la educación básica y otras instituciones donde puede haber cursado estudios o incluso trabajado; también influirán las instituciones a las que se relaciona paralelamente en el momento de realizar sus estudios, por lo que hay mucha influencia de factores externos que involucran la satisfacción interna de cada persona.

CONCLUSIONES

La satisfacción estudiantil se relaciona directa y significativamente con el compromiso organizacional de los estudiantes de educación superior artística en un ($p = 0.000 < 0.05$), Rho de Spearman = 0.866, lo que significa que existe correlación positiva alta. Por lo tanto, la satisfacción intrínseca y extrínseca se relaciona con en el nivel de compromiso con la organización, por lo que se deben potenciar los valores, creencias y actitudes positivas de los estudiantes para motivarlos a conseguir sus objetivos en los plazos adecuados.

La satisfacción estudiantil se relaciona directa y significativamente con el compromiso afectivo de los estudiantes de educación superior artística en ($p = 0.000 < 0.05$), Rho de Spearman = 0.715, lo que significa que existe correlación positiva alta. En consecuencia, podemos decir que la satisfacción estudiantil se relaciona con en el compromiso afectivo que implica la identificación, participación y disfrute de las actividades académicas y artísticas que le brinda la institución y que esta, a su vez, influye en el compromiso normativo y de continuidad.

La satisfacción estudiantil se relaciona directa y significativamente con el compromiso de continuidad de los estudiantes de educación superior artística en ($p = 0.000 < 0.05$), Rho de Spearman = 0.538, lo que significa que existe una correlación moderada. En consecuencia, podemos decir que la satisfacción estudiantil se relaciona con el compromiso de continuidad y que esta dimensión también está influenciada por un conjunto de factores que incluye la actitud para la vida de los jóvenes y la forma de pensar de la generación actual.

La satisfacción estudiantil se relaciona directa y significativamente con el compromiso

normativo de los estudiantes de educación superior artística ($p = 0.000 < 0.05$), Rho de Spearman = 0.866, lo que significa que existe correlación alta. En consecuencia, podemos decir que la satisfacción estudiantil se relaciona con en el compromiso normativo y que esta dimensión también está influenciada por la socialización que se da antes y después que ingrese a la institución, existiendo influencia de aquellas donde estuvo anteriormente.

REFERÊNCIAS

Aamodt, M. (2010) **Psicología industrial/organizacional**. Un enfoque aplicado. México: CengageLearning.

Allen, N. y Meyer, J. (1990) The measurement and antecedents of affective, continuance and normative commitment to the organization. **Journal of occupational Psychology** N° 63. Pp. 1-18. Great Britain: The British Psychological Society. Recuperado de [doi/10.1111/j.2044-8325.1990.tb00506.x](https://doi.org/10.1111/j.2044-8325.1990.tb00506.x).

Álvarez, J. Chaparro, E. y Reyes D. (2010) Estudio de la satisfacción de los estudiantes con los servicios educativos brindados por instituciones de Educación Superior del valle de Toluca. **Revista Iberoamericana sobre calidad, eficiencia y cambio en educación** N° 13. Pp. 5-26. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Recuperado de <http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol13num2/art1.pdf>

Cutipa, A. (2014) **Clima y compromiso organizacional de los trabajadores empleados de la Universidad Peruana Unión Filial Juliaca, durante el período 2014-I**. (tesis de maestría) Lima, Perú: Universidad Peruana Unión.

Dávila, L. y Jiménez, G. (2014) Sentido de pertenencia y compromiso organizacional: predicción del bienestar. **Revista de Psicología** N° 22. Pp.272-302. Lima, Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú.

Fernández, M. (2002) **Realidad psicosocial del maestro de primaria**. Lima, Perú: Universidad de Lima.

Frías, P. (2014) **Compromiso y satisfacción laboral como factores de permanencia de la generación Y"** **Universidad de Chile**. (tesis) Recuperado de http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/117629/TESIS%20MAGISTER%20PFRIAS_2014.pdf?sequence=1

Grajales, T. (2000). Escala de satisfacción en el trabajo entre empleados universitarios ASD. **Memorias del CIE Número 1**, Vol.2. 110-120. Recuperado de http://revistascientificas.upeu.edu.pe/index.php/rc_salud/article/view/188

Herzberg, F. Mausner, B. y Blach, B. (1967) **The motivation to work**. United States of America: John Wiley.

Máynez, I. (2016) Cultura y compromiso afectivo: ¿influyen sobre la transferencia interna del conocimiento? **Revista de Contaduría y Administración** N° 64. Pp. 666-681. México: Universidad Autónoma de Juárez. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1016/j.cya.2016.06.003>

Minaya, M. (2014) **El liderazgo transformacional de los directivos y las actitudes de los docentes hacia el compromiso organizacional en la Institución Educativa N° 5084 Carlos Philips Previ Callao 2010 – 2011.** (Tesis de maestría) Lima, Perú: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Osorio, M. y Parra, L. (2015) La satisfacción escolar en los estudiantes del primer año de la carrera de Médico Cirujano. **Revista en Investigación Médica 3-10.** México: Universidad Nacional Autónoma de México. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1016/j.riem.2015.08.002> 2007-5057

Pérez, R. (2014) **Motivación y Compromiso Organizacional en Personal Administrativo de Universidades Limeñas.** (Tesis de licenciatura) Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.

Pérez, I. y Pereyra, E. (2015) Satisfacción estudiantil: un indicador de la calidad educativa en el departamento de biología celular, UCV. **Revista de Pedagogía vol.36. N°99.** Pp 69-89. Venezuela: Universidad Central de Venezuela.

Román (2016) **Modelo de factores predictores de satisfacción estudiantil y lealtad institucional validado con estudiantes universitarios,** (Tesis de doctorado) México: Universidad Montemorelos.

Rivera, D. y Ruiz, M. (2015) Satisfacción del estudiantes que actualmente cursa electivas en Bienestar Institucional FESC. **Revista mundo FESC N° 9.** 79-94 Recuperado de <http://www.fesc.edu.co/Revistas/OJS/index.php/mundofesc/article/view/62/104>

San Martín, F. (2013) La confianza, la satisfacción, las normas relacionales, el oportunismo y la dependencia como antecedentes del compromiso organizacional del trabajador. **Revista de Contaduría y Administración N° 58.** 11-38.

OS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Data de aceite: 01/11/2020

Data da submissão: 05/10/2020

Regina Márcia Brolesi de Souza

Universidade Estadual de Londrina-Parana;
ISAE - Escola de Negócios.

Rodrigo Meister de Almeida

UFPR,
ISAE- Escola de Negócios.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar o relato da pesquisa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do Instituto de Administração e Economia do Mercosul/Conveniada da FGV, cujo propósito foi demonstrar os possíveis impactos dos fatores psicossociais do trabalho na sustentabilidade das organizações. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de livros, artigos científicos, teses e dissertações, bem como documentos oficiais do Ministério da Previdência Social, Organização Internacional do Trabalho, IBGE e demais fontes de dados. Os principais resultados revelaram que a legislação trabalhista não inclui os riscos psicossociais para determinar formas de gestão dos riscos e limites de tolerância de exposição aos trabalhadores. Os fatores psicossociais não são gerenciados e são muito pouco contemplados dentro dos programas de prevenção de riscos ao trabalhador e prevenção de perdas no negócio. Há, de um modo geral, falta da gestão da saúde mental do trabalhador tem alto potencial de prejudicar as corporações

e sua competitividade no mercado, por afetar diretamente sua sustentabilidade organizacional nas variáveis ambiental, social e econômica.

PALAVRAS - CHAVE: Riscos Psicossociais. Saúde Mental e Trabalho. Sustentabilidade Organizacional. Indústria.

THE PSYCHOSOCIAL RISKS OF WORK AND ITS POSSIBLE IMPACTS ON ORGANIZATIONAL SUSTAINABILITY

ABSTRACT: This article aims to present the report of the Master's research in Governance and Sustainability of the Institute of Administration and Economics of Mercosur/Conveniada of FGV, whose purpose was to demonstrate the possible impacts of psychosocial factors of work on the sustainability of organizations. It is a bibliographic and documentary research, through books, scientific articles, theses and dissertations, as well as official documents of the Ministry of Social Security, National Labor Organization, IBGE and other data sources. The main results revealed that labor legislation does not include psychosocial risks to determine forms of risk management and limits on tolerance of exposure to workers. Psychosocial factors are not managed and are very little contemplated within the programs of prevention of risks to workers and prevention of losses in the business. There is, in general, lack of mental health management of workers has high potential to harm corporations and their competitiveness in the market, by directly affecting their organizational sustainability in environmental, social and economic variables.

KEYWORDS: Psychosocial Risks. Mental Health

1 | INTRODUÇÃO

Considerando a realidade do cenário da saúde do trabalhador e a legislação trabalhista do Brasil, este artigo tem o objetivo de apresentar o relato da pesquisa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do Instituto de Administração e Economia do Mercosul/Conveniada da FGV, cujo objetivo foi demonstrar os possíveis impactos dos fatores psicossociais do trabalho na sustentabilidade das organizações.

Os afastamentos do trabalho por doenças ligadas à psique vêm aumentando progressivamente no Brasil – de acordo com dados do Ministério da Previdência Social, em 2008 foram registrados 197.914 benefícios auxílio-doença previdenciários concedidos segundo o Código F (Transtornos Mentais e Comportamentais) da CID-10, número que chega a 216.161 em 2013 (BRASIL, 2014). Nessa direção, os chamados fatores psicossociais passam a ser apontados como importantes variáveis a serem gerenciadas no ambiente das instituições, em especial das indústrias, pois a sustentabilidade do negócio é afetada por esse fenômeno e pelos altos custos do gerenciamento da mão de obra afetada por esse mal.

Este trabalho buscará melhor compreensão do referido fenômeno por meio da análise dos dados da Previdência Social. Após a compreensão dessas informações, será realizada pesquisa que busque indicar os impactos desses fatores às indústrias. Por fim, será verificado como a estrutura atual da Engenharia de Segurança e a Medicina do Trabalho, que já contemplam outros fatores de riscos como os químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, abordam o tema. Isso será realizado por meio de uma análise da legislação vigente, em especial das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, com o objetivo de encontrar possível enquadramento da necessidade de se realizar a gestão desses riscos. Por isso, torna-se relevante a demonstração de como os riscos psicossociais afetam as indústrias e como a atual estrutura de saúde e segurança prevista legalmente protege as instituições e os trabalhadores.

É importante mencionar que antes de realizar este trabalho o autor trabalhou no Serviço Social da Indústria - SESI durante 12 anos e que ao longo desse período manteve frequente contato com o empresários e gestores de indústrias no estado do Paraná. Este permanente contato com a comunidade industrial trouxe percepções sólidas sobre a gestão neste ramo, e obviamente, impregnam o raciocínio e acarretam em contribuição evidente neste trabalho.

Observa-se que os riscos psicossociais no ambiente de trabalho atualmente figuram no centro de discussões nacionais e internacionais, resultando em seu reconhecimento como fatores que demandam maior compreensão para que se busquem instrumentos de identificação e controle, o que acarretaria em uma atuação preventiva.

Os fatores psicossociais do trabalho, de acordo com Fischer (2012), referem-se: nas interações entre meio ambiente e condições de trabalho, condições organizacionais, funções e

conteúdo do trabalho, esforços, características individuais e familiares dos trabalhadores. Em 2008, a *World Health Organization* (WHO), elaborou um documento listando os principais riscos psicossociais que incidem sobre os ambientes de trabalho. Tais riscos “abrangem aspectos de concepção e gestão do trabalho e os contextos sociais e organizacionais que têm o potencial de causar danos psicológicos ou físicos” (WHO, 2008, p.7), e estariam diretamente relacionados a questões como violência, estresse e assédio no ambiente de trabalho. Percebe-se uma diferença de conceituação entre ‘risco’ e ‘fator’ psicossocial, considerando-se risco aquela condição que oferece possibilidade de dano, ao contrário do fator que pode acarretar em ganho e aumento da satisfação ao trabalho. Os fatores psicossociais podem trazer maior produtividade e satisfação para o trabalhador, ao contrário dos riscos.

Atualmente os programas e instrumentos disponíveis no contexto nacional voltados à saúde, qualidade de vida do trabalhador, gestão de clima e sustentabilidade, em sua maioria limitam-se ao levantamento de fatores e estruturas organizacionais, por um lado, ou à presença de sintomas indicativos de transtornos mentais ou comportamentais, de outro, sem correlacionar estas duas dimensões. Embora sejam importantes para levantar fatores que podem influenciar a saúde mental dos trabalhadores, mostram-se insuficientes, pois avaliam tais aspectos de forma indireta e pouco conclusiva.

Por fim, cabe esclarecer que, de acordo com a literatura pesquisada até o momento, não se identificou a existência de nenhum instrumento disponível validado e fidedigno para a realidade brasileira.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, na qual foram caracterizados os riscos psicossociais e seus conceitos acessórios, identificando os riscos que podem afetar a sustentabilidade corporativa industrial. Quanto aos meios foi uma pesquisa bibliográfica, por meio das bases de periodicos científicos, livros junto à literatura brasileira e estrangeira, bem como pesquisa documental por meio do levantamento e análise de arquivos contendo dados e indicadores presentes nos registros oficiais dos principais órgãos e entidades que regulamentam as ações para a saúde do trabalhador, tais como: Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social, dentre outros.

Destaca-se que, tanto a falta de uma exata qualificação do risco psicossocial nos diversos ramos industriais, como o real impacto financeiro e social que afetam a sustentabilidade neste ramo econômico, levou o pesquisador a optar pela abordagem qualitativa de pesquisa, em função dos fenômenos envolvidos em questão. Apesar disso, houve também um levantamento de dados e indicadores quantitativos, mas a análise foi predominantemente qualitativa.

3 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este artigo fará um recorte da pesquisa e dará maior ênfase nos impactos dos riscos psicossociais na sustentabilidade organizacional, apesar de que a pesquisa tratou também da Legislação Trabalhista atualmente vigente no Brasil.

Por meio da análise documental de relatórios de órgão oficiais como o Ministério da Previdência Social do Brasil, permitiram que uma compreensão de indicadores já existentes a cerca dos impactos que os riscos psicossociais na sustentabilidade organizacional. Quando se fala em saúde ocupacional, um tema específico tem se destacado por afetar um número cada vez maior de trabalhadores em todo o mundo: a emergência dos transtornos mentais e comportamentais descritos sob o CID F no Código Internacional de Doenças.

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social indicam que no Brasil, em 2012, foram concedidos 214.397 benefícios previdenciários sendo 11.597 considerados com nexos com o trabalho. Já em 2013 este número saltou 6,74% frente a um aumento de 2,74% do número de carteiras assinadas no Brasil, chegando a 228.849 ocorrências sendo 12.688 consideradas com nexos com o trabalho (Brasil, 2015). Esses dados evidenciam que considerável aumento dos afastamentos por transtornos mentais frente ao número de trabalhadores registrados no país. Considera-se ainda, que há subnotificação da doença por ignorância do diagnóstico preciso ou simplesmente pela desinformação e preconceito social no que se refere ao tema.

Verificou-se ainda, que a partir de 2009 a Previdência Social passou a divulgar as 50 doenças que mais tiveram incidência na concessão de benefícios. No caso das doenças da família CID F- transtornos mentais e comportamentais, são apresentados no gráfico 1, a evolução histórica das ocorrências, considerando apenas as doenças com nexos com o trabalho:

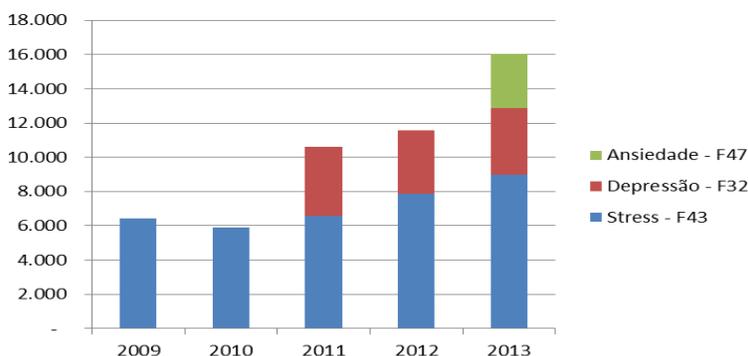


Gráfico 1 - Número de afastamentos por Cid F com Nexos com o trabalho nas 50 doenças mais incidentes por ano

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados: Ministério da Previdência Social (2015)

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que o código F43- “Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação” era o único entre as 50 doenças com mais ocorrências junto à Previdência Social até 2010. O stress pulou de 26.o lugar com 6412 ocorrências em 2009 para 19.o lugar com 8.989 ocorrências. A partir de 2011 o CID F32 – “Episódios Depressivos” passou a figurar elevando consideravelmente a participação da família F no grupo de 50 maiores ocorrências, o que também aconteceu em 2013 com a “promoção” para o top 50 do CID F41- Outros “transtornos ansiosos”.

Todo este fenômeno levou a família F a figurar como uma das principais causas de afastamento no Brasil em um curto espaço de 4 anos, saltando, considerando-se apenas as 50 principais doenças, de 6412 benefícios em 2009 para 16019 benefícios com nexos com o trabalho em 2013. Outras doenças da família F, com grande ocorrência (fora das 50 mais incidentes) elevaram ainda mais este número. Atualmente os transtornos mentais somente estão abaixo das lesões de membros superiores e inferiores na ocorrência de acidentes/doenças do trabalho.

Isto evidencia que houve um aumento significativo das ocorrências e a ausência de legislação pertinente ao tema, métodos de diagnóstico e formas de interpretá-los visando definir medidas de controle preventivo às doenças da psique. Corroboram com esta análise Silva-Junior e Fischer (2014), na qual desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a variação do perfil dos benefícios previdenciários por transtornos mentais e comportamentais e sua relação com o trabalho no Brasil. Nos principais resultados, os autores identificaram que dentre os adoecimentos, os transtornos mentais e comportamentais são frequentes e comumente incapacitantes, os quais evoluem naturalmente com o absenteísmo por doença e redução da produtividade.

Pontes (2013) também reforça esta análise ao afirmar que a OMS acusa que os transtornos mentais menores, ou seja, aqueles que envolvem sintomas como fadiga, insônia, irritabilidade, ansiedade, dificuldade de concentração e queixas somáticas, acometem aproximadamente 30% dos indivíduos em atividade laboral. Quanto aos transtornos mentais graves, estima-se que esses acometam de 5 a 10% dos trabalhadores.:

[...] as doenças mentais são responsáveis por cinco das dez principais causas de afastamento do trabalho no país, sendo a primeira delas a depressão, representando um gasto de R\$ 2,2 bilhões por ano, o que equivale a 19% dos custos com auxílios-doença pagos pela Previdência Social a um universo de 1,5 milhão de pessoas. As doenças mentais são as que mais incapacitam as pessoas. (PONTES, 2013, p.137).

Somado a isto, os dados da pesquisa documental indicaram que há outras dificuldades de caráter subjetivo na mensuração deste quadro: comumente o trabalhador evita assumir sua condição de doente, mascarando sintomas e atribuindo a componentes corporais incômodos que, na verdade, são de ordem psíquica. Com base nisso, percebe-se a importância de se analisar os dados numéricos com cautela, buscando sempre

compreender o que eles querem dizer. Afinal, como bem alertam Brunoro et al. (2013, p.90), indicadores baixos de ausência por doença significam que os trabalhadores estão mais saudáveis e trabalhando em melhores condições, ou, que há um medo crescente de perder o emprego que faz com que os indivíduos compareçam ao trabalho mesmo que enfermos?

Com base na análise preliminar das percepções obtidas como consultor de empresas, dos documentos oficiais e literatura, já é possível indicar alguns fatores de impactos às indústrias e suas consequências, pois houve um aumento das ocorrências de afastamentos por doenças da psique. Segue abaixo o detalhamento cada tópico identificado:

a) Redução nos custos de horas perdidas (absenteísmo)

Além dos dados quantitativos apresentados no item acima, oriundos dos afastamentos por doenças da psique com mais de 15 dias, é certo que uma quantidade ainda maior de dias de trabalho são perdidas por faltas e pequenos afastamentos (com menos de 15 dias e, portanto, não presentes nos dados da Previdência Social apresentados anteriormente).

O enfrentamento da questão, buscando uma relação de trabalho que não atente à saúde mental do trabalhador, ou ainda, que preserve a boa saúde mental, obviamente evitará pequenas faltas, e, conseqüentemente, os maiores afastamentos também. Assim, o absenteísmo (relação entre horas planejadas/horas trabalhadas) obviamente se encaminhará para um equilíbrio maior entre os números, trazendo maior eficiência pela boa produtividade e aproximação ao resultado e desempenho planejados visando a sustentabilidade econômica do negócio e diminuindo a variabilidade projetada para execução das atividades.

A evidência do perigo de não se observar e combater as causas do absenteísmo já são estudadas na Europa a décadas, porém no Brasil pouco se tem de dados consolidados, não permitindo a percepção do dano à economia nacional. Segundo Graça (1999), o absenteísmo, devido a incapacidade para o trabalho por doença, acidente ou lesão, na União Europeia, tem um custo total estimado entre 1.5% e 4% do PIB. Isso equivale a dizer que, entre custos diretos, indiretos e ocultos, os países pagam, em média, pelo absenteísmo o equivalente à sua taxa de crescimento econômico num ano normal. No Brasil, como já afirmado, não temos quaisquer dados consolidados e sequer uma fórmula padrão, sendo o cálculo feito por empresa internamente.

b) Redução nos custos de seleção e treinamento para substituição de mão de obra no caso de afastamentos prolongados ou permanentes

As corporações, e em especial as indústrias brasileiras, convivem com uma grande dificuldade de recrutamento de mão de obra qualificada. Este fator acarreta em um custo considerável para um bom recrutamento e um investimento maior no treinamento destes profissionais.

O afastamento prolongado ou definitivo (por invalidez para o trabalho) de um profissional acarreta em custo direto para a sua substituição de forma adequada. Ao evitar

estes afastamentos e buscando a valorização das práticas saudáveis, entende-se que uma economia direta para o empregador ocorrerá, devido à diminuição da necessidade de substituição temporária ou permanente dos trabalhadores por afastamento decorrente de doenças ligadas aos fatores psicossociais.

c) Redução no risco de condenações pecuniárias e condenações de responsabilidade civil

A condenação criminal por danos à saúde do trabalhador está prevista no Código Penal Brasileiro: “*causar dano à saúde de outrem*” com agravante na pena se causar incapacidade parcial ou total ao trabalho normalmente, e poderá ser convertida em pena pecuniária para as pessoas jurídicas (organizações empregadoras), chegando a valores cada vez maiores.

Já a obrigatoriedade de se reparar o dano e na impossibilidade de fazê-lo compensá-lo ou indenizá-lo traz a responsabilidade civil de forma paralela à responsabilidade criminal, sendo que uma das condenações não anula a outra. Se antes estes valores indenizatórios por doença do trabalho não eram tão altos quando as ações eram julgadas pelas Varas Cíveis, hoje tem um valor bem superior, principalmente depois que passaram a ser julgadas pelas Varas do Trabalho. Os Juízes do Trabalho tendem a determinar penas maiores aos empregadores pela Escola Humanista que interfere no Direito Trabalhista.

O número de ações questionando não só o dano à saúde, mas também, o prejuízo moral da doença da psique aumenta e encontra empregadores despreparados para demonstrar ações preventivas, resguardando legalmente a instituição. Se as tecnologias ligadas à segurança e saúde dos trabalhadores avançaram quanto aos riscos físicos, químicos, ergonômicos e mecânicos, por outro lado, pouco demonstrou amadurecimento quanto ao trato das doenças da psique à proteção da saúde mental. Esta situação mostra mais uma vez a grande necessidade de pesquisas em métodos de identificação e gestão dos riscos psicossociais, o que acarreta em uma demanda multidisciplinar incluindo as ciências exatas, da saúde e humanas a fim de se encontrar formas e ações concretas para a melhoria das condições psicossociais dos trabalhadores.

Outra situação preocupante e que compõe um risco de perda direta está ligada às ações regressivas da Previdência Social. Previsto no ordenamento jurídico tais ações nunca foram efetivadas e nos últimos anos, após a receita previdenciária virar atribuição da Receita Federal, têm-se visto um aumento significativo e recorrente nesta modalidade de ação. Trata-se de um pedido da Previdência Social à Justiça Federal para que o empregador se responsabilize pelo pagamento de benefícios quando estes forem gerados por doenças com nexos com o trabalho mas que de forma comprovada não tenha atendido à legislação de segurança e saúde do trabalho. Neste caso o Juiz poderá determinar que o empregador passe a pagar o benefício previdenciário e não a Previdência Social.

Observa-se que hoje são raríssimas as organizações que possuem meios de prova de que comprovadamente fazem a prevenção de riscos psicossociais ou que tenham a

preservação mental do trabalhador como meta. Existem iniciativas, mas a comprovação técnica/ científica de sua eficácia e quase sempre ausente.

d) Redução do Imposto SAT/RAT pela diminuição na frequência, gravidade e custo gerados pelo afastamento com nexos

Verifica-se que no Brasil houve um aumento da alíquota base de imposto previdenciário, no caso de a empresa ter um desempenho pior que a média do seu setor, no que se refere à acidentes e afastamentos por doenças do trabalho. A mesma fórmula também ocasiona um prêmio para empresa que tiver um desempenho melhor que a média de seu setor, podendo esta pagar apenas metade do imposto. A alíquota base deste imposto poderá ser de 1, 2 ou 3% da folha de pagamento mensal dependendo do setor produtivo da empresa (CNAE). Estas porcentagens podem dobrar ou reduzir para a metade, na análise de desempenho quanto a acidentes e afastamentos.

A fórmula que define o cálculo do imposto, podendo este punir o empregador ou premiá-lo no caso de um bom desempenho, leva em conta três fatores: a frequência, a gravidade e o custo. A frequência de acidentes ou doenças: número de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) emitidas, somadas com o número de afastamentos com nexos com o trabalho registrados na Previdência Social. A gravidade: tempo em que o trabalhador permanece recebendo o benefício gerado por doença ou acidente com nexos com o trabalho. O custo: valores pagos pela Previdência como benefício.

Se observadas com cuidado e aplicando-se as três variáveis ao exemplo das doenças da psique, entende-se que estas são altamente impactantes, pois geram uma alta gravidade. Isto se dá por serem as doenças de longa duração, sendo o processo de alta mais complexo que doenças/lesões tradicionais no trabalho como contusões ou vírus, por exemplo. Ressalte-se que é a gravidade a variável com maior peso na fórmula que calcula o FAP – Fator Acidentário de Prevenção, que é o fator que multiplica a alíquota do imposto punindo ou premiando a empresa.

Como exemplo, o quadro a seguir apresenta uma simulação do cálculo:

<p>EMPRESA DO SETOR VESTUÁRIO</p> <p>FOLHA DE PAGAMENTO R\$ 40.000,00 ALÍQUOTA BASE: 3% (definida pelo CNAE da empresa)</p> <p>Empresa 1 - DESEMPENHO PÉSSIMO COM MUITAS OCORRÊNCIAS</p> <p>SAT = 3% x 2 = 6% ou seja:</p> <p>R\$ 2.400,00/mês R\$ 28.800,00/ano</p> <p>Empresa 2. DESEMPENHO ÓTIMO COM POUCAS OCORRÊNCIAS</p> <p>SAT = 3% x 0,5 = 1,5% ou seja:</p> <p>R\$ 600,00/mês R\$ 7.200,00/ano</p> <p><u>DIFERENÇA DE R\$ 21.600,00/ano (-75%)</u></p>

Quadro 1. Simulação de cálculo para FAP – Fator Acidentário De Prevenção

Fonte: Pesquisa documental - elaborado pelo autor

Conforme explicitado no quadro 1, fica evidenciado que, ao se evitar/retirar trabalhadores com doenças da psique dos afastamentos na Previdência Social, há uma economia mensal para a empresa em função de não sobrecarregar seu desempenho, e isto interfere no cálculo do imposto. Para uma melhor gestão desta situação, ainda estão sendo realizadas melhorias na metodologia deste cálculo. Em setembro de 2015, por exemplo, foi definida uma nova regra que indica o cálculo por estabelecimento, sendo que antes era pelo CNPJ raiz geral. Desta forma as empresas poderão verificar o desempenho de cada uma de suas unidades perante o cálculo da Previdência Social através da referência e comparação de indicadores presentes no extrato do FAP, divulgado todo o mês de setembro. Ressalta-se que muitas indústrias ainda desconhecem este cálculo e esta possibilidade, acarretando em erros consideráveis na gestão dos afastamento, onerando sua carga tributária, e, conseqüentemente, interferindo na sustentabilidade da organização dos cidadãos trabalhadores da mesma ou com relação indireta.

Destaca-se ainda, que o tempo de afastamento por doenças da psique é usualmente mais longo que das outras enfermidades pela complexidade de seu tratamento. Esta informação é relevante pois a fórmula que calcula o fator acidentário de prevenção, que é o multiplicador da alíquota para definir o bonnus ou o mallus daquela organização. Também leva-se em conta na fórmula o número de ocorrências daquela unidade de uma empresa e também o custo dos afastamentos baseando-se no salário do acidentado/doente. Esta fórmula, este fator e estes cálculos se referem apenas às ocorrências com nexos com o trabalho.

Os transtornos envolvendo a saúde mental dos trabalhadores tem causado grande preocupação e alerta, motivando a investigação dos fatores psicossociais envolvidos na emergência desta questão. Contudo, apesar da multiplicidade de pesquisas e intervenções voltadas ao tema, existe uma carência de instrumentos que possam diagnosticar os riscos

psicossociais correlacionados ao desencadeamento ou agravamento de transtornos mentais e comportamentais.

Algumas tentativas têm sido feitas neste sentido, mas até o momento continuam incipientes, aplicáveis a públicos e contextos específicos que pouco dialogam com a realidade das organizações brasileiras.

Como demonstrado, existem ganhos diretos e indiretos, além de um alto fator de prevenção de perdas para as instituições empregadoras, os quais devem ser desenvolvidos e demonstrados a fim de garantir um imediato investimento na identificação, controle e combate aos riscos psicossociais. Para tal, é necessário o desenvolvimento de ferramentas e métodos concisos e adequados ainda inexistentes no Brasil, e que poderão auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e na saúde financeira das instituições empregadoras.

Desta forma deixa-se a tradicional política punitiva e reativa e têm-se no Brasil finalmente um instrumento que pode, pela boa conduta do empregador referente à proteção e não afastamento dos trabalhadores, trazer benefícios fiscais afetando diretamente, por uma boa gestão do meio ambiente de trabalho, benefícios sociais pela manutenção da saúde do trabalhador e economicos com a preservação, do capital no negócio fim. É diretamente um incentivo para manutenção da sustentabilidade organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica e documental desta pesquisa revelaram que, mesmo tendo grande impacto nas relações jurídicas e de administração, a legislação sobre segurança e saúde ocupacional pouco, ou quase nada, rege sobre as questões psicológicas e sociológicas da relação homem x trabalho. O histórico desvio do assunto saúde mental (não só relacionado ao trabalho) pela sociedade, como um tabu, causou um verdadeiro isolamento da questão que por muito tempo se restringiu ao âmbito da psicologia, não sendo abordado por outras áreas de conhecimento, incluindo o direito, a engenharia e a medicina do trabalho.

Necessário é o desenvolvimento de ferramentas de gestão de recursos humanos que considerem os fatores psicossociais, sua identificação e mensuração de risco à saúde do trabalhador, assim como o fator positivo gerado pelo trabalho à psique dos trabalhadores. O primeiro passo talvez deva ser dado no sentido de entender e adaptar métodos de identificação e sua aderência aos programas de prevenção de riscos e doenças já previstos na legislação.

Os pesquisadores das ciências da saúde, em especial da psicologia, devem interagir com os profissionais de engenharia e medicina do trabalho para que todos possam construir métodos e pesquisas que contemplem os fatores psicossociais e seu impacto positivo ou negativo nos trabalhadores e nas organizações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 127, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 161, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0127.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). Acidentes e Doenças do Trabalho por Porte de Empresas Biênio 2012-2013. **3.º Boletim Quadrimestral sobre Benefício por Incapacidade**, 2014. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/3boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Menu de apoio – estatísticas**: segurança e saúde ocupacional: tabelas CID-10. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/menu-de-apoio-estatisticas-seguranca-e-saude-ocupacional-tabelas/>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Portaria n.º 1.823, de 23 de agosto de 2012. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/>. Acesso em: 02 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 3214 de 8 de junho de 1978**. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp. Acesso em 15 out 2019.

BRUNORO, C. M.; BOLIS, I.; PEREIRA, L. F.; SZNELWAR, L. I. Sustentabilidade corporativa, responsabilidade social e corporativa e trabalho: uma abordagem teórica. In: SILVEIRA, M. A. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis**: trabalho, fatores psicossociais e ambientes saudáveis. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Acher”), 2013.

FISCHER, F. M. Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.46, n.3, p.401-403, 2012.

PONTES, S. K. Relações entre saúde e trabalho. In: SILVEIRA, M. A. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis**: trabalho, fatores psicossociais e ambientes saudáveis. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Acher”), 2013.

SILVA-JÚNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Adoecimento mental incapacitante: benefícios previdenciários no Brasil entre 2008-2011. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.48, n.1, p.186-190, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The Ottawa Charter for Health Promotion**. First International Conference on Health Promotion, Ottawa, 21 November 1986. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>. Acesso em: 12 out. 2019.

CAPÍTULO 10

LÍDERES EM EMPRESAS BRASILEIRAS E AUTOPERCEPÇÃO SOBRE SUA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Cláudia Lopes da Silva

Universidade de São Paulo - IP/FEA - Núcleo
GQVT
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/3021435668589491>

Andrea Fujie

Universidade de São Paulo/FEA - Núcleo
GQVT
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/8138188300955638>

Angélica Gutierrez Ursuga

Universidade de São Paulo/FEA - Núcleo
GQVT
São Paulo- SP
<http://lattes.cnpq.br/6944312823797935>

Fernando José Lopes

Faculdade Flamingo - USP/FEA - Núcleo GQVT
São Paulo- SP
<http://lattes.cnpq.br/5092149582618442>

Julia Maria Nunes Arantes

General Motors - USP/FEA - Núcleo GQVT
São José dos Campos - SP
<http://lattes.cnpq.br/8318249013608168>

Larissa Silva

Faculdade Nove de Julho - USP IP/FEA -
Núcleo GQVT
São Paulo- SP
<http://lattes.cnpq.br/9624754529568448>

Silas Melo de Chiara

SEBRAE - Universidade de São Paulo/FEA -
Núcleo GQVT
São Paulo- SP
<http://lattes.cnpq.br/8830461868055196>

Vanessa Neglisoli

Universidade de São Paulo/FEA - Núcleo
GQVT
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/0858141498504409>

Ana Cristina Limongi- França

Universidade de São Paulo/FEA - Núcleo
GQVT
São Paulo- SP
<http://lattes.cnpq.br/1863386276344238>

RESUMO: O objetivo deste estudo descrever e compreender as percepções dos líderes de empresas no território brasileiro sobre sua qualidade de vida no trabalho. O assunto liderança está sempre em evidência frente a sua importância e impacto nas organizações, bem como o tema qualidade de vida no trabalho, que cada vez mais se torna fundamental para o bem-estar dos colaboradores e sustentabilidade das empresas. Neste contexto, sendo o líder o agente influenciador e responsável pelas estratégias e resultados organizacionais. A pergunta de pesquisa é: Qual a percepção quanto sua Qualidade de Vida no Trabalho. Para a realização deste estudo partiu-se inicialmente da pesquisa bibliográfica sobre o assunto, tendo assim um melhor entendimento dos conceitos, além da identificação dos fatores chaves a serem

avaliados. Foi utilizado o método quantitativo exploratório por meio de um questionário enviado pela internet com líderes das empresas que estão no território brasileiro, entre maio e junho de 2019. O critério para seleção dos gestores conexão em rede social com participação voluntária, em total 137 amostras foram obtidas. Com relação aos resultados da pesquisa, a percepção da importância da QVT, a satisfação dos líderes e a sensação pessoal de bem-estar foram variáveis que resultaram acima da média demonstrando uma percepção positiva por parte dos líderes sobre sua própria QVT, de acordo com a metodologia BPSO96. Em complemento, as variáveis como falta de tempo e excesso de stress também alcançaram resultados significativos, tendo em vista que estes dois elementos podem representar obstáculos para a QVT. Os resultados obtidos reforçam a relevância da auto percepção e conscientização dos líderes quanto a sua QVT e justifica aprofundar o estudo subsidiando o planejamento de ações com foco na saúde e bem-estar dentro das organizações, incluindo todas as pessoas das empresas, com consequências positivas que beneficiam diretamente a todos.

PALAVRAS - CHAVE: Qualidade de Vida no Trabalho; Estresse; Auto percepção do Líder; Comportamento Organizacional.

LEADERS IN BRAZILIAN COMPANIES AND SELF-PERCEPTION ABOUT THEIR QUALITY OF WORK LIFE

ABSTRACT: The purpose of this study is to describe and understand the perceptions of business leaders in the Brazilian territory about their quality of life at work. The subject of leadership is always in evidence in view of its importance and impact on organizations, as well as the issue of quality of life at work, which increasingly becomes fundamental for the well-being of employees and the sustainability of companies. In this context, the leader being the influencing agent and responsible for organizational strategies and results. The research question is: What is your perception of your Quality of Life at Work. To carry out this study, we initially started with bibliographic research on the subject, thus having a better understanding of the concepts, in addition to identifying the key factors to be evaluated. The exploratory quantitative method was used by means of a questionnaire sent over the internet with leaders of companies that are in the Brazilian territory, between May and June 2019. The criterion for the selection of managers connected in a social network with voluntary participation, in a total of 137 samples were obtained. Regarding the research results, the perception of the importance of QWL, the satisfaction of leaders and the personal feeling of well-being were variables that were above average, showing a positive perception on the part of the leaders about their own QWL, according to the BPSO96 methodology. In addition, variables such as lack of time and excessive stress also achieved significant results, considering that these two elements can represent obstacles to QLW. The results obtained reinforce the relevance of the leaders' self-perception and awareness regarding their QWL and justify further study by subsidizing the planning of actions focusing on health and well-being within organizations, including all people from each company, with positive consequences that benefit directly to everyone.

KEYWORDS: Quality of life at work; Stress; Leader Self-perception; Organizational behavior.

1 | INTRODUÇÃO

A liderança na gestão de pessoas é indispensável para organizações obterem sucesso. O desafio dos líderes hoje, é conciliar a pressão e resultados que afetam suas equipes, decorrentes da produtividade, volatilidade, incertezas, e a complexidade do ambiente empresarial.

TAKARA E PEREIRA (2020), afirmam que a busca das organizações por redução de custos, lucratividade, qualidade, eficiência e eficácia nos seus processos e procedimentos é constante, sendo portanto, natural a preocupação dos seus gestores quanto a atuação dos profissionais que nela trabalham, em especial quanto a necessidade de capacitá-los, dotando-os de habilidades e conhecimentos adequados[...].

GEUS (1998) afirma que: “o principal ativo de uma empresa é o capital humano”. Esta frase foi dita por muitos administradores no final do século passado, porém as organizações ainda enfrentam grandes dificuldades no que diz respeito a liderança e a gestão de pessoas.

PEREIRA (2012), afirma que o grande desafio para os líderes contemporâneos, é liderar pessoas no ambiente organizacional, fazendo com que estas pessoas produzam resultados fins às suas contratantes, ao passo que gozem de uma boa Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Ainda ressalta que a liderança pode contribuir com a boa produtividade de determinados grupos, porém quando mal conduzida, pode gerar ineficiência, conflitos e falta de foco da parte dos integrantes das equipes.

Podemos ponderar que algumas exigências organizacionais frequentes influenciam nas questões de saúde das pessoas. Podemos citar como exemplo: a concorrência, a dedicação, os resultados obtidos, as responsabilidades entre outras. Conforme LIMONGI-FRANÇA E RODRIGUES (2007), o estresse normalmente associa-se de formas variadas a todos os tipos de trabalho, prejudicando não só a saúde, mas também o desempenho dos trabalhadores. Neste contexto, surge a pergunta: como os líderes das organizações são influenciados por essa pressão? Qual a percepção quanto sua QVT?

Pesquisar como os líderes se enxergam em relação a sua própria QVT torna-se algo relevante e auspicioso, portanto é o alvo deste estudo, não somente pelos encontrados científicos, como também pela importância para a manutenção de um futuro sustentável das empresas e pelo bem-estar do capital humano nas organizações.

2 | LIDERANÇA

Liderança pode ser definida como sendo a capacidade de influenciar um grupo a atingir resultados e objetivos.

Segundo TANNENBAUM (1970), a liderança funciona como uma influência interpessoal em determinada situação, através do processo de comunicação, para que

sejam atingidas metas específicas.

LACOMBE (2011) enfatiza ainda que: “Líderes são agentes de mudança, desafiam o estabelecido, e isso não se faz sem risco. Os líderes trabalham a partir de uma posição de alto risco”.

LIMONGI-FRANÇA (1996), afirma que existe uma multiplicidade de pessoas em cargo de liderança, sendo necessário uma adaptabilidade e esforços de mudanças que criam desafios sobre as condições de trabalho. Este dinamismo e exigência das organizações nem sempre vem com investimentos específicos deixando expostos riscos ocupacionais que são amparados com viés de obediência a uma legislação e não a especificidade da saúde daqueles que estão na liderança.

DRUCKER (1996), afirma que “o líder tem que gerenciar a si próprio; conhecer as suas forças e colocá-las em benefício dos bons propósitos. A liderança começa, não quando você estabelece regras para os outros, mas quando você traça regras muito exigentes para si próprios”.

Diversos modelos teóricos têm contribuído para o estudo de liderança, um dos métodos do tocante percepção é o método Whoqol onde propõe que a percepção dos indivíduos sobre a sua posição na vida no contexto da cultura e dos sistemas de valores em que vivem é relacionado aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL, 1995).

Líderes têm papel fundamental para que organizações funcionem, gerando valor ao trabalho e fornecendo condições para que os colaboradores produzam e se sintam bem em sua atividade laboral. Conforme LIMONGI-FRANÇA (2019), “o administrador é o grande propulsor das competências e dos valores das organizações da era pós-industrial”, sendo eles mediadores entre a empresa e os empregados: trata-se de agentes de transição e de formas de trabalho, viabilizando sua gestão na busca da QVT.

BERGAMINI (2008), diz que: “líder é aquele que, conseguirá fazer um grupo social consciente dos seus objetivos e valores, capaz de afirmar-se perante seus seguidores e resistir quando sua identidade for ameaçada”.

Nas organizações, os líderes têm um papel importante como agente influenciador das equipes, influenciando em atitudes, comportamentos e até em crenças das pessoas com o objetivo de alcançar determinados objetivos. O papel de líder requer habilidades de gestão e administração de pessoas e processos. Ao exercer a liderança, o gestor enfrenta desafios diários, seja com sua equipe tendo o papel de “capitão” e agente influenciador, ou com as diretrizes organizações, tendo responsabilidade de atingir resultados e superar desafios.

De acordo com CURY (2019), a liderança tem a ver com a criação de um alinhamento de forças que tornam as fraquezas de um sistema irrelevantes.

Neste sentido, o líder tem um papel chave que envolve gestão de pessoas, gestão de resultados, gestão de conflitos, alcance de metas, agente motivador e influenciador

de equipes; enfim, as competências e pré-requisitos deste profissional têm aumentado consideravelmente e a responsabilidade e pressão de quem está nesta cadeira também tem se mostrado cada vez maior.

Para MOTA, TANURE E NETO (2008) mudanças nas corporações cria uma justificativa para uma cultura de pressões incessantes e dedicação integral ao trabalho corroborada pela atual cultura do ambiente de trabalho. Os líderes convivem em contínuo estado de tensão, com conflito entre tempo de relaxamento e trabalho, muitas vezes sem êxito no contrabalanço entre a vida pessoal e a profissional. Apesar de ser sabido que há situações análogas entre os líderes, há diferenças nos comportamentos e percepções sentidas por eles. Pessoas no mesmo local de trabalho tomam ações díspares às situações parecidas, não significando que a pessoa com mais disposição em aguentar cargas extras não sinta mais sofrimento de que aquela com maior demonstração de desconforto.

As pessoas que ocupam cargos de chefia são vistas como exemplos a serem seguidos, comandantes que conduz a tropa para o caminho solicitado pela empresa, com isso tem o domínio da teoria e da prática a serem replicados pela equipe. Desta forma, o líder deve ser o modelo positivo em suas atitudes focadas no que traz resultados, porém refletindo uma gestão de pessoas consciente, misturando o foco aos resultados e humanizando estas relações conforme COSTA E MEIRIÑO (2016).

Considerando o cenário atual de mercado cada vez mais competitivo e de metas organizacionais cada vez mais desafiadoras, bem como todas as responsabilidades e competências que atualmente acercam os profissionais que ocupam cargos de liderança, coloca-se em xeque a QVT destes profissionais-chaves para as organizações. As exigências e pressões diárias sofridas pelos líderes podem impactar em seu bem-estar no trabalho e em consequências importantes para sua vida pessoal e profissional.

2.1 Qualidade de Vida no Trabalho

Ao longo das últimas décadas, o conceito de QVT vem sendo construído de acordo com os diversos enfoques apresentados nos estudos de diversos autores com o propósito de melhorar a visão da relação do homem com seu trabalho.

LIMONGI-FRANÇA (2015) que tem como base de origem dois movimentos: a saúde do trabalhador e a gestão da qualidade e da produtividade.

Para a mesma autora, QVT é definido como: “a percepção de bem-estar pessoal no trabalho, composto de dimensões relativas às necessidades humanas, biológicas, psicológicas, sociais e organizacionais”.

A construção da QVT ocorre a partir do momento em que se olham as pessoas como um todo, o que chamamos de enfoque biopsicossocial (LIMONGI-FRANÇA, 1996).

O pressuposto do modelo de análise metodológico baseado na abordagem biopsicossocial considera que todas essas dimensões respondem simultaneamente às condições de vida. Desta forma, os quatro domínios que definem a QVT são compostos

pelos elementos:

- *Domínio Biológico*: Hábitos saudáveis como alimentação e atividades físicas.
- *Domínio Psicológico*: Clima organizacional, oportunidades de carreira, relacionamento com colegas e chefes, autoestima.
- *Domínio Social*: residência, cursos, lazer e família.
- *Domínio Organizacional*: Imagem corporativa, inovação e tecnologia, ergonomia, natureza da atividade, políticas e rotinas de recursos humanos.

A QVT se relaciona com o estresse, pode-se supor que as percepções individuais também influenciam a avaliação da QVT (LIMONGI-FRANÇA, 1998). Além da subjetividade, a definição de QVT deve incluir aspectos individuais, sociais e organizacionais (MARTEL e DUPUIS, 2006). Assim, a definição estaria associada à interação entre o ambiente e as dimensões do ser humano, biológica, psicológica e social (LIMONGI-FRANÇA & RODRIGUES, 2009).

MENDES (2018) posiciona a QVT como um conjunto dinâmico de condições de vida, que preservam e desenvolvem o ser humano em suas múltiplas e sistêmicas dimensões no exercício do seu trabalho.

No estudo de MONACO E GUIMARÃES (2000) é abordado o discurso da qualidade total que inclui satisfação, participação e comprometimento dos envolvidos, porém como no dia a dia é verificado uma pressão por busca a resultados a QVT deve ser uma preocupação compreendida e incorporada de maneira a auxiliar e de forma mais democrática. Entende-se que os programas de QVT não devem ser utilizados como pacotes que buscam somente ganhos de produtividade e sim construir local de trabalho salutar, participação das pessoas nas decisões que as afetam agregando uma sociedade justa e democrática.

STEFANO (2009), afirma que somente na década de 1990 que a QVT passou a ter uma conotação em maior escala no Brasil. O autor também cita BITENCOURT (2004), que relata que tal aspecto é reflexo do aumento de ocorrência de doenças ocupacionais, bem como reclamações na justiça. Ainda no mesmo trabalho a autora, diz que foi nesse período que ocorreram as primeiras alterações na legislação brasileira.

Atualmente, o tema QVT está cada vez mais disseminado entre os trabalhadores e organizações, muitos estudos e eventos vêm acontecendo para a discussão deste importante tema. A Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABVQ, com sede em São Paulo, realizou no dia 5 de dezembro de 2018, na FIESP, a entrega do Prêmio Nacional de Qualidade de Vida - PNQV/2018, que tem objetivo de reconhecer e dar visibilidade às boas práticas em programas de saúde e QVT.

Contudo, percebe-se que ao mesmo tempo em que se aumenta a preocupação com a QVT, o cenário competitivo do mercado e o clima organizacional cada vez mais focado em resultados faz-se que este seja um grande desafio para as organizações. De acordo

com STEFANO (2009), onde cita BITENCOURT (2004) afirma que a QVT no Brasil é um desafio cultural; é de grande valia a inserção de uma nova mentalidade, isto é, um novo modo de pensar sobre a cultura da qualidade de vida.

Para RIBEIRO E SANTANA (2015) a organização ganha vantagem competitiva com a QVT sendo agente motivador. As autoras afirmam que QVT e motivação estão diretamente ligadas a satisfação e ao bem-estar para os funcionários trazendo desenvolvimento e sucesso com este tipo de investimento.

Estudos mostram que aqueles que afirmam ter melhor QVT têm atitudes proativas, que aumentariam sua percepção de bem-estar, indicando que uma pessoa com personalidade positiva estaria mais preparada para ser desafiada, superar tarefas difíceis e ter mais tolerância, por tanto, se identificando com os dilemas da posição de liderança esta afirmação significaria maior percepção de satisfação no trabalho. Constituindo assim um aspecto essencial nos fatores individuais que afetam e podem ser afetados pela percepção da QVT (GÓMEZ-RADA, 2019).

ZÉTOLA (2019), afirma que o investimento nos programas de QVT trazem mudanças efetivas, sensíveis e melhorias em indicadores de produtividade e o êxito da QVT ajudaria na longevidade produtiva no Brasil. Como também o líder tem a responsabilidade de avivar e propagar ações saudáveis e seguras fortalecendo a cultura e segurança do trabalho.

Neste sentido, entender a percepção da QVT dos líderes, torna-se um estudo importante, pois este resultado pode impactar não apenas na vida deste profissional, mas em toda a influência que este tem na vida de seus subordinados e nos resultados que trazem para as organizações das quais fazem parte.

2.2 Liderança na Qualidade de Vida

BATISTA E NASCIMENTO (2018) elenca diversos estudos que identificam comportamentos e ações participativas da liderança nas empresas, sendo um dos propósitos de sucesso da QVT. Atitudes como respeito dos líderes com os seus funcionários, um bom relacionamento entre os integrantes, o atendimento às necessidades, a relação entre o líder e o liderado, são primordiais assim ambos podem ter uma boa relação para existir a qualidade de vida no trabalho.

A liderança envolta, instruindo de forma clara, tendo habilidades diversas e centrada no trabalho seria indicativo de QVT (MARASEA E FIGUEIREDO, 2004).

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório descritivo, o qual foi utilizada a abordagem quantitativa por meio de um questionário aplicado aos líderes das empresas brasileiras.

A elaboração do formulário da pesquisa teve por objetivo avaliar a auto percepção dos gestores na sua QVT e conhecer o nível de QVT dos líderes conforme apresentado no

Quadro , a seguir:

Questões do Questionário Aplicado

Selecione a palavra que define “Qualidade de Vida no Trabalho” dentro da sua percepção?

-Tranquilidade–Satisfação–Bem-estar–Respeito–Reconhecimento–Harmonia–Ambiente
-Valorização -Realização -Conforto -Motivação

Saúde

Qual sua faixa etária?-20 a 35 anos-36 a 50 anos-Acima de 50 anos

Gênero?-Feminino-Masculino-Outro

Escolaridade?-Ensino Fundamental -Ensino Médio -Ensino Superior Completo-Ensino Superior Incompleto -Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado

Número de dependentes?-Nenhum-Um-Dois-Três-Quatro-Mais que quatro

Qual setor pertence a empresa que trabalha?–Comércio-Indústria-Serviço-Terceiro Setor

Quantas pessoas você lidera?-De 1 a 10 pessoas-De 11 a 50 pessoas-De 51 a 100 pessoas -Acima de 100 pessoas

Há quanto tempo está em um cargo de liderança?-De 1 a 5 anos-De 6 a 10 anos-De 11 a 15 anos-Acima de 15 anos

Sua percepção sobre Qualidade Vida no Trabalho:

1) Em uma escala de 0 (menos importante) à 10 (mais importante) o quanto considera importante a Qualidade de Vida no Trabalho?

2) Em uma escala de 0 (completamente insatisfeito) à 10 (plenamente satisfeito) o quanto considera satisfatória sua Qualidade de Vida o Trabalho?

3) Em uma escala de 0 (completamente insatisfeito) à 10 (plenamente satisfeito) o quanto considera satisfatória sua sensação de bem-estar no trabalho?

4) Em uma escala de 0 (completamente insatisfeito) à 10 (plenamente satisfeito) o quanto considera satisfatório seu estado geral de tensão (stress) pessoal durante o trabalho?

5) Em uma escala de 0 (completamente insatisfeito) à 10 (plenamente satisfeito) o quanto considera satisfatória a adequação das ações de Qualidade de Vida no Trabalho da sua empresa?

6) O que te impede de ter a Qualidade de Vida que gostaria ter (escolha todas as opções que se identificar)?Recursos financeiros/ Falta de tempo para compartilhar com a sua família/ Lazer/ Excesso de stress no trabalho/ Relações tóxicas dentro da empresa/Mau relacionamento com os colegas/ Nenhuma das anteriores

7) Qual das opções seguintes você considera como consequência negativa da sua posição como Líder (escolha todas as opções que se identificar)?Sedentarismo/ Pouco adiantamento de projetos pessoais/ Comprometimento da saúde/ Distúrbios de sono/ Nenhuma das anteriores

8) Em uma escala de 0 (menos importante) à 10 (mais importante) o quanto considera importante a Qualidade de Vida no Trabalho para o resultado do seu trabalho?

9) Quantas vezes utilizou remédios para dores crônicas e/ou frequentes (como dor de cabeça, dor de estômago, dores nas costas e/ou musculares, hipertensão, diabetes, ansiolíticos, remédio para o sono ou concentração, gripe e/ou para dar energia) nos últimos 30 dias?Até 5 vezes/ De 5 a 10 vezes/ Mais de 10 vezes/ Nenhuma

10) Faltou ao trabalho por mal-estar ou doença nos último 30 dias?Sim/ Não

Quadro 1: Questões do Questionário Aplicado

A coleta ocorreu entre maio e junho de 2019. O questionário foi criado na plataforma de formulários do Google fornecendo um link para compartilhamento. O método utilizado para o processo de seleção dos gestores foi por conexão em redes sociais, sem nicho empresarial específico. Foram enviados convites com o link da pesquisa através de e-mail e redes sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter e LinkedIn. A aplicação do instrumento foi realizada de forma individual e podendo ser respondida apenas 1 vez por cada participante.

A coleta de informações ocorreu por meio do autopreenchimento da pesquisa e ao concordar em responder o questionário o participante estaria autorizando os pesquisadores a fazer uso dos dados coletados para fins de pesquisa acadêmico científica.

Após os 11 dias corridos foram encerradas as coletas dos dados e a partir deste ponto se iniciou a organização do material e posterior análise e discussão dos resultados.

Após as perguntas identificatórias, as informações a respeito da qualidade de vida dos líderes foram colhidas por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas, claras, diretas e facilmente quantificáveis para gerar medidas mais confiáveis a fim de permitir uma análise estatística também confiável.

Foi obtido um total de 137 amostras sendo nenhuma recusada por atenderem aos critérios de seleção para este trabalho. Os resultados foram tabulados em um banco de dados, utilizando o programa SPSS, o qual identificou e separou os líderes em quatro categorias. Para facilitar a análise e compreensão dos resultados criamos as seguintes categorias:

- *SABA* (Satisfação Baixa): 35% dos participantes,
- *SAME* (Satisfação Média): 11% dos participantes,
- *SABO* (Satisfação boa): 40% dos participantes e
- *SAAL* (Satisfação alta): 14% dos participantes.

Os grupos foram determinados pelo programa pela semelhança de suas respostas, por tanto todos do SAPO tiveram similitude em suas respostas e assim por diante nos outros grupos.

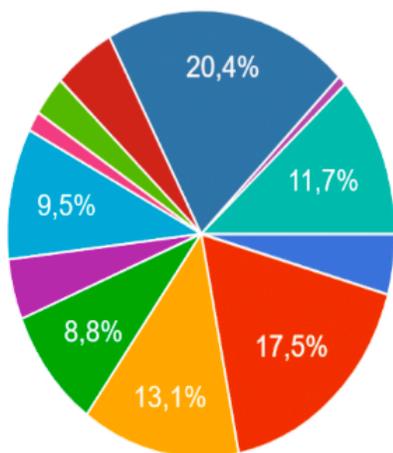
4 | APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em nosso estudo encontramos um cenário muito semelhante a população brasileira em relação ao gênero dos cargos gerenciais, 34,3% são mulheres e 65,7% são homens. Se assemelhando ao estudo do IBGE 2018, dos trabalhadores brasileiros somente 37,8% das mulheres estão na liderança, criando assim um impacto relevante na veracidade dos dados desta pesquisa em ser replicada ao universo corporativo mesmo com uma pequena amostra.

O primeiro parâmetro para a análise corresponde à definição pessoal de QVT. Evidenciando as três palavras com mais escolha dos grupos, foi apontado para 26% a

palavra Realização, para 15% a palavra Satisfação e para 13% a palavra Bem-estar seriam as melhores definições dos líderes SABA. No grupo SAME as palavras escolhidas foram Bem-estar com 25%, Satisfação com 19% e Realização, Motivação e Respeito com 13%. Os líderes SABO as escolhas foram Satisfação com 22%, Realização com 19% e Bem-estar com 11%. Por fim o grupo SAAL escolheu Motivação com 26%, Respeito e Realização com 21% e as palavras Satisfação e Harmonia com 11%.

Verificamos que a escolha da palavra Saúde foi bem baixa, ninguém dos grupos SAAL e SAME escolheu Saúde como definição de QVT e apenas 2% do grupo SABA e 6% do grupo SABO. Dependendo da área de interesse o conceito, muitas vezes a QVT é adotada como sinônimo de saúde por alguns autores citados no trabalho de PEREIRA, TEIXEIRA E SANTOS (2012), e por outros autores como um conceito mais abrangente, em que as condições de saúde seriam um dos aspectos a serem considerados. Seguem as percepções sobre a palavra-chave para as lideranças, no Gráfico 1, a seguir:



PALAVRA	%
Tranquilidade	4,4
Satisfação	17,5
Bem-estar	13,1
Respeito	8,8
Reconhecimento	4,4
Harmonia	9,5
Ambiente	1,5
Saúde	2,9
Valorização	5,1
Realização	20,4
Conforto	0,7
Motivação	11,7

Gráfico 1 – Palavra que define Qualidade de Vida no Trabalho

Fonte: Dados de pesquisa

Na percepção destes líderes sobre a importância de Qualidade de Vida no trabalho é bem alta, estes deram a média de nota de 9,1 entre 0 a 10, comprovando o que inúmeros estudos concluem como o de Fernandes & Machado (2007). No grupo SABA a nota é de 8,5, no SAME é de 9,2, no grupo SABO é de 9,4 e no grupo SAAL é de 9,5. Apesar da nota alta do grupo que tem a satisfação baixa, ele é o grupo com a nota mais baixa em relação

à importância dada a QVT. Percebe-se que quanto maior a satisfação maior é a nota dada a importância da QVT.

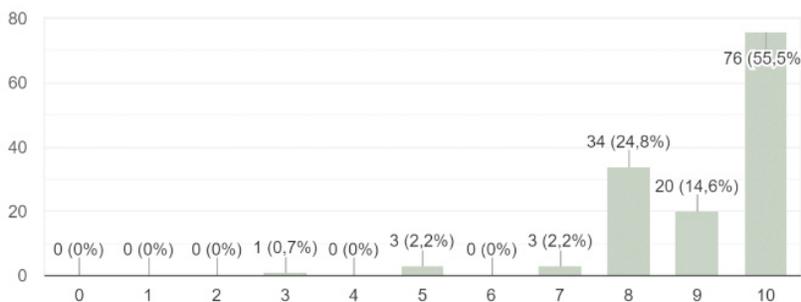


Gráfico 2 – Importância da Qualidade de Vida no Trabalho em escala de 0 a 10

Fonte: Dados de pesquisa

Sobre a satisfação da sua própria QVT, a nota média geral foi de 7,0. Para SABA a média de notas ficou em 5,7, para SAME média de 6,6, para SABO média de 7,8 e para SAAL média de 8,6. Os grupos SABO e SAAL demonstraram que sua satisfação é acima da média e os grupos SAME e SABA ficaram abaixo da média geral.

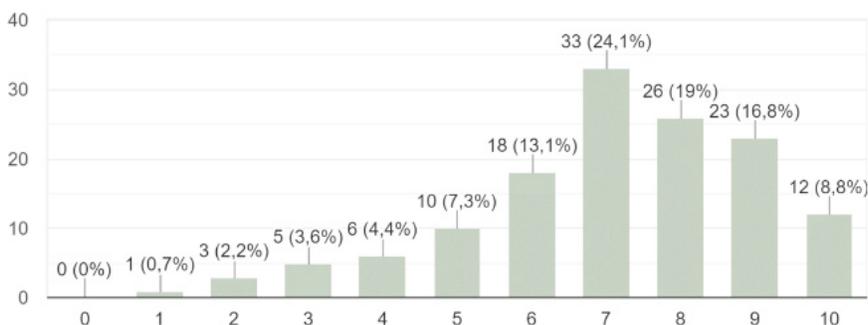


Gráfico 3 – Satisfação da Qualidade de Vida no Trabalho em escala de 0 a 10

Fonte: Dados de pesquisa

Na percepção dos líderes sobre sua sensação de bem-estar no trabalho a nota média geral ficou em 7,4. Sobre as notas médias dos grupos, SABA obteve a nota média de 6,4, o grupo SAME obteve nota média de 6,7, o grupo SABO obteve nota média de 8,0 e o grupo SAAL obteve nota média de 8,6. Repetindo o item anterior os grupos com menos

satisfação na QVT, SABA e SAME, ficaram abaixo da média geral na sua sensação de bem-estar e os grupos com maior satisfação na QVT, SABO e SAAL, ficaram acima da média geral na sua sensação de bem-estar.

Segundo BERGAMINI (2008), “o velho jargão de que para mim, ‘meus subordinados são todos iguais’”, muito usado por aqueles investidos de autoridade formal, mostra-se até perigoso e comprometedor para o desempenho produtivo do próprio líder, por remeter para segundo plano o respeito à individualidade e às motivações especiais dos diferentes seguidores.

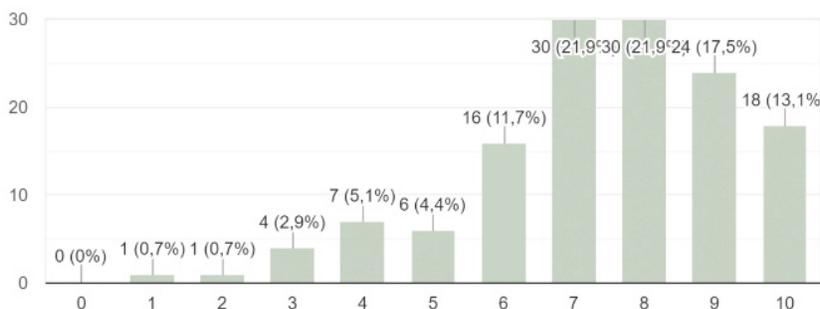


Gráfico 4 – Sensação de Bem-estar no trabalho em escala de 0 a 10

Fonte: Dados de pesquisa

Em relação a percepção dos líderes quanto a importância da QVT para o resultado do seu trabalho a nota média geral é de 8,6. Para o grupo SABA é de 7,5, o grupo SAME é de 8,6, o grupo SABO é de 9,2 e o grupo SAAL é de 9,4. Percebe-se que todos os grupos colocam uma relevância alta para a influência da QVT no resultado positivo de seu trabalho corroborando estudos de PEREIRA, TEIXEIRA E SANTOS (2012) entre outros.

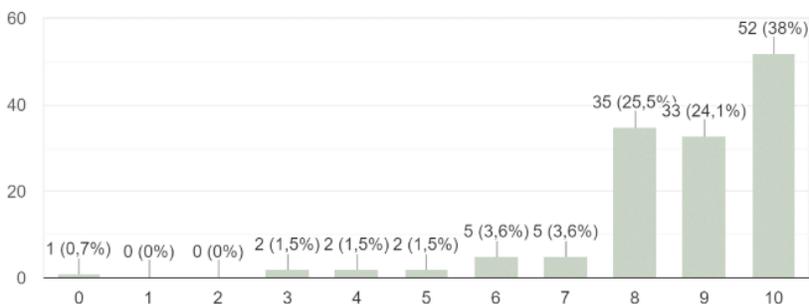


Gráfico 5 – Importância da Qualidade de Vida no Trabalho para o resultado de seu trabalho, em uma escala de 0 a 10

Fonte: Dados de pesquisa

Os líderes dão uma nota média geral de 8,6 para a importância da QVT para seu trabalho e uma nota de 6,2 para a adequação das ações de QVT nas empresas que trabalham, mostrando que ainda há um caminho longo a ser percorrido pelas empresas brasileiras. Resultado parecido com MOTA et al (2008) onde 60% dos líderes achavam que a empresa não era tão eficaz neste aspecto.

Percepção de satisfação no trabalho	SABA	SAME	SABO	SAAL	Média Geral
Bem-estar	6,4	6,7	8,0	8,6	7,4
Estado geral de tensão (stress) pessoal	4,7	6,8	6,6	8,2	6,2
As ações de Qualidade de Vida no Trabalho aplicadas	4,4	5,7	7,3	7,8	6,2
Importância da QVT no resultado do trabalho	7,5	8,6	9,2	9,4	8,6

Tabela 1 – Nota de satisfação sobre bem-estar no trabalho, sensação de tensão e adequação das ações de QVT na empresa que trabalham

Na percepção pessoal dos líderes dos grupos SABA e SABO o maior impeditivo de alcançar uma melhor QVT é o stress com 48% e 63% respectivamente. Para o grupo SAME a falta de tempo com 57% seria a maior barreira. Somente o grupo com maior satisfação, SAAL, com 42% afirmou que nenhuma das opções listadas eram uma barreira para a obtenção de QVT. A segunda opção mais citada como impeditivo foi a falta de tempo dos grupos SABA com 38% e SABO com 47%, no grupo SAME foi o stress com 51% e o grupo SAAL com 31% foi escolhido falta de recursos financeiros.

Corroborando estudos de D'AMICO E MONTEIRO (2012) que relatam que o Brasil seria um dos países onde o índice de stress gerencial são um dos mais elevados no mundo e onde a qualidade de vida destes estaria prejudicada. O estudo de MOTA et al (2008) encontrou que “o tipo amplamente majoritário de executivo no Brasil é exatamente aquele que é mais sujeito ao estresse, tem dificuldade em se desligar do trabalho, em colocar limites na sua própria ansiedade.” Neste mesmo estudo o relato sobre relacionamento interpessoal é citado, porém com menos relevância quando comparado ao estresse.

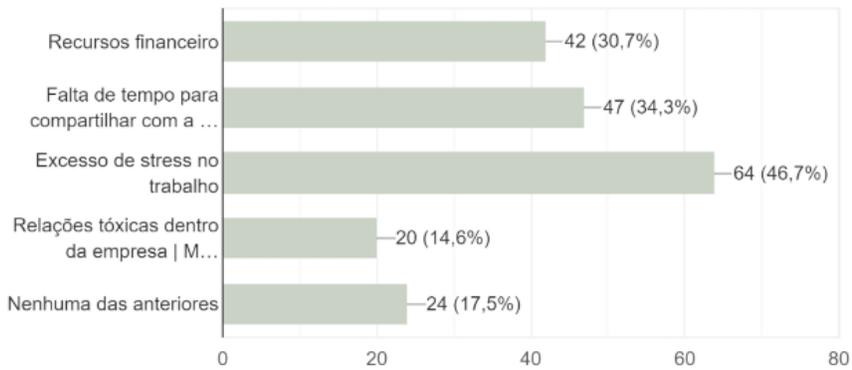


Gráfico 6 – Barreira para obtenção de uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho

Fonte: Dados de pesquisa.

As consequências negativas na percepção dos líderes sobre sua posição mostram um reflexo para 38% diretamente na vida pessoal e 27,7% no sedentarismo que também faz parte da vida privada. Valores significantes para serem comentados apareceram onde apenas 23,4% escolheram comprometimento da saúde, porém 70% dos líderes que participaram da pesquisa relatam o uso de remédios relacionado a dores. Desta forma, encontramos dados que merecem em futuros trabalhos uma análise mais profunda para entender se há alguma associação entre o uso de remédios e impactos de saúde causadas pela posição de gestão. Outro dado interessante é que 29,2% escolheram a opção nenhuma das anteriores, afirmando que não sentem que as consequências negativas citadas no questionário como sendo algo vindo do cargo em si. Outra hipótese a ser estudada em outros trabalhos é a de que por estarem em um cargo que se deve ter mais maturidade emocional eles não culpam a posição e sim suas próprias escolhas pessoais.

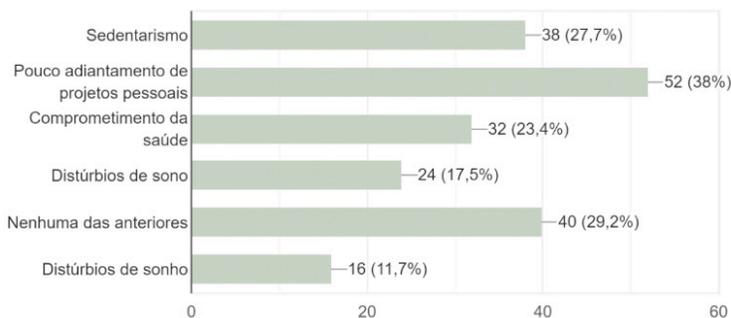


Gráfico 7 – Consequência negativa da sua posição como líder

Fonte: Dados de pesquisa.

Foi evidenciado também que 30% de ambos os gêneros relataram não ter utilizado remédios para dores crônicas e/ou frequentes e 10% relataram ter usado de 5 a 10 vezes, não havendo diferença estatística entre homens e mulheres. Os que relataram que utilizam remédios até 5 vezes foram 47% dos homens e 54% das mulheres e a escolha de por mais de 10 vezes foram 13% dos homens e 6% das mulheres. Sendo que nos dois grupos há o relato de uso de medicamentos para dores crônicas ou frequentes de 70%, demonstrando que o uso de remédios é comum para esta população. Com esta observação identificamos que 68% do grupo SABA alegou tomar remédio e no grupo SAAL 65% afirmaram não tomarem nenhuma vez remédio nos últimos 30 dias.

Homens	Nenhuma	Até 5 vezes	De 5 à 10 vezes	+ de 10 vezes
20 a 35 anos (31%)	23%	67%	3%	7%
36 a 50 anos (55%)	28%	42%	14%	16%
+ de 50 anos (14%)	55%	23%	7%	15%
Total	30%	47%	10%	13%

Tabela 2 – Utilização de remédios para dores crônicas e/ou frequentes nos últimos 30 dias por homens

Mulheres	Nenhuma	Até 5 vezes	De 5 à 10 vezes	+ de 10 vezes
20 a 35 anos (32%)	40%	47%	13%	0%
36 a 50 anos (47%)	19%	55%	13%	13%
+ de 50 anos (2%)	40%	60%	0%	0%
Total	30%	54%	10%	6%

Tabela 3 – Utilização de remédios para dores crônicas e/ou frequentes nos últimos 30 dias por mulheres

5 | CONCLUSÕES

Neste estudo, buscou-se descrever e compreender a percepção dos líderes de empresas que estão no território brasileiro e relação com a sua qualidade de vida no trabalho.

Observou-se que o Grupo SABA - com baixa satisfação, em sua autoavaliação

obteve notas mais baixas que a nota geral em todas as questões, mesmo demonstrando que acredita na importância da Qualidade de Vida no Trabalho e que é eficaz para o resultado. As pessoas que se consideram com baixa satisfação em sua QVT são aquelas que as empresas devem ter mais atenção pois eles alegam ter menos bem-estar laboral, mais stress no trabalho, usam mais remédios e as ações, quando tem, em suas empresas não estão as satisfazendo.

O Grupo SAAL - com alta satisfação, se auto avaliou com notas acima da nota geral em todos os quesitos sendo mais positivo em suas escolhas, inclusive afirmou que a QVT é extremamente importante inclusive para o resultado de seu trabalho. Demonstrando uma melhor preparação, sabendo conviver melhor com o stress do cargo, tomando menos remédio, mais satisfeitos com sua QVT e ficando mais satisfeito com seu bem-estar. Estes avaliam as ações de Qualidade de Vida no Trabalho de sua empresa com nota mais alta que a nota geral, sugerindo que estas ações estão mais eficazes na percepção destes.

Na análise dos resultados, foi constatado que grande parte dos líderes reconhecem a importância da QVT e que estes percebem que há oportunidades para a adequação das ações de QVT nas empresas que trabalham. Ainda dentro da perspectiva pessoal dos líderes sobre sua Qualidade de Vida no Trabalho existem fatores que em grande proporção afetam a QVT representando os obstáculos como a falta de tempo e o excesso de stress. A pesquisa sobre QVT, com foco na autopercepção dos líderes brasileiros é ainda pouco explorada. A maior parte das pesquisas encontradas destacam a influência que a liderança tem na QVT dos colaboradores, havendo poucos estudos que se aprofundam na análise da QVT de líderes.

A pesquisa de D'AMICO E MONTEIRO (2012) também encontraram poucos estudos correlacionando a QVT dos líderes, indicando escassez de estudos e uma grande necessidade em se ter um olhar mais abrangente para esta população, como supracitado, é de importância vital para as corporações. É importante esclarecer que os estudos anteriores não avaliaram a QVT na percepção dos líderes, nem levaram em conta as mesmas dimensões do presente estudo.

Os resultados obtidos devem ser utilizados para embasar o planejamento de ações com foco na promoção da saúde e bem-estar dos cargos de gestão, trazendo um olhar mais abrangente e preocupado sobre estes que também precisam estar mais bem amparados nas organizações. Os líderes estão em cargos estratégicos e vitais para a sobrevivência das empresas e por influenciarem um grande número de pessoas, bem como os resultados das organizações, suas ações e comportamentos refletem diretamente em todos da companhia.

Sugerimos novas pesquisas formadas por amostras maiores sendo de diversas regiões do país. As limitações deste estudo alude a uma amostra não tão numerosa, porém lembramos que foram de auto relato delineando a percepção do líder em relação a ele próprio. Para estudos futuros, deve-se considerar o fato de trabalhar com amostras mais

extensas e com maior diversidade populacional, o que permitiria uma maior generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUALIDADE DE VIDA - Prêmio **Nacional de Qualidade de Vida**., 2020. Disponível em: <<https://abqv.org.br/pnqv/>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

BATISTA, A. B. S.; NASCIMENTO, E. B. C. **A liderança e sua influência na qualidade de vida no trabalho**, 2018. Disponível em: <<http://univisa.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/A-lideranc%CC%A7a-e-sua-influe%CC%82ncia-na-qualidade-de-vida-no-trabalho.pdf>> Acesso em: 04 de outubro de 2020.

BERGAMINI, C. W. **O Líder Eficaz**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

BITENCOURT, Claudia. **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004

COSTA, P. H.; MEIRIÑO, M. J. **O papel do líder na gestão de qualidade de vida do trabalho**. XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_012.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2019.

CURY, V. B. **A outra IA - Investigação Apreciativa**. HSM Management (Jan-Fev), 32-38, 2019.

D'AMICO, S. M.; MONTEIRO, J. K. **Características de Personalidade e Qualidade de Vida de Gestores no Rio Grande do Sul**. Revista de Administração Contemporânea, v. 16, n. 3, p. 381-396, 2012.

DRUCKER, P. **O líder do futuro**. São Paulo: Futura, 1996.

FERNANDES, M. S.; MACHADO, M. M. **A importância da Qualidade de vida no trabalho no Paço Municipal de Gaspar**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 1(2), 01-20, 2007.

GEUS, A. D. **A Empresa Viva**. Brasil: Elsevier Editora, 1998.

GÓMEZ-RADA, C. A. **Relación entre las dimensiones de personalidad según el P-IPG y la calidad de vida laboral percibida**. Acta Colombiana de Psicología - Universidad Católica de Colombia, 22(1), 230-238, 2019. doi:10.14718/ACP.2019.22.1.11

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 38, 1-13, 2018.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Indicadores empresariais de Qualidade de Vida no Trabalho - esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000**. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Administração, 129 - 355, 1996.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática** (4° ed.). São Paulo: Atlas, 2009.

- LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de Vida no Trabalho - QVT: Conceito e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARASEA, D. C. C.; FIGUEIREDO, M. A. C. **Liderança e Qualidade de Vida no trabalho (QVT) na Organização Produtiva do Trabalho**. XI SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 2004.
- MARTEL, J. P.; DUPUIS, G. **Quality of work life: Theoretical and methodological problems, and presentation of a new model and measuring instrument**. *Social Indicators Research*, 77, 333-368, 2006.
- MENDES, R. **Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador**. 1º ed., Vol. 1. São Paulo: Proteção Publicações, 2018.
- MONACO, F. F.; GUIMARAES, V. N. **Gestão da Qualidade Total e Qualidade de Vida no Trabalho: o Caso da Gerência de Administração dos Correios**. *RAC*, 4(3), 67-88, 2000.
- MOTA, C. M.; TANURE, B.; NETO, A. C. **Estresse e sofrimento no trabalho dos executivos**. *Psicologia em Revista*, 14(1), 107-130, 2008.
- PAZINI, M. H.; STEFANO, S. R. **A Qualidade de Vida no Trabalho e Satisfação: um estudo multi-casos com os funcionários das empresas do sistema “S”**. II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 1-16, 2009.
- PEREIRA, A. P. **Liderança e Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo sobre a percepção de colaboradores em organizações empresariais**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, 1-175, 2012.
- Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, 1-175, 2012.
- PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. D. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação**. *Rev. bras. Educ. Fis. Esporte*, 26(2), 241-250, 2012.
- RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. C. **Qualidade de vida no trabalho: Fator decisivo para o sucesso organizacional**. *Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu*, 2(2), 75-96, 2015.
- TANNENBAUM, R. **Liderança e organização**. São Paulo: Atlas, 1970.
- VELOSO, E. F. R.; DUTRA, J. S.; TREVISAN, L. N. **Carreira e Liderança: fronteiras móveis entre o indivíduo e a organização**. Jundiaí, SP: Ed. In House, 2020.
- WHOQOL. **The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): Position paper from the World Health Organization**. *Social Science & Medicine*, 41, 1403-1409, 1995. doi:[https://doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00112-K](https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00112-K)
- ZÉTOLA, P. R. **O médico como gestor da saúde, qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores**. *Rev Bras Med Trab.*, 17, 27-28, 2019.

PSICOPATIA SOB O ENFOQUE PENAL: DA INIMPUTABILIDADE AO CÁRCERE

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Tatiane Cristina Camargo Ferreira

Advogada Criminalista na Camargo, Martins &
Paulino Sociedade de Advogados

Jandira – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/8902346956376130>

RESUMO: O presente artigo tem o escopo de apresentar a personalidade psicopática do agente criminoso sob o enfoque do direito penal, utilizando-se da psicologia jurídica para efetiva compreensão desse distúrbio de personalidade, ora confundida com a sociopatia, ora confundida com o transtorno de conduta, e busca a análise de que forma esse agente responde pelos atos criminosos a ele imputado. A inquietação acerca desse tema surge em face da recorrência de crimes cometidos por agentes portadores desse transtorno de personalidade, bem como da aplicabilidade das sanções imputadas a esses agentes; questiona-se a aplicação da pena, já que a psicopatia não está enquadrada em nosso Código Penal, restando ao agente infrator a submissão às penas inespecíficas a sua condição psicopatológica. Destarte, cabe um estudo aprofundado acerca de tal patologia e da forma com que o agente criminoso portador de tal comorbidade possa ser penalizado pelo crime cometido de forma com que tal transtorno seja tratado, a fim de que sua reinserção na sociedade não venha ser catastrófica para si mesmo, nem

tão pouco aos outros indivíduos.

PALAVRAS - CHAVE: Psicopatia, inimputabilidade, sanção.

PSYCHOPATHY UNDER THE CRIMINAL APPROACH: FROM INIMPUTABILITY TO PRISON

ABSTRACT: The present article has the scope to present the psychopathic personality of the criminal agent under the criminal law approach, using juridical psychology to effectively understand this personality disorder, sometimes confused with sociopathy, sometimes confused with conduct disorder, and seeks the analysis of how this agent responds for the criminal acts he imputed. Concern about this issue arises from the recurrence of crimes committed by agents with personality disorder, as well as from the applicability of the sanctions imputed to those agents; The question of the application of the sentence is questioned, since psychopathy is not framed in our Penal Code, leaving the offending agent to submit to non-specific sentences his psychopathological condition. Therefore, there is a detailed study about this pathology and the way in which the criminal agent carrying such comorbidity can be penalized for the crime committed in such a way that such disorder is treated, so that its reintegration into society will not be catastrophic for Yourself, nor to other individuals.

KEYWORDS: Psychopathy, unputability, sanction.

1 | INTRODUÇÃO

O Direito é uma ciência social e seu relacionamento com as demais ciências, sejam elas sociais ou naturais, traz consigo a preocupação da compreensão comportamental humana, não distante desse ponto encontra-se a necessidade de preenchimento da lacuna do ordenamento jurídico concernente a psicopatia e o Direito Penal, já que pouco se tem avançado em relação a essa temática.

Ao pensarmos em psicopatia, temos a ideia de que os indivíduos que possuem esse perfil apresentam comportamentos, traços e atitudes característicos e que seria muito fácil reconhecê-los na prática. Entretanto, os psicopatas enganam e representam situações de forma muito bem articulada, passando despercebidos aos olhos da sociedade.

A psicopatia é um tema muito significativo no campo da psicologia forense, já que seus portadores estão quase sempre envolvidos em atos criminosos ou em processos judiciais. Essa terminologia é a mais usual e conhecida no senso comum, mas pode receber outras denominações, bem como sociopatia, personalidade antissocial, personalidade psicopática, personalidade dissocial, dentre outras.

Os indivíduos que desenvolvem esse comportamento são desprovidos de culpa, remorso, sensibilidade e senso de responsabilidade ética, são pessoas de todos os extratos sociais, homens, mulheres que estão infiltrados nos mais diversos contextos culturais e sociais.

Os psicopatas possuem níveis de gravidade, dentre eles: leve, moderado e grave. Podem praticar desde atos menos danosos, pequenos golpes ou roubos, até um perfil que utiliza métodos mais brutais e violentos, podendo cometer crimes hediondos de alta complexidade.

Àqueles sujeitos com tendência psicopática possuem uma deficiência significativa de empatia, isto é, não têm habilidade de se colocar no lugar do outro; são indiferentes aos sentimentos e sofrimentos de outrem, não se sentem constrangidos ao mentir e não sentem nenhum remorso ao ser desmascarado.

Muito comum deparar-se com diagnósticos imprecisos, tratamentos ineficazes, sistema prisional que não provê as necessidades de seus internos, quando analisada a reincidência de crimes violentos nota-se o aumento significativo de tal prática e como não se pode deixar de citar, o perigo que representa para a sociedade criminosos psicopatas convivendo rotineiramente com pessoas consideradas normais.

Quando comprovado o distúrbio mental lhes são aplicadas medidas de segurança que não garantem o tratamento adequado, nem tão pouco a reeducação comportamental pela qual esses agentes necessitam para voltar a viver em sociedade. Haja vista que os detentos comuns não recebem em nosso sistema prisional subsídios para ressocialização, submetendo-se a regimes fechados, privados não apenas da liberdade física como moral, “fabricando” dessa forma agentes sedentos por vingança, tornando-os seres com

periculosidade maior do que ao adentrar ao sistema prisional. Fato não imputado ao psicopata, já que para ele, nenhuma medida restritiva de liberdade será vista como punição.

Se a realidade dos presos comuns não é adequada a ressocialização, a realidade encontrada em manicômios judiciais ou casas de custódias não estão distantes das penitenciárias comuns, fazendo com que chegue ao mínimo se não a zero as chances de reinserção desses agentes ao convívio social sem que não sejam perigosos para os demais, nem para eles mesmos.

2 I PSICOLOGIA JURÍDICA E A PSICOPATIA

Para tratarmos de uma patologia como a psicopatia, torna-se necessário antecedermos o estudo com a contraposição entre a hereditariedade e o ambiente inserido, para que dessa forma possamos iniciar o entendimento dos transtornos de conduta e a personalidade antissocial, o que nos garantirá uma melhor compreensão acerca da Psicopatia, tema central do estudo.

2.1 Ambiente *versus* Hereditariedade

Mesmo que pertençamos a mesma espécie, os seres humanos diferem quanto a sua hereditariedade e às influências exercidas pelo ambiente onde se desenvolvem, resultando nas diferenças individuais e do seu comportamento complexo.

Nesse contexto, é importante salientar que o desenvolvimento humano está presente por toda sua vida, e esse mesmo desenvolvimento gera o reflexo combinatório do ambiente com a hereditariedade.

A influência mais importante do ambiente familiar no desenvolvimento humano está na atmosfera social e psicológica que se constrói em torno do lar, dependendo do ambiente ser favorável e amoroso ou repleto de conflitos, e se existe bem-estar econômico ou não. Frequentemente essas duas realidades estão inter-relacionadas nesse espaço privilegiado de interlocução afetiva e cognitiva, a um só tempo organizador, estruturante e diferenciador, que universalmente se institui nessa constelação denominada família, e através da qual se transmitem os valores e se inscreve a cultura.

A natureza e cultura, hereditariedade, genética e ambiente, são fatores conectados na formação do ser humano, que ao longo de sua existência permanecem em total entrelaçamento, criando dessa forma, especificidades que complementam a sociedade de uma maneira em geral.

2.2 Transtornos de Conduta

O Transtorno de Conduta é o resultado complexo de uma constelação de características, dentre as quais podem ser referidas as seguintes: Pouca empatia; Pouca preocupação com sentimentos, desejos e bem-estar alheios; Ausência ou prejuízo de sentimentos de culpa; Remorso inautêntico; Delação de companheiros; Responsabilização

de outras pessoas por seus atos; Autoestima baixa, apesar de postura de “durão”; Fraca tolerância a frustração; Acessos de raiva e irritabilidade e Imprudência.

De acordo com TRINDADE (2014), um comportamento delinquente persistente vai se desenvolvendo de modo progressivo e contínuo na medida em que a criança cresce, produzindo um efeito acumulativo durante toda sua vida. Ao contrário, a delinquência limitada à adolescência ilustra o fenômeno da mudança, pois após um período de ajustamento na infância, os adolescentes ingressam numa rota de disfuncionalidade transitória e adjunta às experiências adolescentes.

2.3 Transtorno de Personalidade Antissocial

Os indivíduos com transtorno de personalidade antissocial costumam ser destrutivos e emocionalmente prejudiciais. Eles desorganizam o meio e as relações sociais. Porém, o sofrimento é causado nas pessoas que vivem em seu entorno, principalmente a família. São egossintônicos, evidenciando que eles danificam os outros, mas parecem estar sempre bem, não sentindo culpa nem necessidade de reparar os prejuízos a que dão causa.

A mais popular configuração do tipo antissocial está no estelionatário, porém algumas pessoas com traços antissociais poderão nunca enfrentar problemas com a lei. Essa relação não é direta e depende da ocorrência de inúmeros outros fatores; nem todos os indivíduos com indicadores de personalidade antissocial cometem crimes, da mesma forma que a criminalidade não é sinônimo de transtorno de personalidade antissocial. Entretanto, indivíduos que se encontram cumprindo pena por delitos severos e que apresentam muitos sinais de transtorno de antissocialidade parecem ser mais predispostos à reincidência.

O sintoma mais importante no transtorno de personalidade antissocial é uma ausência de ansiedade ou culpa. As pessoas com transtorno de personalidade antissocial frequentemente se dizem indivíduos sem consciência. Os indivíduos com transtorno de personalidade antissocial não tem constrangimento tipicamente suprido pela ansiedade. Eles tendem a ser impulsivos e a possuir uma atitude temerária.

Estes indivíduos são hedonistas, de acordo com TRINDADE (2014), costumam perseguir o que desejam independentemente dos custos para os outros. Em muitos casos, as pessoas com Transtorno de Personalidade Antissocial parecem ser incapazes ou indispostas a adiar a gratificação de suas necessidades e, conseqüentemente, agem de modo impulsivo, apenas com seus próprios desejos em mente.

2.4 Características associadas ao Transtorno de Personalidade Antissocial

Segundo TRINDADE (2014), as características frequentemente associadas que apoiam o Diagnóstico de Personalidade Antissocial, podem ser destacadas as seguintes: Falta de empatia; Insensibilidade afetiva (aos sentimentos, direitos e sofrimento dos outros); Arrogância; Autoconfiança e convencimento; Fluência verbal de convencimento; Charme superficial; Irresponsabilidade e exploração nos relacionamentos (tirar vantagem); Incapacidade de tolerar a monotonia/ aborrecimento com a rotina; Preferências por

situações de riscos (por ex., velocidade excessiva, direção sob intoxicação, história de múltiplos acidentes); Baixa tolerância à frustração; Desrespeito em relação aos outros.

É de total relevância esclarecer que o Transtorno de Personalidade Antissocial não se confunde com o comportamento criminoso em si, aquele cuja prática é exclusiva para obtenção de alguma vantagem e que não apresenta quaisquer característica apresentada anteriormente.

3 | PSICOPATIA E A CONDUTA CRIMINOSA DO PSICOPATA

O conceito aplicado a psicopatia mesmo após anos de estudo reflete-se em diferentes concepções e desencontradas informações recebidas ao longo dos anos, em alguns casos, sendo claramente confundida com o Transtorno de Personalidade Antissocial, tratado no capítulo anterior.

Notoriamente Psicopatia é um termo que popularizou-se e com frequência é utilizado em pareceres jurídicos e documentos legais, em especial, à aquelas aplicadas ao direito penal, muitas vezes, não adequando-se ao construto moderno da psicopatia.

A psicopatia não pode ser tratada como um transtorno mental da mesma forma que a esquizofrenia, retardo ou depressão, por exemplo. O mais adequado a fazer é considerar a psicopatia como um transtorno de personalidade, que em determinados casos pode desenvolver uma conduta criminoso, não considerando essa conduta uma regra aplicada à todos psicopatas.

Embora a psicopatia seja o resultado da interação de distintos fatores biológicos e sociais, as ações ofensivas às normas sociais e jurídicas por eles praticadas atribuíram a esses agentes a denominação de *sociopatas*.

A verdade é que os psicopatas costumam ser violentos e dentre os agentes delinquentes que apresentam tal característica são de fato, psicopatas. O psicopata segue uma escala de valores que não coincidem com os valores sociais.

De acordo com TRINDADE (2014), o psicopata apresenta entre outros aspectos, personalidade egoísmo, impulsividade, agressão, inibição de sentimentos de culpa ou remorso em relação a seus atos. Apresenta falta de comprometimento para com suas obrigações, utiliza-se para tal de mentiras patológicas, desconsideração das convenções sociais e comportamento antissocial também são traços funcionais do agente psicopata.

Os psicopatas têm comportamento planejado, instrumental e utilitário. Agindo como se prestasse “um serviço” e são considerados bem-sucedidos enquanto suas metas coincidirem com as do grupo, não pelo sentido de companheirismo, mas em função de seus próprios interesses, os psicopatas não se sentem responsáveis por seus atos.

Desconhecem o sentido e significado da solidariedade, o outro somente faz sentido como algo a ser usado, como coisa ou objeto, não como pessoas propriamente ditas.

Por mais que busquem emoções fortes, e a rotina lhes estressem, eles costumam

repetir comportamentos antissociais e por esse motivo são altamente predispostos à reincidência.

A literatura sobre a psicopatia chegou a consenso sobre as principais características da psicopatia que giram em torno de três eixos da personalidade, a saber: **Relacionamento com os outros**: costumam ser arrogantes, presunçosos, egoístas, dominantes, insensíveis, superficiais e manipuladores. **Afetividade**: incapacidade de estabelecer vínculos afetivos profundos e de longa duração com os outros; não possuem empatia, remorso ou sentimento de culpa. **Comportamento**: agressividade impulsiva, irresponsabilidade e violação de convenções e das leis, agindo com desconsideração pelos direitos dos outros.

É frequente haver alguma sobreposição confusa entre psicopatia, comportamento antissocial e criminalidade. Na realidade, nem todos os psicopatas são obrigatoriamente criminosos. Porém, quando o são, distinguem-se qualitativamente dos outros tipos de delinquentes. São mais frios, menos reativos, mais impulsivos e violentos, mas, principalmente depredadores no sentido de que veem os outros como presas emocionais, físicas ou econômicas.

Um potencial mediador entre psicopatia e violência é um nível preservado de inteligência. Psicopatas mais equipados pela inteligência estão menos inclinados para recorrer ao comportamento violento, pois, na realidade, apresentam recursos alternativos subsidiados por outros instrumentos cognitivos. Psicopatas menos inteligentes parecem utilizar mais mecanismos violentos para compensar um repertório empobrecido de habilidades. Estes também são mais suscetíveis a apresentarem um “mau resultado”, porque, com pior capacidade de planejamento e de premeditação dos comportamentos antissociais, tomam decisões mais comprometidas e mais instrumentais do que psicopatas com melhor inteligência.

As classificações tipológicas vão sendo progressivamente substituídas, e a cada descrição, novas características são aplicadas, entre elas, cabe destacar o roteiro diagnóstico de Cleckley enfatizado por MARANHÃO (1993), a saber: Encanto superficial e boa inteligência; Ausência de delírios ou outros sinais de pensamento ilógico; Ausência de manifestações psiconeuróticas; Inconstância; Infidelidade e insinceridade; Falta de remorso ou vergonha; Conduta anti-social inadequadamente motivada; Falta de ponderação e fracasso em aprender pela experiência; Egocentrismo patológico e incapacidade de amar; Pobreza geral das reações afetivas; Falta específica de esclarecimento interior (*insight*); Irresponsabilidade nas relações interpessoais; Tendência à conduta fantástica com ou sem uso de álcool; Raramente suicidas; Vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada e Incapacidade de seguir um plano de vida

O psicopata bem-sucedido pode estar adaptado em algumas esferas, mas não em outros importantes domínios da vida, razão pela qual a conceitualização de psicopatia em sujeitos não criminosos ainda permanece uma tarefa muito difícil. Parece mesmo que as manifestações adaptativas constituem dois lados da mesma moeda. Psicopatas não

criminosos podem também apresentar uma forma de tática, intimidação e autopromoção, mentira e manipulação, através das quais eles podem tirar vantagem sem um necessário confronto com a polícia ou com a justiça, segundo TRINDADE (2014).

3.1 Tratamento

De acordo com TRINDADE (2014), não existe evidência de que os tratamentos aplicados a psicopatas tenham demonstrado real eficiência na redução da violência ou da criminalidade. De fato, alguns tipos de tratamento que são efetivos para outros criminosos são até mesmo contraindicados para psicopatas.

Como já citado no transcórter desse estudo, a psicopatia representa uma ameaça para o outro, para a família, para a sociedade, para a justiça e para a democracia, e, até o momento, a ciência não dispõe de um tratamento eficaz para controlar os psicopatas, prevalece, dessa forma, a crença generalista de que não há nada que possa ser feito para sanar o problema de maneira definitiva.

Outro ponto necessário citar, é que algumas abordagens podem agravar a condição que pretende melhorar. Determinados programas podem fornecer ao psicopata um aprimoramento na sua técnica de manipular, iludir, enganar e aproveitar-se dos outros, gerando mais malefício do que benefício, como cita Hare *apud* TRINDADE (2014). Da mesma forma, medidas puramente punitivas e dissuasórias pouco efeito tem sido demonstrado sobre a reincidência e, às vezes, resultado até mesmo negativo. Novamente entra em pauta a questão de que psicopatas não se deixam intimidar com a severidade do castigo nem aprendem com experiência alguma.

Na realidade, psicopatas necessitam de uma supervisão rigorosa e intensiva. Qualquer falha no acompanhamento poderá trazer resultados imprevisíveis. Para isso, o programa deverá ser bem delineado, fortemente estruturado, com etapas claras, que ao ser descumprida, deverá trazer consigo o retrocesso de um regime de maior vigilância. Os modelos cognitivos são os que mais enquadram o psicopata e são capazes de promover uma reestruturação no seu modo de processar informações. Não há evidências de que esses agentes tenham aderido voluntariamente a algum tipo de tratamento e, quando o fazem, é apenas para obter benefícios e vantagens para si próprio.

4 | PSICOPATIA: DA INIMPUTABILIDADE AO CÁRCERE

Para que uma conduta seja dada como reprovável, ou, que haja culpabilidade, será necessário que o autor da ação possa agir de acordo com a norma, de acordo com o direito. Segundo MIRABETE (2011), é preciso estabelecer se o sujeito demonstra certo grau de capacidade psíquica que lhe permita ter consciência e vontade dentro do que se denomina autodeterminação, ou seja, se tem ele a capacidade de entender, diante de suas condições psíquicas, a antijuridicidade de sua conduta e de adequar essa conduta a sua compreensão. Na existência dessa capacidade psíquica é dada a denominação de

imputabilidade. Esta é, portanto, a condição pessoal de maturidade e sanidade mental que confere ao agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se segundo esse entendimento.

Para considerar o sujeito imputável é necessário que, nas circunstâncias do fato, fosse possível exigir do sujeito um comportamento diferente do que o impeliu a praticar o fato típico e antijurídico, pois há circunstâncias ou motivos pessoais que tornam inexigíveis condutas diversas do agente.

Em resumo, só há culpabilidade se o sujeito em acordo com suas características psíquicas, possa estruturar sua consciência e sua vontade consonante com o direito (imputabilidade); se estava em condições de poder compreender a ilicitude de sua conduta (possibilidade de conhecimento de ilicitude); se seria possível exigir, nas circunstâncias, conduta diferente daquele do agente.

De acordo com MIRABETE (2011), há a inexistência de crime quando ocorre uma causa que exclui a antijuricidade; existente a antijuridicidade do fato típico, ocorre crime. No entanto, torna-se necessário para se impor pena, que se verifique se há culpabilidade, ou seja, se existem os elementos que compõem a reprovabilidade da conduta. Inexistente um deles, não há culpabilidade, condição indispensável para imposição da pena.

4.1 Imputabilidade *versus* inimputabilidade

Na lei estão previstas as causas que excluem a culpabilidade pela ausência de um de seus elementos, a saber: Inimputabilidade do sujeito: a) Doença mental, desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento mental retardado (art.26, CP); b) Desenvolvimento mental incompleto por presunção legal, do menor de 18 anos (art.27, CP) e c) Embriaguez fortuita completa (art. 28, §1º, CP); Ausência de culpabilidade pela inexistência da possibilidade de conhecimento do ilícito: a) Erro inevitável sobre a ilicitude do fato (art. 21, CP); b) Erro inevitável a respeito do fato que configuraria uma discriminante putativa (art. 20,§1, CP) e c) Obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico (art.22, segunda parte, CP); Exclui-se a culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa na coação moral irresistível (art.22, primeira parte).

Sobre a semi-imputabilidade temos a defesa no art. 26, parágrafo único do Código Penal que prescreve que pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Em casos que podem ser aplicado o parágrafo único do art. 26, a causa redutora é obrigatória, onde o juiz primeiramente aplica a pena privativa de liberdade para em seguida substituí-la por internação ou tratamento ambulatorial, não impedindo dessa forma, que seja substituída a pena privativa de liberdade por medida de segurança.

É necessário ressaltar que no caso dos semi- imputáveis, não é extinta a

culpabilidade, e, a lei permite ao magistrado aplicar a medida de segurança ou a pena diminuída, depois de fixada a pena, o que caracteriza a natureza condenatória.

Como os psicopatas não são considerados doentes mentais, não sendo portanto inimputáveis, o Código Penal brasileiro os elenca na condição de semi-imputáveis, já que esses agentes não são capazes de agir conforme as regras éticas e morais. Nesse sentido, entendeu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

“(...) a perturbação da saúde mental, prevista no parágrafo único do art. 26 do Código Penal, não constitui causa de isenção da responsabilidade, uma vez que não suprime totalmente a capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento, facultado ao julgador a redução da pena”. (RT 391/350).

Ainda sobre o assunto, dita o Superior Tribunal de Justiça:

“Em sede de inimputabilidade (ou semi-imputabilidade), vigora entre nós, o critério biopsicológico normativo. Dessa maneira, não basta simplesmente que o agente padeça de alguma enfermidade mental, faz-se mister, ainda, que exista prova (v.g. perícia) de que este transtorno realmente afetou a capacidade de compreensão do caráter ilícito do fato (requisito intelectual) ou de determinação segundo esse conhecimento (requisito volitivo) à época do fato, i.e., no momento da ação criminosa”; (HC 33.401-RJ, 5ªT., rel. Felix Fischer, 28.09.2004, v.c, DJE 03.11.2004, p.212).

O supramencionado julgado deixa evidente a importância da perícia médica para a comprovação da condição mental do acusado, uma vez que o Código Penal adota o critério biopsicológico, é indispensável haver laudo médico para se comprovar a doença mental ou até mesmo para identificar a semi-imputabilidade do agente.

4.2 Medida de Segurança

A ineficácia da restrição de liberdade imputada ao agente criminoso é notória, em especial, quando o agente é de extrema periculosidade, como os psicopatas, agentes de nosso estudo. Com o intuito de obtenção de melhores resultados na ressocialização, prevenção e recuperação do criminoso, novos caminhos foram trilhados.

Uma das mais significativas inovações foi a institucionalização das *Medidas de Segurança*. Enquanto na aplicabilidade da pena o fundamento reside na culpa, na medida de segurança acentua-se a periculosidade do agente criminoso.

Segundo MIRABETE (2011), a medida de segurança não deixa de ser uma sanção penal, e muito embora mantenha alguma semelhança com a pena, uma vez que reduz um bem jurídico, nesse caso, assim como na pena restritiva, a liberdade, visa preservar a sociedade da ação de delinquentes temíveis e de recuperá-los com tratamento curativo.

4.3 Sanções penais adequadas ao agente psicopata

Apesar de não haver aplicação penal específica ao psicopata, alguns operadores

do Direito que a responsabilidade penal de um psicopata deveria se enquadrar na semi-imputabilidade, já que sua personalidade se assemelha a quem sofre de perturbação da saúde mental. Ressaltando-se que a redução da pena no caso da semi-imputabilidade do agente é facultativa, podendo ou não ser aplicada pelo magistrado.

Nesse sentido, nota-se que ao cumprir a pena comum aplicada a outros agentes criminosos, conseqüentemente o psicopata irá sedimentar seu transtorno, uma vez que não foi tratado adequadamente por profissionais qualificados.

Atualmente, a única opção legal, data de 1934 e foi editada por Getúlio Vargas, cito o Decreto nº 24.559/34, que regula a situação do psicopata, criando um elo entre o sistema judiciário e a psiquiatria.

De acordo com TRINDADE (2014), não há evidência de que exista tratamento psiquiátrico com real eficiência para os psicopatas, já que esses agentes tendem a desestruturar as instituições de tratamento, burlam as normas de disciplinas e nenhuma punição aplicada a eles será capaz de ressocializá-los, uma vez que o psicopata não internaliza “castigos” nem tão pouco aprende com “lições”, o que tornará qualquer tipo de sanção aplicada atualmente ineficaz a esses agentes.

Dessa forma, arrisca-se dizer que os psicopatas devem ser punidos pelos seus crimes, no entanto, necessitam de um acompanhamento completo e eficaz as características por eles demonstradas. Para que assim, seja possível uma efetiva ressocialização do agente psicopata, devolvendo-o de maneira segura a sociedade.

CONCLUSÃO

A psicopatia mesmo após anos de estudo não possui um conceito adotado de maneira unânime pelos estudiosos da psicologia. No entanto, pode-se afirmar que a psicopatia é um transtorno de personalidade, que em determinados casos pode desenvolver uma conduta criminosa, não considerando essa conduta uma regra aplicada a todos psicopatas.

Os psicopatas possuem comportamento minuciosamente planejado, serão bem sucedidos e sociáveis enquanto suas metas coincidirem com as do grupo, não pelo sentido de companheirismo, mas em função de seus próprios interesses, não há autopunição; não possuem a menor empatia para com o próximo.

Para o Direito Penal o psicopata é um agente criminoso comum, sendo ele apenas mais ardiloso e calculista que os demais, não possuindo consciência de seus atos, tal consciência que em nada se assemelha a apresentada pelos inimputáveis. Já que esses não conseguem compreender e nem estruturar sua consciência e tão pouco estruturar sua vontade consonante com o direito.

Na verdade, o psicopata é reconhecido como semi-imputável, já que esses agentes não são capazes de agir conforme as regras éticas e morais impostas tanto pela sociedade quanto pelo ordenamento jurídico. Agentes psicopatas agem com normalidade diante das

ações por eles praticadas, uma vez que todos seus atos são praticados para obtenção de algum resultado positivo para eles.

É notório que não estamos preparados para receber em nosso sistema prisional, bem como em clínicas ou hospitais judiciais, agentes psicopatas, os mesmos não são adeptos voluntários ao tratamento de seu transtorno, e quando por ventura se submetem espontaneamente a tratamento, estão na verdade buscando algum ganho pessoal, uma vez que nenhuma ação tomada por um psicopata é para o bem coletivo, mas sim, para ganho próprio.

Outra confusão muito comum é entre o psicopata e o *serial killer*, o que na verdade não possui fundamento, uma vez que o *serial killer* é um assassino em série, que está plenamente consciente do crime que está cometendo, não almejando ganho algum, se não a saciedade de seus impulsos criminosos.

Destarte, a importância desse assunto está na desmistificação do psicopata como assassino cruel e serial, uma vez que ao longo do presente estudo demonstrou-se que esses agentes podem ser assassinos cruéis, como também, podem conviver normalmente em sociedade, como ocorre com a maioria deles. Há a necessidade de conhecer tal transtorno para que o mesmo possa passar por tratamento concernente a sua comorbidade, uma vez que nenhuma punição disponível em nosso ordenamento a esses agentes surtirão efeito positivo.

Há de se repensar nas condutas processuais adotadas, bem como, na legislação vigente, adequando o tratamento à conduta do agente, para que assim, possa ser ressocializado de maneira efetiva e real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em 18 mar 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.559/34**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24559impressao.htm Acesso em 18 mar 2017.

FERNADES, Newton; FERNADES, Valter. **Criminologia Integrada**. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1995.

FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia**. 2. Ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Psicologia do Crime**. Malheiros Editores. 2ª Ed. São Paulo, 1993.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal. Parte Especial. Arts. 121 a 234-B do CP**. Editora Atlas. 31ª Ed. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Alex Moisés de. **O psicopata e o direito penal brasileiro**. In Âmbito Jurídico. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16292&revista_caderno=3. Acesso em 01/09/2020.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica**. Livraria do Advogado Editora. 7ª Ed. Porto Alegre, 2014.

HC 33.401-RJ, 5ªT., rel. Felix Fischer, 28.09.2004, v.c, DJE 03.11.2004, p.212. Disponível em : <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/93228993/trf-3-judicial-i-interior-03-06-2015-pg-852>. Acesso em 19 mar 2017.

INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO NUDEM

Data de aceite: 01/11/2020

Ângela Fernanda Santiago Pinheiro

Unimontes, supervisora de estágios no NASPP/
UNIFIP-Moc

Eurico Soares Reis

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes
Claros
NUDEM

Líbera Naysse de Barros Ferreira

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes
Claros
NUDEM

Rubia Caroline Neves

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes
Claros
NUDEM

Valquíria Oliveira Santana

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes
Claros
NUDEM

Vanessa Júnia Silva Barbosa

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes
Claros
NUDEM

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender a interlocução entre a Psicologia e o Direito no atendimento de mulheres vítimas de violência realizadas no Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência (NUDEM). Para

tanto será utilizada como metodologia revisão bibliográfica articulada à prática de estágio no atendimento das mulheres atentando-se para as particularidades da condução e discussão de casos no âmbito jurídico. Compreende-se que o exercício dos psicólogos judiciais está pautado em desenvolver trabalhos de intervenção, tais como apoio, mediação de conflitos, aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção, próprios aos seus contextos de trabalho. Através dessa prática foi possível perceber que a psicologia jurídica tem sua importância nesse campo, pois, a violência doméstica contra a mulher é vista como um problema de saúde pública conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS). Os casos de violência podem afetar a integridade física e emocional da vítima. Assim, reconhece-se que as consequências da violência doméstica são delicadas podendo causar vários danos emocionais, como influências na vida sexual da vítima, baixo autoestima e dificuldade em criar laços.

PALAVRAS - CHAVE: Violência Contra a Mulher; Direito; Psicologia.

INTERFACE BETWEEN PSICOLOGY AND LAW IN CASES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN ON NUDEM

ABSTRACT: The present article has the objective of understand the interlocution between Psychology and Law in the attendance of women who are victims of violence performed at the Nucleus for the Defense of Women Victims of Violence (NUDEM). For this, it will be used as a methodology bibliographic review articulated to the practice of internship on the attendance

of the women paying attention to the particularities of the conduction and discussion of the cases in the legal sphere. It is understood that the practice of juridical psychologists is based on developing intervention work, such as support, conflict mediation, counseling, guidance, referral and prevention, specific to their work contexts. Through this practice it was possible to perceive that juridical psychology has its importance in this field, because domestic violence against women is seen as a public health problem according to the World Health Organization (WHO). Cases of violence can affect the physical and emotional integrity of the victim. Thus, it is recognized that the consequences of domestic violence are delicate and can cause various emotional damage, such as influences on the sex life of the victim, low self-esteem and difficulty in creating bonds.

KEYWORDS: Violence against woman; Law; Psychology.

1 | INTRODUÇÃO

Em decorrência da redemocratização do país em meados do ano de 1980 foram criadas políticas públicas voltadas para a saúde, educação e assistência social. A partir desse novo modelo político, várias mudanças suscitavam a prática do psicólogo que se encontrava enraizadas em uma cultura profissional do século XX. Partindo do modelo clínico particular, que atingia apenas a uma população elitizada, a psicologia diante de um novo contexto político e social, estabeleceu novas práticas adequadas ao cotidiano, sensível às questões da pobreza e desigualdade, oferecendo assim uma atuação ampliada e não restrita aos consultórios (REIS FILHO & FIRMINO, 2007).

Diante da ampla atuação do psicólogo, temos a sua contribuição no campo do direito, historicamente a Psicologia se adentrou nessa área devido a avaliações psicológicas e veracidade de testemunhos, fato que contribuiu para o desenvolvimento da psicologia experimental no século XIX (SCHUTZ & SCHUTZ, 2000).

Por outro lado, nos tempos atuais e mais especificamente a área da Psicologia Jurídica, o exercício dos psicólogos judiciais está em desenvolver trabalhos de intervenção, tais como apoio, mediação de conflitos, aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção, próprios aos seus contextos de trabalho.

Em razão disso, o presente trabalho se propõe a investigar o funcionamento da atuação do psicólogo articulado a prática dos profissionais do Direito no Núcleo de Defesa da Mulher Vitima de Violência (NUDEM), na cidade de Montes Claros - MG. O núcleo tem por objetivo prestar assistência jurídica às mulheres em situação de violência, sendo responsável por prestar orientação para cidadãs de baixa renda.

Ressalta-se que a realização desta pesquisa justifica-se pela possibilidade de indicar aspectos relevantes das práticas do psicólogo articulado ao direito no combate a violência uma vez que segundo Hanasa (2010), esta se configura não só como um problema de saúde pública, mas sim político, social e cultural. No decorrer do trabalho será apresentado o referencial teórico que orientou a pesquisa, a metodologia revisão bibliográfica articulada à prática de estágio, e em seguida são feitas as considerações finais, destacando o

cumprimento do objetivo a expectativa sobre os resultados obtidos.

Como ressalta Cassab e Souza (2010) a violência carrega um histórico de concepções e contexto social que demarcam a sociedade e nela esta enraizada desde os seus primórdios em todos os aspectos. Percebe-se como um fenômeno cotidiano que se adentra em vários espaços, inclusive o doméstico, que começa pela discriminação e estendem-se a agressões, muitas vezes realizadas pelo companheiro.

A motivação para a este artigo se deu através do estágio profissionalizante ocorrido no NUDEM mediante parceria com o Curso de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros MG. A pesquisa foi realizada por um grupo de acadêmicos do 9º período do curso de Psicologia da mesma faculdade, orientados por supervisora da área. O objetivo do estagio é viabilizar um espaço para a realização de atividades capazes de integrar os saberes à prática da profissão, garantindo assim a busca por uma melhoria contínua no processo de capacitação e formação profissional.

2 | METODOLOGIA

Como metodologia adotou-se o relato de experiência contrastado ao arcabouço teórico relativo à temática a qual abarca a violência contra mulheres e o atendimento por psicólogos. Assim adotou-se a revisão de bibliográfica, que segundo Gil (2002, p.44,45) trata-se de pesquisa realizada embasada em um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ainda segundo o autor os livros são fontes bibliográficas que podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência, de consulta e abrangem as obras referentes aos diversos gêneros literários. Outra fonte para pesquisa bibliográfica que o autor se refere são publicações periódicas em jornais e revistas, que atualmente se apresentam como importante fonte para estudos de diversos temas. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao pesquisador uma ampla cobertura de uma gama de fenômenos.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia Jurídica se caracteriza como uma subárea da ciência psicológica com o intuito de estudar o comportamento humano no âmbito das relações das pessoas com a Justiça. Dessa maneira a mesma surgiu como uma demanda das áreas originalmente destinadas às práticas jurídicas. Essa particularidade supõe exigências específicas, que são norteadas pelo Direito. Porém, a entrada da Psicologia no mundo jurídico está procurando encontrar o seu próprio caminho. Já que a psicologia tem um compromisso com o sujeito. Percebeu-se então, que o sujeito do Direito também é sujeito, contudo é de outra ordem. São essas intersecções que existem e que entremeiam e complementam essa relação, entre o Direito e a Psicologia, entre objetividade e subjetividade (SACRAMENTO, 2009).

Segundo Sacramento (2011), a Psicologia Jurídica é uma área de especialidade da Psicologia e, por esta razão, o estudo desenvolvido nessa área deve possuir uma perspectiva psicológica que resultará num conhecimento específico. No entanto, pode-se valer de todo o conhecimento produzido pela ciência psicológica. Desta forma, o objeto de estudo da Psicologia Jurídica seriam os comportamentos complexos (condutas complexas) que ocorrem ou podem vir a ocorrer. Este recorte delimita e qualifica a ação da Psicologia como Jurídica, pois estudar comportamentos é uma das tarefas da Psicologia. Por jurídico, compreendem-se as atividades realizadas por psicólogos nos tribunais e fora dele, as quais dariam suporte ao mundo do direito. Portanto, a especificidade da Psicologia Jurídica ocorre nesse campo de interseção como Direito.

De acordo com Sacramento (2009), o sujeito de direito do âmbito jurídico é o mesmo sujeito de desejo do campo psicológico e eles não estão dissociados. Não sendo, portanto os mesmos, mas é parte integrante de um mesmo todo, que é o ser humano. Por este motivo, tal sujeito deve ser visto em sua integridade, portando sua objetividade, relevante para o Direito e, sua subjetividade, objeto da Psicologia.

Miranda (2012) discorre que é necessário que o profissional de Psicologia tenha uma postura coerente com suas funções, uma vez que o discurso da Psicologia é auxiliar o Direito de modo complementar, devendo, portanto, marcar a diferença e assumir responsabilidades somente pela área que lhe compete, em seus aspectos conscientes e inconscientes. Nesse contexto, o psicólogo, muitas vezes, vai interpretar para os operadores do Direito a situação que está sendo analisada, ou ainda recontar o fato, a partir de outro referencial. Cabe ressaltar, entretanto, que interpretar não significa descobrir, desvendar, como por vezes anseiam os que aguardam um relatório. (MIRANDA, 2012, *apud* BRITO, 1994).

Ainda segundo o autor, para realizar tal interpretação é preciso ressignificar, esclarecer, explanar, à luz do saber psicológico as demandas que são direcionadas a este profissional do ponto de vista de outro referencial teórico. É um trabalho multidisciplinar que ajuda o Direito a enxergar o caso a partir de outra ótica. Dentre alguns campos de atuação do psicólogo, destacamos então a Defensoria Pública de Montes Claros tendo como núcleo o NUDEM (Núcleo de defesa da Mulher em Situação de Violência), como uns campos ao qual Psicologia e Direito se entrelaçam, em busca de proteção e garantia dos direitos das mulheres que são vítimas de violência.

Conforme preceitua o art. 134 da Constituição Federal, “A Defensoria Pública de acordo com Lopes (2010) é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Neste sentido, a implantação dos serviços de Núcleo ou Defensoria da Mulher deve estar pautada na política pública de atendimento às mulheres em situação de violência que necessite de assistência jurídica integral e gratuita e na utilização dos meios jurídicos existentes para a defesa da mulher. Para tanto, foram criados os Núcleos

ou Defensorias da Mulher que devem exercer o importante papel de defensor das mulheres em situação de violência (em qualquer uma de suas modalidades - violência doméstica, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) e de vulnerabilidade social. Esse serviço deverá também promover o acesso da mulher à justiça; articular os serviços que, direta ou indiretamente, contribui para o fortalecimento da mulher; e propiciar as condições para a conquista da cidadania das mulheres por meio do acesso aos direitos.

Por meio das praticas realizadas na Defensoria Publica, podemos ressaltar as diversas maneiras que ocorrem as agressões e todo o desfecho a partir desse movimento, da decisão de denunciar, da resistência a possibilidade do agressor ser preso, medo de sair da situação e acabar gerando algo pior.

Os casos que passam pela Defensoria, propiciaram aos estagiários de psicologia perceberem através das falas, o medo, resistência e até mesmo apego ao agressor, chegando a relatar sobre as formas de agressão, física e psicológica sofridas pelo companheiro que se relacionam e mesmo este representando riscos, muitas ainda continuam com uma aproximação, mas na fala demonstram não perpetuarem com essa relação. Comino (2016), aponta que essas mulheres são agredidas por vários motivos citados por elas e pelos agressores e todos os tipos de violência, que colaboram para o desequilíbrio emocional delas e contribuindo ainda para marcas que levam por toda uma vida, sendo este um ponto de destaque para o trabalho do psicólogo.

Nesse sentido a psicologia Jurídica tem sua importância nesse campo, pois, a violência doméstica contra a mulher é vista como um problema de saúde pública para a Organização Mundial de Saúde. Pois os quadros de violência podem afetar a integridade física e emocional da vítima, seu senso de segurança, além de configurar um círculo vicioso de “idas e vindas” aos serviços de saúde e o conseqüente aumento com os gastos neste âmbito (GROSSI, 1996, *apud* COMINO, 2016). As conseqüências da violência doméstica são delicadas e podem permanecer durante muito tempo. Além das marcas físicas, a violência doméstica costuma causar também vários danos emocionais, como: Influências na vida sexual da vítima; baixa autoestima e dificuldade em criar laços (COMINO, 2016).

Muitas vezes não entendemos quando as vitimas demonstram algum tipo de apego a situação, mas não cabe ao psicólogo concordar ou não com a forma que a vitima lida como problema, cabe a esse profissional buscar compreensão e investigar diante dos relatos do sujeito, onde e como ele passou ou passa, por essa situação. Muitos continuam no processo de lutar pelos seus direitos com os recursos legais que reconhecem ter, e com os recursos internos que as mantêm nessa disputa, tendo em vista alguns pontos que aparecem muito como dificultador, sendo estes filhos com o agressor e o futuro deles após tudo isso, estabilidade financeira, já que na maioria das vezes é o agressor que coloca o dinheiro em casa, dentre outros.

A Lei que protege as mulheres contra a violência recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Com muita

dedicação e senso de justiça, ela mostrou para a sociedade a importância de se proteger a mulher da violência sofrida no ambiente mais inesperado, seu próprio lar, e advinda do alvo menos previsto, seu companheiro, marido ou namorado (BRASÍLIA, 2012).

De acordo com Comino (2016), Segundo essa Lei, às formas de violência contra a mulher se dividem em grupos: violência sexual, patrimonial, física, moral e psicológica. A Violência sexual de acordo com Teles e Melo (2003), citados por Comino (2016), corresponde a qualquer forma de atividade e prática sexual sem seu consentimento, com uso de força, intimidações, chantagens, manipulações, ameaças ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal ou criticar seu desempenho sexual e até obrigá-la a ter relações sexuais com outras pessoas. Outro tipo de violência é a patrimonial, que resulta em danos, perdas, subtração ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores da mulher. Esta forma de violência pode ser visualizada através de situações como quebrar móveis ou eletrodomésticos, rasgar roupas e documentos, ferir ou matar animais de estimação, tomar imóveis e dinheiro, ou, até, não pagar pensão alimentícia. Já a violência física é o ato de provocar lesões corporais possivelmente diagnosticáveis, tais como: empurrar, bater, atirar objetos, sacudir, esbofetear, espancar, estrangular, chutar, ameaçar, usar arma de fogo ou arma branca, ou qualquer ação que ponha em risco a integridade física da mulher (SOARES, 1999 *apud* COMINO 2016).

A violência moral então trata – se do tipo de violência em que se configure calúnia, difamação ou injúria. E por fim, a violência psicológica caracteriza-se a partir de ameaças dirigidas tanto à mulher, foco desta pesquisa, como a outros membros da família, fazendo-se por meio de promessas de agressões e gestos intimidativos. Uma característica comum àqueles que praticam este tipo de violência é a habilidade de encontrar o ponto fraco da mulher, que, em muitos casos, usam os filhos para chantagear, coagir, etc. Pode ser entendida também como violência emocional ou verbal (COMINO, 2016).

Embora, possa-se imaginar violência apenas quando há agressão física, cabe ressaltar que existe também agressão psicológica. A violência psicológica diferencia-se da violência física, porque a primeira, é decorrente de palavras, gestos, olhares dirigidos a vítima, sem necessariamente ocorrer o contato físico, enquanto a segunda forma de violência compreende atos de agressão corporal direcionado a vítima (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007 *apud* COMINO, 2016). Neste sentido Comino (2016) ressalta que, todo ato de agressão física é precedido de um histórico de violência psicológica que acaba não sendo identificado pelas mulheres por expressar-se de maneira menos perceptível. Muitas vezes, inicia-se com uma pequena reclamação que é substituída por ofensas, xingamentos e agressões físicas.

Por fim, A multidisciplinaridade no atendimento se faz fundamental para que todas as necessidades das vítimas sejam atendidas e que se sintam seguras para não só denunciar o agressor mais também de procurar ajuda para si e para todos os envolvidos. Neste corpo multidisciplinar tem fundamental importância da atuação do psicólogo. Assim,

o atendimento psicológico tem como objetivo abordar questões como: acolher, orientar; trabalhar a rigidez da vítima; não vitimização; trabalhar autoestima; ajudar com que o cliente se conheça; trabalhar questões da identidade com a cliente; autoquestionamento, levar a reflexão dos seus pensamentos; em casos de reincidência verificar o que leva a vítima a se relacionar com homens muito parecidos; o que leva suas escolhas; fazer com que elas resgatem sua condição de sujeito; resgatar seus desejos e suas vontades, que ficaram encobertos e anulados durante todo o período em que conviveram em uma relação marcada pela violência (COMINO, 2016).

Considera-se que as práticas da Psicologia juntamente com o Direito têm proporcionado um amplo olhar e cuidado com as mulheres vítimas de violência. Com isso, permitindo que estas se tornem protagonistas e despertem em si a autonomia de suas vidas. Não sabemos ao certo o que leva alguém a cometer uma agressão, mas buscando compreender o sujeito em totalidade, no contexto em que vive sócio-histórico-político essa oportunidade faz com que percebamos o quão importante se faz essa prática em nosso processo de formação e na ampliação do olhar para as situações apresentadas. (REIS FILHO e FIRMINO, 2007).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que este diálogo entre as áreas da Psicologia e do Direito proporcionam um olhar que amplia e a escuta de casos de violência contra mulheres, no sentido de ver para além do ato de violência. Por trás de uma fato narrado perdura os aspectos jurídicos, no entanto não deve ser desmerecida a história de cada mulher e o que levantam como de relevância. Os aspectos subjetivos e particulares de cada caso é alvo de investigação de psicólogos, bem como dos aspectos emocionais que as mulheres demonstram quando são atendidas. Estes aspectos são de fundamental importância para se compreender até mesmo se os mecanismos jurídicos serão suficientes para garantir a proteção estabelecida pela Lei Maria da Pena.

O trabalho em equipe proporciona uma maior interação dos campos, podendo ocasionar um maior bem-estar a mulher vítima de agressão e a todos envolvidos (reconhecendo que os casos de violência podem afetar a integridade física e emocional da vítima). Essa articulação permite que a psicologia com o acolhimento e o direito com a apuração dos fatos, contribuam para que não se tenha medo de assumir os direitos e viver em sociedade.

Com isso, cada necessidade apresentada pelo sujeito que procura o auxílio desse atendimento, deixa claro que o trabalho do direito juntamente com a psicologia é de extrema relevância, proporcionando a escuta diferenciada que nos mostra além de meros fatos legais. Entretanto, o saber do Direito permite uma compreensão da legitimidade dos direitos e proteções a que mulheres vítimas de violência podem usufruir. Todavia, as

articulações das duas áreas permitem que as decisões sejam tomadas com a contribuição e manejo de ambas, visando sempre ajudar no posicionamento diante de cada caso.

REFERÊNCIAS

COMINO, Tamires Maria. **Atuação direta do Psicólogo com mulheres vítimas de violência doméstica**, Edição de (2016). Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-atuacao-direta-do-psicologo-com-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica> ACESSADO EM 10 DE MARÇO DE 2016. Constituição Federativa do Brasil, 1988.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 176 p.

HANADA, H. **Os Psicólogos e a assistência a mulheres vitimas de violência**, Tese (Mestrado em Ciências) Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA, Lei nº; 11.340, 7 de Agosto de 2006, Brasília, 2012.

LOPES, Umbelina, Publicado em 2010, **NUDEM** - Disponível em: <http://nudembh.blogspot.com.br/p/lei-maria-da-penha-na-defensoria.html>.

MIRANDA, Alex Barbosa de. **Atuação do Psicólogo no campo Jurídico**, Publicado na edição de Maio de (2012). Disponível em : <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/atizacao-do-psicologo-no-campo-juridico>. ACESSADO EM 10 DE MARÇO DE 2016.

REIS FILHO, J.T; FIRMINO, S.P.M. Clínica-Escola: desafios para a formação do Psicólogo. In: REIS FILHO, J.T; FRANCO, V.C (Orgs.). **Aprendizes da clínica: novos saberes psi**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SACRAMENTO, Livia Tartari de. **A Psicologia Jurídica: Suas interlocuções com o direito e algumas especificidades**. (2011). Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-psicologia-juridica-suas-interligacoes-com-o-direito-e-algumas-especificidades>. ACESSADO EM 10 DE MARÇO DE 2016.

SACRAMENTO, Livia Tartari de. **Um pouco sobre a importância da Psicologia Jurídica**, (2009). Disponível em: http://www.mosaicopsicologia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&i d=77:um-pouco-sobre-a-importancia-da-psicologia-juridica-livia-de-tartari-e-sacramento&catid=38:textos-livres&Itemid=62 ACESSADO EM 10 DE MARÇO DE 2016.

SOUZA, H.L; CASSAB, LA. Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida contra a mulher pelo companheiro. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, v.5, 24 e 25 de junho de 2010.

SCHUTZ, D. P.; SCHUTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

A FAMÍLIA EM CRISE: A FORMAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Data de aceite: 01/11/2020

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

Mônica Félix de Brito

Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho

Silvana Barbosa Mendes Lacerda

Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa

RESUMO: Ao discutir família não devemos pensar apenas no modelo nuclear patriarcal, já que está vem se modificando e construindo novas relações a partir de transformações vivenciadas pela sociedade. Atualmente, a família é compreendida não apenas baseada nos laços consanguíneos e de parentesco, mas nas relações de afeto e cuidado. É dentro do seio familiar que o indivíduo absorve suas primeiras experiências, sente-se seguro e confiante, a criança enxerga os pais como apoio que supõe permanente. Porém, a união entre os pais, por vezes são irrompidas, e dependendo da qualidade dos vínculos existente entre os genitores pode afetar profundamente a saúde emocional e psicológica de sua prole, causando grandes consequências. Nesse contexto de dor, pode ocorrer a formação da Alienação Parental, que será tratada nesse capítulo, indicando sua repercussão para as famílias, em especial os filhos.

PALAVRAS - CHAVE: Família, Alienação

Parental; Psicologia Jurídica

ABSTRACT: When discussing family, we should not only think about the patriarchal nuclear model, since it is changing and building new relationships based on transformations experienced by society. Currently, the family is understood not only based on blood ties and kinship, but on the relationships of affection and care. It is within the family that the individual absorbs his first experiences, feels safe and confident, the child sees his parents as support that supposes permanent. However, the union between the parents is sometimes broken, and depending on the quality of the links between the parents, it can deeply affect the emotional and psychological health of their offspring, causing great consequences. In this context of pain, the formation of Parental Alienation can occur, which will be dealt with in this chapter, indicating its repercussion for families, especially children.

KEYWORDS: Family, Parental Alienation; Juridical Psychology

INTRODUÇÃO

Ao discutir família não devemos pensar apenas no modelo nuclear patriarcal, já que está vem se modificando e construindo novas relações a partir de transformações vivenciadas pela sociedade. Atualmente, a família é compreendida não apenas baseada nos laços consanguíneos e de parentesco, mas nas relações de afeto e cuidado.

Há poucas décadas não enfrentávamos dificuldade alguma para definir família, bem

como, para descrever quem são os seus membros. Hoje, a cada dia, cresce a quantidade de notícias a respeito de novos arranjos familiares. Estas mudanças no modelo familiar, apesar de observadas, não têm sido acompanhadas pelas práticas profissionais, que permanecem aplicando o entendimento construído a partir do viés do modelo familiar tradicional. Além disso, a condição da separação conjugal tem contribuído fortemente para o aumento da diversidade de modelos e estruturas de famílias (WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008).

É dentro do seio familiar que o indivíduo absorve suas primeiras experiências, sente-se seguro e confiante, a criança enxerga os pais como apoio que supõe permanente. Porém, a união entre os pais, por vezes são irrompidas, e dependendo da qualidade dos vínculos existente entre os genitores pode afetar profundamente a saúde emocional e psicológica de sua prole, causando grandes consequências.

De acordo com Dolto (1989) e Schabbel (2005), o divórcio é uma condição legalizada, que traz uma solução e uma libertação da atmosfera de discórdia e desentendimento. Nesse sentido, Carelli (2008), descreve esse processo como sendo complexo e como uma das experiências mais dolorosas pela qual um indivíduo pode passar.

A separação ainda que, às vezes, seja considerada a melhor saída para um casamento, em que os cônjuges já não se sintam capazes de continuar tentando superar seus próprios problemas é sempre vivenciada como um episódio muito estressante e doloroso. Indiscutivelmente, o divórcio é uma das situações de maior impacto na vida de um indivíduo, já que o início da separação representa para os filhos um mistério que precisa ser explicado de forma clara e objetiva, pois se trata de um marco que gera danos e mudanças, não apenas nas crianças, mas em todos os familiares envolvidos

Após a quebra do vínculo conjugal, a responsabilidade comum daqueles que eram cônjuges, passa a ser alvo de discussão. Dentre as consequências da ruptura dos laços conjugais, pode surgir a alienação parental, um comportamento verdadeiramente nocivo na vida das crianças e adolescentes. Nesse comportamento, um dos pais “vítima” da situação, exprime sentimento de vingança, trazendo ao filho ideias adversas do ex-cônjuge.

A alienação parental não é um problema atual, é uma improbidade discreta disfarçada pelo sentimento de amor e dos cuidados parentais. O termo foi criado no ano de 1980 pelo Dr. Richard Gardner, o qual definiu a Alienação Parental como perturbação que acontece após a separação conjugal, que consiste em um genitor “programar” de forma consciente ou inconsciente a criança para que rejeite e odeie o outro genitor sem justificativas, objetivando o afastamento e o desenvolvimento de afetos negativos da criança para com o outro genitor, ou seja, a criança é treinada pelo pai ou pela mãe, para romper os laços afetivos pelo outro cônjuge, criando forte sentimento de ansiedade e temor em relação ao outro genitor (ROCHA, 2012).

CONCEITUANDO FAMÍLIA

A família traz consigo uma construção histórica e social recheada de valores e contradições presentes na sociedade de maneira geral. Com o desenvolvimento da sociedade, a família foi se reconfigurando, o que acarretou no surgimento de diferentes tipos de famílias além do modelo tradicional socialmente aceito e tido como modelo ideal. Os novos arranjos familiares estão ligados a um debate sobre o que se entende por família hoje, pois seu conceito é relativo, mutável e individual, cada um representa da sua maneira. Hoje não existe um único modelo, mas vários tipos de organização de unidades domésticas que configuram uma família.

Nesse sentido, observa-se que as diversas mudanças e movimentos sociais ocorridos no transcorrer dos tempos conduzem à reflexão sobre as várias alterações que a família contemporânea sofreu para poder adaptar-se às novas necessidades do mundo moderno. Contudo, algo que se mostra imutável na história da família, é o fato de que a mesma é a responsável pela formação, socialização e introjeção de valores do indivíduo.

No entendimento de Dias (2011a), a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá por meio do direito. A autora, ainda afirma que a família é uma construção cultural, dispondo de uma estrutura psíquica na qual todos os indivíduos ocupam um lugar, ou seja, possuem uma função, de pai, de mãe, e filhos, sem estarem necessariamente ligados biologicamente. É essa estrutura familiar que interessa investigar para o direito, onde esteja preservado o seu aspecto mais significativo: o lar, lugar de afeto e respeito.

De acordo com Zenidarcy (2010), o termo família provém do latim *famulus* e se reporta a escravo doméstico. “Este termo foi criado na Roma Antiga para classificar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas na agricultura e na escravidão legalizada.” (ZENIDARCI, 2010, p.46). Contudo, no Ocidente, família é um conceito instável, que apresenta-se de diversas maneiras em variadas culturas (BRAGA; AMAZONAS, 2005).

Em contrapartida, Souza (2010) afirma que a família é tida como uma antiga instituição, reunida a partir da relação de parentesco. Para Kaloustian (2005, p.11):

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Souza (2010) alega que a família atualmente concebida resultou de uma consequência de várias mudanças (históricas, geográficas e políticas) ocorridas no transcorrer dos séculos, sendo necessário ajustar-se a estas modificações para resistir às situações desfavoráveis. Pode ainda ser definida como “a célula mãe da sociedade” (SOUZA, 2010, p. 11), por ser responsável pela formação do indivíduo, assim como sua socialização e introjeção de valores.

De acordo com Dias (2005), a família é o primeiro agente socializados do ser humano. Portanto, o maior objetivo do Estado é preservar o organismo familiar, que tanto é uma estrutura pública como uma relação privada. Numa sociedade conservadora, os vínculos afetivos devem ser aceitos socialmente e reconhecidos juridicamente através do matrimônio, que cessando o afeto é necessário à dissolução do vínculo para garantir a dignidade da pessoa humana.

Conceituar família é uma tarefa árdua e complexa, uma vez que este instituto tem importância e significado sociais diferentes para vários povos, isto quer dizer, que o conceito de família é relativo, sendo cabível destacar ainda que os parâmetros sociais sofrem alterações conforme o momento histórico vivenciado. Devido aos novos arranjos familiares, acreditamos que na contemporaneidade é definida de modo subjetivo, cada qual com sua denominação, de acordo com seus sentimentos, crenças e valores. É necessário estudar o que as pessoas pensam a esse respeito, pois os limites da família são definidos pelos laços de afetividade e intimidade e não somente pelo parentesco por consanguinidade e pelo sistema legal que rege as relações familiares.

De forma geral, o conceito de família dependerá da cultura em que está inserido, sendo que poderá haver grandes diferenciações nos significados. Destaca-se, portanto, que não há um conceito abrangente que enquadre todas as definições, pois, para cada pessoa poderá haver um sentido diferente de acordo com suas vivências e costumes transmitidos.

Para Cavalcanti (2016), reconhecer as mudanças pelas quais a família passou, e vem passando, não requer abnegação do passado, muito menos a desconsideração da família tradicional. As novidades nos arranjos familiares refletem nada menos que as novas relações sociais, novas interações entre as pessoas, novas necessidades trazidas como novas mudanças, seja nos valores, seja nos relacionamentos

Com as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais advindas ao longo dos tempos, a sociedade passou a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades, sendo que a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes. Desta forma, o mesmo passou a ser comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. O pátrio poder que o pai exercia sobre os filhos passou a ser poder familiar e atribuído também à mãe (CAHALIL, 2003)

É também considerada a igualdade entre os cônjuges, afastando a ideia de família

patriarcal, no sentido da posição de submissão e obediência das mulheres tanto em relação aos seus maridos, como em esfera social, nas relações de trabalho e no comércio por exemplo, implicando, por conseguinte, na modificação do tratamento, dando direito das mulheres casadas serem equiparados aos dos homens. Estende-se, da mesma forma, a equidade entre os cônjuges na administração do lar (CAVALCANTI, 2016)..

O poder familiar é indisponível, irrenunciável e não passível de transação, não objetiva disputas entre os pais em relação aos filhos. A família é uma instituição com direitos e deveres, baseada em respeito mútuo de seus integrantes, os pais casados têm as mesmas responsabilidades e separados também exercerão o poder familiar. Assim, a constituição Federal extingue a desigualdade que existia no convívio paterno-filial (MAGALHÃES, 2009).

A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não modificam o poder familiar, com exceção da guarda, que representa uma pequena parcela desse poder e fica com um deles, assegurando-se ao outro o direito de visita e de fiscalização da manutenção e educação por parte do primeiro. A circunstância do filho se achar sob a guarda de um dos genitores não retira, do outro, o poder familiar. Quem perde a guarda nem por isso é destituído das competências essenciais ao poder familiar.

A separação judicial encerra a princípio as relações do casamento, ocorrendo a extinção da sociedade conjugal, porém não pressupõe a dissolução do vínculo matrimonial, proibindo os cônjuges de assumir novos vínculos, em outras palavras, somente a morte e o divórcio dissolvem o casamento.

O divórcio é a dissolução do casamento, ou seja, a separação do marido e da mulher conferindo as partes o direito de novo casamento civil e/ou religioso. Porém o divórcio só acontece quando houve o casamento de fato, ou seja, no civil. A forma legal de anular o casamento, refere-se ao segundo o art. 226 da Constituição Federal (IBGE, 2004).

No que tange ao conceito de separação o IBGE (2004, p. 07) contempla:

É a dissolução legal da sociedade conjugal, ou seja, a separação legal do marido e da mulher, desobrigando as partes de certos compromissos, como o dever de vida em comum ou coabitação, mas não permitindo direito de novo casamento civil, religioso e outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país.

O IBGE registrou no Brasil em 2011, a maior taxa de divórcios desde 1984, um crescimento de 45,6% em relação a 2010.

A separação de um casal constitui um momento de crise, muito difícil e doloroso até mesmo à própria pessoa que toma a decisão. Embora a separação seja um processo de relação a dois, é bem certo que, na grande maioria dos casos, a decisão pertença apenas a um. Mas pode tornar-se pior para aqueles que tem filhos. Com a ruptura conjugal passa a existir a família monoparental e a autoridade parental, antes exercida pelo pai e pela mãe, a partir da crise fica concentrada em um só, ficando o outro limitado ao papel secundário

de visita, alimentos e fiscalização.

Com o número de separações crescentes, surgem também os conflitos em relação à guarda de filhos de pais que não mais convivem, no caso da guarda concedida apenas um dos genitores. O rompimento atinge diretamente a vida dos filhos, porque modifica a estrutura e a organização da família. A vontade dos pais participarem da criação e da educação dos filhos, assim como estes permanecerem em comunicação direta com os pais, fez surgir a guarda compartilhada (MAGALHÃES, 2009).

A Justiça dá às mães a guarda das crianças em quase 90% dos casos. Mas o número de guardas compartilhadas vem crescendo nos últimos anos: de 2,7% em 2000 para 5,5% em 2010, segundo o IBGE.

Alguns tipos de separações judiciais podem afetar de forma distinta os filhos. A separação por mútuo consentimento, com ambas as partes entrando em um acordo, pouco prejudica a criança ou adolescente, porém a separação litigiosa, onde uma pessoa, que será a autora, imputa e mostra que houve conduta desonrosa ou algum ato que importe grave violação de deveres do casamento. Tal tipo de separação deixará consequências tanto para o casal quanto para seus filhos (ROSA, 2008).

Todo esse processo atinge diretamente a sede integral da família gerando por vezes consequências irreparáveis para os envolvidos, especialmente para aqueles que estão em processo de formação. As crianças e adolescentes advindos desta relação até então estável, são atingidas de forma violenta, haja vista a difícil aceitação do fim da relação de seus genitores.

A ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUENCIAS

A alienação parental não é um problema atual, é uma improbidade discreta disfarçada pelo sentimento de amor e dos cuidados parentais. O termo foi criado no ano de 1980 pelo Dr. Richard Gardner, o qual definiu a Alienação Parental como perturbação que acontece após a separação conjugal, que consiste em um genitor “programar” de forma consciente ou inconsciente a criança para que rejeite e odeie o outro genitor sem justificativas, objetivando o afastamento e o desenvolvimento de afetos negativos da criança para com o outro genitor, ou seja, a criança é treinada pelo pai ou pela mãe, para romper os laços afetivos pelo outro cônjuge, criando forte sentimento de ansiedade e temor em relação ao outro genitor (ROCHA, 2012).

Em 2010, surge a Lei 12.318 da alienação parental, cujo principal objetivo é de assegurar o menor sofrimento a todos os envolvidos diante de uma dissolução conjugal (separação e divórcio), em especial às crianças e adolescentes. Sob esta ótica, se faz necessário um instrumento de transformação de condutas, qual seja, a mediação, que vai trabalhar como um minimizador de conflitos entre os pais, mas principalmente, trabalhar em prol da criança e do adolescente

A Alienação Parental resulta de uma disputa judicial em que os pais usam de

estratégias, para ter a guarda definitiva da criança somente para si ou para se vingar do outro genitor. Tudo tem início com a separação judicial, seguido das disputas e seus diversos tipos, e dessa forma aparece à alienação, onde um genitor usa algum artifício de acordo com o contexto.

A Síndrome de Alienação Parental é caracterizada por um conjunto de sintomas que aparecem na criança geralmente juntos, especialmente nos tipos moderado a severo. Esses incluem: uma campanha demeritória contra o genitor alienado, racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação, falta de ambivalência, fenômeno do “pensador independente”, apoio automático ao genitor alienador no conflito parental, ausência de culpa sobre a crueldade a e/ou a exploração contra o mesmo, a presença de encenações ‘encomendadas’, propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado (GARDNER, 2002).

Carmo e Baccara (2014), destacam que um comportamento de Alienação Parental precisa ser entendido como um problema sistêmico, por envolver e entenderem que se há um alienador, há um alienado que estimulou esse processo. Todas as formas de alienação parental ferem direito fundamental da criança ao convívio saudável, assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A criminalização das formas da Síndrome da Alienação Parental no Brasil está sendo discutidas no Projeto de Lei 4053/2008, que dispõe sobre a Alienação Parental e, em 15/07/2009, teve o seu substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Eis que surge o Projeto de Lei nº 4.053/08, de autoria do Deputado Federal Régis de Oliveira (PSC/SP), que tramitou no Congresso Nacional e, após aprovado, tornou-se a Lei 12.318/20, com as normatizações que se verá abaixo.

Dispôs o art. 2º da Lei:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. G. R.; AMAZONAS, M. C. L. A. **Família: maternidade e procriação assistida**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 1, p. 11-18, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 agost..2020.

CARMO e BACCARO. **O sujeito alienador**. In: Baccara e Fetter (org). *Alienacao Parental – interlocuções entre o direito e a psicologia*. Curitiba, Maresfield Gardens, 2014.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. (Col.). As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p.7-29, 1995.

CAVALCANTI, C. de A. **Famílias pós-modernas** - a tutela constitucional à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Curitiba: Juruá, 2016. p. 32.

CAHALIL, Y. S. Constituição (Org.). Código do Processo Civil. 5.ed. São Paulo: RT, 2003.

CARELLI, K. **Novas formas de constituição de família e seus efeitos jurídicos**. 2008. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso. – Universidade do Vale de Itajaí – UNIVALI, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Karina%20Carelli.pdf>> Acesso em 25 agosto

DIAS, M. B. **Manual de Direitos das Famílias**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2010.

_____. **Manual de direitos das famílias**. 2. Ed. Ver. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1989.

GARDNER, R. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**. Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia. Disponível em: <http://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso 12 de julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Técnicas**. Estatísticas do Registro Civil. v. 3, 2004. p.7.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Registro Civil. 2011. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011355812102012584717441044.pdf>> Acesso em 22 agot. 2020, 15:10:48.

KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família brasileira, a base de tudo**. 7. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNICEF, 2005. p.11.

Lei da Alienação Parental (2010). Lei n. 12.318, de 26 de Agosto de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 05 agost.2020.

MAGALHÃES, M. V. de O. C. **Alienação parental e sua síndrome: aspectos psicológicos e jurídicos no exercício da guarda após a separação judicial**. Recife: Bagaço, 2009.

ROSA, F. N. **A síndrome de alienação parental nos casos de separações judiciais no direito civil brasileiro**. 2008. 56 f. Monografia. Curso de Direito. -- PUCRS, Porto Alegre, 2008.

ROCHA, F. M. et al. **Direito Processual Penal**. IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2012.

SOUZA, A. V. D.P. **Aspectos históricos do divórcio na instituição familiar e suas implicações**. Naviraí, 2010. p.11.

_____, A. M. de. **Síndrome da alienação parental: um novo tema nos juízos de família**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHABEL, C. **Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação.** Psicologia, teoria e prática, São Paulo, v. 7, n. 1, 2005.

WAGNER, A.; LEVANDOWSKI, C. **Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade.** Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2008.

ZENIDARCI, A. **Patologia Familiar.** Psique Ciência e Vida. São Paulo: Escala, Ano V, n. 53, 2010. p. 46.

PSYCHOLOGICAL FLEXIBILITY, EMOTIONAL SYMPTOMATOLOGY AND BURNOUT SYNDROME IN NURSES

Data de aceite: 01/11/2020

Maria Blanca Cuenca

Universidad de Jaén (España)
<https://orcid.org/0000-0001-6298-4955>

Maria Belen Garcia Martin

Universidad de La Sabana, (Bogotá, Colombia)
<https://orcid.org/0000-0001-8951-2501>

Maria Jose Calero Garcia

Universidad de Jaén (España)

ABSTRACT: Nursing is a high-risk group especially susceptible to Burnout due to direct and close contact with patients. Psychological flexibility is a key element of mental health and has beneficial effects on psychological health. Study aim was to analyse the correlation between Burnout syndrome and psychological flexibility and between Burnout dimensions and emotional symptomatology and occupational stress in nurses. A correlational-comparative study was performed with 980 registered nurses working in southern Spain. Sociodemographic variables and the Spanish version of NSS, DASS-21, MBI, AAQ-II questionnaires were used. It was observed significant negative correlations between Emotional Exhaustion, Depersonalization and psychological flexibility [$r = -.317, p < .01$; $r = -.276, p < .01$], and between Personal Accomplishment and emotional symptomatology, and between Personal Accomplishment and occupational stress. Also, a significant positive correlation

between Personal Accomplishment and psychological flexibility [$r = .131, p < .01$], between Emotional Exhaustion, Depersonalization and emotional symptomatology, and between Emotional Exhaustion, Depersonalization and occupational stress was observed. Psychological flexibility seems to explain a significant prevalence of Burnout in Spanish nurses.

KEYWORDS: Depression; Anxiety; Burnout Syndrome; Occupational Stress; Psychological Flexibility; Nurses

FLEXIBILIDADE PSICOLÓGICA, SINTOMATOLOGIA EMOCIONAL E SÍNDROME DE BURNOUT EM ENFERMEIROS

PALAVRAS - CHAVE: Depressão; Ansiedade; Síndrome de Burnout; Estresse Ocupacional; Flexibilidade psicológica; Enfermeiras

1 | INTRODUCTION

In the last forty years, Burnout syndrome has been recognized as a worldwide psychological problem that has serious consequences, not only for workers, but for the workplace. Burnout is defined as a prolonged response to chronic interpersonal and emotional stressors at workplace and refers to three dimensions: emotional exhaustion (EE), as a result of continuous interactions between workers and users; depersonalization (D), or cynical and indifferent attitudes and responses towards users, colleagues and the institution;

and low personal accomplishment (PA), or negative evaluation of workers towards themselves in relation to their work capacity (Maslach & Jackson, 1981a; Maslach et al., 2001).

Burnout especially affects workers who maintain a direct and constant healthcare relationship with users, as in the case of health professionals (Gómez & Estrella, 2015). Health workers are a high-risk group, and nurses are especially susceptible to Burnout, due to direct and close contact with patients (Pradas-Hernández et al., 2018; Adriaenssens et al., 2015).

Overwork and high levels of stress can lead to Burnout, causing job dissatisfaction and, consequently, intention to leave work (Lagerlund et al., 2015; Shoorideh et al., 2015; Gasparino, 2014).

According to literature, Burnout is associated with the presence of common mental disorders (CMDs), such as anxiety, depression and stress, which are considered risk factors (López-López et al., 2019; Ramírez-Baena et al., 2019; Colville et al., 2017; Da Silva et al., 2015). It has been shown that there is a positive correlation between Burnout and stress (Shoorideh et al., 2015; Karkar et al., 2015) and between Burnout, depression and anxiety (Ramírez-Baena et al., 2019; Vasconcelos et al., 2018; De la Fuente-Solana et al., 2017).

Depression and anxiety are considered CMDs, highly prevalent in the population and their prevalence is growing globally. High levels of depression are associated with a high risk of suicide. Worldwide, it is estimated that more than 300 million people suffer from depression, which is equivalent to 4.4% of the world population, and it is considered the third cause of years lived with disability (YLD) (WHO, 2017; GBD, 2018). Anxiety disorders represent one of the largest groups of disorders treated in psychiatry and are considered one of the ten causes of YLD, resulting in a total of 24.6 million people with YLD in 2015. High levels of anxiety have been associated with high risk of suicide, longer duration of illness and greater probability of non-response to treatment (WHO, 2017; Michael et al., 2007; Kupfer, 2015).

Globally, the growing demand of healthcare, added to a shortage of nurses, can lead to a high risk of mental disorders, such as anxiety, depression, and stress (Perry et al., 2015).

On the other hand, the most recent literature refers to psychological flexibility (PF) as a key element of mental health and it is defined as “the ability to fully contact the present moment and the thoughts and feelings it contains without needless defence and, depending upon what the situation affords, persisting or changing in behaviour in the pursuit of goals and values” (Hayes et al., 2006; p. 7). According to Hayes et al. (2006) PF includes two concepts, acceptance of experience and values-based behaviour. Psychologically flexible people cope with adverse experiences positively and do not try to avoid them, focusing their energy on fundamental values and goals (Ciarrochi et al., 2010; Hayes et al., 2006).

In recent years, scientific literature has shown beneficial effects of PF on psychological

health and the PF model appears to explain this relationship (Hayes et al., 2006). According to this model, experience avoidance (EA) is a key process in psychological disorders, and is defined as the attempt to control contact with undesirable experiences, disrupting the person's ability to achieve their goals and values. According to this concept, an open and flexible attitude towards positive or negative experiences, memories and thoughts, aimed to get proposed goals, favours the psychological well-being of the person (Hayes et al., 2004).

There is evidence that PF acts as a statistically significant mediator in the effects of negative thoughts, difficult feelings, inadequate coping mechanisms, emotional response styles, cognitive reappraisals, and perceived control (Levin et al., 2012).

Scientific evidence reveals the correlation between PF and health, concluding that the PF absence or decrease, known as psychological inflexibility (PI) is related to some types of psychopathology (Kashdan & Rottenberg, 2010). EA appears as an essential factor in psychological vulnerability that influences psychological disorders (Kashdan et al., 2006; Plumb et al., 2004). A high degree of PI could act as a risk factor for mental health (Bond et al., 2011), and is related to high levels of Burnout syndrome, psychological distress, anxiety and depression (Puolakanaho et al., 2020; Sairanen et al., 2018; White et al., 2013). People with PI high levels, when facing work stressors, act avoiding undesirable experiences and developing avoidance strategies, making more difficult the proper work ability.

Although PF has been studied in relation to stress and Burnout in other professionals, its relationship with Burnout in nurses has been scarcely researched. Considering the aforementioned, and that the published Spanish studies about PF in nurses are scarce, the first purpose of this study was to analyse the correlation between PF and the Burnout syndrome in nurses. The second purpose was to analyse the correlation between occupational stress, emotional symptomatology and Burnout in these healthcare workers.

2 | METHODS

2.1 Design

This is a correlational comparative study.

2.2 Participants and procedure

The sample consisted of 980 registered nurses from different hospital areas and from 33 community healthcare centres (urban and rural areas), who agreed to participate and fully completed the questionnaires.

This study took place in Malaga (Spain) at the Regional University Hospital, made up of two buildings, Maternal and Child Hospital, Civil Hospital and "José Estrada" Specialty Centre, and in 33 healthcare centres (urban and rural areas). The data collection took place between September 1st and December 15th 2019, after obtaining the Ethics Committee of the Provincial Investigation of Malaga authorization (May 9, 2019). The inclusion criteria

were: “registered nurse”, “having more than 6 months’ work experience as a nurse” and “performing healthcare tasks”. The exclusion criteria were: “nurse students”, “having less than 6 months’ work experience”, “not performing healthcare tasks”, “in psychiatric treatment or drug intake related to psychological or psychiatric difficulties”. Potential participants, after a verbal explanation about the study, were given written information about the study, informed consent, and questionnaires at their workplace. The questionnaires were self-administered and physically collected.

2.3 Instruments

Age and gender data were used for the sociodemographic variable’s questionnaire.

2.3.1 *Depression, anxiety and stress measuring*

The DASS-21 (Depression Anxiety Stress Scales-21) questionnaire (Fonseca et al., 2010) is a self-administered 21-item scale that assesses the presence of anxiety, depression or stress, scored as mild, moderate, or severe. The Spanish version was validated by Ruiz et al. (2017). The DASS-21 questionnaire has three subscales, Depression (items 3, 5, 10, 13, 16, 17 and 21), Anxiety (items 2, 4, 7, 9, 15, 19 and 20) and Stress (items 1, 6, 8, 11, 12, 14 and 18). These items range on a scale of 4 levels of severity, from 0 (did not occur) to 3 (occurred a lot or most of the time). Each subscale can be evaluated by adding the scores or at a general level by adding all the items. The higher the score, the higher the degree of symptomatology. The DASS-21 scale has been shown to have good psychometric properties, showing high internal consistency in general population and in clinical samples (Randall et al., 2017).

2.3.2 *Psychological flexibility levels measuring*

The Acceptance and Action Questionnaire - II (AAQ-II) (Bond et al., 2011) is a general measure of experiential avoidance and psychological inflexibility. It evaluates the ability to behave flexibly in certain stressful, problems or negative feelings. It is a self-administered 10-item questionnaire that was specifically developed to assess Acceptance Commitment Therapy results. The validation of the Spanish version of the questionnaire in Spain was carried out by Ruiz et al. (2013). It consists of 7 items that are answered using a 7-point Likert scale, ranging from “never true” to “always true”. The sum of the total score provides an indication of psychological flexibility. The higher the score, the higher the degree of experiential avoidance. The average scores of participants without clinical problems are usually around 18 and 23 points. Average scores of clinical participants are above 29 points. The AAQ is reported to be both reliable and valid in previous research (Bond & Bunce, 2003).

2.3.3 Burnout syndrome measuring

Burnout syndrome was measured using the MBI scale (Maslach & Jackson, 1981b) adapted to the Spanish population (Seisdedos, 1997). This scale consists of 22 items using a 7-point Likert scale from 0 (never) to 6 (daily). It refers to 3 dimensions: emotional exhaustion (EE) (items 1, 2, 3, 6, 8, 13, 14, 16, 20), depersonalization (D) (items 5, 10, 11, 15, 22) and personal accomplishment (PA) (items 4, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 21). High level Burnout scores are defined according to the cut-off points established for the Spanish population: > 24 for EE, > 9 for D and < 33 for PA. High scores for EE and D and low scores for PA are indicative of Burnout. MBI is reported to offer Cronbach's alpha reliability criteria between 0.90 to 0.71 and validity.

2.3.4 Occupational stress levels measuring

Occupational stress levels and exposure to stressors were measured using the NSS (Nursing Stress Scale) questionnaire developed by Gray-Toft and Anderson (1981), adapted to the Spanish population and validated by Más and Escribá (1998). It is a self-administered questionnaire with 34 items which are classified into seven factors (subscales): factor I or "death and dying" (7 items), factor II or "conflict with physicians" (5 items), factor III or "inadequate preparation" (3 items), factor IV or "lack of support" (3 items), factor V or "conflict with other nurses" (5 items), factor VI or "workload" (6 items) and factor VII or "uncertainty concerning treatment" (5 items). Each item has a four-point scale ranging from 0 (never) to 3 (very frequently). The 7 subscales mean scores were calculated by obtaining the total scores. It has high internal consistency and construct validity (Más & Escribá, 1998).

2.4 Data analysis

Descriptive and inferential statistical analyses were carried out using SPSS (Statistical Package of Social Sciences), version 25.0. Statistical significance was set at $p < .05$. Descriptive statistics such as frequency, mean value and standard deviation were used to analyse socio-demographic and psychological characteristics.

Pearson correlations were performed to determine significant differences between PF and Burnout, Burnout and emotional symptomatology (anxiety, depression and stress measured with DASS-21) and Burnout and exposure to stressors (measured by NSS). Student's *t* test was used to compare differences between Burnout dimensions and PF groups (no flexible, flexible).

2.5 Ethical Considerations

The study was approved by the Ethics Committee of Research of Malaga (May 9th, 2019), and the ethical considerations of the Declaration of Helsinki (Manzini, 2000) were complied with at all times. The data were processed in accordance with the provisions

of the Spanish Personal Data Protection Act (15/1999). In addition, the University Ethics Committee gave its approval for this study to be conducted.

3.1 RESULTS

According to the descriptive statistical analysis, the mean age of the study participants was 44.7 years (SD= 10,952), 77.4% of them (n=759) were women and 22.6% (n=221) were men. Regarding the prevalence of emotional symptomatology, the moderate-very severe levels of depression, anxiety and stress were 17.6%, 29.9% and 23.3%, respectively. According to Burnout, the high levels prevalence of EE and D was 30.2% and 50.2% respectively, and low levels prevalence of PA was 61.3%. The mean scores of EE, D and PA were 21.29 (SD=7.545), 10.17 (SD=4.044) and 29.90 (SD=6.362), respectively.

A Pearson correlation analysis was carried out to analyse the relationship between Burnout and PF; Burnout and emotional symptomatology; and Burnout and exposure to stressors.

Items	EE	D	PA
Psychological Flexibility	-.317**	-.276**	.131**
DASS-21D	.428**	.358**	-.208**
DASS-21A	.454**	.360**	-.220**
DASS-21E	.565**	.433**	-.247**
DASS-21T	.552**	.422**	-.263**
NSS-1	.379**	.323**	-.092**
NSS-2	.462**	.403**	-.236**
NSS-3	.391**	.395**	-.250**
NSS-4	.419**	.385**	-.273**
NSS-5	.469**	.375**	-.265**
NSS-6	.563**	.397**	-.234**
NSS-7	.450**	.406**	-.246**
NSS-T	.577**	.470**	-.278**

Table 1. Pearson correlation coefficients between Burnout syndrome and psychological flexibility; Burnout syndrome and emotional symptomatology; Burnout syndrome and exposure to stressors.

EE=Emotional Exhaustion; D=Depersonalization; PA=Personal Accomplishment; **p< .01

According to Table 1, statistically significant and negative correlations of high and moderate magnitude have been found between EE, D dimensions and PF ($r = -.317$, $p < .01$; $r = -.276$, $p < .01$) and statistically significant and positive correlations of mild magnitude

between PA dimension and PF ($r = .131, p < .01$). Statistically significant and positive correlations of high magnitude between EE dimension and DASS-21D ($r = .428, p < .01$), DASS-21A ($r = .454, p < .01$), DASS-21E ($r = .565, p < .01$) and DASS-21T ($r = .552, p < .01$) variables were found. Similarly, statistically significant and positive correlations of high magnitude between D dimension and DASS-21D ($r = .358, p < .01$), DASS-21A ($r = .360, p < .01$), DASS-21E ($r = .433, p < .01$) and DASS-21T ($r = .422, p < .01$) variables were observed. On the other hand, statistically significant and negative correlations of moderate magnitude between the PA dimension and DASS-21D ($r = -.208, p < .01$), DASS-21A ($r = -.220, p < .01$), DASS-21E ($r = -.247, p < .01$) and DASS-21T ($r = -.263, p < .01$) variables were found.

On the other hand, statistically significant and positive correlations of high magnitude between the EE dimension and occupational stress and each stressor, specifically NSS-1 ($r = .379, p < .01$), NSS-2 ($r = .462, p < .01$), NSS-3 ($r = .391, p < .01$), NSS-4 ($r = .419, p < .01$), NSS-5 ($r = .469, p < .01$), NSS-6 ($r = .563, p < .01$), NSS-7 ($r = .450, p < .01$), NSS-T ($r = .577, p < .01$) variables were found. Likewise, statistically significant and positive correlations of high magnitude between D dimension and NSS-1 ($r = .323, p < .01$), NSS-2 ($r = .403, p < .01$), NSS-3 ($r = .395, p < .01$), NSS-4 ($r = .385, p < .01$), NSS-5 ($r = .375, p < .01$), NSS-6 ($r = .397, p < .01$), NSS-7 ($r = .406, p < .01$), NSS-T ($r = .470, p < .01$) variables were observed. Similarly, statistically significant and negative correlations of mild and moderate magnitude between the PA dimension and NSS-1 ($r = -.092, p < .01$), NSS-2 ($r = -.236, p < .01$), NSS-3 ($r = -.250, p < .01$), NSS-4 ($r = -.273, p < .01$), NSS-5 ($r = -.265, p < .01$), NSS-6 ($r = -.234, p < .01$), NSS-7 ($r = -.246, p < .01$), NSS-T ($r = -.278, p < .01$) variables were also confirmed (Table 1).

The next analysis to be performed was Student's t test for independent samples to compare differences in Burnout dimensions between "PF" groups (no flexible, flexible).

Variable	Group	N (Percentage)	Mean (SD)	t	p value	95% CI
EE	No flexible	167(17.04%)	26.57 (7.899)	9.663	.000	[5.067, 7.663]
	Flexible	813(82.96%)	20.21 (6.997)			
	Total	980(100%)				
D	No flexible	167(17.04%)	12.63 (4.007)	8.754	.000	[2.295, 3.629]
	Flexible	813(82.96%)	9.67 (3.864)			
	Total	980(100%)				
PA	No flexible	167(17.04%)	28.06 (5.821)	-4.128	.000	[-3.204, -1.222]
	Flexible	813(82.96%)	30.27 (6.406)			
	Total	980(100%)				

Table 2. Student's t-test differences in Burnout syndrome between the "psychological flexibility" groups

EE=Emotional Exhaustion; D=Depersonalization; PA=Personal Accomplishment; CI= Confidence

It was observed that the “no flexible” group scores were significantly higher than the “flexible” group at EE (26.57 ± 7.899 vs 20.21 ± 6.997) and D (12.63 ± 4.007 vs 9.67 ± 3.864) dimensions and significantly lower at PA dimension (28.06 ± 5.821 vs 30.27 ± 6.406) (Table 2).

4 | DISCUSSION

This study confirms statistically significant and negative correlations between “emotional exhaustion” and “depersonalization” dimensions and psychological flexibility, and statistically significant and positive correlations between “personal accomplishment” dimension and psychological flexibility. This indicates that the higher the PF level, the lower the EE and D levels and the higher the PA level in nurses. According to the Student’s *t* test, the “psychologically flexible” nurses reported lower EE and D levels, and a higher PA level than the “psychologically no flexible” nurses. These results support other studies conducted in other countries about PF and Burnout. Vilardaga et al. (2011) observed that EA was positively related to Burnout, in a sample of addiction counsellors in the U.S.A. In the longitudinal study by Puolakanaho et al. (2020), Burnout, stress and psychological symptomatology levels of Finish professionals decreased after an intervention program to improve PF levels. Similar results were observed in the Lloyd et al. (2013) study with UK employees from a government department. The results of the current study support other studies about the negative correlation between PF and psychological distress (depression, anxiety and stress) in other countries (Fledderus et al., 2013; Masuda et al., 2014; White et al., 2013; Masuda & Tully, 2012). Scientific evidence shows that PF has a great influence and acts as a mediator in the development of psychological distress and Burnout, protecting individuals from developing other psychological disorders (Sairanen et al., 2018; Swash et al., 2017; Lloyd et al., 2013; Masuda et al., 2011). Therefore, PF is considered a protective factor of mental health and EA a robust predictor of psychological symptomatology such as anxiety, depression, stress, and Burnout. (Sairanen et al., 2018; Bryan et al., 2015).

In this study, the prevalence of EE and D high levels and PA low level was 30.2%, 50.2% and 61.3%, respectively, results which are similar to other Spanish studies (Portero de la Cruz et al., 2020; Ríos-Rísquez & García-Izquierdo, 2016). The EE, D and PA mean scores were 21.29 (SD = 7.545), 10.17 (SD = 4.044) and 29.90 (SD = 6.362), results in line with other Spanish studies (Cañadas-De la Fuente et al., 2015; Ramírez-Baena et al., 2019; Navarro-González et al., 2015). These results must be taken into account by Administration, since Burnout syndrome is a significant predictor of physical, psychological and occupational consequences (Salvagioni et al., 2017; Khamisa et al., 2016; Karkar et al., 2015) and affects

patient safety as it is related to a reduction of the quality of nurse healthcare, an increase of patient falls, mistakes in administration of medication and decision-making, and an increase of infections (Nantsupawat A. et al., 2016; Hall et al., 2016; Chana, et al., 2015).

Another purpose of this study was to analyse the possible associations between Burnout, emotional symptoms and work stress. Statistically significant and positive correlations of high magnitude between EE and D dimensions and emotional symptomatology was observed, as well as statistically significant and negative correlations of moderate magnitude between PA dimension and the same variables. This indicates that the higher the levels of emotional symptomatology, the higher the EE and D levels, and the lower the PA levels. These results are in line with other Spanish studies (Ramírez-Baena et al., 2019) and with previous studies in other countries (Vasconcelos et al., 2018; Da Silva et al., 2015).

On the other hand, statistically significant and positive correlations of high magnitude between EE and D dimensions and occupational stress have also been observed, as well as statistically significant and negative correlations of mild and moderate magnitude between PA dimension and occupational stress. This indicates that, the higher the work stress level, the higher the EE and D levels, and the lower the PA level. These results support the López-López et al. (2019) metaanalysis, as well as other previous studies developed in other countries (De Looff et al., 2018; Karkar et al., 2015; Chana et al., 2015).

In conclusion, this study confirms that Andalusian Health Service nurses, working in different work areas face high levels of stress, depression and anxiety, which can lead to a high level of Burnout. PF seems to explain a significant prevalence of Burnout in Spanish nurses. It should be considered that the results from this study indicate that this research line is of great importance in the health system context, taking into account the high prevalence of Burnout in nursing staff, and that it could explain the variability of Burnout in nurses regardless of occupational and psychological variables. These findings are especially relevant considering the scarcity of research on PF in nursing staff. Future research with longitudinal studies on the association between PF and Burnout in nurses would be recommended, aimed at multilevel research, comparing different work areas and countries.

Conflicts of interests

None

Funding resources

No external funding.

Acknowledgement

The authors of this paper wish to acknowledge the contributions of all nurses who participated in this study, as well as the head nurses from healthcare centres and from every hospital department.

Strengths and limitations

Some limitations must be taken into account. First, the sample used was not

randomized. Second, this study relied only on self-administered measures, which can generate potential bias, as participants may overestimate or underestimate their Burnout levels. Third, the data was collected at a specific point in time.

This study has important strengths. This was the first study focused on investigating how PF can influence Burnout levels in Spanish nurses. Furthermore, it was a study conducted with a wide sample of nurses in different hospital work areas and in 33 health centres, both in rural and urban areas, which provides a realistic panorama.

REFERENCES

- Adriaenssens J., De Gucht V., & Maes, S. (2015). Determinants and prevalence of burnout in emergency nurses: A systematic review of 25 years of research. *International Journal of Nursing Studies*, 52(2), 649-661. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2014.11.004>
- Bond, F. W., & Bunce, D. (2003). The role of acceptance and job control in mental health, job satisfaction, and work performance. *Journal of Applied Psychology*, 88, 1057-1067 doi: 10.1037/0021-9010.88.6.1057
- Bond, F. W., Hayes, S. C., Baer, R. A., Carpenter, K. M., Guenole, N., Orcutt, H. K., Waltz, T., & Zettle, R. D. (2011). Preliminary psychometric properties of the Acceptance and Action Questionnaire – II: A revised measure of psychological inflexibility and experiential avoidance. *Behavioural Therapy*, 42,676-688
- Bryan C., Ray-Sannerud B., & Heron E. (2015). Psychological flexibility as a dimension of resilience for posttraumatic stress, depression, and risk for suicidal ideation among Air Force personnel. *Journal of Contextual Behavioural Science*, 4 (4), 263-268 <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcbs.2015.10.002>
- Cañadas-De la Fuente, G. A., Vargas, C., San Luis, C., García, I., Cañadas, G. R., & De la Fuente, E. I. (2015). Risk factors and prevalence of burnout syndrome in the nursing profession. *International journal of nursing studies*, 52(1), 240-249. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2014.07.001>
- Chana, N., Kennedy, P., & Chessell, Z. J. (2015). Nursing staffs' emotional well-being and caring behaviours. *Journal of clinical nursing*, 24(19-20), 2835-2848. <https://doi.org/10.1111/jocn.12891>
- Ciarrochi, J., Billich, L., & Godsell, C. (2010). Psychological flexibility as a mechanism of change in acceptance and commitment therapy. In R. Baer (Ed.), *Assessing mindfulness and acceptance processes in clients: Illuminating the theory and practice of change* (pp. 51e75). Oakland, CA: Context Press/New Harbinger Publications.
- Colville, G. A., Smith, J. G., Brierley, J., Citron, K., Nguru, N. M., Shaunak, P. D., Tam, O., & Perkins-Porras, L. (2017). Coping with Staff Burnout and Work-Related Posttraumatic Stress in Intensive Care. *Paediatric critical care medicine: a journal of the Society of Critical Care Medicine and the World Federation of Paediatric Intensive and Critical Care Societies*, 18(7), e267–e273. <https://doi.org/10.1097/PCC.0000000000001179>
- Da Silva, J. L., Soares, R., Costa, F., Ramos, D., Lima, F. B., & Teixeira, L. R. (2015). Psychosocial factors and prevalence of burnout syndrome among nursing workers in intensive care units. *Revista Brasileira de terapia intensiva*, 27(2), 125-133. <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20150023>

De la Fuente-Solana, E. I., Gómez-Urquiza, J. L., Cañadas, G. R., Albendín-García, L., Ortega-Campos, E., & Cañadas-De la Fuente, G. A. (2017). Burnout and its relationship with personality factors in oncology nurses. *European journal of oncology nursing: the official journal of European Oncology Nursing Society*, 30, 91-96. <https://doi.org/10.1016/j.ejon.2017.08.004>

De Looff, P., Nijman, H., Didden, R., & Embregts, P. (2018). Burnout symptoms in forensic psychiatric nurses and their associations with personality, emotional intelligence, and client aggression: A cross sectional study. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 8, 506–516.

Fledderus M., Bohlmeijer E., Fox J. P., Schreurs K. M. G., & Spinhoven P. (2013). The role of psychological flexibility in a self-help acceptance and commitment therapy intervention for psychological distress in a randomized controlled trial. *Behaviour Research and Therapy*, 51(3),142-51 <http://dx.doi.org/10.1016/j.brat.2012.11.007>

Fonseca, P. E., Paino, M., Lemos-Giraldez, S., & Muñiz, P. (2010). Psychometric properties of the Depression Anxiety and Stress Scales-21 (DASS-21) in Spanish college students [Propiedades Psicométricas de la Depression, Anxiety and Stress Scale-21 (DASS-21) en universitarios españoles]. *Ansiedad y Depresión*, 16, 215-226.

Gasparino, R. N. (2014). Burnout syndrome in the nursing team of a teaching hospital. *Cogitare de Enfermagem*, 19(2), 210-216.

GBD 2017. Disease and Injury Incidence and Prevalence Collaborators. (2018). Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 354 diseases and injuries for 195 countries and territories, 1990-2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. *The Lancet*. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32279-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32279-7)

Gómez, L., & Estrella, D. (2015). Síndrome de Burnout: Una revisión breve. *Ciencia Humanismo Salud*, 2, 116-122.

Gray-Toft, P., & Anderson, J. G. (1981). The Nursing Stress Scale: Development of an instrument. *Journal of Behavioural Assessment*, 3, 11–23 <https://doi.org/10.1007/BF01321348>

Hall, L. H., Johnson, J., Watt, I., Tsipa, A., & O'Connor, D. B. (2016). Healthcare Staff Wellbeing, Burnout, and Patient Safety: A Systematic Review. *PLoS one*, 11(7), e0159015. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0159015>

Hayes S.C., Luoma J., Bond F., Masuda A., & Lillis J. (2006). Acceptance and Commitment Therapy: model, processes, and outcomes. *Behaviour Research and Therapy*, 44, 1–25.

Hayes, S. C., Strosahl, K., Wilson, K. G., Bissett, R. C., Pistorello, J., Toarmino, D., Polusny, M., Dykstra, E., Batten, S., Bergan, J., Stewart, S., Zvolensky, M., Eifert, G., Bond, F., Forsyth, J., Karekla, M., & Mccurry, S. (2004). Measuring experiential avoidance: A preliminary test of a working model. *Psychological Record*, 54, 553-578.

Karkar, A., Dammang, M. L., & Bouhaha, B. M. (2015). Stress and burnout among haemodialysis nurses: a single-centre, prospective survey study. *Saudi journal of kidney diseases and transplantation: an official publication of the Saudi Centre for Organ Transplantation, Saudi Arabia*, 26(1), 12–18. <https://doi.org/10.4103/1319-2442.148712>

Kashdan, T. B., Barrios, V., Forsyth, J. P., & Steger, M. F. (2006). Experiential avoidance as a generalized psychological vulnerability: Comparisons with coping and emotion regulation strategies.

Kashdan, T. B., & Rottenberg J. (2010). Psychological flexibility as a fundamental aspect of health. *Clinical Psychology Review*, 30(4), 865–878 doi: 10.1016/j.cpr.2010.03.001

Khamisa, N., Peltzer, K., Ilic, D., & Oldenburg, B. (2016). Work related stress, burnout, job satisfaction and general health of nurses: A follow-up study. *International Journal of Nursing Practice*, 22(6), 538-545. doi:10.1111/ijn.12455

Kupfer D. J. (2015). Anxiety and DSM-5. *Dialogues in clinical neuroscience*, 17(3), 245–246.

Lagerlund, M., Sharp, L., Lindqvist, R., Runesdotter, S., & Tishelman, C. (2015). Intention to leave the workplace among nurses working with cancer patients in acute care hospitals in Sweden. *European Journal of Oncology Nursing*, 19(6), 629–637. <https://doi.org/10.1016/j.ejon.2015.03.011>

Levin M., Hildebrandt M., Lillis J., & Hayes S. (2012). The Impact of Treatment Components Suggested by the Psychological Flexibility Model: A Meta-Analysis of Laboratory-Based Component Studies. *Behaviour Therapy*, 43(4), 741-756 doi: 10.1016/j.beth.2012.05.003

Lloyd, J., Bond, F. W., & Flaxman, P. E. (2013). The value of psychological flexibility: Examining psychological mechanisms underpinning a cognitive behavioural therapy intervention for burnout. *Work & Stress: An International Journal of Work, Health & Organisations*, 27(2), 181–199. <https://doi.org/10.1080/02678373.2013.782157>.

López-López, I. M., Gómez-Urquiza, J. L., Cañadas, G. R., De la Fuente, E. I., Albenidín-García, L., & Cañadas-De la Fuente, G. A. (2019). Prevalence of burnout in mental health nurses and related factors: a systematic review and meta-analysis. *International journal of mental health nursing*, 28(5), 1032-1041. <https://doi.org/10.1111/inm.12606>

Más R., & Escribà V. (1988). La versión castellana de la escala «The Nursing Stress Scale». Proceso de adaptación transcultural. *Revista Española de Salud Pública*, 72, 529-538

Maslach, C., & Jackson, S. E. (1981a). The measurement of experienced burnout. *Journal of Occupational Behaviour*, 2, 99-113. <https://doi.org/10.1002/job.4030020205>

Maslach, C., & Jackson, S.E. (1981b). MBI: Maslach Burnout Inventory. Manual, 1st ed.; *Consulting Psychologists Press: Palo Alto, CA, USA*

Maslach, C., Schaufeli, W., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual Review of Psychology*, 52, 397-422.

Masuda, A., Anderson, P. L., Wendell, J. W., Chou Y.Y, Price, M., & Feinstein A. B. (2011). Psychological flexibility mediates the relation between self-concealment and negative psychological outcomes. *Personality Individual Differences*, 50, 243-247 <https://doi.org/10.1016/j.paid.2010.09.037>

Masuda A., & Tully E. C. (2012). The role of mindfulness and psychological flexibility in somatization, depression, anxiety, and general psychological distress in a nonclinical college sample. *Journal of Evidence-Based Complementary & Alternative Medicine*, 17, 66–71. <http://dx.doi.org/10.1177/2156587211423400>

Masuda, A., Mandavia, A., & Tully, E. (2014). The role of psychological inflexibility and mindfulness in somatization, depression, and anxiety among Asian Americans in the United States. *Asian American*

Michael, T., Zetsche, U., & Margraf, J. (2007). Epidemiology of anxiety disorders. *Psychiatry*, 6 (4), 136-142 doi: 10.1016/j.mppsy.2007.01.007

Nantsupawat, A., Nantsupawat, R., Kunaviktikul, W., Turale, S., & Poghosyan, L. (2016). Nurse Burnout, Nurse-Reported Quality of Care, and Patient Outcomes in Thai Hospitals. *Journal of nursing scholarship: an official publication of Sigma Theta Tau International Honour Society of Nursing*, 48(1), 83–90. <https://doi.org/10.1111/jnu.12187>

Navarro-González D., Ayechu-Díaz A., & Huarte-Labiano I. (2015). Prevalencia del síndrome del burnout y factores asociados a dicho síndrome en los profesionales sanitarios de Atención Primaria. *Semergen*, 41 (4), 191-198 doi: 10.1016/j.semerng.2014.03.008

Perry, L., Lamont, S., Brunero, S., Gallagher, R., & Duffield, C. (2015). The mental health of nurses in acute teaching hospital settings: a cross-sectional survey. *BMC Nursing*, 14, 15 doi: 10.1186/s12912-015-0068-8

Plumb, J. C., Orsillo, S. M., & Luterek, J. A. (2004). A preliminary test of the role of experiential avoidance in post-event functioning. *Journal of Behaviour Therapy and Experimental Psychiatry*, 35, 245-257 doi: 10.1016/j.jbtep.2004.04.011

Portero de la Cruz, S., Cebrino, J., Herruzo, J., & Vaquero-Abellán, M. (2020). A Multicentre Study into Burnout, Perceived Stress, Job Satisfaction, Coping Strategies, and General Health among Emergency Department Nursing Staff. *Journal of Clinical Medicine*, 9, 1007. doi:10.3390/jcm9041007

Pradas-Hernández, L., Ariza, T., Gómez-Urquiza, J., Albendín-García, L., De la Fuente, E., & Cañadas-De la Fuente, G. (2018). Prevalence of burnout in paediatric nurses: A systematic review and meta-analysis. *PLoS ONE*, 13 (4) doi: 10.1371/journal.pone.0195039

Puolakanaho, A., Tolvanen, A., Kinnunen, S., & Lappalainen, R. (2020). A psychological flexibility -based intervention for Burnout: A randomized controlled trial. *Journal of Contextual Behavioural Science*, 15, 52-67 doi: 10.1016/j.jcbs.2019.11.007

Ramírez-Baena, L., Ortega-Campos, E., Gómez-Urquiza, J., Cañadas-De la Fuente, G., De la Fuente-Solana, E., & Cañadas-De la Fuente, G. (2019). A Multicentre Study of Burnout Prevalence and Related Psychological Variables in Medical Area Hospital Nurses. *Journal of Clinical Medicine*, 8 (1), 92 doi: 10.3390/jcm8010092

Randall, D., Thomas, M., Whiting, D., & McGrath, A. (2017). Depression Anxiety Stress Scales (DASS-21): Factor Structure in Traumatic Brain Injury Rehabilitation. *Journal of Head Trauma Rehabilitation*, 32(2), 134–144 doi: 10.1097/HTR.0000000000000250

Ruiz, F. J., García-Martín, M. B., Suárez-Falcón, J. C., & Odriozola-González, P. (2017). The hierarchical factor structure of the Spanish version of Depression Anxiety and Stress Scale - 21. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 17, 97-105

Ruiz, F. J., Langer-Herrera, A. I., Luciano, C., & Cangas, A. J. (2013). Measuring experiential avoidance and psychological inflexibility: The Spanish version of the Acceptance and Action Questionnaire – II. *Psicothema*, 25(1), 123-129 doi: 10.7334/psicothema2011.239

Ríos-Rísquez, M., & García-Izquierdo, M. (2016). Patient satisfaction, stress and burnout in nursing

personnel in emergency departments: A cross-sectional study. *International Journal of Nursing Studies*, 59, 60-67 doi: 10.1016/j.ijnurstu.2016.02.008

Sairanen, E., Lappalainen, P., & Hiltunen, A. (2018). Psychological inflexibility explains distress in parents whose children have chronic conditions. *PLoS ONE* 13(7): e0201155 <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0201155>

Salvagioni, D., Melanda, F.N., Mesas, A. E., González, A. D., Gabani, F. L., & Andrade, S. M. (2017). Physical, psychological and occupational consequences of job burnout: A systematic review of prospective studies. *PloS one*, 12(10), e0185781. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0185781>

Seisdedos, N. (1997). MBI. Inventario Burnout de Maslach: Manual, 1st ed.; TEA Ediciones: Madrid, Spain

Shoorideh, F. A., Ashktorab, T., Yaghmaei, F., & Alavi Majd, H. (2015). Relationship between ICU nurses' moral distress with burnout and anticipated turnover. *Nursing ethics*, 22(1), 64–76. <https://doi.org/10.1177/0969733014534874>

Swash B., Bramwell R., & Hulbert-Williams N. (2017). Unmet psychosocial supportive care needs and psychological distress in haematological cancer survivors: The moderating role of psychological flexibility. *Journal of Contextual Behavioural Science*, 6 (2), 187-194 doi: 10.1016/j.jcbs.2017.02.005

Vasconcelos, E. M., Martino, M., & França, S. (2018). Burnout and depressive symptoms in intensive care nurses: relationship analysis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 135–141. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0019>

Vilardaga, R., Luoma, J. B., Hayes, S. C., Pistorello, J., Levin, M. E., Hildebrandt, M. J., & Bond, F. (2011). Burnout among the addiction counselling workforce: The differential roles of mindfulness and values-based processes and worksite factors. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 40(4), 323–335. <https://doi.org/10.1016/j.jsat.2010.11.015>

White, R., Gumley, A., McTaggart, J., Rattrie, L., McConville, D., Cleare, S., & Mitchell, G. (2013). Depression and anxiety following psychosis: Associations with mindfulness and psychological flexibility. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 41 (1), 34-51 doi: 10.1017/S1352465812000239

WHO (2017). Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates. Geneva: World Health Organization. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

CAPÍTULO 15

ALEGRIA COMO RECURSO DE ENFRENTAMENTO (EUCOPING): REFLEXÕES À PARTIR DA PSICONEUROENDOCRINOLOGIA

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 29/09/2020

Sigmar Malvezzi

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/9251332435399660>

Larissa Silva

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

Núcleo Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (FEA/USP)
São Paulo- SP

<http://lattes.cnpq.br/9624754529568448>

Cláudia Lopes da Silva

Núcleo Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (FEA/USP)
São Paulo- SP

<http://lattes.cnpq.br/3021435668589491>

Esdras Guerreiro Vasconcellos

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/5193928720629315>

Fátima Ferreira Bortoletti

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

São Paulo- SP

<http://lattes.cnpq.br/9847807706966502>

Ana Cristina Limongi-França

Universidade de São Paulo – FEA
Núcleo Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (FEA/USP)

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/1863386276344238>

RESUMO: Nossa rotina diária é permeada por fatores *stressores* que demandam constante ativação de recursos de enfrentamento em circunstâncias adversas. A escolha de recursos efetivos desencadeia o processo de *eucoping*, caso contrário teremos o *distress* e possibilidades de adoecimento. *Eucoping* é fundamental na prevenção do *distress*. A Síndrome de Burnout se instala à partir do *distress* laboral crônico e falha dos recursos de *eucoping*. O processo de *distress* é permeado por sofrimento e consequente liberação hormonal comprometendo a saúde física e mental. O objetivo desse trabalho é uma reflexão crítica acerca dos efeitos da Alegria como recurso de enfrentamento (*Eucoping*) frente ao *stress* laboral visando resgate e promoção da saúde mental do trabalhador. Realizamos um estudo analítico conceitual do Protocolo Assistencial de Burnout, como embasamento para reflexão entre os recursos técnicos utilizados e a promoção do bem-estar. Nossa reflexão transitou pelos conceitos de *Stress*, *Síndrome de Burnout*, Alegria, *Eucoping* sob a ótica da Psiconeuroendocrinologia. Os instrumentos técnicos preconizados pelo Protocolo Assistencial de *Burnout* desenvolvem recursos efetivos de *Eucoping* frente às situações de *Distress*, promovendo sentimentos de Alegria, desencadeando liberação de hormônios

relacionados ao bem estar e qualidade de vida, fortalecendo o sistema imunológico. Construímos reflexões e hipóteses relacionados ao *Stress*, *Eucoping*, *Burnout* e Alegria. Nossa reflexão concluiu que pode haver compatibilidade do Protocolo Assistencial de *Burnout* e a promoção do bem-estar e Alegria.

PALAVRAS - CHAVE: *Burnout*; *Stress*; Alegria; Qualidade de vida; Bem-estar.

JOY AS COPING RESOURCE (EUCOPING): REFLECTIONS FROM PSYCHONEUROENDOCRINOLOGY

ABSTRACT: Our daily routine is permeated by stressors that demand constant activation of coping resources in adverse circumstances. The choice of effective resources triggers the eucoping process, otherwise we will have distress and possibilities of illness. Eucoping is fundamental in preventing distress. Burnout Syndrome occurs from chronic labor distress and failure of eucoping resources. The distress process is permeated by suffering and consequent hormonal release, compromising physical and mental health. The objective of this work is a critical reflection on the effects of Joy as a coping resource (Eucoping) in the face of work stress aiming at rescue and promotion of workers' mental health. We carried out a conceptual analytical study of the Burnout Assistance Protocol, as a basis for reflection between the technical resources used and the promotion of well-being. Our reflection went through the concepts of Stress, Burnout Syndrome, Joy and Eucoping from the perspective of Psychoneuroendocrinology. The technical instruments recommended by the Burnout Assistance Protocol develop effective Eucoping resources in the face of distress situations, promoting feelings of joy, triggering the release of hormones related to well-being and quality of life, strengthening the immune system. We build reflections and hypotheses related to Stress, Eucoping, Burnout and Joy. Our reflection concluded that should be compatibility between the Burnout Assistance Protocol and the promotion of well-being and joy.

KEYWORDS: Burnout; Stress; Joy; Quality of life; Well being.

1 | INTRODUÇÃO

O stress faz parte da vida de todos os seres vivos cotidianamente, porém, a forma como nós percebemos e reagimos às situações adversas irá propiciar circunstâncias favoráveis ao bem-estar ou desencadear doenças físicas e mentais relativas ao sofrimento e mal-estar. No ambiente de trabalho não é diferente, diante das dificuldades laborais encontramos profissionais que superam o impacto do *stress* enquanto outros adoecem, podendo chegar ao limite e desenvolver, por exemplo, a Síndrome de *Burnout*.

Buscar maneiras efetivas de enfrentamento às adversidades laborais são recursos preventivos ao adoecimento. Estudos recentes têm explorado as emoções relacionadas aos sintomas e diagnósticos do esgotamento físico e mental, Síndrome de *Burnout*. A literatura científica tem importantes lacunas em estudos que abordam a Alegria, uma emoção positiva, vinculada a prevenção de burnout e a promoção de bem-estar dos profissionais no ambiente de trabalho. Razão pela qual se justifica a escolha desse tema

para reflexão.

Nesse trabalho utilizaremos o Protocolo Assistencial de *Burnout* (BORTOLETTI, 2017), que é um instrumento que prioriza a abordagem psicoterápica no desenvolvimento de *Eu coping* diante das adversidades da vida, oferecendo recursos que desencadeiam a liberação de hormônios que promovem o prazer e a Alegria. À partir das práticas psicoterápicas propostas pelo Protocolo, é possível associar a o bem-estar com as emoções positivas, seria a alegria uma delas?

Nos propusemos a refletir sobre Alegria como recurso de enfrentamento (*Eu coping*) para situações de stress e também propor técnicas que auxiliem o desenvolvimento de uma vida mais alegre no ambiente de trabalho.

2 | OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é uma reflexão crítica acerca dos efeitos da Alegria como recurso de enfrentamento (*Eu coping*) frente ao *stress* laboral visando resgate, promoção e prevenção da saúde mental do trabalhador.

3 | MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A metodologia é baseada no estudo analítico conceitual do Protocolo Assistencial de *Burnout* (BORTOLETTI, 2017), como embasamento para reflexão entre os recursos técnicos utilizados e a promoção do bem-estar.

O protocolo assistencial de *Burnout* foi elaborado à partir de uma pesquisa realizada para investigar os fatores desencadeadores de *Burnout* em médicos em uma universidade pública do Estado de São Paulo – Brasil. BORTOLETTI, 2012a, 2017).

Conforme a figura 1, os recursos preconizados pelo Protocolo envolvem intervenções personalizadas nas diversas áreas, envolvendo ações psicológicas, neurológicas e endocrinológicas, conforme se apresenta no modelo abaixo:

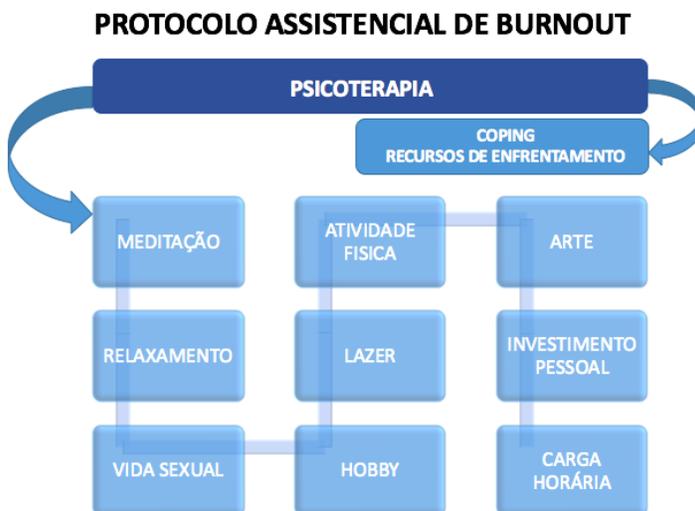


Figura 1- Protocolo Assistencial de Burnout.

Fonte: Bortoletti (2017)

Como é possível observar, na Figura 1. o Protocolo preconiza o recurso psicoterápico objetivando desenvolvimento de atitudes de *Eucoping* frente aos estímulos distressores; associado a recursos de meditação, relaxamento, atividades físicas e artísticas, desenvolvimento de um hobby, investimento pessoal intelectual, administração da carga horária e atividade sexual satisfatória.

4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O Stress e a Psiconeuroendocrinologia

LIPP (2004) descreve que o *stress* pode ser considerado um estado de tensão que causa uma ruptura no equilíbrio interno do organismo. O conceito de Stress e suas fases foi desenvolvido por Hans Seley e nos anos trinta, conforme relatam FRANÇA & RODRIGUES (2009). De uma maneira geral, o corpo humano funciona em sintonia com todos os órgãos, o coração bate no ritmo adequado, assim os pulmões, pâncreas, estômago também tem seu próprio ritmo. Diante de um evento estressor, se o indivíduo interpretar a situação como um estado de tensão, pode ocorrer aceleração do batimento cardíaco, dor no estômago, insônia, entre outros sintomas causando um desequilíbrio.

Vasconcellos (2017) apresenta um modelo psiconeuroendocrinológico do *stress* como característica principal do *stress* saudável, o *eustress*.

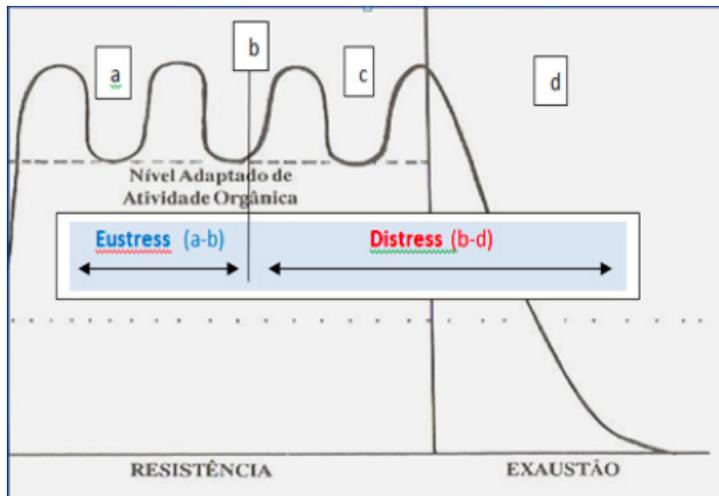


Figura 2 – Modelo psiconeuroendocrinológico do stress.

Fonte: Vasconcellos (2017)

Após a fase de excitação, o organismo consegue voltar aos níveis basais, quando o organismo não consegue voltar ao estado normal, ele adapta-se aos níveis elevados de stress e daí emerge a síndrome de adaptação local. Os sintomas físicos desaparecem e nessa circunstância se instala o stress e suas consequências lesivas ao organismo, *à partir desse momento inicia a fase de exaustão*.

Diante da situação distressora Vasconcellos (2017) considera que quando o indivíduo elege *Eucopings* efetivos ocorre a retomada da homeostase. Quando isso não ocorre, ou seja, o recurso utilizado é um *Discoping*, o indivíduo pode adoecer.

Para compreendermos melhor esse processo, observe a figura 2 abaixo:

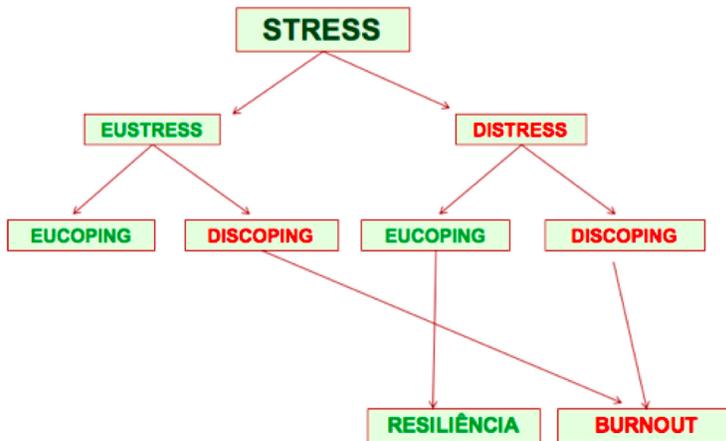


Figura 3 – Stress, Coping, Burnout, Resiliência.

Fonte: Vasconcellos (2017)

1. Diante de uma situação distressora se ocorre um *Eucoping* o indivíduo pode retomar a homeostase.
2. Diante de uma situação distressora se ele desenvolve um *Discoping* pode adoecer.
3. Diante de uma situação de Eustress se houver um *Eucoping* o indivíduo pode retomar a homeostase.
4. Diante de uma situação de Eustress se houver *Discoping* ele pode adoecer.

4.2 A Síndrome de Burnout

As pesquisas sobre a síndrome de *Burnout* tem avançado nas últimas décadas, desde maio de 2019 durante uma Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) a Síndrome de *Burnout*, também conhecida como “Síndrome do Esgotamento Profissional” será incluída na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) prevista para entrar em vigor em 2022 como um fenômeno ocupacional e apresenta a seguinte definição:

Burnout é uma síndrome conceituada como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso tendo por característica três dimensões: sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho; e redução da eficácia profissional. (OMS, 2019)

De acordo com Freudenberger 1972 (apud Vasconcellos, 2017), a Síndrome de *Burnout* foi definida como um estado de fadiga ou frustração produzido pela dedicação a uma causa com a qual esperava-se obter resultados positivos, que entra em conflito diante de uma realidade que não corresponde à expectativa. A síndrome pode ser desencadeada por fatores institucionais e pessoais, podendo gerar repercussões físicas, psíquicas, sociais, profissionais e jurídicas.

Os sintomas do *Burnout* podem ser resultados de um esforço pouco adaptativo e realista, provocando a exaustão em decorrência da negligência das próprias necessidades em prol da plena dedicação ao trabalho (MORENO; HERRER; HERNANDEZ, 2007). À partir desse enfoque é possível verificar que essa exaustão sofre interferência interna e externa, ou seja, tanto das características individuais quanto do ambiente de trabalho.

São considerados desencadeantes individuais: pessoas idealistas, altamente motivadas, identificados com trabalho, empáticos, com altas expectativas, responsáveis e perfeccionistas.

Os desencadeantes organizacionais são: relações interpessoais, carga horária excessiva, ambiente de trabalho insalubre, tipo de atividade, sobrecarga de trabalho, falta de suporte organizacional, pressão, falta de autonomia, entre outros. (BORTOLETTI, 2017)

As repercussões do *Burnout* afetam várias esferas da vida do indivíduo. Na esfera psíquica o indivíduo sente-se acabado, sem energia para o trabalho refletindo em outras áreas, desmotivado para viver. Exibe aumento da agressividade e irritabilidade; queda da autoestima; compromete a vida social desencadeando um isolamento social progressivo; afeta a vida familiar dificultando a comunicação e aumentando as chances de divórcio; estados depressivos, entre outros. Como o *Burnout* é decorrente do stress, na esfera física podem ocorrer as doenças adquiridas como disfunções sexuais, diabetes, cardiopatias, hipertensão, gastrites, doenças musculares, cefaleias, entre outras. Na esfera institucional observa-se queda da produtividade e qualidade do trabalho, aumento do absenteísmo e acidentes de trabalho, causando prejuízo financeiro à instituição. Na esfera profissional observa-se piora nas relações interpessoais, impressão de falta de aptidão, queda da autoconfiança e sentimento de incompetência, sensação de desamparo, percepção negativa da instituição, queda da realização pelo trabalho, risco de aparecimento de erros com consequente vulnerabilidade a processos jurídicos (BORTOLETTI, 2012b).

De uma forma sucinta podemos afirmar que o *Burnout* é decorrente da falha na busca de um *Eucoping* diante da situação distressante.

4.3 A Alegria

Podemos descrever a Alegria a partir de textos encontrados na literatura que permeiam a compreensão em seus aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais.

Segundo Edgard Morin (2013) o homem é um sujeito singular mas contém a trindade humana (indivíduo, sociedade e espécie). Ele está potencialmente destinado a

sentir o amor, a tristeza, o ciúmes, a raiva, a alegria, enfim emoções que são partilhadas. Afirma ainda o autor que tudo que é humano comporta a afetividade, inclusive na racionalidade, possibilitando ao homem, ser capaz de se expressar criativamente em diversas performances seja na música, no teatro ou na dança, justifica-se assim afirmar que o primeiro capital humano é a cultura.

O ser humano é social, ou seja, ele vive para si e também para o outro dialogicamente. Às vezes se revela um sujeito engraçado, no mundo real ou no mundo imaginário, na busca de se comunicar de forma afetiva e cordial com o outro, gerando bem estar e alegria a sua volta. No entanto, não podemos deixar de mencionar que embora o homem seja um ser social, ele vive o dilema humano: ser um indivíduo mais aberto às relações interpessoais, a sua necessidade de pertencimento, aos seus desejos e expectativas e paralelamente ser fechado no seu egocentrismo e sua singularidade (MORIN, 2015).

A alegria é confundida no senso comum com prazer. Convém esclarecer que o prazer está relacionado aos cinco sentidos, como por exemplo, a sensação ao degustar uma taça de um bom vinho ou sentir uma sensação prazerosa ao ouvir uma música que lhe toca o coração. Além disso, os prazeres são percebíveis e momentâneos.

O que seria então a alegria? No livro “Felicidade, foi-se embora?” Betto et al (2002) define alegria como um afeto que nos causa bem estar momentâneo, como por exemplo, quando reencontramos uma pessoa querida ou quando somos reconhecidos por uma conquista merecida por vencer um desafio profissional.

Dito de outra forma, quando um profissional enfrenta a frustração por não ter seu nome citado numa premiação ele provavelmente sentirá tristeza, se tal emoção se estender por mais tempo, ela pode se transformar e evoluir para um estado depressivo.

Os poetas Tom Jobim e Vinicius de Moraes diferenciam a felicidade da tristeza em um magnífico poema, que diz: “Tristeza não tem fim, felicidade sim “. A tristeza infinita denota a fragilidade humana frente à imprevisibilidade da vida cotidiana que entre dor, lágrimas e intenso sofrimento reforçam a resiliência humana a cada novo drama vivido.

Constatamos também que qualquer indivíduo, na sua condição humana singular e complexa, vivencia afetos ambíguos sentidos diante de alguns sonhos, desejos e expectativas que ora o faz sorrir ora o faz chorar. Ou seja, vivencia emoções opostas: ora alegria ora tristeza.

Tom Jobim, compositor brasileiro, internacionalmente reconhecido traz na sua belíssima música *Wave* um refrão que diz “É impossível ser feliz sozinho”, parafraseando o poeta podemos afirmar que é impossível estar alegre sozinho, a medida em que entendemos que a alegria deve ser compartilhada .

O tema Alegria é pouco discorrido na Filosofia, porém com mais frequência na Religião, onde a presença de Deus ou do Espírito Santo são motivos geradores de alegria plena. O apóstolo São Paulo vai dizer que onde está o espírito, está a alegria.

4.4 Alegria e Eu coping

O humor é compreendido na expressão genuína do riso, da gargalhada ou na expressão facial de alegria como uma estratégia de buscar: à proximidade entre as pessoas; a redução da distância entre níveis hierárquicos; descontração e alívio decretado diante de uma situação tensa entre outras possibilidades. O humor pode possibilitar também um *Eu coping* visando expressar críticas ou indicações de forma velada e socialmente mais aceita no ambiente colaborativo resultando numa sensação de bem-estar e animosidade entre os envolvidos quando a estratégia é assertiva.

Podemos citar a alegria, como um exemplo de *eu coping*, uma atitude que promova a alegria no dia a dia pode minimizar o *stresse*. O fundador da Associação Doutores da Alegria, Nogueira (2015), ao afirmar que “um bom antídoto contra o mau humor e, conseqüentemente, para ter alegria é você aprender a respirar e tentar rir de si mesmo”, sinaliza os efeitos importantes da alegria no enfrentamento do *distress*.

Na mesma linha de raciocínio Dalgalarondo (2008) também afirma que alegria pertence ao reino das sensações corporais positivas e os sentimentos da esfera da alegria são euforia, contentamento, satisfação, confiança, gratificação, esperança, expectativa, etc. Sendo assim, o cultivo das emoções positivas fortalece o sistema imunológico e confere às pessoas maior resistência às enfermidades.

Para Damásio (1996), a “*palavra emoção em geral traz à mente uma das assim chamadas emoções primárias ou universais: alegria, tristeza, medo, raiva, surpresa ou repugnância*”. Sendo a alegria é uma emoção primária, uma forma de expressão do humor entre suas múltiplas expressões, ela que pode ser utilizada como um promissor recurso psicossocial frente ao *stress*, ou seja, a alegria pode ser utilizada como um *Eu coping*.

Alguns indivíduos são mais pessimistas, tendem a se achar sem sorte, negativos e impotentes. Outros tendem a ser mais otimistas diante de uma dificuldade buscando formas de enfrentá-la e se fortalecerem. As ideias negativas promovem emoções desagradáveis e favorecem um desequilíbrio interno, quando o indivíduo tem pensamentos pessimistas pode entrar num processo de angústia, ansiedade, tensão, depressão, entre outros. Já as ideias otimistas fazem com que o indivíduo se sinta mais motivado, favorecendo o desenvolvimento e crescimento pessoal.

Seligman (1990), argumenta que ser otimista não se reduz a ter pensamentos positivos, e sim ao modo como a pessoa pensa sobre as causas de eventos ruins. A interpretação que o indivíduo faz de uma determinada situação é construída à partir da sua história de vida, sua cultura, relacionamentos, experiências gerando suas crenças. Dessa forma, diante de uma situação, as crenças do indivíduo desencadeiam pensamentos automáticos, positivos ou negativos, que podem gerar uma emoção e ela por sua vez pode desencadear o *Eustress* ou *Distress*.

A experiência emocional varia de pessoa para pessoa, sendo assim, a Alegria é

vivenciada de forma singular porque cada um busca onde terá prazer. Quando o indivíduo ressignifica a situação estressora ele pode desenvolver alegria e ter como benefício bem-estar e melhor desempenho profissional.

4.5 Interrelação da Alegria e Neurociência

De acordo com a neurociência, durante muito tempo o Sistema Nervoso Central e Sistema Imunológico eram considerados entidades distintas, sem influência entre eles, mas nas últimas décadas foi descoberto que existe sim. A correlação entre as emoções e as doenças tem sido explorada nas últimas décadas e estes avanços revelaram diversas conexões entre os sistemas neuroendócrino, neurológico e o sistema imunológico e, dessa forma, entre emoções e doenças. Muitos estudos também têm demonstrado que uma variedade de estressores físicos e psicossociais podem alterar a resposta imune através dessas conexões (MARQUES-DEAK; STEMBERG, 2004).

Nascimento e Quinta (1998) afirmam que o estado emocional do indivíduo interfere na sua vulnerabilidade às doenças, como também pode dificultar a recuperação devido à mútua interação que existe entre o Sistema Nervoso Central e o Sistema Imunológico. Segundo esses autores existem hormônios relacionados à Doença e à Saúde. Os hormônios das doenças são emoções e sentimentos negativos que atordoam a criatura do seu dia-a-dia: maldade, egoísmo, depressão, ódio, angústia, intolerância, raiva, tristeza, pessimismo, ganância, ciúme, rancor, ansiedade, má alimentação, insatisfação geral, vida sexual insatisfatória. E, os hormônios da Saúde são emoções e sentimentos positivos que desencadeiam o bem-estar. São emoções positivas autênticas: o amor e a alegria.

Berk, Tan e Berk (2008) realizaram uma pesquisa intitulada de *Cortisol and Catecholamine stress hormone decrease is associated with the behavior of perceptual anticipation of mirthful laughter* e descobriu que a antecipação do riso reduziu os níveis de três hormônios do estresse. Cortisol (denominado “o hormônio do estresse”), epinefrina (também conhecida como adrenalina) e dopac, um catabólito da dopamina. Como os níveis elevados de hormônio do estresse liberados cronicamente podem enfraquecer o sistema imunológico, essas descobertas neuroendócrinas têm implicações na modulação imunológica benéficas na redução do estresse para o bem-estar e prevenção.

A serotonina é o neurotransmissor responsável pela transmissão de impulsos nervosos e age como mensageira de bons e maus sentimentos. A serotonina atua no cérebro e em outros sistemas do corpo e proporciona a sensação de bem-estar e seu desregulamento pode gerar transtornos (DAMASIO, 1996). Dessa forma, quando o indivíduo tem a alegria, ele produz substâncias no organismo como endorfina, serotonina, dopamina e oxitocina, essas substâncias geram bem-estar e podem ser recursos de *Eucoping*.

Berk (2001) descreve alguns efeitos fisiológicos do humor, dentre eles:

Funcionamento mental: o riso melhora o funcionamento mental, aumentando os níveis de catecolaminas no organismo.

Hormônios do *stress*: Em resposta ao stress, o organismo aumenta a secreção de hormônios e é visto como um tipo de “*Eustress*”, estresse saudável.

Sistema imunológico: Vários estudos fornecem evidência do benefício fisiológico do riso para redução de stress e também para estimulação do sistema imunológico.

5 | RESULTADOS E ANÁLISES

Através dos recursos preconizados pelo Protocolo Assistencial de *Burnout* o indivíduo pode desenvolver atitudes de *Eu coping* frente às situações de Distress fortalecendo seu sistema imunológico. A meditação é um instrumento que auxilia no acesso aos recursos internos através do estado alterado de consciência; o relaxamento promove o equilíbrio das funções corpóreas; a atividade sexual satisfatória promove a liberação de hormônios que causam prazer, aumentando o desempenho nas atividades diárias; a atividade física personalizada promove a liberação de endorfina; o lazer promove alegria e motivação; o *hobby* é o trabalho escolhido pelo prazer; a atividade artística estimula a criatividade favorecendo prazer e alegria; o investimento pessoal intelectual é um alimento para repor o esvaziamento causando bem estar; e, administrar a carga horária é o caminho para uma atividade laboral produtiva sem desgaste excessivo.

6 | CONCLUSÕES

Inspirados pela contribuição dos conceitos teóricos dos autores aqui citados construímos reflexões e hipóteses relacionados ao *Stress*, *Eu coping*, *Burnout* e Alegria .

Concluímos que quando há um aumento da autoestima, o indivíduo tem mais prazer, inspiração, inteligência e capacidade de resolução de problemas que melhora o bem-estar e o desempenho profissional naturalmente.

À partir das nossas reflexões sobre o tema é possível compreender que o uso do Protocolo Assistencial de *Burnout* pode colaborar para promoção do bem-estar e Alegria e da prevenção do *Burnout*.

Sugerimos dar prosseguimento com um estudo experimental para comprovar tal hipótese. Até o momento existem poucos estudos sobre o tema, no entanto, entendemos que promover estudos e pesquisas para explorar as emoções, em especial a Alegria, como estratégia de *Eu coping*, e dessa forma, subsidiar as organizações e seus líderes a repensar e reinventar projetos e políticas organizacionais que promovam a Qualidade de Vida no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BERK, L.; TAN, S.A.; BERK, D. **Cortisol and Catecholamine stress hormone decrease is associated with the behavior of perceptual anticipation of mirthful laughter.** *Faseb Journal*, 2008, Vol.22.
- BERK, R. A. The active ingredients in humor: psychophysiological benefits and risks for older adults. *Educational gerontology*, 2001.
- BETTO, F.; BOFF, L.; CORTELLA, M.S. **Felicidade foi-se embora?** Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.
- BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BORTOLETTI, F.F. et al. Triggering risk factors of the Burnout Syndrome in Ob/Gyn physicians from a reference public University of Brazil. *Internacional Scholarly Research Network. ISRN Obstetrics and Gynecology*, 2012a. Article ID 593876 doi: 10.5402/2012/593876
- BORTOLETTI, F.F. Fatores desencadeadores da Síndrome de Burnout em Obstetras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo – Brasil, 2012b.
- BORTOLETTI, F.F.; VASCONCELLOS, E.G.; SEBASTIANI, R.W. A síndrome de Burnout: quando o cuidador adoece. Uma abordagem neuropsicoendocrinológica. In: Angerami VA, editor. E a psicologia entrou no hospital ... Editora Artesã, Belo Horizonte, 2017.
- BORTOLETTI, F.F.; VASCONCELLOS, E.G.; SEBASTIANI, R.W. Burnout em profissionais que laboram em Obstetrícia. Uma visão psiconeuroendocrinológica. Book of proceedings. V Congresso Ibero-Americano e Luso -Brasileiro de Psicologia da Saúde – University of Algarve. 2019.
- DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** Porto Alegre, Porto Alegre : Artmed, 2008.
- DAMASIO, A. R. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano.** Companhia das Letras, São Paulo, 1996
- FRANÇA, A.C. L. e RODRIGUES, A.L. **Stress & Trabalho: uma abordagem psicossomática.** São Paulo: Editora Atlas, 2009
- LIPP, M. E. N. **O stress está dentro de você.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARQUES-DEAK, A. ; STEMBERG, E. **Psiconeuroimunologia: a relação entre o sistema nervoso central e o sistema imunológico.** *Rev Bras Psiquiatr.* 2004.
- MORNENO- JEMÉNEZ, B.; HERRER, M.G.; HERNANDEZ, E.G. **Burnout: Sofrimento psíquico dos profissionais que atuam em Obstetrícia.** In: Bortoletti FF, Moron AF, Bortoletti Filho J, Nakamura UM, Mattar R, Santana RM. *Psicologia na prática obstétrica – Uma abordagem Interdisciplinar.* São Paulo: Editora Manole, 2007.
- MORIN, E. **O método cinco: A humanidade da humanidade- A Identidade Humana.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- MORIN, E. **Ensinar a viver: Manifesto para mudar a educação.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

NASCIMENTO, E.; QUINTA, E.M. **Terapia do Riso**. 4ed. São Paulo: Editora Arbra, 1998.

NOGUEIRA, W. in Masetti, M. **The Ethics of Joy in the Hospital Context**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Síndrome de Burnout**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/sindrome-de-burnout-e-detalhada-em-classificacao-internacional-da-oms/>> Acesso em: 20 jun. 2019.

SELIGMAN, M. E. P. **Aprenda a ser otimista: como mudar sua mente e sua vida**. Rio de Janeiro: EDITORA SCHWARCZ S.A, 1990.

VASCONCELLOS, E.G. **Stress, Coping, Burnout, Resiliência: Troncos da mesma raiz**. In: Silva Jr N, Zangari W. (organizadores) *Psicologia Social e a questão do hífen*. Editora Bluher, 2017: 20,285-294.

CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Data de aceite: 01/11/2020

Nayara Freire Bezerra Maruno
UNILEÃO – Juazeiro do Norte/CE.

Marcus Cézar de Borba Belmino
UNILEÃO – Juazeiro do Norte/CE.

RESUMO: O presente trabalho visa entender como a Psicologia Social se coloca junto aos processos de fortalecimento e enfrentamento das desigualdades estruturais e contradições sociais dos países latino-americanos. Para tanto, realiza-se um resgate histórico breve dos contextos de surgimento e estabelecimento do capitalismo, dos processos de colonização e de alguns aspectos particulares sucedidos nessa região, discutindo as consequências desses processos nos níveis macrossociais e subjetivos dos indivíduos. Questões como estas, extrapolam conjunturas isoladas na economia, política e sociedade amplificando debates amplos e inquietantes questionamentos, dentre eles, como a racionalidade e a subjetividade moderna relacionam-se com a lógica neoliberal hegemônica? Há consequências e especificidades para estes processos na América Latina? Há um lugar possível à Psicologia Social diante desses enfrentamentos? Este trabalho, constitui-se numa revisão bibliográfica de caráter exploratório, com utilização de artigos e algumas bibliografias específicas, trazidas com a finalidade de produzir discussões e problematizações mais ricas e abrangentes. O trabalho pretende

problematizar o modelo econômico hegemônico e as implicações advindas dos processos seculares de sua estruturação. Para além, espera-se avistar soluções possíveis, voltadas aos contextos e realidades latino-americanos, dentro de uma lógica contra-hegemônica, orientada à cooperação, sustentabilidade e solidariedade.

PALAVRAS - CHAVE: Psicologia Social. Neoliberalismo. América- Latina. Subjetividade. Cooperação.

ABSTRACT: This paper aims to understand how Social Psychology places itself along the processes of strengthening and coping with structural inequalities and social contradictions of Latin American countries. In order to do so, a brief historical rescue of the contexts of the emergence and establishment of capitalism, the processes of colonization, and some particular aspects of this region is discussed, discussing the consequences of these processes at the macro-social and subjective levels of individuals. Questions such as these extrapolate isolated conjunctures in the economy, politics and society amplifying broad debates and disturbing questions, among them, how rationality and modern subjectivity are related to hegemonic neoliberal logic? Are there consequences and specificities for these processes in Latin America? Is there a possible place for Social Psychology in the face of these confrontations? This work constitutes a bibliographic review of an exploratory character, using articles and some specific bibliographies, brought with the purpose of producing richer and more comprehensive discussions and

problematizations. The work intends to problematize the hegemonic economic model and the implications of the secular processes of its structuring. In addition, it is hoped to see possible solutions, focused on Latin American contexts and realities, within a logic oriented to cooperation, sustainability and solidarity.

KEYWORDS: Social Psychology. Neoliberalism. Latin America. Subjectivity. Cooperation.

1 | INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas em diversos campos do conhecimento vêm, atualmente, buscando problematizar e discutir o modelo preponderante de desenvolvimento econômico mundial, o capitalismo, que dita a lógica de funcionamento aos quais se encontra sujeita a grande maioria da população mundial. Os efeitos da lógica desenvolvimentista que acompanha seu movimento mais moderno, o neoliberalismo, podem ser muitos deles devastadores, especialmente na economia, sociedade e natureza dos países que serviram como colônias de exploração e alimentação do sistema capitalista desde a sua gênese.

A situação torna-se mais crítica em se tratando de um contexto latino-americano. Um histórico de exploração, submissão e opressão - historicamente mal contada - é responsável por grande parte dos sofrimentos hoje enfrentados por estas nações. Desigualdades sociais abissais e concentração de renda, contribuem hoje para um quadro de violência generalizada, que denuncia imensas contradições sociais e instabilidades políticas e econômicas.

Estudiosos contemporâneos das mais diversas áreas das ciências sociais, políticas, econômicas, ecológicas e humanas, incluindo a psicologia, como por exemplo, Ignacio Martín-Baró, Marcus Cezar Belmino, Alberto Acosta, Fernando Luis González Rey, Afrânio Mendes Catani, Pierre Dardot, Christian Laval, dentre outros, buscam atender ao chamado implícito de compreensão do que Martins (2011, p. 11) refere como o desafio de “captar o movimento da crescente articulação entre o global e as particularidades regionais, nacionais e locais”, vislumbrando lógicas contra-hegemônicas que possam “iluminar a intervenção social e política para tornar possível imprimir na realidade o selo de nossos desejos”. Destacam-se nesse rol de autores supracitados, aqueles de origem latino-americana, os quais protagonizam algumas das discussões que dizem respeito à formação histórico-cultural de seus povos e os efeitos catastróficos de um “desenvolvimento” imposto e aos quais retornaremos oportunamente.

Um estudo psicológico que se propõe a alcançar e conceber com maior abrangência o indivíduo, necessita compreender tanto os processos que compõe a sua história, quanto sua realidade mais atual e cotidiana, inclusive conhecendo aspectos que constituem suas sociedades e como estas se inserem no mundo.

As variações dos processos de dominação capital e suas imposições forjam na modernidade, para além do fator econômico, um novo *status quo* e uma subjetividade

característica. Dardot e Laval (2016, n.p.¹), definem um dos pontos cruciais da particularidade neoliberal como estando “na relação entre as instituições e a ação individual”, construindo através das estratégias de concorrência e situações de mercado, o que chamam de “racionalidade neoliberal”. Os autores ressaltam a importância de entender a dinâmica de fatores imbricados no processo de funcionamento neoliberal e sua suposta eficiência, desnaturalizando a hegemonia da norma econômica como única possibilidade de equilíbrio geral.

Apesar de questões como estas apresentarem-se como conjunturas isoladas, elas extrapolam questões gerais, como política, economia, ecologia e sociedade, amplificando profundos debates, como por exemplo, a subjetivação deste homem, estruturado e submetido hoje, a um contexto neoliberal complexo. Quais implicações subjetivas advêm de uma racionalidade, ao mesmo tempo, geradora e descendente de um funcionamento neoliberal? Como esta racionalidade está de tal forma, impregnada e entranhada no modo de pensar, fazer e viver dos indivíduos e coletividades? Quais as especificidades e consequências desses processos para a América-Latina?

O presente trabalho tem por objetivo compreender o discurso e o lugar da Psicologia Social Crítica no fortalecimento dos processos de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas estruturais nos países latino-americanos, especialmente no Brasil. Inicialmente, busca resgatar alguns aspectos históricos pertinentes ao contexto de colonização e exploração a que foi submetida a região latino-americana, compreendendo mais profundamente a realidade atual dessas populações em um contexto global neoliberal. Num segundo momento, pretende-se discutir a subjetividade e a racionalidade modernas forjadas nessas vivências, para, por fim, entender de que maneira a Psicologia produzida na América-Latina compreende seu panorama atual, podendo fortalecer e estimular soluções alternativas de caráter contra-hegemônico, que se distanciam da lógica socioeconômica neoliberal predominante.

A Psicologia Social abre-se então, como vertente de problematizações abrangentes e de amplas discussões, que não se abstém das problemáticas latino-americanas e dos processos de enfrentamento mais representativos e importantes. As discussões realizadas nesse trabalho pretendem contribuir com os estudos na área, buscando compreender o papel da psicologia ao reinventar-se para a América Latina, tornando-se participativa nos processos reais de suas sociedades e indivíduos. Inclui na pauta de discussões, as possibilidades efetivas de construção de formas renovadas de se pensar as economias e as sociedades latino-americanas, a partir de vivências mais comunitárias e compartilhadas, pautadas na solidariedade e sustentabilidade.

A pesquisa torna-se pertinente no meio acadêmico, não por ser inédita ou rara em sua constituição temática isolada, mas porque possui algo de inabitual na reunião de seus

¹ Texto retirado de e-book não paginado. Manteve-se o padrão de citação n.p. (não paginado), já que a ABNT ainda não possui normatização específica para textos não paginados de e-book.

temas. Propõe-se abordar alguns aspectos - históricos, econômicos e políticos - e relacioná-los criticamente ao modo de vida e entendimento subjetivo do homem atual, ao mesmo tempo, vítima dos processos de opressão e exclusão, mas inserido e coparticipativo no voraz processo de produção neoliberal. Para além, o trabalho contribui na busca por avistar soluções possíveis e ajustadas aos contextos e realidades latino-americanas, dentro de uma lógica mais voltada à cooperação, sustentabilidade e solidariedade, uma necessidade primordial e urgente na contemporaneidade à qual discutiremos adiante.

As questões sociais e de sustentabilidade são ainda de relevo pessoal e interesse profundo, desde o início da graduação em Psicologia e mesmo anteriormente, sendo aprofundada e direcionada agora aos estudos da Psicologia Social, não somente por percepção da elevada importância e crucialidade, mas também por identificação afetiva e compatibilidade com princípios e vivências comunitárias e cooperativas. Há uma enorme produção de sentido na experiência de pesquisa que se inicia, geradora de identificações com as quais mobilizo grande parte da minha energia e motivação de vida.

A pesquisa bibliográfica teve caráter qualitativo e exploratório. Foram realizados levantamentos bibliográficos no Google Acadêmico e no portal BVS, tendo acesso às bases de dados LILACS e Scielo. Os descritores utilizados foram: psicologia social, psicologia da libertação e neoliberalismo. Os critérios empregados para a seleção do material, foram a atualidade das pesquisas e local de origem, dando preferência a produções e autores latino-americanos. A versatilidade dos temas abordados no presente artigo, junto ao propósito de motivar discussões mais ricas e abrangentes suscitou o uso de bibliografia específica, particularmente nas discussões que interrelacionam sustentabilidade, ecologia, política e economia. Para tanto, buscou-se apoio em preciosos arcabouços teóricos de reconhecidos autores e pesquisadores citados anteriormente (BARÓ, 2017; BELMINO, 2017; ACOSTA, 2016; DARDOT E LAVAL, 2016; GONZÁLEZ REY, 2003; CATANI, 2003).

2 | RESGATE HISTÓRICO

2.1 Breve Esboço do Capitalismo

Pretende-se realizar um esboço do capitalismo que se atenha minimamente em fases fixas, já que as demais referências deste trabalho, tendem a defini-lo sob variadas perspectivas, com olhares e nomenclaturas próprias. Entretanto, será respeitada uma linha do tempo implícita de seu princípio (com os movimentos iniciais de acumulação capital), período médio (onde atinge maior complexidade de processos e capacidade de acumulação) e fase mais contemporânea (integração econômica global).

O contexto de nascimento do capitalismo contemporiza vários movimentos ideológicos e perspectivas políticas e socioeconômicas, como vertentes fisiocráticas, nacionalistas, socialistas e liberalistas no século XIX, advindos do Iluminismo (FERNANDES, 2018). Ele

origina-se na Europa, em meio à efervescência das ideias liberais e a partir da dissolução gradual, complexa e prolongada, de uma forma precedente de sociedade de classes em regime feudal (escravocrata ou regime de servidão). Define-se basicamente como sendo, uma prática com finalidade econômica e de caráter acumulativo, seja financeiro, seja dos meios materiais que possibilitam essa concentração. O trabalho, nesse regime, passa a funcionar socialmente, por divisões e com uso de meios privados. Dentre os aspectos mais controversos e comumente referidos acerca do capitalismo, destaca-se sua gestação, um processo referido como longo e intrincado, envolvendo notórias mudanças no quadro político e social da época (CATANI, 2003).

De forma sucinta e primitiva, o capitalismo mesclava-se nas formas de produção mais primordiais que incluíam a troca e pela origem do dinheiro como mediador dessas permutas. Empreendeu gradualmente, a transformação da força de trabalho em mercadoria negociada por dinheiro, a expansão capital e a apropriação e concentração burguesa através da produção de *mais-valia*. Nessa miscelânea, os movimentos alternavam-se de forma difusa, e o capitalista, apesar de já mantido pela classe trabalhadora, ainda não possuía a centralização total. O operário-artesão valia-se ainda de alguma autonomia, mesmo que frágil (CATANI, 2003).

O capitalismo executa então, um duplo e longo movimento: o de liquidação de artesãos e camponeses (impossibilitados de concorrer com o ritmo de produção das fábricas) e sua transformação e incorporação gradual à massa proletária, assalariada e consumidora dos produtos finais. Catani (2003), refere que, a oferta aumentada de mão-de-obra, em união com a menor necessidade de trabalhadores, força a inserção destes num regime que lhe supra minimamente a vida e implica sua aceitação dos regimes de trabalho impostos, principalmente antes do surgimento das regulamentações mínimas e leis trabalhistas. O autor completa, dizendo que após transformar trabalho em mercadoria e consumi-lo, a essência da acumulação e geração de riquezas do regime capitalista, consiste basicamente em trabalho excedente, ao que enfatiza dizendo

para que o conjunto de classe operária produza sua força de trabalho é necessário que ela esteja viva, isto é, que se alimente, durma, se agasalhe e se reproduza. Sem isso, não poderia voltar diariamente aos latifúndios e às fábricas do capital, para lá vender a sua força de trabalho [...], esse valor é pago no salário, que deve dar apenas para o estritamente indispensável: a sobrevivência e o mínimo de educação necessários ao futuro trabalhador. [...]. A razão do círculo vicioso está na *mais-valia* [...] (CATANI, 2003, p.29).

Na Revolução Industrial, o capitalismo alcança enorme crescimento. Através da acumulação primitiva de capital, a mecanização e transformação dos processos de produção tornam-se possíveis, gerando a centralização do trabalho em fábricas de produções massivas. Se por um lado a industrialização trouxe a renovação e o fortalecimento do capitalismo, com aumento da produção, elevação do nível técnico e poder de geração

material, para Dardot e Laval (2016) a exploração concentrada que separa o proletariado dos autênticos burgueses, promoveu o esfacelamento do campesinato e do artesanato, trazendo inseguranças, instabilidades, privando a propriedade, urbanizando e modificando a existência de uma massa de trabalhadores. As implicações subjetivas e sociais dessas modificações estruturais serão melhor discutidas adiante.

Desenha-se então, o que Catani (2003, p.48) refere como “capitalismo tardio”, em que o estabelecimento familiar, agrário ou comercial é sucumbido por poderosas empresas mobilizadoras de ações; o financiamento próprio e o capital familiar cedem paulatinamente ao poderio dos impérios bancários, generalizando a estrutura de créditos; a dominação do mercado pelos vorazes monopólios e oligopólios, materializam o caráter lucrativo e competitivo impulsionador do capitalismo, estruturando uma nova forma de concorrência.

Catani (2003, p 49), infere que nessa fase denominada capitalismo imperialista, observa-se uma concorrência mais combativa, para além dos preços dos artigos produzidos. A concorrência aqui se faz pelo uso ostensivo da publicidade, proteções e influências políticas, práticas de boicote entre empresas, intocáveis acordos de abaixamento de preços, chegando à fusão de monopólios (geralmente na forma de absorção por empresas de maior porte). Importante destacar também, o surgimento de um fenômeno, referido pelo autor como “neonacionalismo”, ou em outras palavras a “configuração de interesses estruturados de caráter capitalista, determinando todo ele os enérgicos confrontos armados característicos dessa fase: as guerras na Europa e no mundo”.

Para Dardot e Laval (2016, n.p.), o liberalismo desde sua gênese traz um delineamento controverso e enigmático. Eles reconhecem seu caráter problemático como algo presente desde a origem. Mencionam ainda, que durante o século XIX, emergem daí questões cruciais para o racionalismo liberal como “o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado”.

Especificamente para o liberalismo econômico, o indivíduo torna-se o elemento central da economia, podendo concorrer livremente com os demais e com liberdade sobre suas propriedades. O papel do Estado, se limitaria a fazer cumprir as leis do combate econômico. Através da expansão progressiva da produção, acreditava-se o enriquecimento seria extensivo à toda a população, por um equilíbrio espontâneo: a “mão invisível” de Adam Smith, referindo-se à autorregulação de mercado que orientaria a economia (CATANI, 2003, p. 53). Gerações posteriores de estudiosos, dentre eles Karl Marx, confrontando as consequência advindas desses jogos sequiosos, destituiriam Smith de seu sonho bucólico.

Se para grande parte dos economistas e estudiosos da época, os ciclos de crises do capitalismo tenderiam a ser superados dentro do próprio mecanismo de mercado - entre depressões e expansões econômicas - para Marx (1974), categórico em seus estudos, as contradições e situações sociais conflitantes advindas das relações de mercado, eram consequências da concentração de capital e do fim da livre concorrência, prevendo ainda, que nessa pirâmide econômica, a tendência seria um cume (capital centrado), totalmente

apartado de sua base (proletariado e força de trabalho) à qual continuamente cresceria, depauperada, bem como as desigualdades de renda e diferenças de classe.

A chamada crise do liberalismo antecede a Primeira Guerra Mundial e estende-se no período entreguerras, aprofundando-se com o crescimento dos movimentos que buscavam reformas sociais e que ganha terreno em várias nações industrializadas. Dardot e Laval (2016, n.p.) afirmam mesmo que “a tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou”.

2.2 Algumas Implicações para América Latina e Brasil

Iniciadas ainda no século XVI, sob organização de portugueses e espanhóis, as navegações marítimas incorporaram terras americanas em seus domínios comerciais com o mundo. A estruturação do capitalismo inicia-se por parte do mundo Norte na América Latina, como um processo com vistas a ser “instrumento de acumulação primitiva de capital” (CATANI, 2003, P. 63-64). O capitalismo aqui, recria os trabalhos servis e a escravidão, organizando uma forma de economia colonial que baseava-se em conquistar, colonizar e explorar, ampliando a geração de riquezas e complementando a economia metropolitana. O resgate histórico do capitalismo imposto à América Latina, acaba sempre por rememorar um contexto complexo de colonização forçada, extrativismo severo de nossas Naturezas, demérito à cultura e conhecimento dos povos nativos, dentre outras violências (ACOSTA, 2016).

Estas metrópoles, sedes de um surgente sistema econômico de acumulação, basearam e especializaram suas ações na manufatura e comercialização a partir dos bens naturais explorados. Os processo de exploração consistiam de mecanismos específicos, que incluem a apropriação dos excedentes produzidos nas colônias e comercializados internacionalmente, a tomada dos lucros gerados por elas (quase integralmente) e o estabelecimento de mercados coloniais para escoamento da produção das metrópoles. Estas, por sua vez, possuíam a exclusividade na compra, adquirindo produtos coloniais pelo menor preço possível. Seus produtos, entretanto, eram vendidos na colônia por preços exorbitantes, onde foram instituídas também, tributações com severa fiscalização sobre algumas atividades, por exemplo a mineração (CATANI, 2003).

Simultaneamente, estabeleceu-se o tráfico negreiro, que se apresentou como possibilidade de alavancar os lucros, tanto pela exploração do trabalho compulsório e não-assalariado de negros e indígenas, quanto pela comercialização e exportação de vidas humanas negras, trazidas do continente africano. Também os colonos aqui estabelecidos, tornaram-se latifundiários com rendas consideráveis. Todos esses processos de apropriação, exploração e controle retiraram da colônia - vista somente como mola de propulsão da economia metropolitana - qualquer possibilidade de crescimento econômico autônomo (CATANI, 2003).

Ainda hoje, essas regiões de exploração exportam sua Natureza sem critérios sustentáveis que permitam inferir minimamente os prejuízos e riscos de esgotamento ambiental, transferindo massas imensas de riqueza natural e recursos primários próprios que servem à produção, desenvolvimento industrial e enriquecimento capital de países específicos. Essas práticas são perpetuadas e abalizadas hoje, pela autoridade e hegemonia do poder econômico, político e científico (ACOSTA, 2016).

Através do discurso científico, servo do avanço tecnológico irrefreado, legitima-se a manutenção dessas relações de exploração, deturpadamente ditas “sustentáveis” de recursos ditos “renováveis”. Acosta (2016, P.50), contesta algumas dessas deturpações tidas como “verdades científicas” trazendo o exemplo da extração de minérios, como metais, e de petróleo, atividades essencialmente de depredação, que jamais deveriam ter o caráter de “sustentável”. Afirma também que o ritmo de exploração de que se alimenta o fazer econômico atual amparado por governos tanto neoliberais quanto progressistas, não permite à natureza seu processo de renovação, destacando que “um processo é sustentável quando se pode manter no tempo, sem ajuda externa”.

Denominada, segundo o autor e diversas literaturas, de a “maldição dos recursos naturais” ou o “paradoxo da abundância”, essa realidade apresenta o antagonismo e o absurdo de uma situação, onde os mais abundantes países do mundo em termos de riquezas naturais, estão fadados à pobreza e ao subdesenvolvimento, sob a égide de que, a total degradação ambiental justifica-se como paga irremediável para ascender ao desenvolvimento. Para quem? (ACOSTA, 2016, p.48)

Os autores Alves e Knorek (2012, p.15), alertam sobre o caráter social seriamente excludente e os prejuízos ecológicos irreversíveis impostos por essa lógica desenvolvimentista, afirmando que “os limites da prosperidade na economia atual estão sendo impostos não pela falta de capital criado pelo homem, mas de capital natural.” Problematizam ainda, a teoria do desenvolvimento econômico, realizando a diferenciação fundamental entre “crescimento econômico” e “desenvolvimento”. Referem que, para uma nação, crescer e desenvolver-se, não representam o mesmo processo, como querem induzir as perspectivas desenvolvimentistas mais tradicionais. Basicamente, o crescimento sugere variações quantitativas de dados econômicos, enquanto que, o desenvolvimento, implica em transformações estruturais que envolvem, distribuição de renda e mudanças nos processos de produção.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL é uma das cinco comissões regionais que compõem a ONU, desde 1948 e cuja função é estudar e promover políticas voltadas para o desenvolvimento específico dessas regiões, debruçando-se sobre questões ligadas à desigualdade, pobreza, justiça social, paz e fortalecimento da democracia nesses países. Segundo dados recentes, publicados por essa comissão, houve aumento nos anos de 2015 e 2016, na região latino americana, dos níveis de pobreza e extrema pobreza (média regional) após mais de dez anos onde essas taxas haviam sido

reduzidas. Assim

Em 2014, 28,5% da população da região encontrava-se em situação de pobreza (168 milhões de pessoas), porcentagem que aumentou para 29,8% em 2015 (178 milhões) e para 30,7% em 2016 (186 milhões de pessoas). Já a extrema pobreza passou de 8,2% em 2014 (48 milhões de pessoas) para 10% em 2016 (61 milhões de pessoas).

(NAÇÕES UNIDAS, 2017)

Falar em capitalismo na América Latina implica, segundo Acosta (2016, p.48), em compreender um padrão cíclico de dependência extrativista que assumiu diversas formas e nomes, mas que permanece quase que invariável em sua estrutura de base: extrair dos Trópicos e produzir – negociar e lucrar - no Norte. Historicamente, a estrutura de exploração e servidão à qual fomos submetidos, liga-se diretamente à pobreza quase generalizada das maiorias populacionais latino-americanas, além de repetidas e constantes crises econômicas. O autor completa referindo que, “tudo isso aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática dessa região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais, e deteriora gravemente o meio-ambiente.” (ACOSTA, 2016, p.52).

2.3 Neoliberalismo

A breve discussão anterior acerca da gênese capitalista, sua estruturação, manutenção, de algumas faces e práticas assumidas especificamente na América Latina, teve o objetivo de fertilizar o terreno das discussões que se seguem nos permitindo maior historicidade e propriedade conceitual. Martins (2011), ressalta a importância da visualização secular dos processos de existência e resistência capitalista, não somente como condição para crítica e análise do contexto atual, mas também como possibilidade de previsão de desdobramentos dentro desse modelo, levantando debates mais profundos dos mecanismos e da normatividade do capitalismo em sua face pós-moderna - o neoliberalismo.

Dardot e Laval (2016, n.p.), levantam a importância da compreensão do neoliberalismo, desde sua essência até a história de sua fortificação, mediante a adoção de planos cada vez mais rígidos e efetivos para ampla concorrência de mercado. Afirmam que com o neoliberalismo, o capitalismo, “não parece mais capaz de encontrar compensações, contrapartidas, compromissos”. Os autores julgam que a ignorância diante da lógica hegemônica neoliberal, nos coloca cegos, despreparados e reféns dentro do sistema, e que somente a observação analítica da estruturação e execução do mesmo, junto à confrontação política “é condição para uma resistência eficaz em escala européia e mundial” sendo uma “questão estratégica universal”.

Os autores problematizam ainda, o que seria uma “ontologia naturalista” segundo a qual imaginou-se que o fenômeno do neoliberalismo, ao ser forjado no seio de uma

ideologia, assim caminharia, direcionando-se espontaneamente a um movimento mais estável, equilibrado e crescente. Alertam, para o que referem como “um erro de diagnóstico”, causado não somente por uma cegueira fanática dos impulsos iniciais do crescimento econômico observado, mas porque se confundiu a ideologia que orientou os movimentos neoliberais iniciais, com sua prática efetiva e característica (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

Versão mais atual do capitalismo moderno, aperfeiçoada e com maior capacidade de captação e resistência, o neoliberalismo, acaba por representar e aplicar os princípios liberais, mediante um ambicioso projeto pós-moderno, aos contextos econômicos e globalizados. Para os autores, o neoliberalismo “pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência”. Sua normatização e os percursos de consolidação demonstram um caráter de auto-revigoramento e tendência ao ilimitado, comprimindo as sociedades numa combinação de tensões, desigualdades e especulações, cuja amplitude é mundial. Traz implicitamente, a defesa de uma democracia que isenta o direito de propriedade de ser controlado e sofrer deliberações por parte do Estado. Para eles,

o sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p..).

A crença de que, não a democracia, mas o mercado e as relações capitais, assemelhariam-se a um estado social mais natural e puro, fortaleceu a defesa de atitudes menos intervencionistas dos governos ou como lamentam os autores, “intervencionismo exclusivamente negativo” do Estado, que se absteve de seu primordial papel: a função pública. Sob a lógica neoliberal, caminha-se para governos que mirram cada vez mais recursos sociais, ao mesmo tempo em que enfraquecem a proteção à saúde, ao trabalhador e aos aspectos ecológicos.

ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo. (DARDOT E LAVAL, ANO, s.p)

A política neoliberal vem promovendo desregulamentações, graves quebras institucionais e “não destrói apenas regras, instituições e direitos”, mas conduz as

sociedades a profundas crises e retrocessos sócio-políticos, sem no entanto encontrar impedimentos substanciais em suas práticas. Uma lógica de liquidez envolve a atmosfera econômica, mas não se restringe somente a ela.

3 | SUBJETIVIDADE MODERNA

3.1 Conceito de Subjetividade

González-Rey (2003, p.75), numa perspectiva histórica e cultural, teoriza a subjetividade como sendo resultado de processos psíquicos que constituem os sujeitos históricos em seus processos. Concebe-a, como a movimentação incessante de uma emaranhada teia relacional, com “dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética”, a nortear todo o desenvolvimento do sujeito em sociedade. Diante do potencial criador do homem, a subjetividade estaria então a produzir percepções e lógicas próprias, o que para o autor seria o objeto primordial - anteriormente secundarizado - da psicologia: a experiência particular do indivíduo. Para o autor porém, a subjetividade só pode ser alcançada, quando está de tal forma entrelaçada a seu caráter sócio-histórico.

Em sua obra, “O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito”, González Rey (2016), faz uma viagem pelas abordagens psicológicas, tendo como foco central a reflexão acerca do caráter sistêmico do psiquismo e a crítica à não importância ou não compreensão da basilar condição cultural e histórica dos indivíduos. Percorre analisando nesse compêndio, desde as primeiras escolas comportamentalistas, passando pela psicanálise e o humanismo, e seguindo até a psicologia soviética com Vygotsky, quando os processos e o desenvolvimento psíquicos puderam ser compreendidos simultaneamente aos sociais.

Segundo o autor, o humanismo inicial concentrava-se numa representação da psique como instância interna individualizada, caracterizada principalmente, por uma concepção da consciência e congruência como relações de sentido puramente do eu sobre si mesmo. Infere também, que a ideia da autorregulação enquanto racionalização da consciência, tende a diminuir a percepção sobre a complexidade de condições sociais envolvidas nos processos de subjetivação. Apesar disso, reconhece que a partir da segunda metade do século XX, o crescente comprometimento com os panoramas sociais a nível mundial, foi conduzindo as abordagens humanistas a reflexões, definições e implicações frente aos contextos mais complexos das sociedades, como por exemplo, certos níveis de dominação dos sujeitos por uma macroestrutura que extrapola e escapa ao domínio consciente. Nesse momento, segundo o autor, o humanismo aproxima-se muito mais da compreensão do que seria a subjetividade em seu processo mais complexo (González-Rey, 2016).

3.2 Alguns Aspectos na Compreensão da Subjetividade Moderna

Diante do entendimento da constituição da subjetividade como processo complexo e multifatorial, que tende a integralizar os totais aspectos da vivência humana, pretende-se abordar algumas particularidades, concentrando os debates em torno dos desdobramentos e influências significativas à discussão proposta.

Belmino (2017), desenvolve uma obra sobre a leitura gestáltica presente nas produções de Paul Goodman de meados do século XX, onde são dirigidas intensas críticas aos modelos centralistas e a uma condição de coerção social, especificamente na educação, clínica e política. Para ele, os rumos das sociedades ocidentais na condução de seus processos sócio-políticos, são resultados de um processo secular e criminoso de “perda da referência e distanciamento da sensibilidade e da experiência, que levou o homem a estados cada vez mais deformados de vinculação à sua experiência imediata”. Os indivíduos equilibram-se entre sofrimentos e certo estado de letargia. O homem moderno é capaz de conciliar o paradoxo que consiste em, aceder à desvitalização de sua existência, ao mesmo tempo em que vivencia processos que lhe impõe um estado de extrema ansiedade.

Se por um lado as perspectivas econômicas se viram aumentadas e multiplicadas fatorialmente com o advento da Revolução Industrial, Belmino (2017), infere que Goodman debruçava-se sobre a burocracia e alienação imposta pelo sistema organizado (ciências em sentido amplo e tecnologias), ampliando os mecanismos de controle dos indivíduos na sociedade e normatização excessiva do cotidiano, ao que o autor clarifica

diferentemente dos primeiros anarquistas que viam no Estado o principal instrumento da burguesia de coerção do proletariado, Goodman aponta um novo inimigo, a saber, o Sistema, que além de incluir o Estado, pressupõe toda uma lógica de funcionamento social centralista, coercitiva e dominante, que promove formas de alienação ainda mais agressivas, pois, para além das formas explícitas de coerção, a burocratização das relações humanas se traveste agora em um mal necessário, reconhecido e aceito socialmente, e por isto, introjetado na cultura contemporânea sob a forma de dominação dos nossos corpos como formas de saber que entendemos prescindir (BELMINO, 2017, P.247)

Para Dardot e Laval (2016), os processos graduais de burocratização e a proletarização criaram um vazio na existência de milhões de indivíduos. Apartados de seus ambientes e de suas reais aptidões, a perda gradual da autonomia sobre o próprio existir e do sentido da vida num contexto urbano e de isolamento, demonstram a tentativa de adaptação

numa situação sociológica e antropológica perigosa, caracterizada por falta de propriedade, falta de reservas de toda natureza (inclusive laços familiares e de vizinhança), dependência econômica, desenraizamento, alojamento de massas semelhantes a casernas, militarização do trabalho, distanciamento

da natureza, mecanização da atividade produtora, em resumo, uma desvitalização e despersonalização gerais (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

Preservando-se a história e os devidos contextos, pode-se constatar vivências semelhantes nos povos submetidos aos processos de colonização e exploração nas Américas, incluindo os nativos e os trazidos via tráfico. São processos que diferem em alguns pormenores, mas que assemelham-se na sua finalidade e ideologia. Continuam na contemporaneidade, travestidos em formas mais normativas e globalizantes, na vivência diária dos indivíduos pós-modernos. Os autores referem que o capitalismo é um sistema extremamente coerente dentro de sua própria história e que, compreendê-lo de forma lúcida e profunda, necessariamente implica conhecer suas morfologias sociais, métodos, estratégias de dominação, além de suas atualizações através do tempo.

Especificamente na pós modernidade, os indivíduos defrontam-se com um modo de existência que traz particularidades, ligadas aos processos de globalização e neoliberalismo, mas que certamente extrapolam os âmbitos econômicos. Dardot e Laval (2016), buscam entender, de que forma o neoliberalismo insere-se na cultura e nas sociedades, engendrando transformações que estão para além de um modelo econômico. Abordam alguns desses aspectos político-econômicos, mas inferem que, para além deles, novos modos de subjetivação são forjados a partir do arraigamento do sistema neoliberal em todos os domínios da vida, inclusive nas relações sociais.

Através da teorização de Goodman acerca do Sistema Organizado, Belmino (2017) discute particularidades das sociedades atuais, significativas para a compreensão da racionalidade moderna, a citar, a centralização e a sociolatria. Segundo Belmino (2017, p. 252), a centralização traz em si a crença sustentada em uma onipotência do Estado, “a ilusão de que ele seria o único meio possível de vida”, estimulando a busca por proteção nas instituições. O modelo centralista necessita ser compreendido como presente em quase todas as instâncias da atividade humana, também nas práticas educacionais e sócio-políticas da atualidade. Já a sociolatria, diz respeito a uma espécie de devoção e veneração da sociedade, numa lógica onde não há saída fora do domínio e submissão ao Sistema Organizado.

O indivíduo considera então, o Estado ou a sociedade como instâncias superiores e independentes dele mesmo, que serão capazes de lhes defender e garantir realizações mediante sua servidão, numa lógica que subordina as pessoas à “falsa ideia de segurança e proteção social, aliada com a constante ameaça interna e externa” (BELMINO, 2017, p.251). A sociolatria sustenta-se num paradoxo de gerar expectativas (pessoais, econômicas, afetivas) que serão inviabilizadas e frustradas dentro do próprio sistema, onde “a burocratização torna as possibilidades de satisfação praticamente impossíveis, e, por esse motivo, as pessoas se sentem pequenas e fracassadas frente aos grandes empreendimentos da vida” (BELMINO, 2017, p. 253), num ciclo recorrente de expectativa-busca - frustração, o mesmo que mantém a lógica do Sistema funcionando e a devoção

dos indivíduos a ele.

Dardot e Laval (2016, n.p.), também discutem a noção de governo a que estão submetidos os indivíduos nas instituições, mas trazem a perspectiva de governo como forma de atividade, e apoiados nos estudos da obra de Foucault “Nascimento da biopolítica”, afirmam que, governar é direcionar esforços na condução das atitudes dos sujeitos. O governo estaria ligado então, a verdadeiras técnicas de domínio inseridas em todas as instituições. A instituição agirá ativamente dentro de um “espaço de liberdade dado aos indivíduos”. Estes se submetem sem perceber, manipulados, na crença de serem governados “pela liberdade”, causando a conformação, aceitação e respeito a certas normas. Devidamente interiorizadas e reproduzidas socialmente, essas condutas passam a gerir o indivíduo e a produzir “certo tipo de relação deste consigo mesmo” sob formas de autogoverno.

As instituições acabam por representar, não somente ao indivíduo moderno de Goodman no pós-guerra, mas também ao indivíduo pós-moderno e racionalmente neoliberal de Dardot e Laval, apostas de segurança, proteção e garantias que atendem minimamente à manutenção de um modo de vida. Este, torna-se gradativamente mais estável, calculável e de fácil previsibilidade, porém, inevitavelmente, têm se traduzido num misto de egoísmo, apatia e anemia vital, num “cotidiano vivido a partir de um estado de tensão crônica, desinteressada, sem vida e sem expressividade”. (DARDOT E LAVAL, 2016; BELMINO, 2017, p. 248).

O tema da dependência das instituições e do governo exercido por elas nos indivíduos (inclusive na forma de autogoverno), traz particularidades quando trata-se de um contexto neoliberal e de suas características marcantes em favor da livre concorrência e ideologia de mercado: as rupturas das instituições e estruturas de direito e seguridade. Para Dardot e Laval (2016), isso implica dizer que, as instituições que ora ofereciam segurança e garantias às pessoas, são percebidas, em grande parte esfaceladas, ou mesmo sucumbidas à força dessa lógica hegemônica, contribuindo também para a internalização das normas sociais e burocracias materializadas de outrora, remodelando as subjetividades

num universo de competição generalizada, que intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT E LAVAL, 2016, s/p.)

Os resultados de uma série de processos vivenciados hoje de maneira naturalizada pelas sociedades e nações, são ao mesmo tempo causa e consequência da normatização à qual os indivíduos estão submetidos. Para Belmino (2017, p.253), “o uso da coerção não é fruto de um excesso de poder, mas sim de um sentimento de impotência frente ao outro”. Como consequência, os indivíduos e seus processos de mobilização social tendem

a um enfraquecimento, subordinados a um sistema que oblitera ações coletivas e encoraja esforços individuais em regimes de concorrência desmesurados.

Dardot e Laval (2016, n.p.), detalham esses mecanismos de controle e afirmam que acintosamente “as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação”. A diferenciação e o status ocupado pelos que “desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania”. As instâncias coletivas, materiais e simbólicas, vão sendo aos poucos arruinadas em suas capacidades, como por exemplo, com as quebras sindicais, estímulo à abstenção política, naturalização da discriminação e segregação social, submetendo os indivíduos cada vez mais a exercerem e materializarem a lógica das instituições e da busca por segurança pessoal e limitando a capacidade de contrarreação no “conjunto das relações sociais”. Assim,

o sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.)

Belmino (2017, p. 250), problematiza que a busca por mudanças sociais tem tornado-se fusca e duvidosa, pelo fato de que essas soluções estão ligadas, quase invariavelmente, à lógica de funcionamento dentro do próprio sistema e mais, permanecem alimentando-o em sua apetência. O autor menciona que quedamo-nos burocratizados e descrentes, renunciando à autonomia. Em troca dela, optamos pela máscara da burocracia e pelas regras. Explicitamente “a sociedade está aprisionada em seu tempo, acreditando nas soluções que o próprio sistema produz e criando um círculo vicioso em que a saída para os efeitos dos excessos de controle para a nossa vida é mais controle e mais excesso”. Completa, referindo que

as pessoas buscam meios medíocres de satisfação e se contentam com trabalhos burocráticos com pouca vinculação à sua real vocação ou à historicidade de sua comunidade. Confundem o tédio da falta de criatividade com a necessidade de um consumismo imposto pela própria sociedade organizada, ou seja, a sociedade organizada tira das pessoas qualquer crença na criação e na transcendência [...]. Em compensação, enquanto a sociedade faz essa troca, ela também cria meios artificiais (a que poucos segmentos da sociedade de fato tem acesso), afirmando trazer um remédio para o tédio cotidiano, mas que, em contrapartida, só gera mais desvitalização e consumo exacerbado. (BELMINO, 2017, p. 253)

Quando a dimensão experiencial busca se atualizar pelo ajustamento criativo, escapando de alguma forma aos controles coercitivos, demonstra sua potencialidade transformadora diante de manifestações como repetições, surgimentos de sintomas, neuroses (tomadas aqui como formas de resistência), diferenças (no resgate das formas conflitivas geradoras de renovação e variabilidade social) e nas quebras históricas. Belmino (2007) referencia a importância de reconhecermos criticamente construtos históricos, sócio-econômicos, políticos e nossos processos de subordinação ao Sistema Organizado, não no sentido de aminguamento a ele, mas para a possibilidade de construções mais genuínas e transformações para além do estabelecido, que não mais reforcem a lógica dentro da lógica.

41 O LUGAR DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: POSICIONAMENTOS E ENFRENTAMENTOS

A Psicologia Social Crítica refere-se a uma perspectiva mais contemporânea da Psicologia Social, cujo posicionamento teórico abarca diversas vertentes de estudos psicológicos, como os ligados à Psicologia da Libertação, Marxista, Pós-modernista, Feminista, dentre outros. Estas, trazem em comum a adoção de posturas críticas, tanto das sociedades modernas (formas de organização, instituições, normas e práxis), quanto da própria psicologia social em seus construtos teóricos e práticos, colocando-se, a favor da mudança social e contrapondo-se ao quadro de exploração, desigualdade e opressão presente na maioria das nações mundiais. Não é de surpreender que a Psicologia Social Crítica, seja a abordagem de preferência dos psicólogos nos estudos dos complexos e desafiadores cenários sociais da América Latina. (FERREIRA, 2010)

Ferreira (2010), discorre que a grave realidade social da região, juntamente com o autoritarismo e a iniquidade presentes nas ditaduras militares por volta da década de 70, incentivou os pesquisadores da psicologia social a buscarem estudos mais contextualizados e proveitosos para a realidade social com que lidavam, propondo uma “ruptura radical” com certas vertentes tradicionais e norte-americanas, consideradas excessivamente experimentais e individualizantes.

Baró (2017) considera a Psicologia Social como uma ciência de intermédio, que explora o que há de convergente entre o pessoal e o social dos indivíduos, dialogizando essa constituição de caráter duplo. Nas sociedades, essa ciência volta-se para as relações, vinculações e valorações dos comportamentos humanos nas relações sociais em dada cultura, no espaço e no tempo.

Ele ressalta a importância de desenvolver para a América- Latina - e dentro dela, em cada país - uma Psicologia Social dentro da realidade, contextualizada, cotidiana e acima de tudo, contra hegemônica, não mais aquela importada de contextos que não representam a história de nossos povos. Para ele, a psicologia chegada a nós de forma pronta, é aquela

adequada ao “consumo massivo de estudantes universitários ou empresários capitalistas dinâmicos” e aceitá-la seria autorizar o fato de que “uma ciência é definida por aqueles que contam com poder econômico e social para determinar os problemas que devem ser estudados e as formas pelas quais os problemas devem ser resolvidos” (BARÓ, 2017, p.103-104).

Baró (2017) problematiza a popularidade conquistada pela psicologia contemporânea, alertando ao necessário questionamento da difusão e uso desse conhecimento. Confrontamo-nos, então, com a inquietante indagação lançada pelo autor acerca do saber psicológico: realmente serviu a processos de esclarecimento da vida humana, ou permaneceu produzindo vocábulos e ideários reforçadores de individualismos e normatizações?

o indivíduo que ontem era qualificado como idealista passou a ser rotulado de “paranoide”, o ato de exigir responsabilidades passou a ser qualificado de “projeção” e aspirações nada solidárias e egoístas de quem não quer renunciar aos seus privilégios se amparam sob o colorido guarda-chuva das “necessidades de autorrealização” (BARÓ, 2017, p. 101)

Também nesse sentido, Guzzo e Lacerda Jr. (2011) trazem uma crítica pertinente à transformação intelectual ocorrida nas décadas de 70 e 80 na América Latina. Segundo eles, os intelectuais latino americanos perderam sua organicidade e conexão com os movimentos populares, tornando-se excessivamente institucionalizados. Os financiamentos das instituições às quais se submetem, engaiolam suas liberdades intelectuais, os fazendo cumprir, fundamentalmente, as prioridades científicas propostas.

Apesar dos estudos de Ignacio Martín-Baró voltarem-se, algumas vezes, para a realidade específica de El Salvador, o autor problematiza abrangentemente questões referentes à realidade latino americana em sua generalidade. Sua obra traz severas críticas ao cientificismo elitista da psicologia, recheada de ideologias, voltando-se para o enfrentamentos dos efeitos opressivos e de exploração advindos do capitalismo. Esclarece que “uma revolução” não corresponde somente a um momento de enfrentamento ou conflito social pungente, mas que “trata-se de um processo pelo qual se busca mudar radicalmente a ordem social”. (BARÓ, 2017, p.27)

O autor descreve o que seria o papel de um psicólogo, a partir de seu fazer próprio e atribuições específicas, na contribuição para a construção de uma sociedade “no processo revolucionário”. Dentre elas, um psicólogo do povo deve “buscar uma personalidade social e cultural autenticamente nacional, popular e revolucionária”, priorizando de forma crescente as necessidades básicas da população, promovendo a renovação da mentalidade viciada², enfatizando valores solidários, comunitários e de compromisso social e combatendo, em determinada camada populacional, as máculas e práticas desajustadas, corruptas e

2 O autor em seu texto original, utiliza o termo “vício” para se referir a certos tipos de prática que constituem desvios de comportamento que visam primordialmente o benefício próprio e que tem como raiz a “sociedade capitalista atual”

criminosas, advindas de raízes capitalistas (BARÓ, 2017, p.27).

Como referido anteriormente, as dificuldades objetivas relacionadas à permanência dos regimes democráticos nas regiões latino-americanas são imensas e relacionam-se basicamente, à situação econômica, à liderança imperialista norte-americana e aos recorrentes regimes políticos autoritários e de repressão. Baró (2017, p.57), é categórico em afirmar que não podemos acreditar que “uma oligarquia poderosa abdicará da possibilidade de impor seus interesses ao resto da população enquanto perdurarem estruturas econômicas que colocam nas mãos de poucos um imenso poder”. Refere também que, dificilmente enquanto profissionais psicólogos, teremos acesso a modificar, diretamente, esses aspectos objetivos.

Entretanto, o autor afirma que os fatores “subjetivos ou intersubjetivos” que englobam “todo o mundo da cultura e da consciência coletiva, do universo dos símbolos e das ideologias” representam o obstáculo mais direto e, único, passível de ação, por parte dos psicólogos. O autor discorda de algumas noções de psicólogos mais radicais, que responsabilizam o conjunto cultural dos povos latino-americanos como sendo responsáveis pelo seu subdesenvolvimento, mas afirma que uma cultura pode interferir e tolher os processos de revolução social quando “consegue limitar o universo de sentido em que os grupos e as pessoas se movem, distorcendo a percepção da realidade” (BARÓ, ANO, P.60).

Nesse sentido, Baró ressalta a importância da conscientização - aquela cujo ventre foi Paulo Freire - que a psicologia pode exercer, junto ao conjunto de saberes difundidos e naturalizados, pois se estiverem cerceados de ideologias, “limitam o universo de sentido das maiorias populares, alienando os seus marcos de referência e inibindo possíveis movimentos de mudança” (p.55, 59). Esses sistemas ideológicos atingem sua máxima eficiência e enraizamento “quando as exigências objetivas de um sistema social são articuladas como exigências subjetivas do senso comum que se traduzem em hábitos, rotinas e papéis estereotipados” (Baró, ano p.60). Novamente, retomamos a interiorização de normas, discutidas por Dardot e Laval (2016), capazes de modelar e remodelar subjetividades para um sistema sócio-político. Também retornamos à sociolatria em seu círculo vicioso, com efeitos sociais ansiogênicos e potencialmente desvitalizadores, conforme foi debatido por Belmino (2017).

Para o autor, as ações humanas representativas buscam relacionar os interesses sociais aos individuais, materializando de alguma maneira, relações de força, interesse e arranjos sociais. Segundo Baró (2017, p. 60-61), a Psicologia Social tem papel fundamental no estudo das construções ideológicas que compõem as condutas e subjetividades humanas, devendo “analisar as influências sociais, intergrupais ou interpessoais que emergem em uma história concreta, em uma circunstância e situação muito específicas” e intervindo na desconstrução de ideologias contrárias às formações e interesses populares, como também devendo “desvelar o que há de alienador nesses pressupostos enraizados

na vida cotidiana e que fundamentam a passividade, a submissão e o fatalismo.”

Nesse sentido, a ideologia e o senso comum cumprem alguns papéis os quais sucintamente nos propomos a entender. Por senso comum compreendem-se aqueles elementos ligados aos saberes que se constituem e perpetuam pela interação da vida comum e cotidiana, tornando-se naturalizados ou de raro questionamento. A ideologia, por sua vez sugere interpretações da realidade e sistemas de conduta frente a ela; faz a ordem social vigente parecer justa ou coerente; universaliza essas leis do comportamento, naturalizando questões históricas e relações de dominação estabelecidas; possibilita manter e reproduzir um sistema social específico (BARÓ, 2017).

Nos estudos de Baró essa noção de ideologia é crucial, já que para ele, toda a psicologia Social parte do modo pelo qual “na ideologia, as formas sociais se convertem em formas concretas de viver, pensar e sentir das pessoas, isto é, a objetividade social se converte em subjetividade individual e, ao atuar, a pessoa se realiza como sujeito social” (BARÓ, 2017, p. 119-120)

Um dos papéis fundamentais da Psicologia Social em um contexto histórico de exploração e dominação seria o de contribuir em processos teórico-práticos que facilitem a desideologização e conscientização das concentrações populares. Para Baró (2017, P.82), existem dois objetivos principais e abrangentes na orientação de uma psicologia da América Latina que se direciona para a libertação dos povos, sendo “um de caráter instrumental, a redefinição dos modelos teóricos, e outro de caráter final, o fortalecimento das instâncias populares”.

A Psicologia Social realmente comprometida com sua essência, deve imbuir-se de um caráter desvelador de ideologias, desmistificando noções de “senso comum” usadas para forjar e manter processos de opressão. Para que o trabalho do psicólogo adquira um caráter desideologizador, o autor destaca que é essencial “assumir a perspectiva do povo; aprofundar o conhecimento de sua realidade; se comprometer criticamente com um processo que dá ao povo o poder sobre sua própria existência e seu destino”. Refere, por fim, que o alinhamento desses processos é variável e adaptado à realidade e circunstância concreta de cada local ou país. (BARÓ, 2017, p. 62)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma real contribuição das ciências humanas à sociedade é se propor ao desafio de, através de seus arcabouços teóricos e práticos, clarificar o panorama das relações às quais estão submetidos os indivíduos. O presente trabalho é um esforço, materializado em poucas páginas, que visa demonstrar a inter relação de alguns aspectos objetivos (econômicos, sociais e políticos), suas influências e possíveis determinações subjetivas na vida das pessoas. Julgou-se imprescindível para este fim, resgatar brevemente o capitalismo, sua dinâmica nos processos de colonização e a lógica moderna de funcionamento neoliberal,

fazendo perceber as particularidades desses processos na região latino-americana.

Discutir subjetividade tornou-se um desafio, ao qual se poderia dedicar ainda muito trabalho, visto sua abrangência e importância. Apesar de contarmos com uma psicologia dedicada e mais responsiva às necessidades e demandas dos nossos povos, lidamos ainda com certa escassez de material e publicações que possam contribuir nas discussões acerca da formação subjetiva própria do homem latino. Não obstante, o trabalho permitiu perceber aspectos específicos da subjetividade moderna e o quanto eles se relacionam, adaptam e constroem simultaneamente às vivências junto à lógica de mundo regida pelo capital. Dentro de um cenário globalizado, essas relações amplificam-se e tomam-se de complexidades, sendo necessário um retorno histórico que permita compreender os fatos com maior amplitude e menos idealizações.

Ao fim deste trabalho, nos pareceu fundamental falar em democracia. O capitalismo neoliberal marca nossas sociedades e indivíduos, fazendo sobreviver a altos custos, um sistema em crise. Falar na ordem neoliberal e em suas estratégias globalizantes, particularmente na América Latina hoje, implica revelar, dentre outras realidades, uma profunda fragilidade democrática. Nosso país enfrenta, desde 2016, um processo de quebras e perdas democráticas sucessivas, unidas a uma preocupante conjuntura econômica (empobrecimento, aumento das desigualdades sociais, diminuição da renda e precarização de direitos) que convergem obscuramente à aparição e proliferação de neofascismos e violência social.

De forma semelhante aos demais países da América Latina, discutir um poder hegemônico presente hoje no Brasil, nas relações de mercado e acumulação de riqueza, implica defrontar-se com um dos grandes desafios impostos a essas nações e colocar-se diante do radical produtor de injustiça, desigualdade e exclusão que submeteu historicamente as grandes maiorias. Os governos e defensores ferrenhos do sistema capitalismo moderno valem-se de um discurso liberal que sustenta os ideais de uma sociedade livre, justa e com iguais condições de luta, mas cujas práticas são antagônicas e não contribuem eficazmente na construção dessa mesma sociedade, o que fica explícito diante de seguidas crises, recessões, decadência social grave e quase generalizada na América- Latina, especialmente no último triênio.

Emanam hoje das vivências comunitárias e rurais, princípios que confrontam a lógica unidimensional, desenvolvimentista e hegemônica. Eles devem ser consolidados nos movimentos sociais, na luta política e vivenciados de forma inversa às práticas neoliberais globalizantes, como na lógica do empreendedorismo solidário que pode se fazer no cooperativismo, nas associações e nos grupos de trocas, produções comunitárias, agricultores familiares e associações. Dentro dessa lógica, encorajam-se estímulos à comercialização e consumo justo e sustentável, serviços prestados e financiamentos solidários. Percebe-se um movimento atual de revolução presente na economia e política, mas que repousa também, de forma desafiadora, no conjunto das práticas e relações

sociais.

Para a psicologia Social, através de suas pesquisas, estudos e intervenções, a realidade revela sistemas e princípios de vivências e convivências sociais. Encarregar-se dela e enxergá-la no cotidiano é tornar menos oculta a opressão. Esse trabalho realizou-se na convicção essencial, de que os tempos nos exigem improporcionais mudanças, soluções fora da lógica de produção tradicional, renovação de atitudes e de meios de luta. Vivências que reformem paradigmas ultrapassados e insustentáveis.

REFERÊNCIAS

ACOSTA.A. Extrativismo e neextrativismo:duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.;LANG, M; PEREIRA FILHO, J.. (Org). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. 1º edição. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. P. 46-85.

ALVES, J. A. B.; KNOREK, R. O desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade: uma reflexão sobre a economia e o meio ambiente. *Ágora: revista de divulgação científica*, v. 17, n. 2, p. 13-23, 2012.

BELMINO, M. C. B. **A Ontologia Gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: Gestalt-terapia, anarquia e desescolarização**. 1º ed.. Rio de Janeiro: Ed. Via Verita, 2017

CATANI, A.F. **O que é o capitalismo**. 34 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).**CEPAL: pobreza aumenta na América Latina e alcança 30,7% da população**. Santiago, Chile, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. 1º edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. [recurso digital]

FERNANDES, C.. “O que é fisiocracia?”; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescuela.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-fisiocracia.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

FERREIRA, M. C.. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 26, n. spe, p. 51-64, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>.

GONZÁLEZ-REY, F. L.. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2016

GONZÁLEZ-REY, F.L.. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. (Org.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2º ed. Editora Alínea, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974.

SOBRE O ORGANIZADOR

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016) e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Especializou-se em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Psicopedagogia e Educação Especial, Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015). É doutorando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor da Prefeitura Municipal de Goiânia, pesquisador da Universidade Federal de Goiás e psicólogo clínico - ênfase na Clínica Psicanalítica. Pesquisa nas áreas de psicologia, educação e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia e desenvolvimento humano.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 40, 41, 42, 52, 53, 125

Alegria 9, 12, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174

Ansiedade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 97, 116, 125, 143, 147, 150, 172, 173

Assistência a saúde 1

Autismo 54, 55, 56, 58, 59, 60

Auto percepção do Líder 105

B

Bem-estar 27, 29, 33, 35, 36, 37, 104, 105, 106, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 140, 164, 165, 166, 172, 173, 174

Burnout 9, 12, 68, 70, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 174, 175, 176

C

Companheiras de presos 17, 24

Comportamento Organizacional 105

Contexto Escolar 9, 11, 55, 72, 73, 74, 76, 77, 78

D

Depressão 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 50, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 97, 126, 150, 172, 173

Desenvolvimento Humano 11, 28, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 124, 199

Direito 9, 12, 8, 9, 13, 14, 18, 25, 44, 54, 55, 99, 102, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 144, 146, 148, 149

E

Educação 9, 23, 24, 44, 45, 49, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 72, 73, 76, 78, 135, 146, 147, 175, 199

Estresse 30, 31, 32, 33, 35, 38, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 95, 105, 106, 109, 116, 121, 150, 169, 173, 174

Estudantes 9, 11, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71

F

Família 12, 14, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 40, 41, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 96, 97, 109, 124, 125, 128, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149

H

Habilidades de vida 10, 27, 28, 29, 35, 38

Homens privados de liberdade 10, 17, 20

I

Indústria 93, 94

Inimputabilidade 12, 122, 128, 129, 130

Integralidade do Cuidado 1

M

Mães de Presos 17

Matemática 54, 55, 56, 60

Mulheres Trabalhadoras 27

P

Papéis Duplos 27

Psicologia 2, 9, 12, 15, 26, 40, 42, 44, 52, 53, 59, 66, 76, 78, 102, 121, 122, 123, 124, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 148, 164, 175, 176, 199

Psicopatia 9, 12, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131

Q

Qualidade de vida 9, 11, 27, 28, 29, 30, 35, 38, 95, 102, 104, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 165

Qualidade de Vida no Trabalho 11, 104, 105, 106, 108, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 164

Queixa Escolar 72, 73, 74, 76, 77, 78

R

Ressocialização 40, 48, 49, 123, 124, 130, 131

S

Sanção 122, 130, 131

Saúde LGBT 1

Saúde Mental 24, 44, 62, 67, 68, 69, 70, 93, 95, 98, 99, 101, 102, 129, 130, 131, 164, 166

Saúde Mental e Trabalho 93

Stress 38, 62, 97, 105, 116, 119, 120, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

Sustentabilidade Organizacional 11, 93, 96, 102

T

Teoria Bioecológica 11, 72, 73, 74, 76, 77

Transtorno Mental 62, 64, 126

Transtorno Psíquico 62

V

Violência Contra a Mulher 9, 134, 139

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INVESTIGAÇÕES CONCEITUAIS, FILOSÓFICAS, HISTÓRICAS E EMPÍRICAS DA PSICOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INVESTIGAÇÕES CONCEITUAIS, FILOSÓFICAS, HISTÓRICAS E EMPÍRICAS DA PSICOLOGIA 2